

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS EXATAS E NATURAIS
DEPARTAMENTO DE GEOCIÊNCIAS
MESTRADO EM GESTÃO DE TERRITÓRIO

MAIRA ALEJANDRA AMARIS BUELVAS

**REFORMA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: ENTRE OCUPAÇÃO, REPRODUÇÃO E
DIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA / PR**

PONTA GROSSA
2018

MAIRA ALEJANDRA AMARIS BUELVAS

REFORMA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: ENTRE OCUPAÇÃO, REPRODUÇÃO E
DIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO CONTESTADO, LAPA / PR

Dissertação apresentada para obtenção
do título de mestre na Universidade
Estadual de Ponta Grossa, Programa de
Pós-Graduação em Geografia, Mestrado
em Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antônio
Ramos da Fonseca Rosas.

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre
Gonçalves Cunha.

PONTA GROSSA-PR
2018

A485 Buelvas Amaris, Maira Alejandra
Reforma Agrária e território: entre ocupação, reprodução e diversidade no Assentamento Contestado, Lapa - PR / Maira Alejandra Amaris Buelvas. Ponta Grossa, 2018.
227 f.

Dissertação (Mestrado em Geografia - Área de concentração – Gestão do Território), Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Orientador: Prof. Dr. Celso Antônio Ramos da Fonseca Rosas.

Coorientador: Prof. Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha

1. Território Multidimensional. 2. Territorialidade. 3. Camponato. 4. Experiências de vida. I. Rosas, Celso Antônio Ramos da Fonseca. II. Cunha, Luiz Alexandre Gonçalves. III. Universidade Estadual de Ponta Grossa- Mestrado em Geografia. IV. T.

CDD : 910.162

Ficha catalográfica elaborada por Maria Luzia F. Bertholino dos Santos– CRB9/986

TERMO DE APROVAÇÃO

MAIRA ALEJANDRA AMARIS BUELVAS

**"REFORMA AGRÁRIA E TERRITÓRIO: ENTRE OCUPAÇÃO, REPRODUÇÃO
E DIVERSIDADE NO ASSENTAMENTO CONTESTADO - PR"**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre no Curso de Pós-Graduação em Geografia – Mestrado em Gestão do Território, Setor de Ciências Exatas e Naturais da Universidade Estadual de Ponta Grossa, pela seguinte banca examinadora:



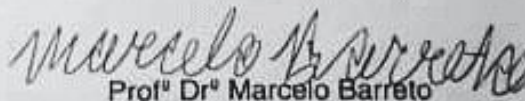
Orientador: Prof^o Dr^o Celso Antonio Fonseca Rosas

UEPG



Prof^o Dr^o Julio César Suzuki

USP



Prof^o Dr^o Marcelo Barreto

UNICENTRO

Ponta Grossa, 24 de Setembro de 2018.

Dedico esta disertación a Sonia Buelvas, mujer bella y digna de admirar por su histórico de vida, quien en su rol de madre apoyó incondicionalmente mi trayectoria académica.

A mis abuelos María Antonia y Abel, campesinos colombianos quienes despertaron en mí el sentimiento de gratitud por el campo y todos aquellos que trabajan en él.

AGRADECIMENTOS

Al Profesor Dr. Celbo Antônio Ramos da Fonseca Rosas, por ser un excelente orientador, amigo e académico, por ayudarme a forjar convicciones agrarias históricas, políticas y sociales, aún más, por incentivar mi constante proceso de aprendizaje.

Al Profesor Dr. Luiz Alexandre Gonçalves Cunha por creer en mí desde antes de llegar a Brasil, porque gracias a sus innumerables consejos no me permitió desfallecer en el arduo día a día.

Agradezco al Profesor Dr. Julio Cesar Suzuki y al Profesor Dr. Edson Belo Clemente de Souza por las sugerencias, discusiones y contribuciones en la fase de cualificación y defensa. De la misma forma, agradezco al Profesor Dr. Marcelo Barreto por ser parte de este camino académico. Manifiesto sentimientos de gratitud al Programa de Pós-Graduação em Geografia de la Universidade Estadual de Ponta Grossa, a todos sus docentes y funcionarios por el compromiso y la atención dispensada a lo largo de estos dos años.

A la Organización de los Estados Americanos, Grupo Coimbra de Universidades Brasileñas, Universidade Estadual de Ponta Grossa y Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nivel Superior, porque en medio de una crisis político-económica me dieron educación gratuita y de calidad, manutención y la confianza para concluir mi proceso académico con los mismos derechos que una ciudadana brasileña. De forma general, infinitamente agradecida con Brasil país del cual me enamoré en este tiempo.

Gracias al grupo de magísteres Andrea Rita Nabozny, Eliane Netrebka Ramos, Raony Tulio Carneiro, Marcio Ferla y Jessica Bedin, los llevo en mi corazón por la amistad, comprensión, ayuda, noches de risas y amarguras, por ser simplemente “hamsters especiais”. El agradecimiento no estaría completo sin mencionar a mi grande amigo Alberto Alves da Rocha, sin toda su ayuda mi estadía en Brasil hubiese sido muy difícil, gracias por enseñarme el precioso valor de una amistad incondicional.

A las familias militantes del MST, Asentamiento Contestado, por la acogida en su territorio, apoyo logístico, alimentación y testimonios de vida que sustentan el presente trabajo. De igual manera, me siento agradecida con la ELAA, sus

funcionarios y estudiantes (turma Abya Yala). Por favor continúen en la bella labor de aprender, enseñar y luchar por la Reforma Agraria y agroecología.

A mi familia nuclear Sonia, Epifanio, Cristian Camilo y Jesús Felipe, seres de luz que el universo me dio para hacer una vida más amena, a pesar de la distancia todos los días, día y noche siempre estuvieron en mis pensamientos. Los amo infinitamente.

A mi familia socialmente construida, latinos que me acompañaron durante los treinta meses de esta experiencia única en Brasil, en especial a mi amor bello, Joel. Gracias a ustedes nunca me sentí sola. A mis amigas bogotanas de toda la vida Hita, Angélica y Mafe, hermanas de corazón.

A todas las personas que directa e indirectamente siempre me brindaron su apoyo.



Nam-Myoho-Renge-Kyo

RESUMO

Este trabalho é o resultado de um estudo teórico e empírico que buscou compreender as dinâmicas territoriais do Assentamento Contestado entre 1999 e 2017, levando em consideração aspectos referentes à luta pela terra, as perspectivas de reprodução social, econômica, política, cultural e ambiental, além da importância da memória social na construção da identidade do grupo e na identificação de sua diversidade. O recorte temático da presente pesquisa justifica-se no contexto histórico-geográfico da luta pela terra e da reivindicação de direitos para uma vida digna no meio rural brasileiro. Como atores imediatos a esta realidade se encontra movimentos sócio-territoriais que, mediante pressão política e social, conseguem exercer uma democracia participativa, destacando-se entre estes, o movimento que durante os últimos anos conquistou o maior número de territórios legalizados para fins da Reforma Agrária: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Espacialmente, este fenômeno, observável em escala nacional, foi delimitado ao estado do Paraná, onde foi estudado o Assentamento Contestado por ser um território reivindicado pelo MST a partir da ocupação e acampamento de um imóvel improdutivo do Grupo Incepa, além da proximidade à capital do estado, aspecto que permitiu consolidar este território como um laboratório de práticas militantes e camponesas. Nessa lógica, discute-se epistemologicamente ao Assentamento Contestado como um território multidimensional (que reúne aspectos naturais, políticos, econômicos, sociais, culturais) híbrido e relacional, que se configura a partir de estratégias territoriais exercidas pelos sujeitos que o habitam. Como principais territorialidades se destacam sete setores de base e organicidade: finanças e infraestrutura; esporte e lazer; juventude; gênero; produção; saúde; e educação, sendo estes três últimos, os setores com conquistas significativas como a Cooperativa Terra Livre, Unidade de Saúde “chica pelega” e Escola Latino-americana de Agroecologia. Embora seja importante a base espacial e material para consolidação de práticas nas múltiplas dimensões territoriais, a construção do território cobra sentido a partir da essência de seus sujeitos, que neste caso está influenciada pela tradição do campesinato, classe social histórica, não extinta, como o marxismo ortodoxo anunciou teoricamente. Conhecer dilemas e perspectivas relacionadas com o meio rural habitado, desde o olhar de fontes primárias, foi fundamental no entendimento do Assentamento, pelo que através da História Oral foram coletados históricos de vida e experiências territoriais dos camponeses. Em quatro capítulos foram discutidos significados e representações de conceitos norteadores de discussão: território; territorialidade; campesinato; experiências de vida; e sua relação com o estudo de caso: Assentamento Contestado. Para isso, foi realizada pesquisa bibliográfica e coleta de dados empíricos em três fases de trabalho de campo, processo que permitiu compreender que, embora não seja fácil, coletivamente a luta pela vida digna rural pode ser uma realidade. Através desta sequência técnica e discursiva, se considera finalmente, que existe uma inseparável tríplice relação dialógica entre o MST, o território multidimensional e os camponeses, pois ao compreender sua militância, práticas cotidianas, memórias individuais e coletivas, se evidencia um conjunto de elementos estritamente interdependentes que justificam lutas, conquistas e resistências.

Palavras chave: Território multidimensional; territorialidade; campesinato; experiências de vida.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de un estudio teórico y empírico que busco comprender la dinámica de construcción territorial de un asentamiento rural de la Reforma Agraria brasileña. El recorte temático de la presente investigación se justifica en el contexto histórico-geográfico de la lucha por la tierra y la reivindicación de derechos para una vida digna en el medio rural brasileño. Como actores inmediatos a esta realidad se encuentran movimientos socio-territoriales que mediante presión política y social consiguen ejercer democracia participativa, destacándose así, el movimiento que durante los últimos años conquistó el mayor número de territorios legalizados para fines de la Reforma Agraria: el Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST. Espacialmente, este fenómeno observable a escala nacional, fue delimitado al estado de Paraná en el cual fue estudiado el Asentamiento Contestado por ser un territorio reivindicado por el MST, a partir de la ocupación y campamento de un inmueble improductivo perteneciente al Grupo Incepa. Además de esto, llama especial atención la cercanía a la capital del estado, aspecto que permitió consolidar este territorio como un laboratorio de prácticas militantes y campesinas. Sobre ese contexto se entiende que el Asentamiento Contestado es un territorio multidimensional en el cual confluyen aspectos naturales, políticos, económicos, sociales y culturales, además de ser híbrido y relacional pues se configura a partir de estrategias de territorialidad ejercidas por los sujetos que habitan en él; estrategias que para el Movimiento son estructura organizativa y reglamentar, o como llamadas por los asentados, sectores de base que abarcan la producción, salud, educación, género, finanzas, juventud y deporte y ocio. Si bien es importante la base espacial y material para la consolidación de prácticas multidimensionales, la construcción del territorio cobra sentido a partir de la esencia de los sujetos, ésta influenciada por una tradición del campesinado: clase social que no se extinguió con el capitalismo como anunciado teóricamente el marxismo ortodoxo. Conocer dilemas y perspectivas relacionadas con el medio rural habitado también fue fundamental en el entendimiento del Asentamiento, por lo que a través de fuentes primarias de información recolectadas con ayuda de Historia Oral, se aproximó a históricos de vida y experiencias territoriales de los campesinos asentados. De esta manera, en cuatro capítulos se discute teóricamente significados y representaciones de conceptos orientadores de discusión: territorio; territorialidad; campesinado; experiencias de vida; éstos cuatro relacionados directamente con el estudio de caso: Asentamiento Contestado y sus sujetos. Metodológicamente fue realizada investigación bibliográfica y colecta de datos empíricos en tres fases de trabajo de campo, proceso que permitió comprender que si bien la lucha por la tierra no es fácil de emprender, colectivamente puede llegar a ser una realidad. A través de esta secuencia técnica y discursiva, se considera finalmente que existe una inseparable triple relación dialógica entre el MST, el territorio multidimensional y los campesinos, pues al comprender su militancia, prácticas cotidianas, memorias individuales y colectivas se evidencia un conjunto de elementos estrictamente interdependientes que justifican luchas, conquistas y resistencias.

Palabras clave: Territorio multidimensional; territorialidad; campesinado; experiencias de vida.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

ESQUEMA 1 - NÍVEIS DE TERRITORIALIDADE	70
ESQUEMA 2 - TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE NO A. CONTESTADO	73
ESQUEMA 3 - ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO A. CONTESTADO	83
ESQUEMA 4 - ORGANIZAÇÃO DA COOPERATIVA TERRA LIVRE	90
ESQUEMA 5 - ORGANICIDADE NA ELAA.....	124
GRÁFICO 1 - TIPOS DE PRODUÇÃO NO A. CONTESTADO	94
GRÁFICO 2 - PRODUÇÃO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO.....	95
GRÁFICO 3 - TITULARIDADE DO LOTE, ASSINATURA DO CCU.....	111
GRÁFICO 4 - CIDADES E MUNICÍPIOS DE PROVENIÊNCIA DAS FAMÍLIAS.....	159
GRÁFICO 5 - ANO DE CHEGADA DAS FAMÍLIAS	161
GRÁFICO 6 - INTEGRANTES POR FAMÍLIA	163
GRÁFICO 7 - MEDIA E TIPO DE INTEGRANTES POR FAMÍLIA	164
GRÁFICO 8 - RECURSOS MONETÁRIOS DOS ASSENTADOS.....	165
GRÁFICO 9 - MAIOR E MENOR TITULAÇÃO ACADÊMICA OBTIDA POR FAMÍLIA	166
IMAGEM 1 - CASARÃO DA FAZENDA SANTA AMÉLIA, ANTES E EM PROCESSO DE REMODELAÇÃO	47
IMAGEM 2 - A) TRONCO DE PUNIÇÃO. B) VISTA INTERNA À SENZALA. C) VISTA EXTERNA À SENZALA.	49
IMAGEM 3 - PANORAMA ATUAL DO ESPAÇO ONDE FORAM CONSTRUÍDOS BARRACOS DURANTE O ACAMPAMENTO.	52
IMAGEM 4 - ACAMPADOS DO CONTESTADO NO CENTRO CÍVICO.	54
IMAGEM 5 - ACAMPAMENTO CONTESTADO	56
IMAGEM 6 - PLACA DISTINTIVA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO.	61
IMAGEM 7 - PANORAMA GERAL DE UMA VOÇOROCA NO A. CONTESTADO.....	76
IMAGEM 8 - INTERIOR DA COOPERATIVA TERRA LIVRE.....	91
IMAGEM 9 - COUVE-FLOR, ALFACE E BATATA DOCE NUM LOTE DE PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA	96
IMAGEM 10 - PRODUÇÃO CONVENCIONAL DE FEIJÃO E MILHO	99

IMAGEM 11 - EXEMPLIFICAÇÃO DE BARRACOS DE LONA: ACAMPAMENTO MARIA ROSA DO CONTESTADO	103
IMAGEM 12 - ESPAÇO PROVÁVEL PARA ESTABELECEM OFICINAS DO SETOR DE FINANÇAS E INFRAESTRUTURA, AINDA EM DISCUSSÃO	104
IMAGEM 13 - TRABALHADORA E TRABALHADOR NA BANDEIRA DO MST	108
IMAGEM 14 - UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE FLORESCER FRANCISCA ROBERTA “CHICA PELEGA”	114
IMAGEM 15 - ESPAÇOS PARA SAÚDE CONVENCIONAL E SAÚDE POPULAR NO CENTRO DE SAÚDE “CHICA PELEGA”	116
IMAGEM 16 - SEMENTES DE GIRASSOL PARA AURICULOTERAPIA COM E PLANTAS PARA CHÁ NA BIOENERGIA.....	117
IMAGEM 17 - ESCOLA E COLÉGIO MUNICIPAL DO CAMPO CONTESTADO.....	121
IMAGEM 18 - CIRANDA CURUPIRA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO	121
IMAGEM 19 - ESCOLA LATINO-AMERICANA DE AGROECOLOGIA, VISTA INTERNA E EXTERNA A SALA DE AULA	125
IMAGEM 20 - ELEMENTOS DA MÍSTICA NO NÚCLEO DE BASE LIBERTAÇÃO CAMPONESA ..	132
IMAGEM 21 - PRÁTICA DE FUTEBOL FEMININO	137
IMAGEM 22 - ATIVIDADE DE MUTIRÃO NO NÚCLEO DE BASE IGUAÇU	162
IMAGEM 23 - PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO ENTREVISTADO Nº 16	180
IMAGEM 24 - ADUBAÇÃO FABRICADA NATURALMENTE NO LOTE DO ENTREVISTADO Nº 16	182
IMAGEM 25 - CULTIVO DE MORANGOS CONVENCIONAIS EM ESTUFAS E CHÃO	188
IMAGEM 26 - ALGUNS INSUMOS CONVENCIONAIS USADOS EM JANEIRO DE 2015	189
IMAGEM 27 - ZONA DE PREPARO DOS MORANGOS E SEU ASPECTO FINAL PARA VENDA ..	190
IMAGEM 28 - VISTA PARCIAL DA CASA DO LOTE E O QUINTAL DA ENTREVISTADA Nº 15 ...	197
IMAGEM 29 - PRODUÇÃO CONVENCIONAL NO LOTE DA ENTREVISTADA Nº 15	198
IMAGEM 30 - HORTA E POMAR DO LOTE DA ENTREVISTADA Nº 15	199
IMAGEM 31 - PRODUÇÃO DE SOJA E MILHO	203
IMAGEM 32 - TRABALHO EM TROCA DE UMA PARTE DO PRODUTO FINAL E LAGOA PARA PRODUÇÃO DE PEIXE	204
IMAGEM 33 - HORTIFRUTIGRANJEIRO DO ENTREVISTADO Nº 18	205
 MAPA 1 - LAPA NA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA.....	 58

MAPA 2 - LOCALIZAÇÃO DO ASSENTAMENTO CONTESTADO COM RELAÇÃO A LAPA E PARANÁ.....	60
MAPA 3 - NÚCLEO DE BASE IGUAÇU (AGROVILA)	63
MAPA 4 - NÚCLEOS DE BASE NO A. CONTESTADO.....	67
MAPA 5 - HIDROGRAFIA DO ASSENTAMENTO CONTESTADO	80
QUADRO 1 - PRODUÇÃO: SUSTENTABILIDADE, SUFICIÊNCIA E RETORNABILIDADE	97
QUADRO 2 - PLANTAS DE USO FREQUENTE NA SAÚDE POPULAR NO A. CONTESTADO....	118
QUADRO 3 - ESPÉCIES VEGETAIS NO LOTE DO ENTREVISTADO Nº 16	180
QUADRO 4 - PLANTAS CULTIVADAS NO LOTE DA ENTREVISTADA Nº 15	200

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - O MST E OUTROS MOVIMENTOS SOCIAIS NA CONQUISTA PELA TERRA.	43
TABELA 2 - NÚCLEO DE BASE IGUAÇU, MEDIDAS EM HA.	64
TABELA 3 - NÚCLEOS DE BASE DO ASSENTAMENTO CONTESTADO.	66
TABELA 4 - RELEVO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO	77

LISTA DE SIGLAS

A. – Assentamento

APA – Área de Proteção Ambiental

CCU – Contrato de Concessão de Uso

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONCRAB – Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil

CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura

CPT – Comissão Pastoral da Terra

DERAL – Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná

DESER – Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais

ELAA – Escola Latino-americana de Agroecologia

FHC – Fernando Henrique Cardoso

GEGATE – Grupo de Estudos de Geografia Agrária e Território

H.O. – História Oral

IFPR – Instituto Federal do Paraná

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social

MASTER – Movimento dos Agricultores Sem Terra

MBA – Movimento dos Atingidos por Barragens

MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário

MEB – Movimento de Educação de Base

MPPPR – Ministério Público de Paraná

MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

PAA – Programa de Aquisição de Alimentos

PCB – Partido Comunista do Brasil

PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentado

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNRA – Plano Nacional de Reforma Agrária

PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária

PSOL – Partido Socialismo e Liberdade

RMC – Região Metropolitana de Curitiba

SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento

SPG – Sistema Participativo de Garantias

SUS – Sistema Único de Saúde

UEPG – Universidade Estadual de Ponta Grossa

ULTABS – União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	17
PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	22
CAPÍTULO I	27
1. ASSENTAMENTO CONTESTADO, TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL DE CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS.....	27
1.1. O CARÁTER MULTIDIMENSIONAL DO CONCEITO TERRITÓRIO.....	27
1.2. O TERRITÓRIO EM ESPAÇOS DA REFORMA AGRÁRIA.....	31
1.2.1. Movimentos sócio-territoriais na formação de territórios agrários: o MST	40
1.3. MATERIALIZAÇÃO DE IDEAIS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO A. CONTESTADO	45
1.3.1. De remanescente sesmaria a imóvel improdutivo: a fazenda Santa Amélia.....	46
1.3.2. Ocupação e período de acampamento na antiga Fazenda Santa Amélia: a luta das famílias pela terra	50
1.3.3. Legalização e consolidação espacial do A. Contestado.....	57
CAPÍTULO II	69
2. TERRITORIALIDADE: SETORES DE BASE E ORGANIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL	69
2.1. DIMENSÃO AMBIENTAL: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA.....	75
2.2. DIMENSÃO POLÍTICA: ORGANIZAÇÃO NA MILITÂNCIA	81
2.3. DIMENSÃO ECONÔMICA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO	85
2.3.1. Setor de produção.....	92
2.3.2. Setor de finanças e infraestrutura	101
2.4. DIMENSÃO SOCIAL: ENTRE VALORIZAÇÃO DO SER, CUIDADO FÍSICO E DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER.....	105
2.4.1. Setor de gênero.....	106
2.4.2. Setor de saúde	113
2.4.3. Setor de educação	119

2.5. DIMENSÃO CULTURAL: MISTICISMO, JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER.....	128
2.5.1. Setor de juventude	134
2.5.2. Setor de esporte e lazer	136
CAPÍTULO III	139
3. SUJEITOS EM TEORIA E AÇÃO: CAMPESINATO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO	139
3.1. O CAMPONÊS NA TEORIA CLÁSSICA AGRÁRIA.....	141
3.1.1. O narodnismo nos estudos clássicos do campesinato.....	142
3.1.2. Anarquismo agrário nos estudos clássicos do campesinato	143
3.1.3. O marxismo. Linhas de discussão relacionadas ao campesinato	145
3.2. NOVAS CONCEPÇÕES DO CAMPESINATO	150
3.2.1. Noções antropológicas sociológicas e agroecológicas com relação ao campesinato	151
3.3. ENTRE TEORIA E DADOS EMPÍRICOS: QUEM SÃO OS SUJEITOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO?	158
CAPÍTULO IV.....	169
4. FAMÍLIAS PRODUTORAS DO A. CONTESTADO: ENTRE MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA.....	169
4.1. A HISTÓRIA ORAL E OS SUJEITOS	170
4.2. O RETRATO DE TODA UMA VIDA NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA ...	176
4.3. MEMÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA NA PRODUÇÃO CONVENCIONAL... ..	184
4.4. DUAS ESCOLHAS PRODUTIVAS, UM MESMO LOTE. HISTÓRIA DE UMA PRODUTORA MISTA	192
4.5. UM CASO PARTICULAR DE PRODUÇÃO	200
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
APÊNDICES	225

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A presente pesquisa é uma contribuição discursiva à Geografia Agrária no que se refere às terras da Reforma Agrária conquistadas a partir da pressão social exercida pelos movimentos sócio-territoriais no Brasil. Sobre essa base, tentou-se orientar a pesquisa à luz de referências teóricas e históricas que permitissem compreender processos, lutas, dilemas e perspectivas dos territórios rurais no marco da Reforma Agrária.

Nesse contexto temático geral, delimitou-se a pesquisa ao estado do Paraná. Como recorte espacial foi escolhido o Assentamento Contestado, localizado no município da Lapa. Justifica-se a importância de pesquisar esse território por sua proximidade à capital do estado, por representar o processo de luta pela terra, por preservar a cultura camponesa e por se organizar territorialmente a partir da identidade política de um dos movimentos sócio-territoriais mais importantes do país: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Optou-se por abordar movimentos como o MST desde uma perspectiva socioterritorial. Conforme Fernandes (2005a), esta definição permite uma compreensão sociológica e geográfica ao mesmo tempo, isto é, entendendo que as relações sociais definem territórios de ação dos movimentos. Assim, para atingir estes objetivos, constroem-se espaços políticos de socialização, enquanto se constroem territórios (de conquista) a partir da destruição de outros tipos territórios (capitalistas), ou seja, constroem-se lutas a partir de processos de territorialização e desterritorialização (FERNANDES, 2005a).

Nesse sentido, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender as dinâmicas territoriais do Assentamento Contestado, entre 1999 e 2017, levando em consideração aspectos referentes à luta pela terra, as perspectivas de reprodução sócio-econômico-político-cultural e ambiental e a importância da memória social na construção da identidade do grupo camponês e na identificação de sua diversidade. Sendo um território com um histórico de trajetória militante desde 1999, o recorte temporal corresponde a dezenove anos, isto, desde a ocupação da antiga Fazenda Santa Amélia, naquele momento propriedade do Grupo Incepa, à atualidade.

Considera-se que um assentamento rural é uma intensa ação territorial que nasce de um processo conflitual entre o capitalismo e militantes de movimentos sócio-territoriais, mediado pelo estado a partir da figura do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (INCRA, 2018b).

Os assentamentos são territórios legalizados que envolvem agentes transformadores que lutaram, lutam e ainda impulsionam a outros a lutar, por uma terra onde se estabelece uma vida digna, motivo pelo qual previamente se organizaram para ocupar e acampar imóveis improdutivos e com dívida da União, até pressionar o estado e exigir a criação de um assentamento.

Dessa forma, compreender a dinâmica de construção territorial de um assentamento de caráter camponês, como o Contestado, é mergulhar num contexto de desigualdade social, econômica, política e espacial que histórica e geograficamente vem se reproduzindo. Conforme Prado Junior (1957), o sentimento reivindicador daqueles fatos históricos deve começar pela consciência da construção da história, pois ela enaltece e glorifica estrangeiros e classes dirigentes, deixando de lado as populações que historicamente têm sido oprimidas. De acordo com o autor “na nossa história os heróis e os grandes feitos não são heróis e grandes senão na medida em que estão em acordo com os interesses das classes dirigentes, em cujo benefício se faz a história oficial” (PRADO JUNIOR, 1957, p. 8).

Nesse sentido, o MST, como ator social ciente da história dos trabalhadores da terra, posiciona-se politicamente a favor da Reforma Agrária. Com uma ideologia influenciada, sobretudo, pelo marxismo heterodoxo, intelectuais e militantes do mesmo movimento como João Pedro Stédile, justificam estratégias de pressão social como manifestos, ocupações e acampamentos.

Desta forma, a posse de terras improdutivas, a pressão política através de mecanismos democráticos, a liderança de massas, ações horizontais entre os trabalhadores da terra e seu respectivo fortalecimento em eventos nacionais, designam politicamente os ideais das famílias da Reforma, embora socialmente tenham como característica marcante uma identidade própria, complexa, familiar e vicinal, isto é, camponesa (MARTINS, 2003).

Aquelas famílias, protagonistas da Reforma Agrária, reúnem evidências de um processo de luta e resistência pela terra, produto residual de segregações e

transformações políticas, econômicas, sociais e culturais ocorridas ao longo da história. Nesse contexto, o trabalhador rural configura sua natureza como ator social peculiar que consegue construir território a partir de seu constante diálogo cultural com a terra.

Por trás de manifestações, protestos, acampamentos, assentamentos e outras ações concretas, encontra-se um sujeito efetivo da Reforma Agrária que vale a pena ser estudado em contextos específicos como o Assentamento Contestado, território que representa fervorosamente a luta pela terra, resistência, cooperativismo, inclusão, valores camponeses, diálogo cultural com a natureza (agroecologia), e ainda: ensino e aprendizado baseado nessa realidade. Indica o MST (2016):

O assentamento Contestado é modelo dessa luta, exemplo não só da mudança estrutural que a sociedade precisa por meio da reforma agrária, mas da construção de um modelo de organização social calcado na cooperação, na ecologia e na emancipação humana – princípios defendidos e aplicados por meio da agroecologia.

À vista da trajetória histórica, política, cultural, econômica e social destes sujeitos da Reforma Agrária, seu território torna-se complexo, multidimensional, híbrido e integrador. Segundo Haesbaert (2006), o território na Geografia toma seu lugar ao integrar esferas sócio-naturais, múltiplas dimensões, relações de poder homogêneas que disputam e compartilham o controle de fluxos e territorialidade. O território mais do que uma base material ou área geográfica, é um elemento-chave na construção de territorialidades. Nessa perspectiva, a conquista das terras improdutivas pelas famílias e movimentos sócio-territoriais, como o MST, na conversão em territórios de Reforma Agrária, produz identidade, concentração de trajetórias de vida, moradia, espaços de convivência, lugar de trabalho, enraizamento e valores.

Salienta Haesbaert (2006) que em um panorama de exclusão social que tenta dissolver laços territoriais, produz-se um efeito contrário, conforme o autor:

[...] as dificuldades cotidianas pela sobrevivência material levam muitos grupos a se aglutinarem em torno de ideologias e mesmo de espaços mais fechados visando assegurar a manutenção de sua identidade cultural, último refúgio na luta por preservar um mínimo de dignidade (HAESBAERT, 2006, p. 92).

Assim, a exclusão social da população rural, justificada em termos de interesses capitalistas que deslocam políticas agrárias em favor do mercado, gera

conflitos e contradições entre populações que constituem sua existência sobre outros modelos de desenvolvimento não-capitalistas. De acordo com Fabrini (2005):

A complexa trama de reprodução do campesinato como fração da classe trabalhadora do modo de produção capitalista remete à necessidade de interpretação da sua existência no contexto das lutas de resistência e às manifestações desenvolvidas por eles, pois se trata de uma luta contra a ordem capitalista (FABRINI, 2005, p. 4692).

Conforme Fernandes (2005b), no âmbito rural, as famílias produzem e se reproduzem em meio a conflitos territoriais. Na luta das famílias e os movimentos sociais contra o capitalismo, ocupam-se fragmentos de latifúndios improdutivos, acampados e posteriormente assentados, visando adquirir autonomia política e econômica. Mais do que produzir mercadorias, nestes territórios os camponeses criam e recriam sua existência.

Desta forma, os assentamentos, como o Contestado, são uma forma de organização espacial que se tornam território, causando impacto e mudanças nos âmbitos políticos, econômicos e sociais, demonstrando assim, que as famílias dispostas nessa paisagem querem mudar suas realidades (FERNANDES, 2005b). Entre outras formas de conquista da terra se encontra o acampamento, território ocupado por famílias sem-terra, símbolo de luta e resistência pela Reforma Agrária, e pre-assentamento, fase intermedia entre acampamento e assentamento.

Tendo em conta que a presente pesquisa é um estudo de caso sobre o Assentamento Contestado, buscou-se distribuir dedutivamente argumentos para compreender esta dinâmica territorial ao longo de sua existência. Portanto, ao encontro de fundamentos à questão geral, objetivou-se especificamente reconhecer aspectos histórico-geográficos que permitiram a criação do Assentamento Contestado; identificar estratégias de organização e territorialidade no interior do Assentamento; caracterizar elementos teórico-sociais das famílias camponesas que moram neste território; e finalmente ilustrar experiências concretas de trabalho familiar nos lotes produtivos.

A partir dos elementos anteriores, a dissertação se desenvolveu ao longo de quatro capítulos, em que são inseridos teoria, objeto e sujeito de pesquisa. No *capítulo 1 – Assentamento Contestado, território multidimensional de conquistas e resistências*, apresenta-se o enfoque teórico para definir o território, assim discute-se multidimensionalidade de forma geral e nos espaços da Reforma Agrária e do MST. Sobre essa base teórica e histórica, aborda-se o Assentamento Contestado como

materialização de ideais da Reforma Agrária e do Movimento. Para isso, são apresentados elementos próprios do período de ocupação, acampamento, legalização e consolidação espacial das famílias assentadas.

No *capítulo 2 - Territorialidade: setores de base e organização multidimensional*, retoma-se parte da discussão do primeiro capítulo sobre multidimensionalidade. Tendo em conta o conceito de territorialidade como estratégia espacial para atingir, influenciar ou controlar recursos numa área determinada, apresenta-se a organicidade do Assentamento em cada dimensão (natural, política, econômica, social, cultural), isto é, os setores de base do Movimento. Nesse sentido, cada setor de base foi relacionado a uma dimensão social correspondente. Na dimensão ambiental, única que não teve setor de base, pois a natureza atinge todos os aspectos do assentamento, foram reunidos elementos que caracterizaram fisicamente o local. Na dimensão política, foi relacionada a organização de lideranças e coordenações do Assentamento. Para a dimensão econômica, foi introduzido o histórico da Cooperativa Terra Livre e sua relação com a agroecologia. Posteriormente foram apresentados os tipos de produção dos lotes e o setor de produção. Também foi abordada nesta dimensão o setor de finanças. Na dimensão social, foram reunidos setores de gênero, saúde e educação. Por último, na dimensão cultural foi destacada a mística como manifestação crítica e cultural da luta pela terra, seguidamente, setores de juventude e esporte e lazer.

No *capítulo 3 – Campesinato no Assentamento Contestado: sujeitos em teoria e ação*, discute-se o conceito campesinato. Retomando desde a teoria clássica até a nova tradição de estudos do campesinato, incluindo a relação camponês-agroecologia. Isto com a finalidade de estabelecer o marco teórico para os sujeitos da pesquisa e posteriormente se relacionar com a respectiva caracterização de elementos sociais dos camponeses do Assentamento Contestado.

Por último, no *capítulo 4 – Experiências de vida: experiências na produção*, resgata-se a experiência histórica, militante e produtora de quatro famílias assentadas com tipos de produção diferente: agroecologia, convencional, mista, um caso especial de produção não familiar. Estas entrevistas foram usadas de forma total com a finalidade de retratar aspectos significativos nas fases de infância, adolescência, chegada ao Contestado e a relação com o lote produtivo.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A participação no grupo de estudos GEGATE possibilitou, em grande medida, desenvolver a teoria e trabalho de campo referentes à presente pesquisa. No marco do projeto “Políticas públicas para a agricultura familiar e a transição agroecológica no contexto de desenvolvimento territorial rural no Assentamento Contestado, Lapa-PR”, foi inserida a presente pesquisa com a finalidade de abordar a construção territorial do Assentamento desde uma perspectiva geral.

No grupo de estudos, foram discutidas as diversas abordagens sobre território, considerando-se para este caso, uma perspectiva multidimensional a partir de autores como Saquet (2008; 2011), Haesbaert (2006) e Fernandes (2008; 2009; 2013). Desde um olhar geográfico, foi priorizada a análise desde um âmbito social, pelo que discursivamente o texto foi guiado por aspectos referentes a questão agrária. Portanto, conceitos como Reforma Agrária, campesinato e movimento sócio-territoriais, foram bases no desenvolvimento argumentativo do texto. Nesse sentido foram abordados teóricos como Oliveira (2007), Brandford e Rocha (2004), Madeiros (1989), Stédile (2005), Stédile e Fernandes (2012), Fabrini (2000), Mendonça e Thomaz Junior (2011), Guzmán e Molina (2005), Shanin (1979; 1988), Palerm (2008), Altieri (2004), Martínez Alier (2009), entre outros.

Políticas públicas como Programa Nacional de Alimentação Escolar –PNAE e Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, também foram discutidas. Entre outras fontes, foram considerados dados quantitativos e qualitativos publicados por DATALUTA, INCRA e o MST. Este levantamento bibliográfico permitiu o desenvolvimento do primeiro, segundo e terceiro capítulos.

Para o quarto capítulo, foi empregada uma metodologia que resgatasse históricos e experiências de vida das famílias camponesas, por tanto, através da História Oral e as memórias dos sujeitos, como fontes primárias de informação, foram valorizadas as versões do passado que são significativas para cada pessoa.

Tendo em conta que são 108 famílias assentadas, com uma média de 4 indivíduos, foram escolhidas aleatoriamente 4 destas. Em vista da importância da relação do sujeito com a terra, um critério de seleção foi o tipo de produção. Assim, entrevistou-se um representante da cultura agroecológica, um convencional, um misto (agroecológico e convencional) e uma pessoa denominada de “caso especial”,

pois neste último, a comparação dos outros não tem base familiar de trabalho. Para compreender a relação dos sujeitos com o lote produtivo, em cada uma destas entrevistas foi empregado um dia do trabalho de campo com cada uma delas. O resultado foi mais de 4 horas de gravação por família.

Para fins de formatação, estas entrevistas foram citadas e referenciadas com numeração progressiva segundo a ordem da entrevista no âmbito da pesquisa. Assim, para o quarto capítulo, foram empregados memórias e testemunhas dos assentados entrevistados nº15, nº 16, nº17 e nº18. Estas entrevistas foram realizadas na primeira semana de dezembro de 2017.

Simultaneamente ao levantamento bibliográfico, foi realizado levantamento de dados empíricos. Os dados pesquisados foram coletados em três fases, por meio de questionários e entrevistas. A primeira fase foi de aproximação e conhecimento preliminar dos sujeitos: em visitas bimensais, conheceram-se instalações dos setores de base como produção, educação e saúde, e alguns lotes produtivos em núcleos de base como Che Guevara, Libertação camponesa e Sepé Tiaraju. Este trabalho de campo foi realizado de forma conjunta com 70% de integrantes de GEGATE durante o ano 2016. Nesta fase foram levantadas as entrevistadas nº1 e nº2.

Na segunda fase do trabalho de campo, coordenadores da Escola Latino-Americana de Agroecologia – ELAA autorizaram o uso de suas instalações para pernoitar e ficar durante quatro dias, estes correspondentes ao período de 6 a 9 de julho de 2017. Durante essa etapa, foram aplicados questionários semiabertos aos assentados, com a finalidade de caracterizar aspectos como origem, número de integrantes por família, tipo de produção, escolaridade, cooperativismo, entre outros aspectos, que podem ser observados no terceiro capítulo. Estes questionários foram aplicados pela autora e pelo integrante de GEGATE, Denny Jobins. Ao caminhar pelo Assentamento logrou-se entrevistar famílias, apresentar a pesquisa o programa e o grupo de estudos. Nesta fase foram coletadas as entrevistas nº3 e nº4.

Tendo em conta que cada família tem uma história particular, uma forma e sequência de fala diferente, a metodologia empregada para aplicar o questionário foi conversacional, ou seja, apresentou-se o objetivo da visita e o questionário; uma vez que o assentado se sentisse disposto a falar, transformou-se o roteiro de perguntas

em uma conversa  o amena, durante a qual o sujeito tinha liberdade para narrar seu histórico e sua relação com a terra e o MST.

Uma debilidade, mas vantagem também desta metodologia, é a confiança que logra-se estabelecer entre o sujeito e o pesquisador. Se bem a confiança permitisse enxergar com maior profundidade a vida do assentado, o tempo empregado por lote era quase incontrolável, porque podia se estender, dependendo do detalhe da informação. Em alguns casos, esta atividade teve duração de uma hora num lote s  , já que o assentado sentia confiança de explicar detalhes e responder ao questionário em companhia do café. Ante essa amabilidade, como pode se negar a pesquisadora?

No total, foram aplicados 44 questionários em 8 de 10 núcleos de base. Por quest   es de deslocamento, nesta fase não foram visitados assentados nos núcleos de Roseli Nunes e Lagoão. O questionário estruturou-se em dois blocos, nos quais se agruparam quest   es referentes à identificação individual – familiar e produção. Em 80% do questionário, se utilizaram quest   es objetivas; no entanto, também foram necessárias algumas quest   es abertas em relação   idade, ao lugar onde moravam antes da chegada ao assentamento,   titulação e profissão dos pais, aos ingressos,   transição ao tipo de produção atual e aos principais produtos cultivados no lote.

A amostra da população foi feita a partir do modelo estatístico para população finita. A equação 1 mostra o modelo matemático empregado, tomado como referência de Aguilar (2005):

$$n = \frac{N \cdot Z_a^2 \cdot p \cdot q}{d^2 \cdot (N - 1) + Z_a^2 \cdot p \cdot q} \quad (1)$$

Na anterior equação, cada um dos termos corresponde a:

N: tamanho da população, o qual corresponde a 108 famílias.

Z: valor crítico. Calculado nas tabelas de Distribuição Normal Padrão. Para um intervalo de confiança de 95% o valor crítico correspondente   de 1,96.

P= probabilidade de confiança do cálculo realizado, isto é, 0,95.

Q= proporção da população de referência que não apresenta o fen  meno de estudo, correspondente a 0,05.

D= erro máximo admissível em termos de proporção a 0,05.

n = tamanho da amostra.

Ao substituir os valores na equação 1, se obtém um tamanho da amostra de 43,78 famílias. Aproximando esse valor, o tamanho seria de 44 famílias.

$$n = \frac{108 (1.96)^2 (0.95)(0.05)}{(0.05)^2 (107) + (1.96)^2 (0.95)(0.05)} \quad (2)$$

$$n = 43.78$$

Por meio do questionário, estabeleceu-se a classificação dos sujeitos produtores. Assim, foram determinados 4 tipos de famílias; estas foram simbolizadas com uma letra específica: agroecológicas – A, convencionais – C, mistas – M, e casos especiais de produção – O. Esta classificação permitiu a discussão dos tipos de produção no Assentamento, a percepção com relação à sustentabilidade, suficiência e retornabilidade monetária. Os questionários foram a ferramenta de recollecção de informação que permitiu o desenvolvimento da dimensão econômica do segundo capítulo e a caracterização quantitativa dos sujeitos da pesquisa no terceiro capítulo.

Tendo em conta os 4 tipos de famílias produtoras, foi desenvolvido o terceiro e quarto capítulo da dissertação. Os dados empíricos para estes capítulos correspondem a terceira fase do trabalho de campo, quando durante 15 dias, correspondentes ao período de 23 de novembro a 8 de dezembro de 2017, foram aplicadas entrevistas a produtores da maioria dos núcleos de base, coordenadores dos 7 setores de base e profissionais em educação e saúde.

50% das entrevistas desta fase foram realizadas em companhia da pesquisadora francesa Cleire Leager, que para esse momento, desenvolvia trabalho de campo para sua tese doutoral na Alemanha com os mesmos sujeitos do Assentamento. Com esta pesquisadora foram compartilhadas apreciações, inquietudes, dúvidas, desejos utópicos e perguntas dos questionários das entrevistas, para assim evitar repetir informações e aproveitar tempos com os assentados entrevistados. Ao longo desta última fase foi a única representante do GEGATE por se tratar de aspectos mais específicos da atual pesquisa, nesta fase foram registradas testemunhas dos entrevistados nº5 a nº21.

Entre as entrevistas realizadas, destaca-se as 4 do quarto capítulo. Com ajuda de uma liderança do assentamento foram escolhidas 4 famílias, cada um com

diferente tipo de produção: A, C, M, O. A ajuda da liderança foi indispensável na escolha das famílias, porque se requeria passar o dia todo com cada uma delas. Esta liderança tinha bom relacionamento com os assentados, razão pela qual se facilitou que elas aceitaram a estadia da pesquisadora. A finalidade desta entrevista era conhecer atividades diárias de cada família, seu histórico, o lote produtivo, tipo de produção, relação com a natureza, dilemas e desafios. Em geral, procurou-se conhecer experiências concretas de cada tipo de família. Isto, para retomar a voz dos sujeitos da pesquisa.

As outras entrevistas contribuíram no sustento de fontes teóricas e secundárias, para assim relacionar aspectos acadêmicos ou formais com elementos empíricos. Essas entrevistas podem ser observadas ao longo dos capítulos. Adicionalmente, foi usado o registro fotográfico e audiovisual coletado em cada uma das três fases do trabalho campo.

Esta pesquisa também se realizou desde uma perspectiva espacial. Nesse sentido, a cartografia contribui para tornar visível a organização espacial do Assentamento Contestado. A distribuição espacial de cada família assentada, em escala cartográfica superlativa, foi relacionada aos 10 núcleos de base organizados destas famílias, em escala grande, e relacionada ao Contestado e este na posição geográfica em relação ao município da Lapa, Região Metropolitana de Curitiba e Estado do Paraná. Em cada relação a escala cartográfica foi diminuída para evidenciar a perspectiva estática e analítica da localização espacial.

Os mapas de distribuição espacial dos lotes do Assentamento e dos 10 núcleos de base organizados das famílias assentadas foram elaborados no Programa de Geoprocessamento QGis, trabalhou-se com as bases cartográficas da malha digital de municípios do IBGE (2015) e assentamentos do Brasil do INCRA (2017). Sobre estes arquivos vetoriais reproduzimos a distribuição espacial das 108 famílias assentadas e dos 10 núcleos de base organizados, diante das informações obtidas em entrevistas no Contestado. Ao depararmos com as diferentes referências geodésicas existentes para as informações básicas sobre a estrutura fundiária brasileira, disponibilizadas pelo INCRA e IBGE, optamos por ajustar os arquivos vetoriais para o sistema geodésico de referência SIRGAS2000. Deste modo a distribuição espacial dos fenômenos ficam localizadas geograficamente na mesma posição.

CAPÍTULO I

1. ASSENTAMENTO CONTESTADO, TERRITÓRIO MULTIDIMENSIONAL DE CONQUISTAS E RESISTÊNCIAS

A Geografia é uma ciência social construída a partir da ideia geral da relação homem–natureza. Na sua essência ontológica, epistemológica e investigativa destacam-se categorias-chave como espaço e tempo, além de conceitos como região, escala, lugar, e mais recentemente território: conceito abstrato que foi revalorizado no mundo acadêmico a partir dos anos 1960, em especial em 1980 (SAQUET, 2011).

Tendo em conta a amplitude discursiva do conceito território, para fins argumentativos desta pesquisa, centramos nossa discussão numa abordagem territorial, porém sem desvalorizar as categorias e conceitos geográficos mencionados anteriormente. Entendendo teoricamente o território desde uma perspectiva multidimensional, ou seja, que envolve as diferentes dimensões sociais e da natureza, apresenta-se a concretização destes aspectos no contexto do Assentamento – A. Contestado, terra de Reforma Agrária construída a partir de lutas e resistências das famílias militantes do MST na reivindicação de seus direitos.

Desta forma, ao longo do presente capítulo é dissertada a lógica do território multidimensional; as conjunturas históricas simultaneamente relacionais e coexistentes que influíram na concretização do objeto do estudo, A. Contestado; período de ocupação; acampamento; assentamento e estratégias de organização espacial das famílias militantes no território pesquisado.

1.1. O CARÁTER MULTIDIMENSIONAL DO CONCEITO TERRITÓRIO

Considera-se o Assentamento Contestado como um território de caráter multidimensional. Os motivos que impulsionam este argumento se baseiam na observação das famílias e suas ações cotidianas, pois elas estabelecem uma

relação direta sócio-natural com o espaço adquirido através da luta e resistência num imóvel improdutivo.

Segundo Haesbaert (2006, p. 43) “etimologicamente, a palavra território, *territorium* em latim, é derivada diretamente do vocábulo latino *terra*”. Embora existam algumas dúvidas sobre essa origem, instigadas pelo Dicionário de Inglês Oxford, é inegável que o vocábulo *terra* influenciou notavelmente estudos territoriais de caráter positivista, pois este aparece correlacionado ao espaço físico, tanto material e imaterialmente (HAESBAERT, 2006).

Desta forma, com expõe Fernandes (2013), autor que estimula a discussão de território e territorialidade desde a multidimensionalidade, o necessário ponto de partida para refletir sobre território é o espaço. A afirmação do geógrafo brasileiro se sustenta a partir de olhares geográficos que destacam o espaço como base para materializar a existência humana, discurso que tem suas nuances em Lefebvre (2006).

Para Fernandes (2013), a asserção que faz Lefebvre sobre o espaço é uma constante lembrança da amplitude do significado desta categoria geográfica, e portanto, um chamado para evitar a redução espacial a um fragmento material pois, contrário a isso, “o espaço é uma totalidade” (FERNANDES, 2013, p.193).

Nesse sentido, o espaço é tão abrangente que contém elementos relacionais. Na linha de raciocínio de Fernandes, o geógrafo Milton Santos (2008) já salientava que é difícil conceber o espaço separadamente de sistemas de objetos (naturais e produzidos socialmente) que na sua essência histórica se introduzem numa sequência verticalizada de eventos, enquanto na sua essência geográfica são as relações sociais que subordinam esses objetos.

Assim, sistemas de objetos e sistemas de ações, denominados também de noção forma-conteúdo, fazem parte de um olhar geográfico espacial misto ou híbrido, que, segundo Santos, pretende superar a ideia moderna de que os conceitos e categorias devem ser abordados na sua forma pura:

A ideia de forma-conteúdo une o processo e o resultado, a função e a forma, o passado e o futuro, o objeto e o sujeito, o natural e o social. Essa ideia também supõe o tratamento analítico do espaço como um conjunto inseparável de sistemas de objetos e sistemas de ações (SANTOS, 2008, p.103).

Sendo assim, para Santos o espaço significa uma relação indissociável, solidária e contraditória de sistemas. Frente a isto, Fernandes (2013) acentua que a conexão entre sistemas, objetos e ações é dinâmica, pois produz espaço e o espaço produz relações sociais que estão em constante fluxo no tempo e na história. Segundo Fernandes “este movimento ininterrupto é o processo de produção do espaço e dos territórios” (FERNANDES, 2013, p.194).

A partir dessa perspectiva, entender o território significa compreender que este se forma a partir do espaço, e que ainda, conceitos como sociedade, natureza e tempo se encontram de forma latente no binômio espaço-território.

Com tais características, Saquet (2011, p. 26-27) afirma que “o território é produto das relações sociedade-natureza e condição para a reprodução social; *campo* de forças que envolvem obras e relações sociais (econômicas-políticas-culturais) historicamente determinadas”. Com base no autor, considera-se que os territórios, como o A. Contestado, são fragmentos espaciais multidimensionais consequentes de conexões sócio-temporais, formadas a partir de relações de poder, domínio e decisão, exercidas por grupos ou classes sociais.

Conforme Hernandez (2010) o espaço torna-se ainda mais abstrato quando a partir deste se materializa o território, e neste, as relações sociais. Para o autor, nesse momento são espalhadas ações de tipo político, econômico, social e cultural (múltiplas dimensões): ações condicionadas a estratégias de apropriação, domínio e exploração territorial.

Certamente, e desde uma perspectiva materialista, um dos claros exercícios de apropriação, domínio e exploração territorial é executado pela tradição jurídico-política dos Estados. Segundo Gottmann (2012) o território é um fragmento do espaço geográfico que se ajusta a uma extensão espacial delimitada pelas políticas de um governo, portanto é:

Recipiente físico e o suporte do corpo político organizado sob uma estrutura de governo. Descreve a arena espacial do sistema político desenvolvido em um Estado nacional ou uma parte deste que é dotada de certa autonomia. Ele também serve para descrever as posições no espaço das várias unidades participantes de qualquer sistema de relações internacionais (GOTTMANN, 2010, p. 523).

Esta perspectiva do autor faz parte de um olhar geográfico clássico, diferente, porém complementar à multidimensionalidade, que limita o entendimento do território a uma dimensão de análise (unidimensional) ao longo dos períodos históricos. No entanto, Gottmann (2010) reconhece que o conceito de território tem evoluído o suficiente para se relacionar diretamente com aspectos materiais como os econômicos e sociais, além de aspectos imateriais como iconográficos, isto é, uma série de símbolos culturais abstratos que se intensificam para derrubar fronteiras físicas.

Segundo Gottman, a conotação político-material do território não é a única forma de valorizá-lo. Conforme o autor, “as mentes dos homens se reagrupam segundo a lealdade aos sistemas de signos. As fronteiras mais duras atualmente são aquelas da lealdade à fé ou à doutrina” (GOTTMAN, 2012, p. 543). Conquanto, elementos imateriais como os psicológicos e culturais são necessários numa leitura territorial total e relacional.

Conforme visto anteriormente com Gottmann (2012), intelectual que pertence ao grupo de geógrafos contemporâneos já tornados clássicos em estudos territoriais, o território é um conceito importante pela sua amplitude e evolução. Embora a perspectiva inicial do autor seja política e materialista, isso não resultou em um discurso especificamente unidimensional. Em Gottmann, é fundamental a relação da dimensão política com a simbólico-cultural. Nesse sentido, o território é relacional. Mesmo valorizando a noção material, a imaterialidade faz presença em uma leitura mais completa do território.

À vista disso, Haesbaert (2006, p. 74) explica que “o território carrega sempre, de forma indissociável, uma dimensão simbólica, ou cultural em sentido estrito, e uma dimensão material, da natureza predominante econômico-política”. Por consequência, é difícil considerar uma leitura territorial estritamente natural, política, econômica ou cultural. Desse modo, pode-se afirmar que o território é um híbrido de dimensões sociais e naturais: economia, política, cultura, natureza, que confluem num mesmo tempo e espaço.

Sob essa base teórica, entende-se que o território é uma fração do espaço que se caracteriza por ser histórico-geográfico; relacional no sentido de relações de poder; multidimensional (natural, econômico, político, social, cultural); e híbrido-

integrador entre o mundo material e imaterial. A partir dessas ideias, o objeto de estudo A. Contestado, espaço legalizado no contexto da Reforma Agrária, é definido como território relacional, multidimensional e integrador.

Tendo como base estes aspectos teóricos referentes a território, somasse também elementos relacionados com a configuração espacial rural, os quais se constroem a partir de relações de poder, domínio e apropriação de grandes áreas rurais por parte do capital. Nesse sentido, dirige-se o seguinte argumento à conjuntura de conflitualidade territorial e formação de assentamentos rurais num contexto histórico-geográfico de luta pela Reforma Agrária.

1.2. O TERRITÓRIO EM ESPAÇOS DA REFORMA AGRÁRIA

Com base no item anterior, pode-se dizer que o território, por princípio, é diferente do espaço, mesmo que território seja um fragmento espacial. Nesta pesquisa, o território obtém notável importância ao se configurar como base para deflagrar relações sociais em múltiplas dimensões, porém não separadamente do espaço.

Partindo do fato que o território é multidimensional, pois conjuga aspectos políticos, econômicos, sociais, culturais e naturais, além de características (i)materiais¹ e relacionais, o território, conforme explica Fernandes (2009), contribui na formação de relações entre classes sociais, que conseqüentemente produzem diversos territórios em diversas escalas. Isto significa que além da multidimensionalidade, existe multiterritorialidade e multiescalaridade no território.

No contexto agrário, o território está influenciado, principalmente, por aspectos políticos. Entende-se que estes territórios são fragmentos do espaço de governança nacional, condicionados a determinadas políticas, deveres e direitos, segundo acordos e intencionalidades entre os agentes transformadores. Não obstante, dentro desse território agrário, independentemente da escala geográfica (regional, municipal, local, etc.) convergem tipos de territórios: propriedades

¹ Termo gramaticalmente errado, mas acunhado por Saquet para se referir a uma relação simultânea entre aspectos materiais e imateriais no território.

privadas, públicas, comunitárias e capitalistas. Como resultado, o território, além da multidimensionalidade, torna-se multiterritorial e multiescalar (FERNANDES, 2009).

Nesse sentido, refletir em territórios agrários, é pensar em múltiplos territórios, dimensões e escalas. Sobre isso, Fernandes já salientava que:

Quando o território é concebido como uno, ou seja, apenas como espaço de governança e se ignora os diferentes territórios que existem no interior do espaço de governança, temos então uma concepção reducionista de território, um conceito de território que serve mais como instrumento de dominação por meio das políticas neoliberais. Nesta condição, uma determinada região é escolhida para a aplicação de políticas de desenvolvimento, em grande parte, a partir dos interesses do capital. (FERNANDES, 2008, p.5-6).

Segundo Fernandes (2008), os territórios agrários tendem a ser dominados pelo capitalismo. Nessa perspectiva não são exclusivamente espaços de governança, nem espaços unidimensionais. Em consequência, agentes transformadores agrários como os camponeses, população com minoritário poder político, obtêm pouca participação na distribuição, construção e elaboração de políticas públicas para o fortalecimento de seus territórios, aspecto que vulnerabiliza o território camponês, enquanto fortalece territórios capitalistas (FERNANDES, 2008).

Consequentemente, o capitalismo agrário, sistema econômico rural predominante, é estimulado por meio de relações sociais capitalistas e políticas públicas para seu fortalecimento. Segundo Fernandes, “intensifica-se dessa forma, as políticas de expropriação das comunidades rurais, que perdem seus territórios para o capital que necessita se apropriar continuamente dos territórios camponeses para se expandir” (FERNANDES, 2008, p.6).

Nessa lógica, o setor industrial agrário cresce rapidamente, mas conflituosamente aumenta a vulnerabilidade das populações rurais: na medida em que avança o agronegócio sobre zonas rurais, demanda-se maior concentração fundiária. Em consequência, agentes transformadores, como movimentos sócio-territoriais, ocupam latifúndios na exigência de terras para famílias agricultoras.

Para Cleps Junior (2010), o campo tem sofrido diversas alterações, sobretudo nos últimos sessenta anos, produto da territorialização do capital e sua lógica predadora: o agronegócio. Segundo o autor:

Na nova lógica de territorialização do capital, o agronegócio vem ocupando áreas de florestas e de preservação, substituindo plantações menos rentáveis, incorporando áreas indígenas, de quilombolas, de populações tradicionais camponesas e familiares (CLEPS JUNIOR, 2010, p. 57).

É importante lembrar que no Brasil esta questão agrária conflituosa não é recente. A disputa territorial tem sua origem na colonização, e a partir do período republicano, com a intensificação da industrialização agrária, aumentaram impactos sócio-territoriais que afetaram, principalmente, as populações camponesas e indígenas.

Sob essa conjuntura, emergiram movimentos sócio-territoriais, como manifestação do descontentamento das leis protetoras do capitalismo e das desvantagens políticas e econômicas em relação (aos direitos das) populações rurais. Conforme explica Grzybowski (1994, p. 290), “a quase totalidade dos movimentos populares rurais atuais no Brasil surgiu como resistência a um processo econômico e político que provocou a rápida modernização da agricultura”. Consequentemente, o foco dos movimentos sociais rurais era a exigência da Reforma Agrária justa e equitativa.

A origem da Reforma Agrária está fundamentada institucionalmente no Estatuto da Terra, Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, a qual “visava promover o ordenamento jurídico da propriedade da terra que a situação confusa herdada do período colonial tornava indispensável” (SILVA, Ligia, 2008, p. 15). Embora tenha sido no governo militar que se implantou a primeira Reforma Agrária, desde 1946 já se defendia em plenário (4) esta proposta como solução ao problema do campo (STÉDILE, 2005).

Na bancada do Partido Comunista do Brasil – PCB (5) em 1946, o senador e capitão do Exército Luiz Carlos Prestes, argumentava que no país predominava o atraso devido a monopolização da terra, propriedade privada e concentração fundiária a mãos de grupos minoritários. A solução de Prestes frente a essa desigualdade era distribuir equitativamente as terras, além de estimular pequenas

propriedades por meio do cooperativismo e créditos baratos para permitir o desenvolvimento da agricultura (STÉDILE, 2005).

Conforme Stédile, a proposta foi rejeitada por ser considerada medida antieconômica que não resolvia a situação dos trabalhadores rurais, nem as necessidades sociais do campo. Embora a proposta foi falhada, debater as problemáticas do campo foi um início para criar um clima de ideologia de esquerda em defesa a Reforma Agrária, acentuando a necessidade de uma sociedade mais justa para os trabalhadores rurais.

No marco temporal de 18 anos, correspondentes a primeira proposta de Reforma Agrária e sua concretização no governo militar, existiram outros intentos de justificar viabilidade desta proposta, ainda assim, nenhuma teve sucesso. Foi o caso da primeira proposta de Reforma Agrária da Igreja Católica no Brasil (1950), o projeto apresentado pelo deputado Coutinho Cavalcanti (1954), proposta da Igreja Conservadora (1961-1962), proposta unitária dos movimentos camponeses do Brasil (1961), projeto apresentado pelo deputado Leonel Brizola (1963), e projeto do governo Goulart (1964). Todos estes intentos de atores políticos acreditavam na reestruturação e democratização das terras, pois a questão agrária com o passo do tempo se tornava uma problemática nacional (STÉDILE, 2005).

Segundo Priori (2011), além da vulnerabilidade das populações rurais, uma outra problemática nacional era a incipiente guerrilha rural, que em defesa de suas terras entraria em combate contra os latifundiários, grileiros², pistoleiros, capangas³, mandantes da classe proprietária, que faziam uso de ardis e artimanhas para deslocá-los de suas propriedades.

Nesse contexto histórico, alguns camponeses exerceram pressão por meio das armas, enquanto política e ideologicamente outros grupos pressionavam com a conformação de movimentos sócio-territoriais organizados em nível nacional. Entre os mais destacados se encontravam a União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil - ULTAB, Ligas Camponesas, Movimento dos Agricultores sem-

² Palavra proveniente de grilo. Grilo= palavra popular que define as terras apropriadas e registradas ilegalmente. Grilagem= artimanha usada pelos fraudadores imobiliários quando colocavam documentos falsos numa caixa metálica ou de madeira junto a vários grilos, com o transcurso das semanas os documentos adquiriam manchas amarelas, similares a folhas velhas.

³ Guarda-costas dos latifundiários. Cumpriam a função de expulsar indígenas e camponeses de suas terras.

terra - MASTER, Movimento de Educação de Base – MEB, e posteriormente, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra – MST (STÉDILE, 2005).

Com coletivização e pressão político-social, os movimentos sociais lograram conquistar ações políticas, como a aprovação do Estatuto do Trabalhador Rural⁴, em 1963. Um ano depois, no período da ditadura militar, o panorama e a luta social retrocederam, o que implicou no decrescimento dos logros conquistados e no aumento da repressão às lideranças dos movimentos sócio-territoriais. Segundo Dezemone (2016, p. 143) “a repressão promoveu cassações de mandatos a prisões acarretando desmobilizações no campo com o fechamento das Ligas e intervenções em sindicatos rurais”.

Nesse contexto, a Reforma Agrária promovida pela ditadura foi uma opção consequente da luta político-social, mas com matizes antidemocráticas, sobretudo em relação aos movimentos que lideravam essa proposta⁵. Conforme Cleps Junior (2010), os interesses do Estado militar e suas políticas neoliberais sobressaíram com a colonização agrícola, mas não agrária. Para o autor, a implementação da Reforma Agrária se pode resumir em expansão agrícola na Amazônia e nos Cerrados, além da modernização agrícola que direcionou o campesinato às regiões de fronteiras.

Com a transição da ditadura militar para o governo democrático burguês, tentou-se instaurar políticas para a reestruturação da Reforma Agrária, como o Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA. Mesmo assim, a política predominantemente agrícola se fortaleceu ao reforçar o modelo de acumulação capitalista baseado na propriedade privada da terra, em detrimento da reforma agrária e seus sujeitos (CLEPS JUNIOR, 2010).

Durante os dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998/ 1999-2002), o governo procurou oferecer uma solução para o problema agrário, por meio de um programa de criação de assentamentos e legalização de ocupações de terras

⁴ Entre os aspectos mais importantes do Estatuto se encontra o estabelecimento do salário mínimo para trabalhadores rurais, repouso semanal, férias, licenças de maternidade remunerada, indenizações e registro em carteira profissional.

⁵ “O braço da repressão alcançou e praticamente destruiu todos os movimentos camponeses existentes até então, tais como as Ligas Camponesas, Ultabs, Master, sindicatos e até mesmo alguns grupos localizados, cujas lideranças pagaram com a própria vida ou amargaram anos e anos de exílio” (STEDILE, 2005, p. 148-149).

por movimentos sociais para que estivessem inseridos a territórios do agronegócio. Frente a isso, e em sinal de protesto, movimentos sócio-territoriais como o MST, intensificaram ocupações de terras improdutivas e exigiram reorientação de políticas e estímulo a programas de autonomia na produção e no mercado.

Nessa conjuntura histórico-política, os sujeitos desta pesquisa, em conjunto de aproximadamente 80 famílias militantes do MST, que reivindicavam terras oriundas da Reforma Agrária, ocuparam, em 1999, a antiga Fazenda Santa Amélia – imóvel improdutivo pertencente ao Grupo Incepa, situado na cidade da Lapa, Paraná. Com o objetivo de proporcionar autonomia econômica, a estratégia implementada pelo Movimento era resistir até a implementação de um território cujo estilo de vida seria embasado nos preceitos agroecológicos, contrário ao capitalismo agrário que o governo planejava implementar.

Nos mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2006, 2007-2010) a situação do campo tinha uma tendência semelhante ao governo anterior: a Reforma Agrária resultava viável se não afetasse o território do agronegócio. Essa atitude tornou-se dilema a resolver, pois reestruturar a dimensão agrária do território de governança implicava redistribuir equitativamente terras entre os agentes transformadores envolvidos, questão que causaria inconformidade na elite do agronegócio (FERNANDES, 2013).

Ante isto, Fernandes (2013) explica que um dos fatos significativos que demonstraram um pensamento antirreformista por parte do governo Lula, foi a rejeição da proposta de Reforma Agrária elaborada pelo grupo de técnicos formado por Plínio de Arruda Sampaio⁶, e em contraposição aceitar a proposta de Miguel Rosseto, posteriormente denominada II Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

A diferença entre as propostas de Rosseto e Sampaio, segundo um de seus técnicos, residia no fato de que a última tinha a noção agrária e humana as quais reivindicavam os movimentos sócio-territoriais; era mais do que uma proposta agrícola:

O objetivo principal da proposta era iniciar um processo que, de fato, levasse o governo Lula a uma política com potencial de impacto significativo

⁶ 26/07/1939 – 08/07/2014. Advogado, intelectual e ativista político, filiado ao Partido Socialismo e Liberdade – PSOL.

na desconcentração fundiária do país e, assim, confrontasse as forças do latifúndio que sempre impediram políticas desse tipo (CARVALHO FILHO, 2004, p. 338).

Com 10 metas a desenvolver, a proposta de Sampaio visava o assentamento de duzentas mil famílias anualmente por três anos, e quatrocentas mil no quarto ano; assegurar a essas famílias uma renda bruta mensal de três salários mínimos, criar postos de trabalho para as mesmas; consolidar assentamentos; sanear definitivamente títulos de propriedade de terras; regularizar quilombos, entre outras propostas (CARVALHO FILHO, 2004).

Finalmente no II PNRA, a proposta de Reforma Agrária aceita pelo então presidente, foi priorizada a regularização de terras na Amazônia e desaproprio de terras que não afetaram territórios do agronegócio, nem sua governabilidade. Assim, as políticas públicas elaboradas durante seus mandatos tiveram conotações capitalistas agrárias. Nessa mesma linha crítica, Oliveira (2007) manifesta que as políticas do governo Lula formam uma farsa enquanto Reforma Agrária, afirmando que “por decisão política do governo Lula como um todo, nunca pretendeu fazer de fato a reforma agrária” (OLIVEIRA, 2007, p.168).

Embora a existência deste tipo de ações empreendidas pelo governo Lula, e continuadas pelo governo Dilma Rousseff, movimentos como o MST reconhecem terem sido ambos dos poucos governos que avançaram no diálogo com movimentos sociais (FERNANDES, 2013).

Por fim, o estado atual da Reforma Agrária no governo Temer parece não melhorar, pois denúncias de movimentos sócio-territoriais têm sido publicadas constantemente. Segundo o MST (2018a), durante 2017 o governo Temer não assentou nenhuma família. Para a coordenação do Movimento, isso indicaria apatia pela Reforma Agrária e uma estratégia para aniquilar sua implementação.

A extinção do Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA; cortes orçamentários da política agrária; as propostas de domínios de terras em assentamentos de movimentos em detrimento do Contrato de Concessão de Uso – CCU (aspecto que preocupa a maioria de famílias do A. Contestado), indicariam, para o MST, claros exemplos de que o governo Temer tenta aniquilar a Reforma Agrária. Sob esses argumentos o MST, entre outros movimentos, reinicia ações conclamando a população para continuar a exercer pressão contra as políticas de

retrocesso do governo e não permitir a aniquilação das conquistas logradas (MST, 2018a).

Como visto anteriormente, a questão agrária no país envolve territórios tanto de governança quanto de camponeses, privados ou capitalistas. Nessa lógica, reconhecer a multiterritorialidade, a vulnerabilidade camponesa frente a expansão do agronegócio, as políticas neoliberais, e as inconsistências na Reforma Agrária, é aceitar que o território em sua totalidade é conflitual.

A conflitualidade territorial se manifesta através da desigualdade que produz o sistema econômico imperante, o capitalismo. Contraditoriamente, este sistema não só gera riquezas; na medida em que se expande reproduz pobreza e miséria nas populações que têm uma lógica diferente de viver. Isto é porque em outros sistemas de produção “as pessoas não são objetos que compõem unidades de produção. São sujeitos históricos que resistem à exploração e a expropriação, bem como querem compartilhar os resultados da produção de seu trabalho” (FERNANDES, 2013, p. 247).

Nesse sentido, o território agrário é multidimensional e conflituoso porque é a base onde se desenvolvem conflitos econômicos, políticos, sociais e naturais. Conforme indica Fernandes (2013), o território agrário é conflituoso porque nele existe um confronto de classes, ideologias e formas diferentes de desenvolvimento territorial. Frente à desigualdade entre classes e vantagens político-econômicas, aparece a exigência da Reforma Agrária e com ela outro aspecto conflitual nos territórios.

Em torno desse conjunto de problemáticas, a luta pela terra, Reforma Agrária justa e equitativa e a vida digna rural, configuram uma solução para populações camponesas. É a partir desse aspecto que os movimentos sócio-territoriais se configuram como agentes transformadores, que por meio da ideologia camponesa revolucionária argumentada em bases narodnistas, anarquistas ou marxistas, dotam de sentido essa luta.

Conforme visto neste breve histórico da Reforma Agrária, este projeto ainda tem falências, sobretudo em questão de equidade, para se apresentar como ação política concluída. Segundo Oliveira (2007), mais do que uma Reforma Agrária, existem, por pressão dos movimentos sócio-territoriais, projetos de assentamentos

“[...] decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terras e retomada de terras públicas griladas” (OLIVEIRA, 2007, p. 168).

Reduzir a Reforma Agrária à terra disponível para projetos de assentamentos é negar a trajetória histórica e social dos movimentos sócio-territoriais que lutam por uma vida digna. Portanto, de acordo com Oliveira (2007), é necessário reconhecer que a Reforma Agrária é importante porque cumpre objetivos sociais, ao combater exclusão social e marginalidade dos mais pobres; econômicos, ao aumentar oferta de produtos agrícolas cultivados nos lotes; e políticos, porque se consolida como uma estratégia de reivindicação de direitos de uma parcela da cidadania.

Embora esta situação, exposta por Oliveira (2007), predomine, reconhece-se que em matéria de políticas públicas existam avanços que beneficiam economicamente assentamentos rurais: Luz e Água para Todos, créditos bancários para vivenda e produção, CCU, Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, políticas para o desenvolvimento das terras já legalizadas como o A. Contestado (INCRA, 2017).

Nesta pesquisa, se evidenciou que as políticas públicas anteriores foram de utilidade para a construção do território e da estabilidade das famílias do A. Contestado. Nas entrevistas aplicadas nas três fases do trabalho de campo, foi manifestado pelos assentados com maior frequência o uso do PNAE, PAA e créditos para construção de moradias.

Ainda com este tipo de ações, deve se reconhecer que a maioria desses avanços são produtos das lutas e da pressão exercida pelos movimentos sociais: organicidade coletiva, ocupações, acampamentos, assembleias, marchas, caminhadas, concentração em espaços públicos, etc. Exemplo disto é a configuração de espaços da Reforma Agrária sobre terras improdutivas desapropriadas e regularizadas pelo Estado, a partir de uma prévia ocupação de famílias sem-terra dispostas a produzir (CAMPOS; COCA; FERNANDES, 2014).

Entre os movimentos sócio-territoriais com ampla experiência na luta pela terra, destaca-se o MST. Segundo DATALUTA (2017), entre 2000 e 2016 o MST foi o movimento social com maior impacto agrário. Ocupando o primeiro lugar entre movimentos sócio-territoriais, com um total de 3.180 ocupações de terras

improdutivas e 530.555 famílias mobilizadas, o MST tem logrado, por meio de organização, luta e a resistência, reivindicação e formação de espaços de Reforma Agrária onde coletivamente as famílias tentam estabelecer uma vida digna.

Tendo em conta a relevância que ocupa este movimento social no Brasil, e que o A. Contestado faz parte do mesmo, pois as famílias que moram neste território são seus militantes, apresenta-se a continuação um breve espaço para aprofundar a origem do MST e sua importância na formação de territórios camponeses e espaços da Reforma Agrária.

1.2.1. Movimentos sócio-territoriais na formação de territórios agrários: o MST

O MST enquanto um dos movimentos sócio-territoriais mais importantes do país, segundo o aporte teórico de Fernandes (2005a), tem um histórico de luta e resistência na conquista de terras improdutivas para seu posterior uso na Reforma Agrária, que como visto anteriormente mais do que uma verdadeira reforma, é um projeto de assentamentos (OLIVEIRA, 2007).

Denominados de imóveis improdutivos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, (instituição encarregada de administrar terras públicas, comprar, demarcar e entregar assentamentos rurais), as terras que têm pouca ou nenhuma exploração econômica, ou seja, que não cumprem função social, são passíveis de desapropriação e destinadas a assentamentos de Reforma Agrária (INCRA, 2018b).

Os assentamentos rurais, segundo o INCRA, são conjuntos de unidades agrícolas constituídas sobre imóveis improdutivos que anteriormente tinham um único proprietário. Numa escala interna, estão divididos entre lotes produtivos, parcelas ou glebas, entregados, mas não vendidos⁷ pela Instituição, às famílias

⁷ O governo atual estuda a possibilidade de entregar os domínios dos lotes as famílias assentadas com a finalidade de que possam administrar suas terras sem limitações. Esta ação é entendida pelas lideranças dos movimentos como um plano maquiavélico para destruir a união dos assentamentos, pois com essa liberdade o capitalismo poderia chegar a explorar as terras camponesas e mudar o panorama de luta e resistência que caracteriza os assentamentos.

mediante o CCU, razão pela qual é proibido vender, alugar, arrendar ou emprestar o lote provindo de Reforma Agrária a terceiros pessoas (INCRA, 2018b).

Nesse sentido, para o Estado, os assentamentos são sinônimos de fragmentação espacial do território de governança nacional, que se caracteriza por beneficiar materialmente famílias de pequenos produtores, isto é, no sentido de oferecer moradia e espaço de trabalho familiar aos “agricultores excluídos do circuito econômico” (BRASIL, 2005, p. 8).

O Estado, como ator político-social, é responsável pela mediação territorial rural entre camponeses e atores capitalistas. Assim, reconhece que no âmbito rural, além de territórios do agronegócio, os assentamentos também são importantes na escala regional porque as famílias trabalham a terra, produzem diversidade de alimentos, dinamizam a economia dos municípios, aumentam a oferta de produtos, entre outros aspectos (BRASIL, 2005).

O argumento anterior é base da política da Reforma Agrária, e tem contribuído na melhoria de qualidade de vida de famílias camponesas, embora ainda persistam contradições entre a política e sua aplicação prática. Conforme Mitidiero Junior (2011), a contradição governamental se evidencia a partir de problemáticas como:

[...] morosidade no processo de desapropriação; lentidão das demandas que se dão no âmbito judicial; demora na demarcação dos lotes e construção das casas; lentidão na materialização de outras infraestruturas necessárias; descompasso no sistema de créditos e fragilidade – quando existem – dos programas de assistência técnica e assistência à comercialização, o que dificulta efetivamente a construção do assentamento em uma área de produção agropecuária (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 7).

Desta forma, pode-se afirmar que não basta legalizar terras ocupadas e acampadas pelos movimentos sociais, o sucesso da Reforma Agrária depende da eficácia e da eficiência em administrar recursos que beneficiem a construção destes territórios iniciados como ideia dos movimentos sócio-territoriais.

Desde uma perspectiva social, os assentamentos para os movimentos sócio-territoriais, representam “conquista da terra”. Estes espaços são vistos pelos militantes dos movimentos como uma forma de materialização da luta e resistência contra o latifúndio e o agronegócio, atividades econômicas, que, conforme visto

anteriormente, também reproduzem desigualdade e pobreza nas populações mais vulneráveis. “Tal compreensão leva à conclusão de que, sem a existência dos movimentos sociais reivindicatórios, não haveria assentamentos rurais especializados⁸ por todo o território nacional” (MITIDIERO JUNIOR, 2011, p. 6).

Conforme Mitidiero Junior, para os movimentos sociais, os assentamentos, entre outras ações e práticas reivindicadoras como protestos, marchas, caminhadas, ocupações de latifúndios e acampamentos, retratam negação de situações de injustiça, mais do que a necessidade radical de transformar a sociedade. Embora o autor reconheça que o movimento da luta pela terra envolve projetos de mudanças sociais onde se pretende construir territórios alternativos ao agronegócio, isto procede da negação à ordem político-econômica estabelecida, que representa concentração fundiária e desigualdade social.

Para Cleps Junior (2010, p. 67), os movimentos sociais cumprem uma função importante na construção de territórios camponeses “por meio de manifestações, ações de resistência, formação de acampamentos e ocupações de terra”. Estas ações, conforme o autor, são de luta e resistência pelos direitos. Ainda que todas sejam importantes estratégias de luta, sobressaem as ocupações e acampamentos por serem ações coletivas que reivindicam assentamentos.

Segundo DATALUTA (2017), o movimento sócio-territorial com maior número de ocupações, acampamentos e assentamentos, no período 2000 e 2016, foi o MST, seguido da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag e movimentos indígenas, entre outros.

⁸ Conforme o Incra (2018) existe diferentes modalidades de projetos de assentamentos: Projeto de Assentamento Federal – PA, Projeto de Assentamento Agroextrativista – PAE, Projeto de Desenvolvimento Sustentável – PDS, Projeto de Assentamento Florestal – PAF, Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável – PDAS.

TABELA 1 - O MST e outros movimentos sociais na conquista pela terra.

Período		Participação do MST e dos demais movimentos na ocupação de terras			
		Unidades federativas com maior ocupação		MST em %	Outros movimentos em %
2000 a 2016	a	Pernambuco (PE)		68%	32%
		São Paulo (SP)		70%	30%
		Bahia (BA)		83%	17%
		Paraná (PR)		32%	68%
		Minas Gerais (MG)		50%	50%
		Pará (PA)		74%	26%

Fonte: DATALUTA, 2017. Dados organizados pela autora.

Com base na tabela 1, reafirma-se que o MST lidera a luta pela terra em seis estados, porém não são os únicos espaços de atuação. Segundo DATALUTA (2017), das 26 unidades federativas do país, entre 2000 e 2016, o MST não ocupou terras em três estados: Acre – AC, Amazonas – AM, e Amapá – AP, pois nestes lugares predomina a luta dos posseiros.

Para Brandford e Rocha (2004), as ocupações e acampamentos em imóveis improdutivos têm sua origem em 1978, quando mais de 974 famílias camponesas que moravam em território caingangue em Nonoai (RS), foram expulsos pelos indígenas por se negar a pagar aluguel para eles.

Com o deslocamento destas famílias para Ronda Alta, também RS, em reuniões semanais, foi-se fortalecendo ideais de conquistas de territórios nos estados do Sul. Orientados pela Comissão Pastoral da Terra – CPT e líderes como João Pedro Stédile, as famílias sem-terra lograram ocupar as terras da Fazenda Sarandi, Fazenda Brilhante e Encruzilhada Natalino.

Madeiros (1989) afirma que a reivindicação de terras em forma de acampamentos marcou as estratégias de luta pela terra. Sendo uma nova forma de pressão ao Estado, também foi um caminho que mostrou a existência de terras improdutivas, mas aptas para Reforma Agrária.

O MST (2017) relata que, naquele primeiro momento de ocupações, surgiram novos focos de resistência em todo o país. Com a participação de posseiros⁹, arrendatários¹⁰, parceiros¹¹, agregados¹², chacreiros¹³, assalariados¹⁴, meeiros¹⁵ e atingidos por barragens¹⁶ (atualmente organizados como movimento social – Movimento pelos Atingidos por Barragens/ MAB), conformaram a categoria de camponeses sem-terra que proclamavam uma efetiva Reforma Agrária que solucionasse a desigualdade rural.

O momento de maior consolidação deste conjunto de camponeses foi durante o I Encontro Nacional, ocorrido em Cascavel, Paraná, de 21 a 24 de janeiro de 1984. Esta data é representativa, porque nela o MST se configurou como movimento social. Ainda com este acontecimento histórico, a data torna-se simbólica, pois foi naquele momento em que se apresentou um projeto de Reforma Agrária que tinha como princípios a luta, igualdade, participação e autonomia política. Sobre esses pilares, estabeleceu-se como método a conquista de terras do Estado, de multinacionais e de latifúndios extensivos e improdutivos (BRANDFORD; ROCHA, 2004).

De 1984 a 1995 (III Encontro Nacional do MST), as ideias do movimento amadureceram ainda mais, aspecto que pode ser observado com uma nova proposta de Reforma Agrária mais completa e objetiva em reivindicações: democratização da terra e garantias para trabalhá-la, produção e comercialização de alimentos, justiça, igualdade em direitos, preservação de recursos naturais, modelos de desenvolvimento autossustentáveis, geração de emprego, capacitações técnicas, acesso à saúde, educação, programas especiais para a região da Amazônia, políticas públicas e pesquisa rural (STÉDILE, 2005).

⁹ Trabalhador rural que tem anos de trajetória morando e trabalhando numa terra da qual retira seu sustento. Tem o inconveniente judicial de não ter documentação legal da terra.

¹⁰ Trabalhador rural que aluga um pedaço de terra e paga em dinheiro o aluguel.

¹¹ Modalidade jurídica que permite parceria entre proprietário e produtor. Fica estipulado no contrato agrário que o produtor deve partilhar os riscos e os frutos da produção.

¹² Trabalhador rural que tem acesso à moradia e trabalho na roça, mas aporta força de trabalho semanal na lavoura do grande proprietário que cedeu a terra para se assentar com sua família.

¹³ Trabalhador rural de chácaras.

¹⁴ Também chamado de boia-fria. Trabalhador rural temporário que se desloca de uma região a outra dependendo do ciclo produtivo das diferentes culturas agrícolas.

¹⁵ Trabalhador rural que mora e trabalha em terra alheia, mas reparte o resultado da produção com o dono.

¹⁶ Movimento popular nacional, reivindicatório e político composto por famílias ameaçadas ou atingidas por barragens.

Reitera-se que o MST na atualidade é um dos movimentos sócio-territoriais mais importantes do país. Sua luta, tenacidade e organização de militantes o define como um ator social-chave na sociedade porque procura soluções efetivas ante a vulnerabilidade de famílias camponesas exploradas pelo capital.

Assim, olhar histórica e geograficamente, ou seja, de forma relacional, um assentamento rural de militantes do MST, como o A. Contestado, é entender que sua construção territorial é produto de uma intensa luta por uma base material onde reproduzir uma vida digna. Embora a luta comece com a exigência de um espaço onde viver, a dificuldade real consiste em resistir em territórios ainda por construir econômica, política, social e culturalmente.

Nesse contexto histórico de dilemas e perspectivas nos assentamentos, na continuação apresentaremos o caso concreto do A. Contestado, espaço de Reforma Agrária, mas território camponês conquistado pelo MST que tem logrado se converter em referência na escala estadual, pela proximidade com Curitiba e pelas estratégias de territorialidade implementadas.

1.3. MATERIALIZAÇÃO DE IDEAIS DA REFORMA AGRÁRIA: O CASO DO A. CONTESTADO

O A. Contestado, objeto de estudo desta pesquisa, é um dos múltiplos territórios legalizados a partir da pressão sócio-territorial que tem exercido o MST na sua luta pela Reforma Agrária. Localizado no estado do Paraná, município de Lapa, e com um total de 108 famílias assentadas, este território de militantes camponeses configura-se como um laboratório de organização popular, e modelo de práticas territoriais que envolvem estratégias de desenvolvimento.

No Assentamento Contestado são desenvolvidas atividades coletivas em todas suas dimensões sócio-naturais. Estas, no possível, estão direcionadas à meta geral de construir um território livre de práticas capitalistas e opressoras, como apropriação de grandes áreas produtivas, apropriação dos meios de produção, monoculturas, uso de agrotóxicos, entre outras.

Desta maneira, as estratégias que têm contribuído à organização territorial de nosso objeto de estudo, principalmente, giram em torno de uma relação equilibrada com a terra: a agroecologia. Viabilizada pelo MST, este tipo de produção influi em aspectos do Assentamento como educação, saúde, cooperativismo, gênero, juventude, esporte e lazer, pois segundo o consenso dos assentados, a agroecologia representa a vida em seu estado mais natural.

No entanto, o caminho percorrido na Reforma Agrária para chegar à tamanha estabilidade, requer organização coletiva, luta e um plano de desenvolvimento para resistir às problemáticas que nascem cada dia nesse território conflitual. Isto implica em também reconhecer possíveis impactos (i)materiais por atividades exercidas no passado, e suas repercussões no presente e futuro.

Tendo em conta que os territórios carregam indissociavelmente uma relação espaço-temporal, apresenta-se a continuação à origem do local onde se encontra estabelecido o A. Contestado. Destacam-se essencialmente mudanças histórico-geográficas notáveis neste território, pois é tão antigo como o histórico do país.

É assim que, para fins de delimitação temporal, retoma-se a seguinte apresentação desde a consolidação da Fazenda Santa Amélia já que mantem, simbólica e materialmente, a história viva por meio da memória, dando conta de um período de opressão, escravidão e consolidação do latifúndio.

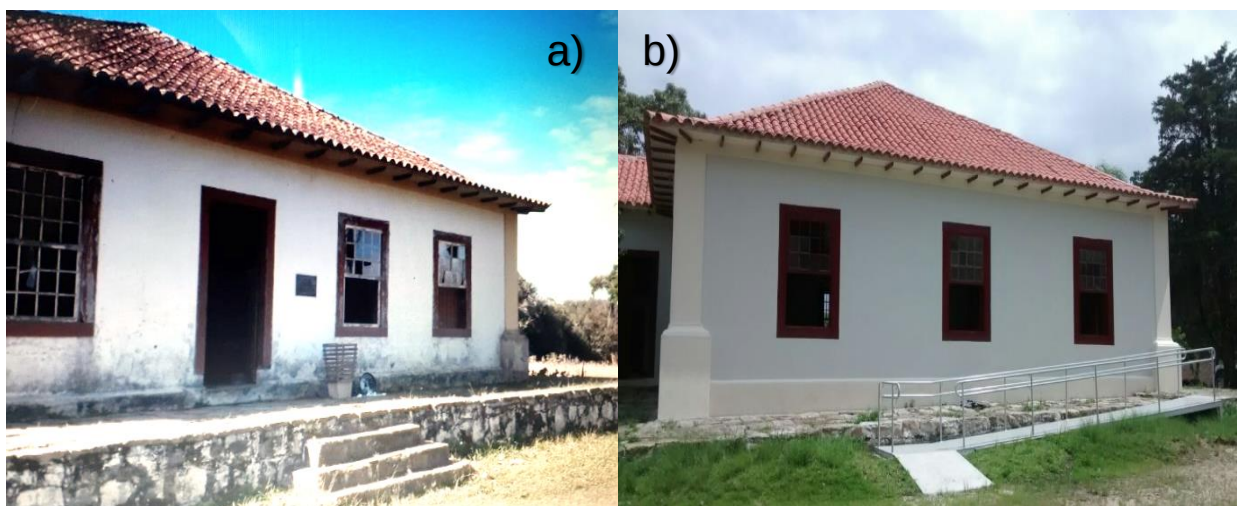
1.3.1. De remanescente sesmaria a imóvel improdutivo: a fazenda Santa Amélia

A Fazenda Santa Amélia tem seu início em 1740, quando foi doada “pela coroa portuguesa a um morador do vilarejo que deu origem à cidade da Lapa” (VARGAS; SCHWENDLER, 2003, P 46). Entregar grandes quantidades de terra a uma pessoa, durante a Colônia e o Império, supunha considerar que o beneficiário tivesse suficiente poder aquisitivo para investir no local, sobretudo na compra de mão-de-obra escrava (SILVA, Ligia, 2008) (NOZOE, 2006). Nesse contexto, é válido afirmar que o local desta pesquisa é remanescente do regime sesmarial.

Ao longo de sua história, a fazenda mudou de proprietários, mas sempre esteve ligada a donos que tinham vínculos com o poder político e econômico. Exemplo dentre esses proprietários foi o Barão dos Campos Gerais¹⁷, que em 1880 foi visitado pelo Imperador Dom Pedro II e o Presidente da Província Paranaense. Tal visita trouxe como consequência positiva abolir a escravidão no local (VARGAS; SCHWENDLER 2003).

Segundo as autoras, a escravidão na fazenda foi uma atividade constante por aproximadamente 140 anos. Evidência material disso pode-se encontrar ao percorrer a sede do Assentamento, espaço onde pode ser visitado um casarão daquela época.

IMAGEM 1 - Casarão da Fazenda Santa Amélia, antes e em processo de remodelação



Fonte: a) Acervo de Andressa Ferrari, 2016. b) A autora, 2017.

Mais do que essa construção e seu impacto visual na paisagem, chama especial atenção o “tronco de punição” que pode ser visto desde o casarão (árvore na direita da imagem “b”). Este materializa a opressão do sistema escravista, pois era usado para acorrentar escravos, população trabalhadora diferenciada socialmente antes e depois de chegar ao Brasil (SILVA, Ligia, 2008). Outra evidência

¹⁷ Batizado como David dos Santos Pacheco, natural da Lapa. Antes obter o título de Barão dos Campos Gerais foi iniciado no comércio de tropas pelo padrinho de batismo, futuro Barão de Antonina, João da Silva Machado. Com a base econômica de tropeirismo no Paraná e Rio Grande do Sul, associou-se a outros parentes e tornou-se um dos mais ricos deste ramo. Também foi deputado e vice-presidente provincial. Mais informação em <<https://www.diariodoscamos.com.br/noticia/a-completa-influencia-dos-baroes-tropeiros>>.

desse período na fazenda é a senzala, porão escuro com entrada pequena em altura. Este fica atrás do casarão.

Com relação às senzalas, para a entrevistada n° 14 desta pesquisa, integrante do Setor de cultura do MST e encarregada da restauração do casarão da fazenda¹⁸, os escravos adentravam a suas moradias encurvados: “a entrada é anatomicamente opressora”, indica verbalmente a entrevistada. Este era um gesto de inferioridade e reverência ante os donos da fazenda. Se bem a senzala tenha sido modificada com o passo do tempo, ficando aproximadamente de um metro de altura, se estima que não era profunda porque era um espaço para dormir, sendo o resto do dia ocupado no trabalho da fazenda (ENTREVISTA N° 14).

Sobre o tronco de punição, a entrevistada n° 14 comenta que na época da escravidão não existia a árvore que hoje existe no local, ele foi plantado posteriormente, mas não existe registro desse momento. Possivelmente, o propósito de se plantar uma árvore grande e forte no local foi simbolizar a vida num espaço anteriormente opressor (ver fotografia 2). Assim: “o monumento natural representa relação com a terra e resistência dos povos historicamente oprimidos” (informação verbal)¹⁹.

¹⁸ Atualmente existe um projeto de memória e patrimônio no A. Contestado, que pretende reestruturar os espaços materiais da fazenda para criar um museu sobre a luta pela terra e as populações oprimidas que passaram pelo território.

¹⁹ As informações verbais da entrevista n° 14 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, dezembro de 2017.

IMAGEM 2 - a) Tronco de punição. b) Vista interna à senzala. c) Vista externa à senzala.



Fonte: A autora, 2017.

Segundo Vargas e Schwendler (2003), pela fazenda passaram aproximadamente 5 gerações de escravos, mas com a visita do Imperador no local, em 1880, a escravidão foi abolida. Se estima que a partir de 1885 as atividades econômicas da propriedade já se sustentavam pelo tropeirismo.

Conforme Thomé (2012) o tropeirismo foi uma atividade econômica própria do caboclo pardo nos séculos XVIII e XIX, no Espaço Livre do Contestado²⁰ (aspecto que instigou o nome do Assentamento). Consistia em extensas jornadas de deslocamento em direção aos Campos Gerais do Paraná, para conduzir gado, enquanto da Região Missioneira Gaúcha ou Litoral Catarinense, comprava-se objetos de mantimento e utensílios. Como resultado, as fazendas como Santa

²⁰ Ampla área geográfica descompromissada, ou seja, não definida estatalmente, que permitiu liberdades para seus habitantes. 'No tempo presente, integrante das regiões do Sul e Sudoeste do Estado do Paraná, e do Norte e Oeste do Estado de Santa Catarina, entre os rios Iguaçu e Uruguai, até a Argentina, que foi objeto da "Questão de Limites entre Paraná e Santa Catarina" (1853-1917) " (THOMÉ, 2012, p. 7).

Amélia, foram importantes para o tropeirismo ao facilitar pastagem, criação, invernagem e venda de muares, além de bovinos para consumo de carne e leite.

Segundo Thomé (2012) o Espaço Livre do Contestado, área geográfica que abarcava também a antiga fazenda Santa Amélia, “[...] era “administrada” pela Província/Estado do Paraná”, motivo pelo qual “[...] seu governo titulou muitas propriedades a tropeiros, fazendeiros e correligionários políticos paranaenses nas atuais regiões do Planalto Norte e Oeste Catarinense” (THOMÉ, 2012, p. 20).

Desta forma, pode-se afirmar que durante a mudança de proprietários do prédio, os donos da fazenda sempre foram de caráter latifundiário. No entanto, em 1985 se rompe essa tradição com a venda do local ao Grupo Incepa²¹, empresa de cerâmica que inicialmente usava recursos naturais do local, como eucaliptos e pinus, para alimentar os fornos durante a produção (INCRA, 2017) (VARGAS; SCHWENDLER, 2003).

Devido a grandes extensões de terra sem uso agrícola e uma dívida com o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS, em 1998 o local foi denominado como imóvel improdutivo, categoria suficiente para as famílias do Movimento se territorializarem no local e exigir que fosse destinado à Reforma Agrária.

1.3.2. Ocupação e período de acampamento na antiga Fazenda Santa Amélia: a luta das famílias pela terra

Como já foi salientado, uma das características marcantes do MST é sua estratégia de ocupar estabelecimentos improdutivos. É assim que, igual a outros territórios do Movimento, iniciou-se a configuração territorial de um assentamento.

Nessa perspectiva, considera-se que a ocupação e o acampamento na propriedade do Grupo Incepa, foram as primeiras manifestações de territorialidade na construção do Assentamento Contestado. Se bem o MST tenha uma fortalecida trajetória política e social no país, ou seja, esteja territorializado de forma

²¹ Empresa constituída em 1952. É uma das tradicionais e maiores empresas do Estado de Paraná no setor de cerâmicas, produtos para o chão, paredes, piscinas, etc. Disponível em: http://www2.incepa.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=35&lang=es. Acesso em: 12/07/17.

multiescalar (nacional, regional, estadual, municipal), numa escala local a ocupação permitiu simbólica e materialmente, estabelecer novas relações sociais e métodos para transformar o espaço improdutivo em território do Movimento.

Nesse processo, o território transforma-se num centro de disputas pelo controle territorial entre os agentes transformadores envolvidos, pelo que em várias ocasiões, o momento de ocupação resultou em conflitos violentos. Embora o MST acredite que a violência não é caminho certo para conquistar terras, seus militantes, antes de ocupar imóveis se preparam física e psicologicamente para desenvolver a capacidade coletiva de enfrentar guardas e pistoleiros que pretendem violentamente despejar as famílias (BRANFORD; ROCHA, 2004).

Do momento da ocupação do prédio da Incepa, relata uma assentada de 69 anos do Assentamento Contestado, Entrevista n° 19 desta pesquisa²², que o prédio foi ocupado pacificamente pelas famílias do MST em fevereiro de 1999.

A entrevistada n° 19, narra que foi informada da ocupação pelo seu irmão mais novo que mora em Curitiba. Ele, ligado aos movimentos de catadores de papel, foi informado da ocupação na Lapa por parte de uma das frentes de massas²³ do MST. Ação seguida, três integrantes de sua família se deslocaram para participar da ocupação.

Embora ela não estivesse presente no dia 7 de fevereiro de 1999, quando ocorreu a ocupação, chegou 20 dias depois, quando os homens de sua família (marido e filho de 29 e 16 anos) asseguraram vaga no acampamento, após construir o “barraco²⁴” e verificar que a situação esteve tranquila. Ainda passados vários meses, chegaram seus três filhos mais novos vindos da Bahia para morar com o resto da família.

O relato da militante torna-se exemplo de uma narrativa que se repete em 80% de famílias entrevistadas que chegaram no período da ocupação. É uma constante, primeiro chegam homens que organizam o barraco, e depois mulheres e

²² As informações verbais da entrevista n° 19 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, dezembro de 2017.

²³ “Vanguarda dos militantes enviada a uma nova região para contatar famílias sem-terra e integrá-las a uma ocupação. Moradores locais, conhecedores da geografia da região e seus costumes, executam melhor esse trabalho” (BRANFORD; ROCHA, 2004, p. 101)

²⁴ Moradia provisional construída com tábuas e lonas, símbolo dos sem-terra.

crianças. Como salientado anteriormente, existem casos em que a disputa territorial torna-se violenta.

Sem dúvida, um dos aspectos que facilitou a ocupação pacífica das famílias, e gerou confiança de permanência foi a existência de um adiantado processo de compra do local por parte do INCRA, pois já existia uma oferta da Incepa que posteriormente facilitou a desapropriação do atual Assentamento Contestado, nome escolhido como homenagem a Guerra do Contestado²⁵.

Conforme o relato geral das famílias, os barracos do acampamento foram construídos num espaço estratégico, isto, pensando na configuração territorial do futuro assentamento: zonas de pouca ondulação e perto de fontes de água e estradas. Nessa lógica, o espaço mais viável para resguardar 80 famílias, aproximadamente por 3 anos em moradias provisionais, atualmente, é parte do espaço da sede do Assentamento Contestado.

IMAGEM 3 - Panorama atual do espaço onde foram construídos barracos durante o acampamento.



Fonte: A autora, 2017.

Conforme relatos das famílias, estima-se que após dois meses da ocupação, as famílias já tinham seus barracos familiares e setores de base e organização.

²⁵ Foi uma das maiores guerras camponesas ocorridas em América do Sul durante o período republicano do Brasil. Teve uma duração de aproximadamente 46 meses, de outubro de 1912 a agosto de 1916. Entre os fatores de sua eclosão, são atribuídos a disputa entre os governantes de Paraná e Santa Catarina pela respectiva delimitação dos dois Estados, a construção de uma estrada de ferro, a implantação da empresa *Brazil Railway Company* e o direito de apropriação de terras devolutas outorgado pelo Estado Brasileiro à empresa (RODRIGUES, 2015).

Estes grupos se reuniam uma vez por semana para planejar e discutir aspectos relacionados a saúde, educação, infraestrutura, gênero, pastoral das crianças, etc.

Com exceção da Pastoral das Crianças, esses grupos que ainda se mantêm no Assentamento, são conhecidos como Setores de base. Conforme o MST (2009), são formas de organização dos espaços do Movimento que mobilizam grupos de militantes para exercer tarefas específicas. Nesta pesquisa, os setores de base representam estratégias de territorialidade.

A entrevistada n° 20, atual professora da Escola Municipal Campo Contestado²⁶, narra que no início foi difícil aceder a direitos fundamentais como a educação, pelo que foi útil o grupo de base da educação se preocupar por reivindicar este aspecto. Segundo narra a entrevistada:

[...] o prefeito que estava antes (Miguel Batista) falava que os sem-terra não eram gente para ele. Ele não queria dar ônibus para levar as crianças à cidade, daí tiveram que acampar no sindicato da Lapa para pedir vaga nas escolas da Lapa. Conseguiram, mas o prefeito não queria disponibilizar ônibus para as crianças, nem arrumar as estradas. Tinham que sair (as crianças) tipo 9 ou 10 ir até a Balsa a pé para pegar ônibus lá dar a volta até a Lapa e voltar a pé de novo... eles chegavam as 9, 9 e meia de estudar. Depois deram um só ônibus que ia cheio de crianças (ENTREVISTA N° 20, 2017).

Tal relato indica que a resistência não foi só no local da ocupação, mas também em áreas urbanas. Com a intensão de reivindicar direitos fundamentais, as famílias formaram grupos rotativos cada semana para acampar em espaços públicos, como praças da Lapa e o Centro Cívico de Curitiba, lugar onde ficam os principais prédios governamentais da capital e do estado. Assim, grupos rotativos de militantes do acampamento Contestado, mesmo que de outros territórios do MST, permaneceram resistindo no Centro Cívico por 6 meses.

É importante ressaltar que a condição de acampado, seja no local que aguarda ser legalizado, ou nos centros cívicos, implica perigo para famílias. Exemplo disso é a morte de Gabriel Kais, criança de 9 meses, que acampado com seus familiares na frente do Palácio Iguaçu, sofreu pneumonia e foi atendido, segundo afirmam o casal de pais, negligentemente, no Hospital de Clínicas da Universidade Federal do Paraná (FOLHA DE LONDRINA, 1999).

²⁶ As informações verbais da entrevista n° 20 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, dezembro de 2017.

Com intenção de não esquecer essa triste situação, e em sinal de respeito, dor, e luto a essa trágica data de 1 de julho de 1999, quando foi legalizado o Acampamento Contestado, um dos núcleos de base adotou como nome Gabriel Kais.

Outro exemplo de mortes de militantes ocorridas na capital do Paraná é o caso do lavrador Antônio Tavares, que reivindicava seus direitos junto a outros 1500 militantes do MST. A causa de sua morte foi um disparo intencional no estômago por parte de um policial (MST, 2000).

Em anos anteriores, foi assassinada Roseli Nunes, mãe, líder e militante do movimento. A causa de sua morte foi um caminhão que investiu contra uma barreira humana que protestava contra as altas taxas de juros e a indefinição do governo em relação a política agrária. Também foi caso de Eduardo Anghinoni, morto por um pistoleiro contratado por uma empresa de segurança quando visitava a seu irmão Celso, uma das principais lideranças do MST. No caso de Eduardo, estão envolvidas também milícias armadas patrocinadas por fazendeiros e políticos locais, que despejavam, ameaçavam e matavam ativistas do MST (MST, 2018b).

Semelhante à homenagem feita a Gabriel Kais, posteriormente núcleos de base do Contestado passaram a ser chamados com o nome destes militantes que perderam sua vida na luta pela reivindicação da terra.

IMAGEM 4 - Acampados do Contestado no Centro Cívico.



Fonte: Acervo da família Ribeiro, 1999.

Expor a vida num acampamento ao reivindicar o direito à terra, consolidou estratégias de proteção, como turnos de vigilância. Localizados em espaços estratégicos, como estradas, os vigias tinham a função de observar quem transitava pelo local e alertar qualquer situação irregular. Mesmo assim, o acampamento no Centro Cívico acabou em despejo das famílias do local.

Após uma reunião com o Incra para negociar a saída do Centro Cívico, e sem vencer o prazo que a entidade tinha oferecido aos militantes, um sábado as 3 da madrugada a Polícia Militar agiu na retirada do espaço público as pessoas acampadas, enviando-as em ônibus a distintos lugares. A entrevistada n° 15 narra este momento da seguinte forma²⁷:

[...] no dia do despejo no Centro Cívico eu estava no barraco e chegou a galera buscando comida, arroz, feijão para levar no centro cívico. Eu estava com duas meninas lá, elas chegaram em casa pá pegar alimentação, quando voltavam já estava a notícia do despejo... eles (a polícia) punhavam crianças num ônibus, mãe no outro, pai no outro e todos ficavam espalhados, nossa foi muito espalhado, achar todos de novo deu trabalho (ENTREVISTA N° 15, 2017).

Nesse sentido, o argumento de Mitidiero Junior (2011) a respeito das contradições governamentais na tomada de decisões para Reforma Agrária, começa com a morosidade na compra e legalização da terra ocupada. Mesmo que já existam ofertas de venda de imóvel, o processo de reconstrução e construção de um assentamento burocraticamente leva tempo.

Em oposição aos acontecimentos de Curitiba, a vida no espaço do acampamento Contestado, na maioria das vezes, foi tranquila. Embora as dificuldades de se viver em barracos de lona, as famílias se sustentavam com doações de familiares e mercados provenientes de Curitiba, além da cesta básica oferecida pelo Incra. As refeições eram individuais, só compartilhadas em dias especiais. Com relação ao trabalho, este era comunitário.

Após as tarefas laborais do dia, os acampados dedicavam o tempo ao lazer: “era o momento mais gostoso que eram todo mundo junto né, daí chegava uma hora na que pegavam as cadeiras na sombra das árvores, a gente sentava tomava chimarrão, ia conversar” (ENTREVISTA N° 19). “Eu nunca senti que fora perigoso, dava para ver que não era perigoso” (ENTREVISTA N° 20). “Era muito bom o tempo

²⁷ As informações verbais da entrevista n° 15 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, dezembro de 2017.

do acampamento, às vezes sinto saudade do tempo do barraco, era tão bom porque era todo junto“ (ENTREVISTA N° 15).

Relatos contrários a essa tranquilidade vêm de famílias que não estão de acordo com ações radicais tomadas pelos militantes mais antigos. Existe coincidência na harmonia e felicidade de compartilhar comida, jogar futebol, comemorar festas, fazer trabalho coletivo, etc., mas para alguns assentados que estiveram no período de acampamento existiram constantes discussões, chamados de atenção verbal e expulsões a famílias que não cumpriram regras estabelecidas.

Nesse sentido, o caráter radical dos militantes foi um fator que determinou permanências e abandonos do acampamento. Pode-se afirmar que o período acampamento foi decisivo para consolidar ideais do movimento e regras internas do território em construção.

IMAGEM 5 - Acampamento Contestado



Fonte: Acervo da família Ribeiro, 1999.

Foi finalizando o mês de novembro de 2000 que a espera da legalização do acampamento chegou a seu fim. O INCRA, por meio da Portaria N° 64/2000 o 29 de novembro de 2000 decretou: 1) destinação da Fazenda Santa Amélia para assentamento de agricultores; 2) criação do Projeto de Assentamento Contestado; 3) autorização de modificações e adaptações necessárias para atingir o assentamento 4) determinação de uma Divisão do Suporte Operacional para credenciar e registrar o local, outra para comunicar aos órgãos estatais a criação do projeto, e finalmente uma Divisão para registro das famílias (BRASIL, 2000).

Um assentado, Entrevista n° 7, narra com voz nostálgica que um dia ensolarado de novembro chegou a boa notícia da legalização do Acampamento²⁸. Embora felizes pela notícia, esperavam continuar com a mesma força e disposição para afrontar a nova etapa que tinha como foco principal melhorar a qualidade de vida familiar: a etapa de Assentamento. Este momento especial, de acordo com Gonçalves (2008), representa o início da verdadeira luta das famílias, pois confirma a territorialização do Movimento e a nova demanda de organização militante “[...] para continuarem exercendo a contraposição ao capital, ao Estado e a processos inerentes à questão agrária” (GONÇALVES, 2008, p. 25).

1.3.3. Legalização e consolidação espacial do A. Contestado

Geograficamente, o legalizado Acampamento Contestado, ora Projeto de Assentamento, está localizado na Lapa, aproximadamente 20 km da sede deste município, e 70 km de Curitiba, capital do estado de Paraná, na Região Sul do Brasil.

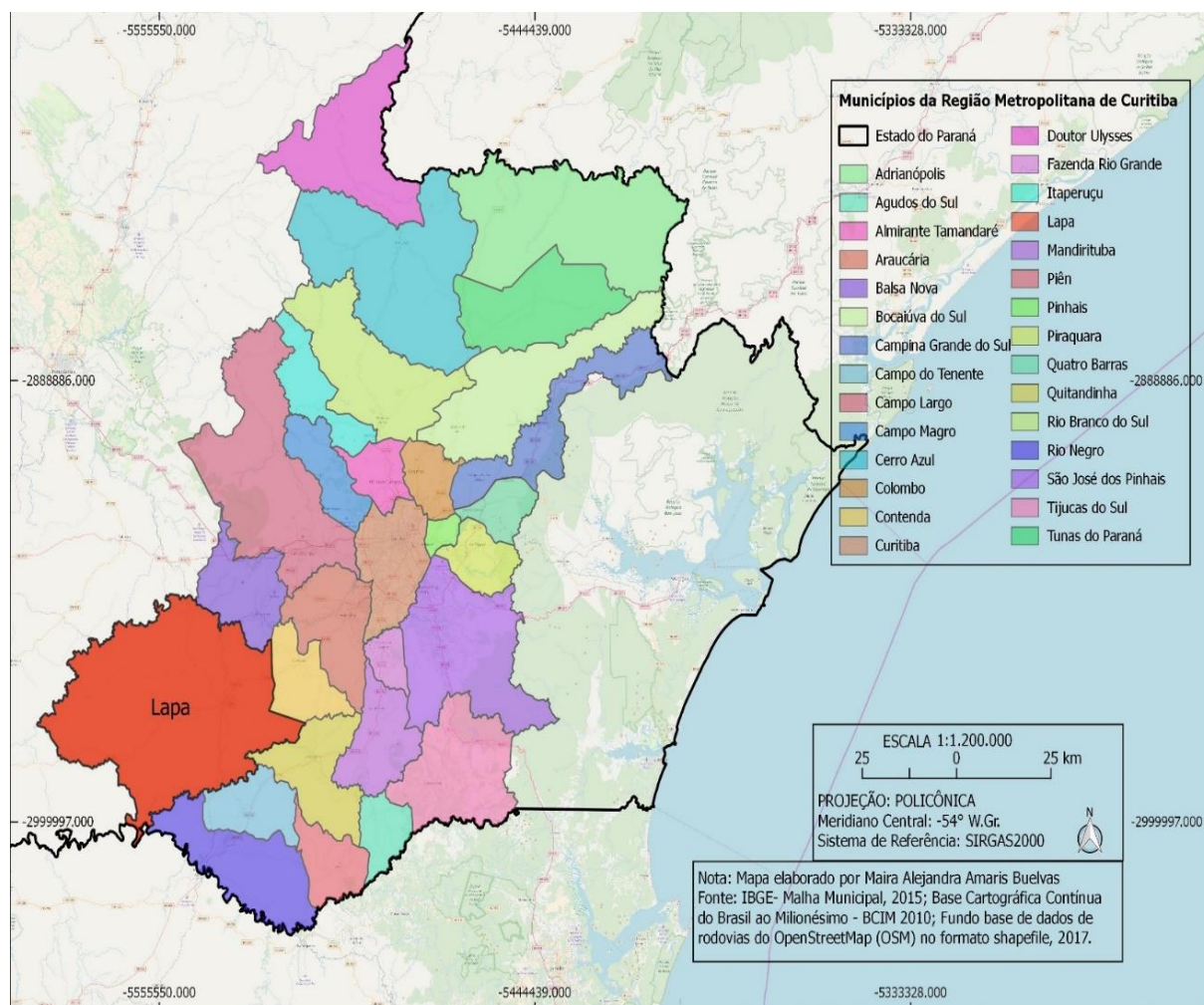
O município da Lapa apresenta como limites ao norte o município de Balsa Nova e o município de Porto Amazonas, ao sul os municípios de Campo do Tenente e Rio Negro, a leste, os municípios de Contenda e Quitandinha e oeste, os municípios de Antônio Olinto e São João do Triunfo. Faz parte da Região Metropolitana de Curitiba – RMC²⁹ desde o ano 2002, quando foi incluído como

²⁸ As informações verbais da entrevista n° 17 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, dezembro de 2017

²⁹ A RMC está composta por 29 municípios dos quais 14 pertencem ao Núcleo Urbano Central – NUC: Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Campo Magro, Colombo, Curitiba, Fazenda Rio Grande, Itaperuçu, Pinhais, Piraquara, Quatro Barras, Rio

município pela Lei Estadual n. 13.512 /2002 (COMEC, 2018). Isto pode ser apreciado a continuação no Mapa 1:

MAPA 1 - Lapa na Região Metropolitana de Curitiba.



Fonte: O autor, 2018.

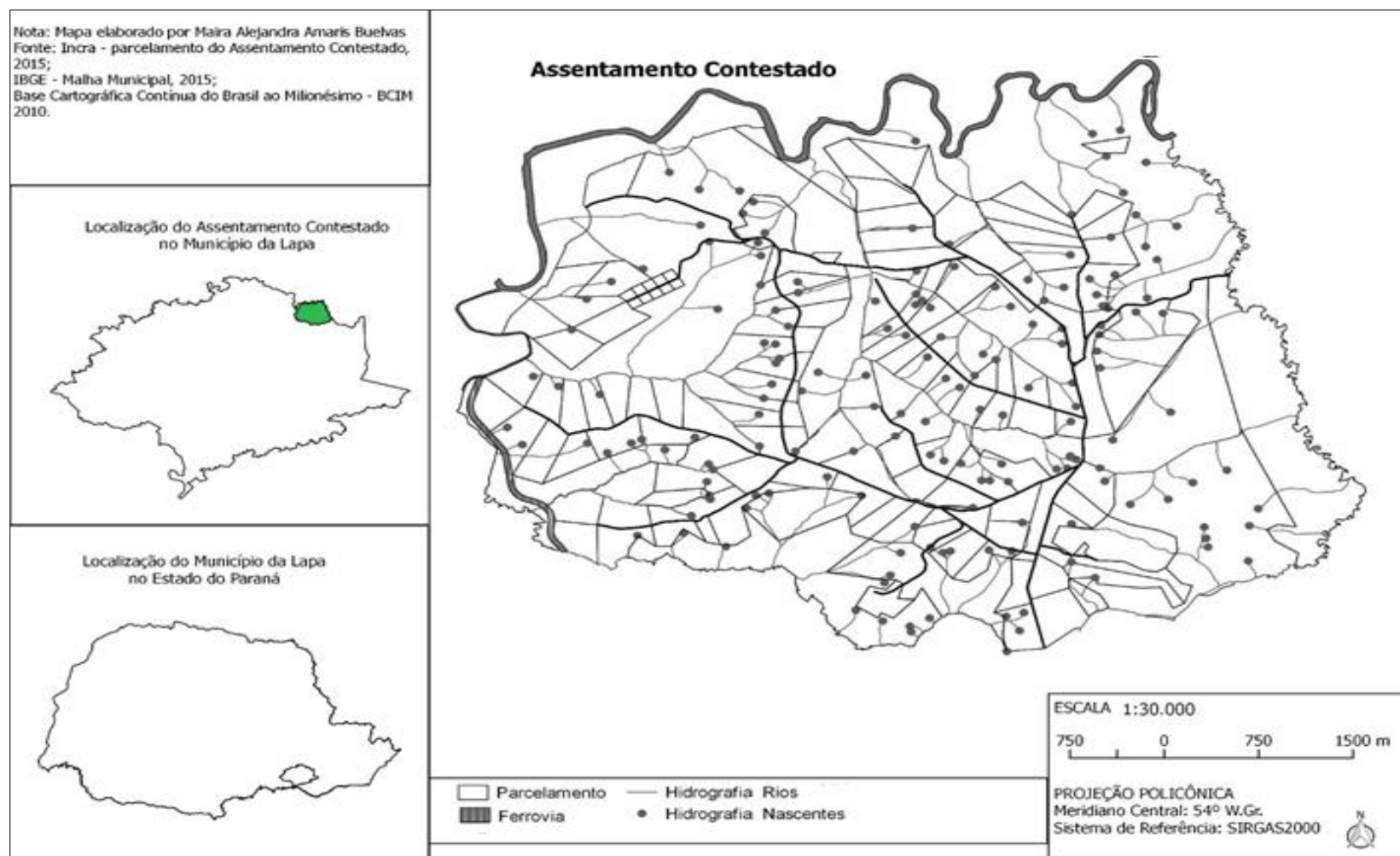
De acordo com a Escola Latino-americana de Agroecologia – ELAA, o Assentamento Contestado possui uma área aproximada de 3100 hectares, em torno de 1,5% da extensão territorial do município, onde 1240 hectares são de Áreas de Proteção Ambiental - APA, seja em reserva legal ou de preservação permanente (ELAA, 2017).

Como instituição que transformou a Fazenda Santa Amélia no Assentamento Contestado, o Incra teve a responsabilidade de regular o processo de organização

Branco do Sul e São José dos Pinhais. 7 compõem o Vale da Ribeira: Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná (COMEC, 2018).

espacial do local, pelo qual a ação seguida à compra do imóvel da Incepa encaminhou respectivos estudos sobre as condições geográficas e produtivas do território. Isso com a finalidade de entregar parcelas produtivas às famílias, as quais podem ser evidenciadas a continuação no Mapa 2:

MAPA 2 - Localização do Assentamento Contestado com relação a Lapa e Paraná



Fonte: A autora, 2018.

Finalmente, o Assentamento foi distribuído em lotes de nove a dezesseis hectares. O primeiro critério que tiveram que considerar para a divisão dos lotes foram as delimitações de Áreas de Proteção Permanente, que marcam o limite entre o primeiro e segundo Planalto Paranaense. Em seguida, as condições naturais e antrópicas, como água e distâncias das estradas principais. O entrevistado nº 1, comenta que inicialmente o MST tinha a intenção de assentar cerca de 80 famílias³⁰, mas o INCRA pretendia estabelecer 160. Depois dos respectivos estudos do local, ou seja, a partir do Plano de Desenvolvimento do Assentado – PDA, processos de negociação e respetivos debates, definiu-se que 110 famílias poderiam morar no Assentamento. Atualmente estão assentadas 108, ficando 2 lotes à espera de alguma família.

IMAGEM 6 - Placa distintiva do Assentamento Contestado.



Fonte: A autora, 2017.

Sem dúvida alguma, em qualquer processo de construção territorial, é vital o respaldo de instituições que ofereçam serviços de assistência técnica. Ainda assim, a participação ativa dos sujeitos beneficiários torna-se um complemento importante na hora de empreender ações. Um claro exemplo disso foi a presença das famílias no debate da distribuição espacial do assentamento e a entrega equitativa dos lotes. Embora essa ação não fosse obrigação dos assentados, dialogar com seus pontos de vista e experiências prévias no local permitiu planejar o território de acordo com seus próprios interesses econômicos, sociais, políticos e culturais. Nesse sentido, o aporte dos assentados na distribuição dos lotes, viabilizou o planejamento espacial de núcleos de base organizados a partir do modelo de agrovilas ou comunas da terra, com a intenção de fortalecer vínculos vicinais e facilitar troca de saberes,

³⁰ As informações verbais da Entrevista nº 1 foram concedidas ao autor na primeira fase da pesquisa, ano 2016.

assistência técnica e uso equitativo de recursos antrópicos. Segundo Goldfarb (2007), as agrovilas ou comunas da terra, como ela denomina, configuram-se como uma estratégia de organização espacial por parte do MST. Para a autora, algumas características das agrovilas são:

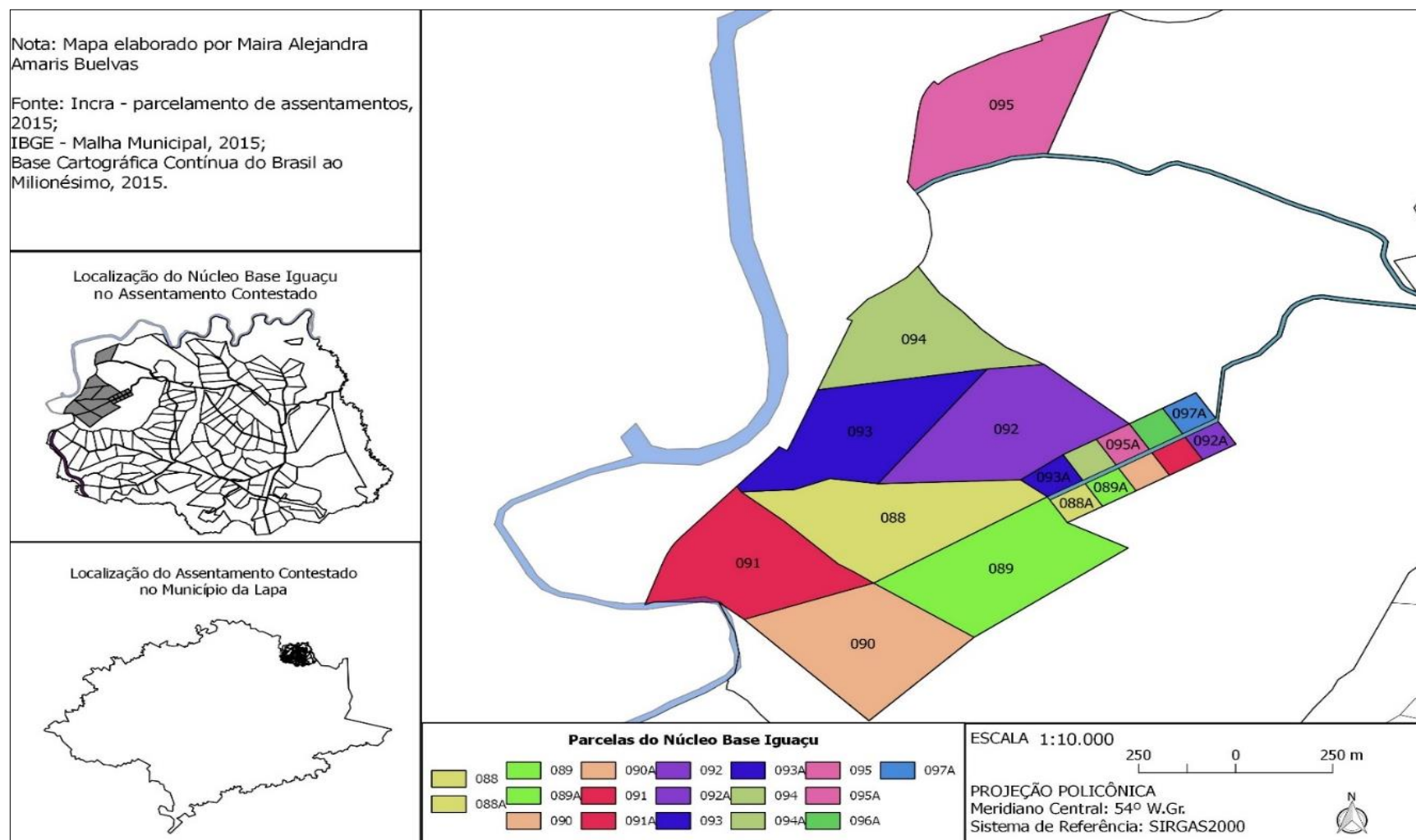
[...] serem implantadas em áreas bem próximas a grandes centros urbanos; utilizarem a agroecologia e a cooperação como principais diretrizes na produção e; possuírem a Concessão Real de Uso da área no nome de um coletivo (associação ou cooperativa), e não individualmente, e nem o título de propriedade da terra, o que significa que as famílias não poderão, em nenhum momento, vender o que seria a sua parcela (GOLDFARB, 2017, p.11).

Conforme Harnecker (2002), morar em agrovilas favorece a convivência social, o intercâmbio de ideias e a discussão de problemáticas dos habitantes dos assentamentos. Foram precisamente essas razões que, segundo famílias entrevistadas, levaram no início a aprovação da organização espacial em agrovilas. Apesar de que a proposta de organização espacial tenha sido discutida e aceita no início do assentamento, a realidade registrada em campo foi bem diferente. Relatos de sete pessoas do Núcleo Evolução Camponesa, coincidem em não ter sido possível o ideal de agrovila se desenvolver na sua totalidade, porque para alguns assentados era prioridade a independência territorial, a aquisição do Contrato de Concessão de Uso com possibilidade de entregar a algum familiar, e também evitar brigas pela passagem de galinhas a lotes contíguos, e sobretudo, a questão da intimidade familiar.

Com tais argumentos, substituiu-se o ideal de construção de agrovilas em detrimento de uma organização espacial, que no primeiro momento pareceria individualizada³¹, com tendência a dificultar as práticas coletivas, e a desconsiderar a noção de comunidade (SILVA, Anderson, 2008). Se bem a moradia conjunta não seja fácil de sobrelevar pela diversidade de heranças culturais, as agrovilas apresentavam-se como uma forma de mediar futuros conflitos internos. De dez núcleos de base no Assentamento, só um deles (núcleo Iguaçu) foi organizado como agrovila por decisão de seus moradores. Este núcleo não obedece, completamente, as características que Goldfarb (2007) descreve como associativismo, cooperativismo na produção, e concessão de uso coletivo, embora se ajuste mais a definição de Harnecker, que dá ênfase na convivência entre as famílias (2002).

³¹ Referente aos núcleos de moradias, organização espacial predominante no assentamento caracterizada por ter a moradia dentro do lote de produção.

MAPA 3 - Núcleo de base Iguaçu (agrovila)



Fonte: A autora, 2018.

No mapa 3, pode-se observar que o núcleo Iguaçu tem uma distribuição bem característica. Os quadrados menores no mapa indicam a localização de dez divisões estabelecidas em duas filas, e separadas por uma estrada de terra. Essa organização é conhecida como “núcleos habitacionais” e cumpre a função de coletivizar áreas (MIRANDA; CUNHA, 2013). Relativamente perto das moradias, ficam áreas de produção maiores a 11 hectares (ver tabela 2).

Cada um dos núcleos habitacionais tem espaço suficiente para uma casa grande, um pomar, uma horta pequena para verduras e plantas medicinais; além de um pequeno espaço para criação de animais. Estas zonas da agrovila não superam 1 hectare, como demonstram as estatísticas do Assentamento:

TABELA 2 - Núcleo de base Iguaçu, medidas em ha.

Referência	Área total em ha	Área de Proteção Permanente	Núcleo H.	Agricultura
L88	13,94	2,22	1,00	12,72
L89	13,16	1,82	1,00	12,34
L90	11,72	0,59	1,00	12,13
L91	14,05	2,45	1,00	12,60
L92	11,88	1,25	1,00	11,63
L93	11,81	0,86	1,00	11,95
L94	12,02	1,57	1,00	11,45
L95	12,28	0,42	1,00	12,86
L96	12,18	0,88	1,00	12,30
L97	12,14	1,65	1,00	11,49

Fonte: Acervo do Assentamento Contestado, 2017.

Algumas das vantagens de morar perto entre famílias são descritas em entrevistas a famílias da agrovila. Por exemplo, a entrevistada n° 15, relata que há poucos anos trabalhando no seu hectare de terra, caiu e bateu uma perna, vindo a sofrer uma fratura de imediata atenção. Como seu filho mais novo tinha cinco anos e seu outro filho mais velho estava estudando, foi sua vizinha quem a socorreu, levando-a imediatamente ao hospital.

Desta forma, a organização em agrovilas apresenta-se como uma vantagem de contribuição coletiva. Segundo os entrevistados deste núcleo, os laços vicinais foram tão fortes que existiam atividades comunitárias como preparação de refeições e trabalho em forma de mutirão.

Esta união das famílias era agradável para a maioria dos assentados do núcleo, mas em desacordo com a coletivização de práticas, o casal do lote 95 (ver mapa 3) preferiu morar o mais longe possível da agrovila. Foi assim que o concessionário do CCU construiu casa na área produtiva de maior extensão para ficar distante dos outros assentados.

Ainda com o ideal de individualidade, o concessionário do lote 95 participava de reuniões e atividades referentes ao núcleo e o assentamento em geral. Neste tipo de casos, torna-se importante ressaltar a labor dos coordenadores do núcleo de base (uma mulher e um homem), que lideram e procuram manter a comunicação na execução de atividades coletivas.

Nesse sentido, é reconhecido que os coordenadores do núcleo Iguaçu, semelhante aos coordenadores dos outros núcleos, representam na comunidade uma ponte de informação entre famílias e lideranças do Assentamento e do Movimento, estratégia que faz parte do método de trabalho de base e organização popular do MST (MST, 2009).

Com relação aos outros nove núcleos de base, que optaram por não se organizar espacialmente em agrovilas, seus lotes também foram entregues por meio de sorteios que estruturaram o Incra para os assentados.

Cada agrupamento de dez lotes conforma um núcleo de base, também chamados “núcleos de moradia”, todos com uma determinada nomenclatura para se diferenciar entre si: “Che Guevara”, “Sepé Tiaraju”, “Roseli Nunes”, “Antônio Tavares”, “Eduardo Anghinoni”, “Gabriel Kais” (ver mapa 4). Estes nomes, em especial os 4 últimos, são referências às vítimas de violência física na luta pelos direitos da sociedade agrária.

Outros nomes dos outros núcleos são referentes às características naturais da paisagem do assentamento e aos ideais da luta da terra: Lagoão, Iguaçu, Evolução Camponesa, Libertação Camponesa.

Outro espaço que faz parte do Assentamento, mas não é considerado como núcleo de base é a sede, lugar que abrange a Cooperativa Terra Livre, a Escola Latino-americana de Agroecologia, o restaurante comunitário, a Escola e o Colégio Municipais Contestado, o Casarão da Fazenda Santa Amélia, as moradias para estudantes e contribuintes, a Creche infantil, os espaços de esporte e lazer, e as áreas verdes.

Na seguinte tabela, podem-se observar dados referentes aos núcleos de base, sua extensão em hectares e à quantidade de lotes disponíveis:

TABELA 3 - Núcleos de base do Assentamento Contestado.

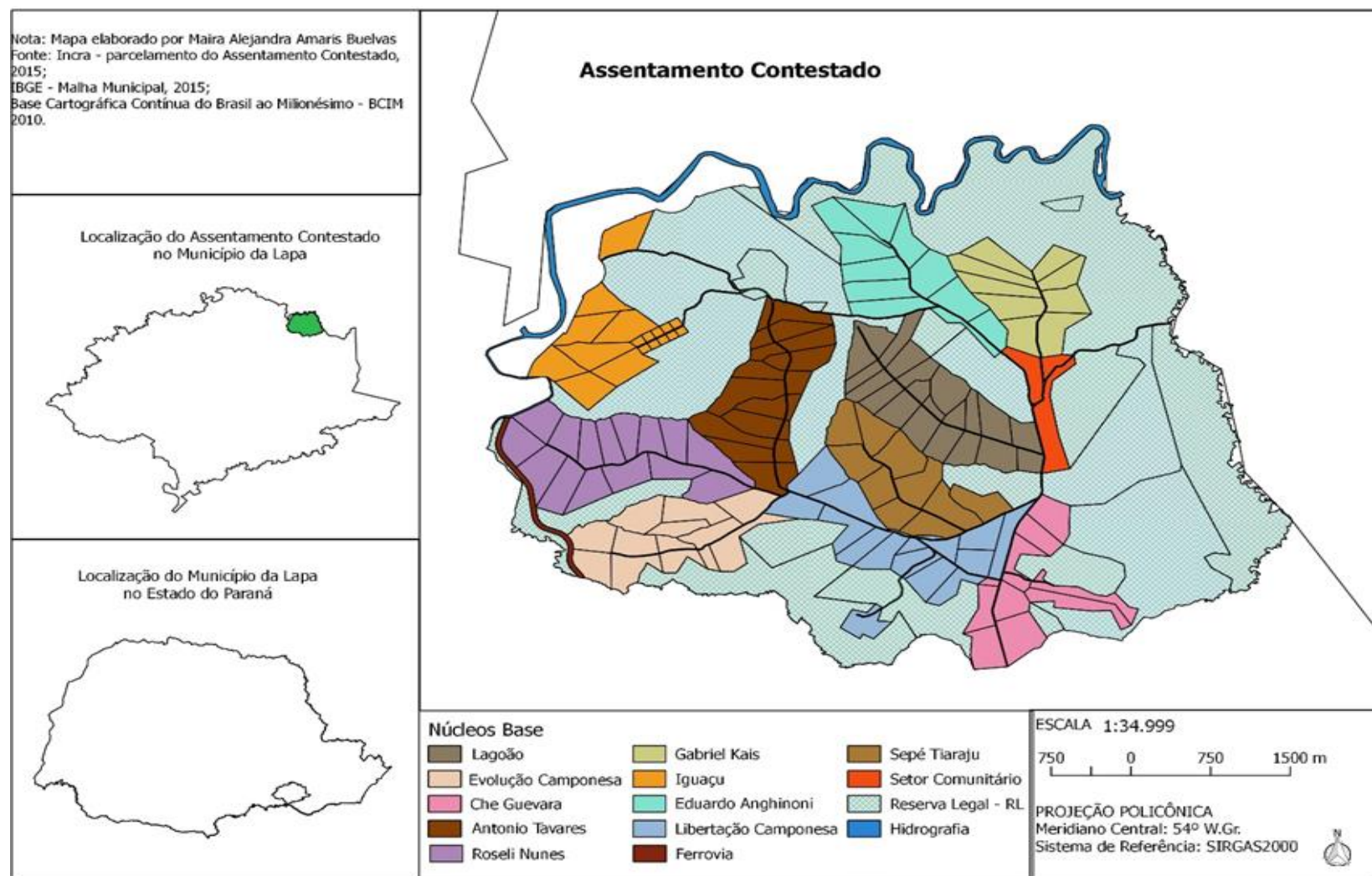
	Nome do núcleo - setor	Área total em ha	Total de lotes
	Setor comunitário	38,22	
	Che Guevara	115,67	9
	Libertação Camponesa	121,6	11
	Evolução Camponesa	134,17	11
	Roseli Nunes	200,98	15
	Iguaçu	125,18	10
	Antônio Tavares	268,94	13
	Sepé Tiaraju	127,77	10
	Lagoão	164,33	12
	Eduardo Anghinoni	129,57	10
	Gabriel Kais	131,76	9
Total	11	2739,87 ha	110

Fonte: Acervo do Incra. Dados organizados pela autora, 2018.

Conforme a tabela 3, o núcleo de base que apresenta maior extensão e número de lotes é o núcleo Roseli Nunes. Contrariamente, o núcleo que apresenta menor extensão em hectares é o Che Guevara, isto sem contar a sede, pois não é considerada como um núcleo.

Outro aspecto que confirma a tabela é a quantidade de lotes no Assentamento. Ainda que estejam assentadas 108 famílias, existe uma totalidade de 110 lotes, dos quais dois estão desabitados e na espera de receber militantes dispostos a produzir culturas agroecológicas. Visualmente, no mapa 4, pode-se detalhar a localização dos lotes e núcleos de base:

MAPA 4 - Núcleos de base no A. Contestado.



Fonte: A autora, 2018.

Nesse contexto de distribuição espacial que se constituiu nos anos após legalização, as famílias assentadas, uma vez estabelecidas em seu próprio território familiar, continuaram produzindo alimentos orgânicos para subsistência e comercialização. Anteriormente, suas rendas estavam condicionadas ao trabalho externo ao local de Acampamento; alguns trabalhos desenvolvidos pelos agora assentados foram de diaristas e pedreiros.

Embora desde o início do Acampamento já se produzissem alimentos orgânicos – ou seja, sem agrotóxicos – para auto-sustento, foi após a tentativa com diferentes atividades econômicas, que se viabilizou a produção agroecológica, pois em contraste com a produção com agrotóxicos, a agroecologia, mais do que uma alternativa econômica, se sustenta a partir de processos de transformação multidimensional: ambiental, política, social e cultural (GUTERES; CADORE; QUADRADO, 2006).

O impacto deste aspecto no Assentamento foi tão marcante que acabou por condicionar a organicidade ao território. Assim, em relação à agroecologia, foram estabelecidos parâmetros de convivência e estruturação de setores de base, como produção, saúde e educação (atualmente, os setores de base mais desenvolvidos no Assentamento).

Nessa linha de discurso histórico-geográfico, se sustenta o próximo capítulo desta dissertação, pois os sete setores de base, definidos nesta pesquisa como estratégias de territorialidade, se relacionam direta e indiretamente com a agroecologia e a construção do Assentamento Contestado.

CAPÍTULO II

2. TERRITORIALIDADE: SETORES DE BASE E ORGANIZAÇÃO MULTIDIMENSIONAL

Como visto no anterior capítulo, abordar aspectos agrários requer relacionar a terra, entendida como espaço físico primordial para configurar posteriormente territórios que abrangem, numa relação estreita, a sociedade e a natureza. Sobre essa base, territórios como o Assentamento Contestado, se constroem e reconstroem material e imaterialmente.

Nesse sentido, o território torna-se importante no desenvolvimento material e imaterial dos agentes transformadores. De forma complementar ao território, os processos e fenômenos que formam essa (i)materialidade, são considerados, segundo Saquet (2011) como estratégias de territorialidade.

A territorialidade para Saquet, da mesma forma que o território, é multidimensional, mas também histórica, relacional e multiescalar, segundo afirma o autor:

A definição de territorialidade extrapola as relações de poder político, os simbolismos dos diferentes grupos sociais e envolve, ao mesmo tempo, os processos econômicos e ambientais centrados em seus agentes transformadores, isto é, relações sociais, intencionalidades, apropriações-domínios e práticas espaço-temporais híbridas. “As territorialidades têm um caráter relacional, histórico, multidimensional e significam cotidianidades nos tempos e nos territórios, no movimento relacional-processual do ser social-natural-espiritual” (SAQUET, 2011, p. 87).

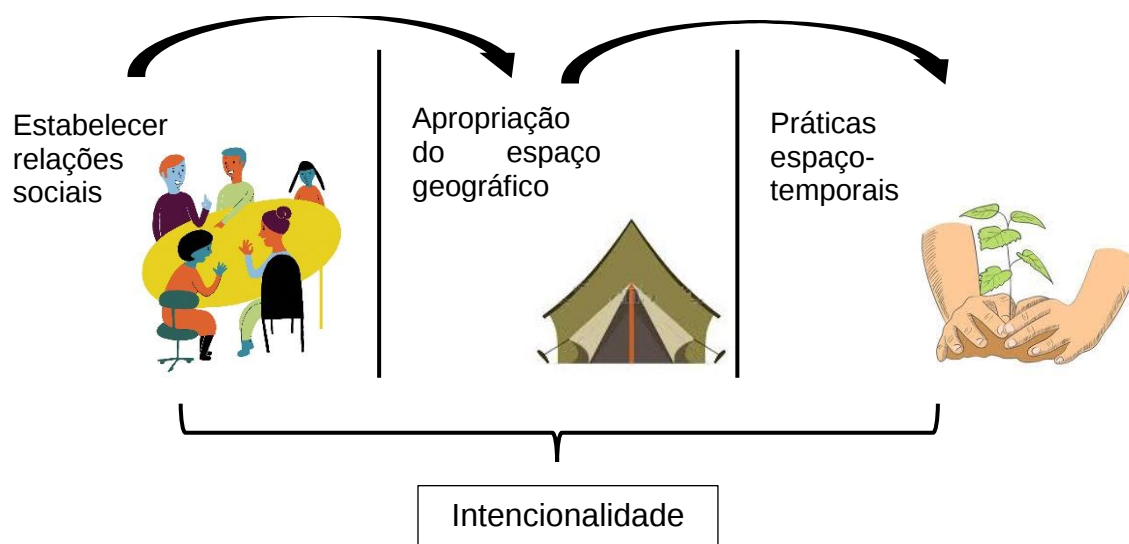
Conforme Saquet (2011), a territorialidade nas populações, se manifesta em quatro níveis de atuação que são:

- Relações sociais
- Apropriação do espaço geográfico
- Práticas espaço-temporais

- Intencionalidades

Estes quatro níveis de territorialidade, ao serem associados ao objeto de estudo da pesquisa, se evidenciam da seguinte forma:

ESQUEMA 1 - Níveis de territorialidade



Fonte: A autora, 2018.

No Assentamento, o primeiro dos níveis que Saquet (2011) propõe se evidencia na união das famílias pela mesma causa: a busca de terras e vida rural digna, tendo à frente das massas do Movimento, o coletivo concretiza esta fase ao procurar famílias para participar nas ocupações. Num segundo momento se procede a ocupação e acampamento do imóvel do Grupo Incepa. Passo seguinte, práticas espaço-temporais são desenvolvidas pelas famílias, evidenciadas em ações concretas como a distribuição de atividades coletivas nas múltiplas dimensões territoriais, relacionadas a setores base e organicidade.

Estes três níveis teóricos de territorialidade obedecem empiricamente a lógica do Movimento, no entanto, considera-se que o nível de intencionalidade influi em todos os níveis. De fato, acredita-se que seja o motor que impulsiona a realização de ações em busca de famílias militantes e de pressão social pela Reforma Agrária. Nesse sentido, entende-se que a territorialidade também é um acionar racional e relacional.

Os três primeiros níveis de territorialidade indicados por Saquet, são compreendidos por autores como Sack (2011) e Raffestin (1993), a partir das

relações de poder. Para Sack, todas as relações de poder são territoriais e conduzem a territorialidade, pois existe uma clara pretensão de controle sobre uma área geográfica, ora de pessoas, ora de fenômenos ou elementos dispostos no território. Nesse âmbito, para o referido autor, a territorialidade é a conduta humana que influi, afeta e controla um território.

Para Sack (2011), a lógica territorial é complexa, pois está imersa nas relações sociais e normativas, “portanto, a territorialidade forma o pano de fundo para relações espaciais humanas e concepções de espaço e indica que as relações espaciais humanas não são neutras” (SACK, 2011, p. 87).

O que para Saquet são níveis de territorialidade, em Sack são três facetas consecutivas que têm como finalidade exercer controle territorial. No caso desta pesquisa, o controle recai sobre uma extensa área improdutiva em dívida com a União. Para Sack, os sujeitos reconhecem áreas para classificar recursos inatos no território; seguidamente, fazem uso de elementos comunicativos para demarcar ou delimitar a área; e por último controlar internamente o acesso ao território com o objetivo de supervisionar recursos.

Sob essa perspectiva; “essas três facetas da territorialidade podem ser encontradas em todas as sociedades, mas elas, por sua vez, geram efeitos mais potenciais, que podem ser igualmente importantes, mas que ocorrem somente em contextos históricos particulares” (SACK, 2011, p. 81).

O Assentamento Contestado é um destes contextos históricos particulares onde são encontrados efeitos potenciais por causa das ações territoriais. Tais ações têm impactos em todas as dimensões e fases espaço-temporais do local. Atividades de reconhecimento, como a pesquisa prévia do imóvel improdutivo, o uso de elementos comunicativos tais quais a simbologia do Movimento, a demarcação da área da ocupação e acampamento, foram as primeiras manifestações de territorialidade das famílias militantes.

Em Raffestin (1993), o espaço geográfico é concebido a partir da dimensão ambiental, mas esta ao interatuar com diferentes atores, torna-se social e sinônimo de território. Com a apropriação do espaço social, os atores se territorializam e criam

territorialidades, bem como diferentes formas de trabalho e relações de poder para entrar em controle do território e seus possíveis benefícios.

Nesta lógica, para Raffestin (1993), territorialidade significa o conjunto de relações sociais e de poder entre sociedade-natureza-espço, que pretendem alcançar autonomia por meio do controle de recursos, embora estes recursos sejam suscetíveis aos impactos na escala temporal.

Com relação ao aproveitamento e sustentabilidade dos recursos naturais do Assentamento Contestado, o INCRA, como ator político e público responsável por este espaço de Reforma Agrária, foi quem determinou por meio do PDA fraquezas e potencialidades do Assentamento, assim como a distribuição de recursos básicos, tais quais água, estradas, lotes, entre outros, que têm finalidade o benefício de todas as famílias assentadas.

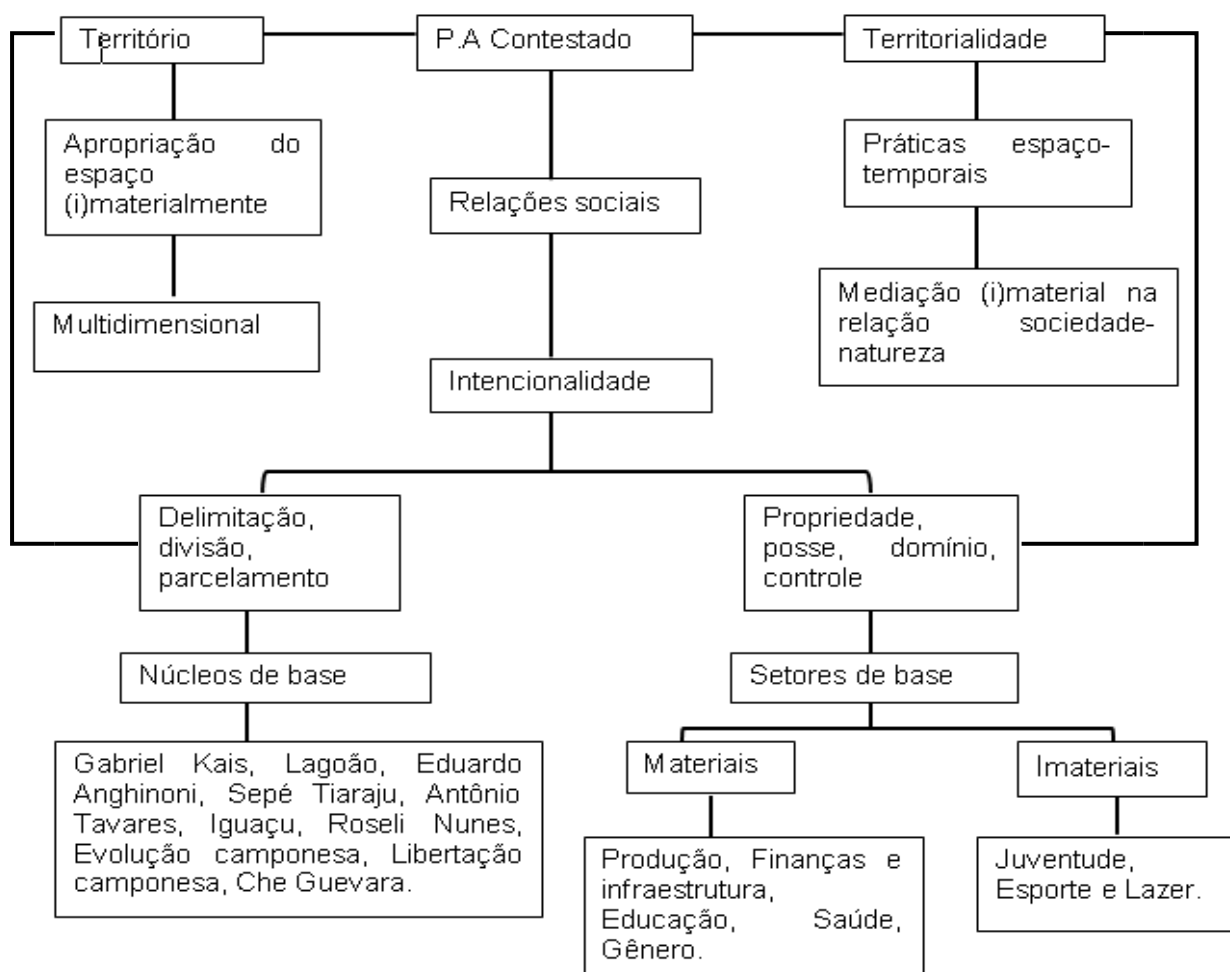
É por tudo isto que a territorialidade não pode ser entendida enquanto ligação superficial com o território. Segundo Raffestin (1993, p. 161), a territorialidade, mais do que mera relação com o espaço social, “se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, ou seja, estabelece estrita relação com as dimensões natural e econômica.

O autor prioriza a dimensão econômica, mas também reconhece que esta influi espacial e temporalmente em outras dimensões, como a política e a social. Para ele, “a territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais; ela é substancial a todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a “face da vivida” da “face agida “do poder” (RAFFESTIN, 1993, p.161).

Pode-se afirmar então que, no território e na territorialidade, coexistem ações e atividades que giram em torno de relações de poder, controle de recursos naturais, sujeitos, relações entre agentes transformadores, além de um conjunto de ações materiais, econômicas e políticas, além de ações imateriais, como as representações culturais. Conforme Saquet (2011, p. 87) “a territorialidade significa as relações diárias, momentâneas e processuais, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente”.

Tendo em conta os subsídios anteriores, considerando a pesquisa empírica, a territorialidade pode ser evidenciada material e imaterialmente. Considera-se que são manifestações explícitas de territorialidade (i)material as ações discutidas pelo movimento e as estratégias utilizadas para desenvolver econômica, política, social e culturalmente a terra conquistada

ESQUEMA 2 - Território e territorialidade no A. Contestado



Fonte: Adaptado de Saquet (2011). Elaborado pela autora, 2018.

Materialmente, na dimensão ambiental, política, econômica e social, as ações empreendidas são dirigidas a partir dos chamados setores de base, entre os quais se encontram os setores de Produção, Finanças e Infraestrutura, Educação, Saúde e Gênero, além da luta, resistência e organização espacial no território. Imaterialmente, na dimensão cultural, o setor de Juventude e Esporte e Lazer, representa as estratégias que promovem artisticamente a vida no campo e as trajetórias das famílias sem-terra.

Os setores de base, segundo Miranda e Cunha (2013, p. 366) são uma forma de organização política própria do MST, que “têm o objetivo de orientar e ajudar os membros nas orientações dadas pelo movimento”. Geralmente, cada setor está composto por dez representantes, sendo cada um destes integrantes dos núcleos de base. A quantidade de participantes depende dos setores consolidados no território conquistado pelo movimento.

Para os coordenadores do Assentamento Contestado, os setores de base representam uma forma de militância básica, pois a partir da realização de tarefas específicas, beneficia-se o coletivo das famílias, integram-se os diferentes gêneros e trabalham-se pelos mesmos objetivos. Embora os entrevistados, para se referir aos setores de base, não usem o termo “estratégias de territorialidade”, considera-se que esta nomenclatura obedece à lógica mencionada anteriormente.

Como visto no esquema 2, no Assentamento Contestado, tanto o território como a territorialidade são elementos temporais, espaciais e multidimensionais que efetivam a relação sociedade-natureza e configuram dinâmicas características únicas no Assentamento.

O modelo de organização territorial do movimento (brigadas, coordenações, setores e núcleos de base) tenta ser replicado em todos seus espaços de conquista, como ocupações, acampamentos e assentamentos. Não obstante, são os diferentes fatores espaço-temporais de cada imóvel improdutivo que acabam por influenciar as práticas a ser desenvolvidas. Isto significa que a territorialidade é volátil e muda dependendo dos contextos.

No Assentamento Contestado, as práticas de territorialidade exercidas pelos sujeitos são realizadas intencionalmente. Estas variam da apropriação do espaço ao domínio das determinadas atividades multidimensionais, pois conforme indica Saquet (2011, p. 78), as ações de territorialidade “dependem das intencionalidades, dos desejos, das aspirações, das metas, enfim, das relações sociais e práticas espaço-temporais-territoriais”.

Reconhecendo que os setores de base produzem as estratégias de territorialidade das famílias militantes, em grande medida influenciadas pelo Movimento, apresentam-se em continuação diferentes ações empreendidas em cada

um dos diferentes setores de base e dimensões sócio-naturais do território multidimensional do Assentamento Contestado.

2.1. DIMENSÃO AMBIENTAL: CARACTERIZAÇÃO FÍSICA

Iniciamos esta seção relacionando dimensões sócio-naturais e setores de base do Assentamento, com a caracterização dos aspectos físicos e naturais do território. De acordo com Raffestin (1993), e Sack (2011), o exercício do controle territorial está ligado aos recursos naturais próprios do território.

Nessa lógica, observa-se que a partir da dimensão ambiental se estabelece um vínculo de aproveitamento de serviços ambientais, sendo estes básicos para o desenvolvimento das dimensões política, econômica, social e cultural.

Segundo Haesbaert (2006, p. 55) “dentro da dimensão material do território, é necessário, portanto, de alguma forma, considerar essa dimensão “natural” que em alguns casos ainda se revela um de seus componentes fundamentais. Mas nunca, é claro, de forma dissociada”. Desta forma, se reconhece que a dimensão ambiental contribui na configuração das dimensões sociais, e a sua vez, influencia as estratégias de territorialidade das famílias assentadas.

Um dos aspectos que caracterizam o Assentamento na dimensão ambiental compreende sua localização, pois está inserido na Área de Proteção Ambiental - APA da Escarpa Devoniana. Conforme o PDA do Assentamento elaborado pelo Departamento de Estudos Sócio-Econômicos Rurais - DESER:

Esta região foi assim declarada com o objetivo de assegurar a proteção do limite natural entre o Primeiro e o Segundo Planaltos Paranaenses, inclusive faixa de Campos Gerais, que se constituem em ecossistema peculiar que alterna capões de floresta de araucária, matas de galerias e afloramentos rochosos, além de locais de beleza cênica como os "canyons" e de vestígios arqueológicos e pré-históricos (DESER, 2001, p.13-14).

Este aspecto ambiental torna-se importante de abordar porque foi um dos motivos que impulsiona a ocupação do local. A localização do imóvel do Grupo Incepa sobre a Escarpa Devoniana, e as monoculturas de *Pinus* e *Eucalyptus* impulsadas pela instituição, foram consideradas pelo movimento como ameaça ambiental aos

campos nativos dessa zona. Por isso, o MST (2017) explica que uma das bases ideológicas do Movimento, além da conquista de terras para Reforma Agrária, é a preservação da natureza. Assim, rejeita as monoculturas e as ações que acompanham essa atividade produtora característica do capitalismo: apropriação de grandes extensões de terra, destruição da biodiversidade, desmatamentos, contaminação de solos, águas e alimentos.

Com a elaboração do PDA pelo DESER (2001), no solo do local do Assentamento foi determinada a existência predominante de tipos Podzólicos, Litólicos e Hidromórficos, os quais estão caracterizados por ter baixa e média fertilidade natural, além de ser propensos à deterioração. No momento da elaboração do PDA, já se estimava a existência de grandes tamanhos das voçorocas, erosão em sulcos, pouca espessura do perfil do solo e áreas de perda do horizonte superficial, que deixavam ver o horizonte profundo. Sob este argumento científico foi sugerido alto investimento em adubos e corretivos.

IMAGEM 7 - Panorama geral de uma voçoroca no A. Contestado.



Fonte: BARBOSA, Abinabad, et al. Medidas de contenção de voçoroca no Assentamento Contestado. **Revista da Associação Brasileira De Agroecologia**, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 4147-4151, nov. 2009.

Além do solo já ostentar problemas de fertilidade e deterioração, o relevo também representava obstáculos a superar, ora pelo tipo de ondulação, ora pelo uso

restrito ou de preservação: relevos que dificultam a exploração agrícola. Isto se pode evidenciar quantitativamente na seguinte tabela:

TABELA 4 - Relevo no Assentamento Contestado

Tipo de relevo	Porcentagem da área
Plano	25,59%
Suave ondulado	25,99%
Ondulado	24,29%
Muito ondulado	18,32%
Fortemente ondulado	5,29%
Uso restrito	0,49%
Preservação permanente	0,03%
<i>Total</i>	<i>100%</i>

Fonte: DESEER, 2001. Dados organizados pela autora, 2017.

Com diversas dificuldades do solo e o relevo no território, as famílias militantes começaram a pensar num projeto de conservação e recuperação do local, para preservá-lo o mais natural possível, já que “era contraditório usar químicos ou máquinas para melhorar o que já estava estragado”; afirma o entrevistado n° 1.

Após vários debates entre famílias sobre estratégias para melhorar a terra e explorar os recursos do local, decidiu-se viabilizar a agroecologia, embora já se discutisse esta opção de produção entre as lideranças do movimento, previamente à ocupação em 1999. Segundo o MST (2017), defende-se como bandeira³² do movimento uma agricultura que esteja em harmonia com a natureza, feita de produtos livres de agrotóxicos e transgênicos, que resgatem saberes tradicionais e protejam a saúde dos produtores. Desta forma, proclama-se a agroecologia, mais do que uma estratégia de produção, um estilo de vida.

De acordo com Guterres, Cadore e Quadrado (2006) a motivação dos camponeses para a implementação de estratégias de desenvolvimento rural

³² São pilares fundamentais que representam estratégias empregadas pelo movimento, mesmo como identidade e reivindicação: a agroecologia faz parte da bandeira da reforma agrária. Outras bandeiras do movimento são a cultura, combate a violência sexista, democratização a comunicação, saúde pública, desenvolvimento, diversidade étnica, sistema político, soberania nacional e popular.

sustentável, como a agroecologia, inicia com a percepção que os recursos pertencem às comunidades tradicionais os operacionalizam. Essa consciência de classe social funcional transcende para a sociedade a valorização dos recursos locais, das culturas e tradições dos trabalhadores, acabando por fortalecer a utopia da não-dependência do capitalismo centralizado em corporações transnacionais e hegemonias político-econômicas.

A intenção de implementação do aspecto socioambiental na bandeira de Reforma Agrária do MST foi influenciada pelos movimentos ambientalistas brasileiros dos anos 1990. Conforme Alonso, Costa e Maciel (2007), os movimentos sócio-territoriais no final do século XX foram vistos como agentes de formação de identidades coletivas, sociais e políticas, que em questões ambientais ganharam especial atenção por promover uma linha conservacionista e outra socioambientalista, emergindo desta última, um contexto de redemocratização de recursos naturais para todos os grupos sociais, ênfase em questões rurais como agrotóxicos, degradação ambiental pela expansão do consumismo, crítica à industrialização rural e aos problemas ambientais, devido à sobreposição da dimensão política e econômica sobre a natural.

O impacto dos movimentos ambientalistas da década 1990 atingiu diferentes esferas da sociedade, pela capacidade de dispersão pelo território nacional em forma de rede, sendo iminente sua articulação a movimentos sócio-territoriais que com “diferentes gêneros de experiência social e política fomentaram identidades coletivas ambientalistas” (ALONSO; COSTA; MACIEL, 2007, p.167).

Sob a reconstrução histórica do movimento ambiental no Brasil feita pelos autores, cabe a possibilidade de que o MST, como movimento fortalecido desde a década 1990, também tenha sido permeado pela luta ambiental, pois se observa que o Programa de Reforma Agrária do MST de 1995 é diferente da proposta de 1984 na inclusão de aspectos como luta pela justiça social, igualdade, resgate de valores humanistas e preservação do ambiente. Nos objetivos desta última proposta do Movimento preconiza “preservar e recuperar os recursos naturais, como solos, águas, florestas etc., de maneira a se ter um desenvolvimento autossustentável” (STEDILE, 2005, p.188), para que as ações seguidas à produção orgânica e

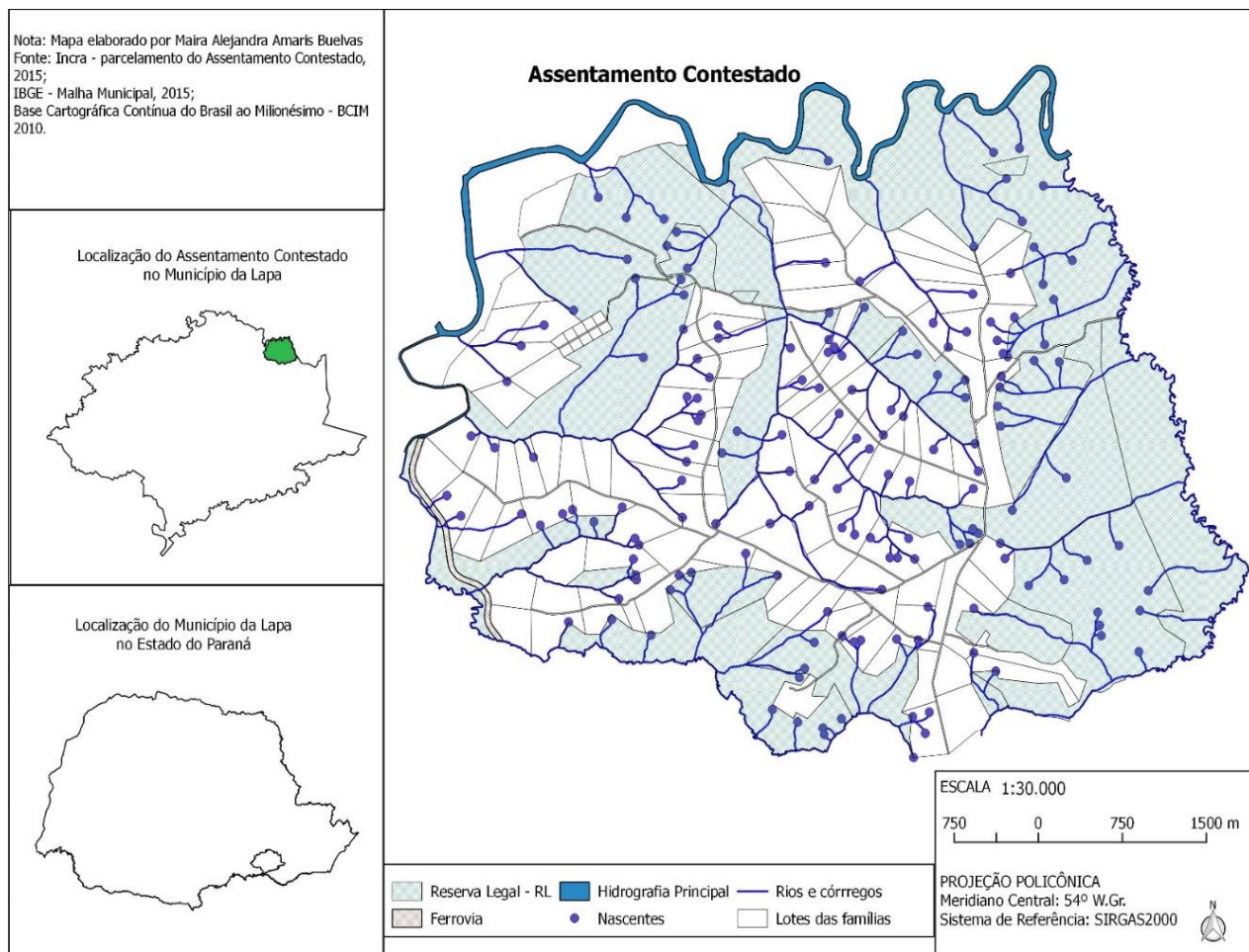
sobretudo agroecológica respaldassem na prática o que teria sido proposto na teoria.

No contexto desta pesquisa, a estratégia produtiva atinge a maioria de práticas sociais do Assentamento Contestado: agricultura, educação, saúde, finanças, entre outras. As lideranças do Movimento objetivam no futuro um assentamento completamente agroecológico, pois atualmente 80 das 108 famílias reproduzem sobre essa lógica.

Tendo em conta que nos primeiros anos do Assentamento, apenas dez famílias produziam constantemente a partir da lógica agroecológica, considera-se que existe um avanço dos objetivos do Movimento no Assentamento: produção livre de agrotóxicos e a construção do desenvolvimento rural sustentável, esta entendida pelos militantes como contraposição ao avanço capitalista e modernizador do campo brasileiro.

Segundo relatos de produtores agroecológicos, esta prática aprimorou notavelmente o combate à erosão e ao desgaste em determinadas zonas do território. Os produtores afirmam que durante os primeiros anos do Assentamento, era difícil que um cultivo prosperasse no local, mas com constante prática e orientação dos técnicos em agroecologia, logrou-se mudar a história. Conforme informações verbais do entrevistado nº 1: “diziam que iríamos conseguir plantar nada, pois é, mais do 70% do solo é areia, agora o solo suporta a produção de diferentes culturas no mesmo tempo”.

Além do solo, um aspecto importante de ressaltar na dimensão ambiental é a água. O Assentamento conta com os recursos hídricos da Bacia do Rio Iguaçu e do lado norte o Rio que leva o mesmo nome da Bacia. Resulta ser tão marcante este elemento natural na paisagem que as famílias que vivem perto destes corpos de água (zona noroeste do assentamento) nomearam seu espaço vicinal, ou núcleo de base, como o rio Iguaçu. Do mesmo jeito, a existência de um ponto de captação de águas subterrâneas e os diversos afluentes no Assentamento, determinaram o nome de outro núcleo de base: Lagoão.

MAPA 5 - Hidrografia do Assentamento Contestado

Fonte: A autora, 2018.

Outro aspecto natural influente no Assentamento, que determina o tipo de produtos para cultivar, é o clima. A região do município de Lapa se caracteriza por ser úmida, sem deficiência anual. Segundo a classificação climática de Koeppen, nesta zona do país predomina o clima subtropical, úmido e mesotérmico, com verões frescos e geadas frequentes no inverno.

Consideramos que a dimensão ambiental do Assentamento determina a paisagem e as práticas de territorialidade empregadas pelas famílias militantes. Como busca do local e do tipo de produção, esta dimensão não se limita a ser compreendida só nesta seção da pesquisa, pois influi multidimensionalmente em todos os aspectos da vida dos assentados, em setores como saúde, educação, produção e finanças, que serão abordados posteriormente.

2.2. DIMENSÃO POLÍTICA: ORGANIZAÇÃO NA MILITÂNCIA

A dimensão política do Assentamento se evidencia na estrutura organizacional coletiva das 108 famílias. O Assentamento, como espaço de conquista do MST, está articulado às normativas do Movimento, as quais objetivam alcançar participação massiva, democratização do poder e construção socialista nos territórios reivindicados (MST, 2009).

O MST se autodenomina como movimento político e social de massas camponesas, o que por sua vez permeia toda forma de atuação e organização de seus militantes. Desta forma, na dimensão política, Stédile e Fernandes (2012, p.81) afirmam que o mais importante para o movimento “é manter o vínculo de movimento de massas”. Considerando como essência básica a política, o MST acredita que os movimentos sociais “[...] não têm futuro se não aplicarem princípios organizativos, se não se constituírem como organização política no sentido de luta de classes [...] ” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p.82).

A estrutura organizacional das massas militantes é uma prática política que se torna relevante nos espaços sociais do Movimento, porque além de ser um método de trabalho e direção coletivo, transforma os militantes em sujeitos políticos com capacidade de observar, analisar, elaborar e desenvolver tarefas em benefício de todos. Estas tarefas variam de acordo a situações e lugares, que podem ser no interior de ocupações e assentamentos, ou na direção estadual.

Conforme Miranda e Cunha (2013), a estrutura organizacional do Movimento se desenvolve sobre duas lógicas simultâneas: política (ideais revolucionários) e prática (estratégias que influenciam a desapropriação de imóveis improdutivos para construir projetos de assentamentos, cooperativas e programas de desenvolvimento).

Segundo os autores, estas duas lógicas são contraditórias, mas complementares, porque se bem por meio da política constroem ideais revolucionários, com a prática se materializam as mesmas. Para estes autores, em conjunto, as duas lógicas permitem construir o projeto de organização popular camponesa característico do Movimento.

Para Vázquez (1980), da teoria à práxis não há contradição, mas sim, representa um caminho complementar que as classes proletárias devem assumir para se emancipar, pois a teoria não cria emancipação, nem a existência social garante a mesma.

A práxis política nos territórios de conquista do Movimento são horizontais. Uma liderança do Assentamento, entrevistado nº 3, afirma que “é horizontal porque verticalidade significa hierarquia e contradição no Movimento” (informação verbal)³³. Esta forma de organização implica reconhecer que todas as tarefas desenvolvidas têm igual importância, que o poder não deve ser concentrado num grupo de pessoas, que é direito e dever participar ativamente na estrutura organizacional, e que todos trabalham pelo mesmo objetivo de transformar a realidade agrária.

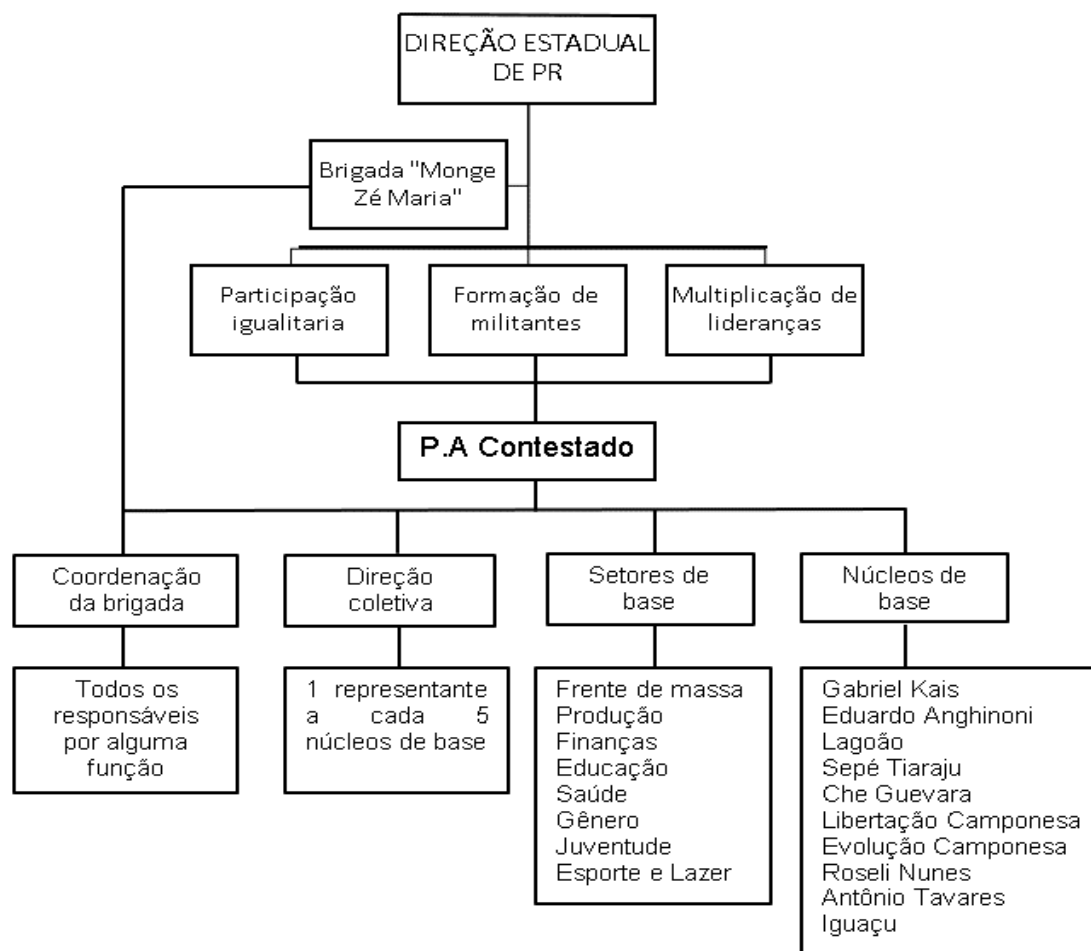
A dimensão política do Assentamento, inserida na lógica de organização do MST, se articula ao Movimento em forma rede por meio da brigada de militância chamada de Monge Zé Maria, em honra ao rebelde e desertor militar que participou na Guerra do Contestado. Esta brigada, junto a outras gerais são “peças chave no processo de tomada de decisões em nível estadual” (MIRANDA; CUNHA, 2013, p. 365). A direção estadual por sua vez está articulada a uma direção nacional, que representa a instância máxima de operacionalização do Movimento.

Nos contextos locais, como o A. Contestado, a brigada está constituída por núcleos de base ou de moradia; setores de base, incluindo frente de massa; direção coletiva; e coordenação da brigada. Para Bogo (2003, p. 78):

O MST, em sua teoria da organização, entende que deve ter uma dupla estrutura, ou seja, ser um forte movimento de massas, mas dentro deste deve haver uma estrutura organizativa que dê sustentação ao movimento, transformando-se, assim, em uma organização de massas em que todas as pessoas participam. Esta organização possibilita assimilar as ideias e pô-las em prática. Por isso é que se dá muita importância à constituição das instâncias, dos setores e dos núcleos.

Sob essa lógica, a dimensão política estratégia de organização própria do Movimento, abrange o Assentamento da seguinte forma:

³³ As informações verbais da entrevista nº 3 foram concedidas ao autor na segunda fase da pesquisa, ano 2017.

ESQUEMA 3 - Organização política do A. Contestado

Fonte: Miranda; Cunha (2013), Trabalho de campo (2017). Dados organizados pela autora, 2018.

No âmbito dos setores e dos núcleos de base, existem militantes que coordenam atividades. Entre as tarefas que desenvolvem, se encontra contribuir com funções de diálogo e procura de soluções a problemáticas, planejamento de atividades do núcleo, seleção de pessoal para participação em trabalho voluntariado, eleição de representantes em eventos locais e nacionais, visitar famílias, dar a conhecer opiniões dos assentados e ajudar na tomada de decisões junto à direção estadual (MIRANDA; CUNHA, 2013).

Conforme afirmam Miranda e Cunha (2013), é uma constante nos assentamentos a relação entre coordenadores e coordenados. Estes dois atores são importantes no desenvolvimento do espaço de conquista, embora se reconheça como ator fundamental o coordenador, pois contribui na orientação e na concretização de atividades que envolvem grupos de massas (MST, 2009).

Segundo o MST, as coordenações são encarregadas de estabelecer funções para cada indivíduo, fixar objetivos e orientar sua realização, elevar o nível de consciência, motivação ou estímulo dos militantes, além de entender quais são os limites e resistências de cada pessoa que está coordenando. Nesse sentido “logo, além de sabedoria, a tarefa de coordenar é uma arte que nem todos a dominam” (MST, 2009, p. 97).

Nesse contexto, a dimensão política obtém sucesso na medida em que democraticamente todos os integrantes do Movimento contribuem com alguma tarefa, seja desde a perspectiva do coordenador ou de coordenado, pois não existem cargos de diretorias ou chefias. Segundo Bogo (2003) nesta atividade política e militante:

A democracia significa poder popular e não representação popular. Ou seja, a massa respeita seus representantes, mas estes devem estar entrelaçados com ela. Os próprios militantes, por serem em quantidade significativa, se confundem com a massa, e nada têm de anárquico nisso, porque há instâncias, comandos, setores, planos de ação, mas o poder está com esta estrutura local e estadual (BOGO, 2003, p. 78).

Esta relação entre coordenador e coordenado resulta ser importante dentro do MST porque contribui na organização de ações e atividades nos espaços de conquista. Em vista da importância do trabalho coletivo, o fato de alguém não realizar tarefas designadas pelas coordenações, pode resultar no desligamento do território conquistado, esta ação vista não como decisão autoritária, mas como regra estabelecida previamente pela comunidade.

O entrevistado nº 17 e a entrevistada nº 15 afirmam terem sido testemunhas de situações onde famílias foram evacuadas do território por não ter sido realizada alguma atividade solicitada pelos coordenadores. Assim, os pertences das pessoas foram dispostos no limite do território conquistado, não importando fatores eventuais.

Em vista das ações políticas do Assentamento, notadamente, existem relações de poder, mesmo que sejam horizontais. A territorialidade política no Assentamento está influenciada pelo modelo de organização do Movimento, e se evidencia por meio do poder exercido a partir de coordenações, brigadas e direções. Estas relações de poder iniciam de baixo, são imanentes a outros tipos de relações do tipo econômicas e sociais (RAFFESTIN, 1993).

2.3. DIMENSÃO ECONÔMICA NO ASSENTAMENTO CONTESTADO

A dimensão econômica do Assentamento é material e “[...] envolve a concepção naturalista de território” (HAESBAERT, 2006, p.55). Esta dimensão está associada às estratégias das famílias para obter renda do uso dos lotes produtivos e o manejo de recursos financeiros, “[...] a partir de processos de controle e usufruto dos recursos” (HAESBAERT, 2006, p.55).

As atividades econômicas empregadas no Assentamento foram discutidas coletivamente desde o Acampamento, com perspectiva de planejamento ao futuro. Com a finalidade de chegar a uma uniformidade das atividades, se visualizava implantar uma associação ou cooperativa de produtores que promovesse desenvolvimento local.

Segundo o MST (2017), uma bandeira que compõe a dimensão econômica dos territórios conquistados é a promoção e o desenvolvimento de uma economia que estimule a produção de bens e possibilite a eliminação da pobreza e da desigualdade nas populações. Stédile e Fernandes (2012) explicam, desde o ponto de vista histórico do MST, que entre 1986 a 1990 se discutiram estratégias de produção e uniformidade nos territórios de conquista, pois a militância não concordava com individualismo nos lotes produtivos e o trabalho com boi e enxada. Stédile e Fernandes comentam que:

Do ponto de vista da reivindicação, uma das saídas era o crédito subsidiado e aí conquistamos o Procefa. Essa conquista ainda não resolvia o problema da organização da produção. O caminho que adotamos foi o de começar a discutir com a base para ver que existia, na literatura, de experiências acumuladas sobre a cooperação agrícola (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p.98-99).

A cooperação agrícola é uma das bases econômicas dos assentamentos do MST. A cooperação é a ação de cooperar, onde “[...] cada parceiro disponibiliza no “trabalho conjunto” aquilo que tem de melhor e atua de forma complementar, mesmo garantindo sua independência” (WINCKLER; MOLINARI, 2011, p.7). Esta prática é inversa à competição, porque projeta trabalho complementar e benefícios coletivos entre seus participantes.

O cooperativismo no MST tem suas origens nos laboratórios de organização, implementados em territórios de conquista por influência de Clodomiro Santos de Moraes³⁴, para organizar cooperativas e empresas associativas.

Segundo Stédile e Fernandes (2012), os laboratórios de organização foram práticas ortodoxas territoriais que atualmente não mais são empregadas nos assentamentos pois, num período curto, as famílias eram instigadas a dividir o trabalho para aumentar a produtividade, renda e bem-estar social.

Os laboratórios pretendiam criar consciência coletiva em detrimento do campesino individualista, e como resultado desse treinamento, estabelecer cooperativas. Para o Movimento, o individualismo é um “desvio” de ideologia, fruto de antigas relações de trabalho experimentadas no passado dos assentados, que pode ser combatido com formas superiores de produção, como o cooperativismo (FABRINI, 2000).

Os laboratórios de organização já não se reproduzem em espaços do MST, mas a teoria e a práxis “[...] mostrou com clareza como a organização do trabalho influencia na formação da consciência do camponês” (STÉDILE; FERNANDES, 2012, p.100). Segundo os autores, outros elementos resgatáveis da prática dos laboratórios foram a necessária estimulação da cooperação agrícola, a flexibilidade nas técnicas de cooperação, e ainda mais, ter em conta as condições objetivas e subjetivas das comunidades.

Acelerar um processo econômico de tamanha importância nos assentamentos não funciona. Não obstante, com a experiência das cooperativas nos laboratórios de organização, o movimento percebeu que existe uma tendência à formação de grupos de cooperação em função de afinidades ideológicas e vicinais. Isso significou para o MST a procura de soluções para respaldar formas de cooperação no interior de seus espaços.

Em 1992, após a criação de uma cooperativa geral para aglutinar outras cooperativas comercializadoras dos agricultores do Movimento, foi estabelecida a

³⁴ Camponês, operário da indústria de montagem de automóveis da Ford, jornalista, assessor das Ligas Camponesas, conselheiro regional da Organização das Nações Unidas – ONU. Sua trajetória acadêmica, profissional e pessoal esteve ligada à luta em favor dos camponeses.

Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária no Brasil-CONCRAB, isto como um esforço para organizar a produção dos espaços do Movimento.

Uma das principais motivações para a criação da CONCRAB foi impulsionar formas complexas de cooperativismo nos assentamentos, como as agroindústrias, e com isso superar a dicotomia da indústria *versus* agricultura, pois separadamente, estes elementos representam o sistema capitalista (STÉDILE; FERNANDES, 2012).

Nesse marco de desenvolvimento local, o Assentamento Contestado idealizava estratégias para alcançar o objetivo de instaurar uma cooperativa que facilitasse a comercialização dos produtos: estruturando o setor de produção se criariam postos de trabalho (chamadas de contribuição) e se superaria, ainda, a dicotomia da indústria *versus* agricultura. Desta maneira, foi constituída a Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre.

Como argumentam Stédile e Fernandes (2012), as cooperativas requerem mais do que um mês para sua conformação, mas as bases são construídas a partir de afinidades ideológicas e trabalho coletivo e especializado ao longo do tempo. A Cooperativa de Agroindústria e Comércio Terra Livre não foi a exceção a essa regra, uma vez que ela se originou dez anos após da legalização do local, ou seja, no ano 2010.

A história da Cooperativa do Assentamento tem início no ano 2003, com uma associação de produtores, segundo afirma o entrevistado nº 4. Conforme o relato do contribuinte e assentado³⁵, nos primeiros anos no Assentamento foi constante a discussão com respeito ao tipo de atividade econômica que se implementaria nos lotes, pois naquele momento, as famílias buscavam a renda através do desenvolvimento de tarefas nas cidades e da venda de milho, feijão e soja orgânicos.

No ano 2003, 6 famílias produtoras começaram a debater possibilidades de plantar culturas de milho, feijão e soja, de forma agroecológica para venda. Se bem seja atribuída importância a essas famílias por incentivar a venda da produção agroecológica no Assentamento, o entrevistado nº 4 manifesta que foram as

³⁵ As informações verbais da entrevista nº 4 foram concedidas ao autor na segunda fase da pesquisa, ano 2017.

mulheres as primeiras em plantar produtos deste tipo, pois desde o acampamento produziam sem veneno para auto-sustento familiar.

Para que as famílias pioneiras pudessem lograr vender seus produtos agroecológicos, era necessário possuir certificação. Portanto, ação seguida, implementou-se a certificação participativa com a Rede Ecovida de Agroecologia. Conforme Meirelles (2003), esta rede é precursora na certificação participativa, também chamada de Sistema Participativo de Garantia – SPG. A metodologia implementada pela certificadora gira em torno da credibilidade do produto, concedida por meio da seriedade do produtor e posterior avaliação de um núcleo regional e um conselho de ética, que aprovam ou rejeitam o selo do produto. Segundo o autor:

Assim, a primeira instância de certificação é a palavra do agricultor e de sua família. A seriedade do trabalho desenvolvido pela família é referendada pelo grupo o qual ele faz parte, através da Comissão de Ética deste grupo. Este grupo por sua vez tem seu trabalho referendado pelo Núcleo Regional do qual ele participa, através do Conselho de Ética do Núcleo. Os produtos oriundos deste Núcleo são respaldados por todos os demais Núcleos, que possuem em comum, normas de produção e patamares mínimos de funcionamento, o que os permite legitimarem-se mutuamente, através da Rede Ecovida de Agroecologia (MEIRELLES, 2003, p. 7).

A certificadora constituiu e ainda constitui uma peça-chave na comercialização empreendida pelo Assentamento, devido à confiabilidade e legitimidade dos produtos em venda, do resgate do protagonismo dos agricultores, da integração dos mesmos na assessoria de produção, da estimulação da participação coletiva dos interessados, do estabelecimento das relações horizontais de interdependência e da não-concentração do poder e dos recursos em empresas prestadoras de serviços (MEIRELLES, 2003).

Em vista do progresso na produção agroecológica durante o primeiro ano, isto devido a realização de feiras em cidades e municípios próximos do Assentamento, além do desenvolvimento do Projeto de Aquisição de Alimentos – PAA, a Associação Contestado, nome do coletivo dos produtores agroecológicos, cresceu para nove associados. Parte do sucesso do primeiro ano se deve a que também participaram 15 famílias do Assentamento no primeiro PAA.

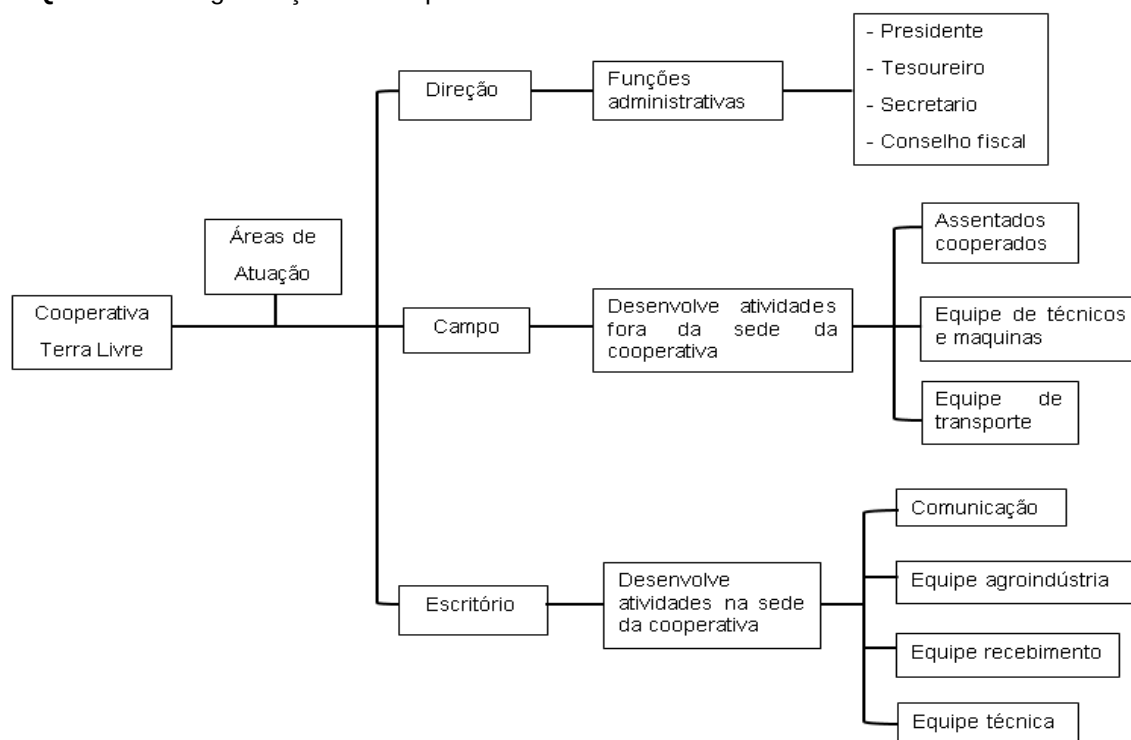
Segundo informações verbais do entrevistado nº 4:

A fundação da associação foi em 2004, até 2010 que criamos a cooperativa. A associação trabalhou por 6 anos. Esta cooperativa foi criada em 2010. Na associação nós estávamos em 80 famílias nesses projetos do PAA e a partir disso estávamos entregamos produtos para 3 entidades e chegou um momento da associação que estávamos entregando para 13 entidades no município da Lapa, Campo Largo e Curitiba e Araucária, isso dentro da associação e nós levávamos para eles. Daí vem uma discussão da parte do governo porque a associação não poderia fazer isso, então vem a CONAB e pressiona para fazer essa cooperativa, criamos a cooperativa em 2010 com 60 sócios e a partir daí fomos mudamos o jeito de tocar projetos (ENTREVISTA N° 4, 2017).

Segundo o entrevistado n° 4 a associação Contestado não foi extinta, ainda funciona com caráter social, não obstante, por pressão da Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, foi criada em abril de 2010 a Cooperativa Terra Livre para realizar tarefas de tipo econômico local, como desenvolvimento agroindustrial e operacionalização de projetos institucionais.

Atualmente, a Cooperativa tem um total de 308 cooperados e se territorializa em forma de rede, pois atinge assentados do A. Contestado e outros camponeses de municípios paranaenses, como Antônio Olinto, São Mateus do Sul, Palmeira e Contenda. Entre os projetos institucionais que desenvolve, se encontra o PAA e o Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, além de feiras e cestas agroecológicas em Lapa, Balsa Nova, Curitiba.

Devido à complexidade das funções que exerce e à quantidade de pessoas do Assentamento que contribuem nela, tem logrado se organizar da seguinte forma:

ESQUEMA 4 - Organização da Cooperativa Terra Livre

Fonte: JOBBINS, Denny e a autora, 2017.

No Assentamento, a Cooperativa, atua em três áreas: direção, onde são desenvolvidas funções administrativas; campo, referente a todos os espaços fora da sede da Cooperativa, incluindo os lotes produtivos; e escritório, onde se planeja, concentra e distribui a produção.

Os sujeitos que atuam na Cooperativa são os assentados do Contestado. As funções que exercem variam de postos administrativos, técnicos “[...] cozinha, motorista, equipe que ajuda a colher os produtos, o recebimento, os que recolhem e ajudam a fazer a entrega, a equipe dos caminhões, trator [...]” (ENTREVISTA N° 4).

IMAGEM 8 - Interior da Cooperativa Terra Livre



Fonte: A autora, 2017.

As testemunhas dos entrevistados, em geral, apontam a formas de contribuição, em contraposição aos postos de trabalho como aqueles oferecidos pelo capitalismo. No caso da Cooperativa isso se relaciona com o fato de considerá-la oposta a uma empresa agroindustrial. Segundo Fabrini (2000) esta noção faz parte da ideologia do Movimento, a qual rejeita o capitalismo. No MST se promove, portanto, a socialização dos meios de produção, a direção coletiva do processo de produção e comercialização e a apropriação das riquezas produzidas pelos cooperados/ assentados/ militantes.

Nesse sentido, a Cooperativa não é um empreendimento capitalista. Mais do que produzir para o mercado, ela produz para as famílias involucradas. Conforme afirma Fabrini (2000):

A cooperação agrícola nos assentamentos é uma proposta dos sem-terra assentados para tirar vantagens no mercado, pois a produção individual/familiar (camponesa) está subordinada aos interesses do capital mercantil/industrial, que se apropria da renda da terra na circulação e não na produção (FABRINI, 2000, p.73).

Desta forma, se reconhece que a Cooperativa Terra Livre cumpre uma função econômica, mas também política, no sentido de organizar os militantes nas atividades coletivas. É uma das estratégias de territorialidade dos assentados para permanecer na terra que foi ocupada, integrar-se ao mercado sem se subordinar ao capitalismo e fortalecer a dimensão econômica do território, que neste caso, está composta pelo setor de produção e o setor de finanças e infraestrutura, detalhados na continuação.

2.3.1. Setor de produção

O setor de produção se formou desde o período do acampamento, entretanto, foi com a criação da Associação Contestado, posterior Cooperativa Terra Livre, que se fortaleceu. Este setor de base, junto à educação e saúde, são os setores mais consolidados no interior do Assentamento e melhor percebidos na pesquisa como os mais importantes no território de estudo.

O setor se fortifica a partir do trabalho das famílias assentadas em seus respectivos lotes produtivos. Ainda que no setor de produção a máxima referência seja a Cooperativa de produtos agroecológicos, a produção no Assentamento vai além da agroecologia. Como visto na pesquisa, também existem produções de tipo convencional e mista.

No tocante à produção convencional, esta não participa da Cooperativa Terra Livre. Esta situação foi uma falência encontrada no setor referenciado, pois se exclui produtivamente uma parte das famílias assentadas que nesta pesquisa representam 18,2% (8 famílias) da população pesquisada. Para uma liderança também contribuinte da Cooperativa (entrevistado nº 1), as famílias convencionais não são excluídas: “elas entram na discussão política do movimento, no momento de elas mudarem o veneno são bem-vindos na cooperativa”.

No Assentamento, atualmente, a maioria das aproximadamente oitenta famílias produzem para a venda alimentos agroecológicos, pois são incentivadas pela organicidade que caracteriza a Cooperativa e a renda obtida dos projetos PAA e PNAE, bem como as feiras e cestas agroecológicas.

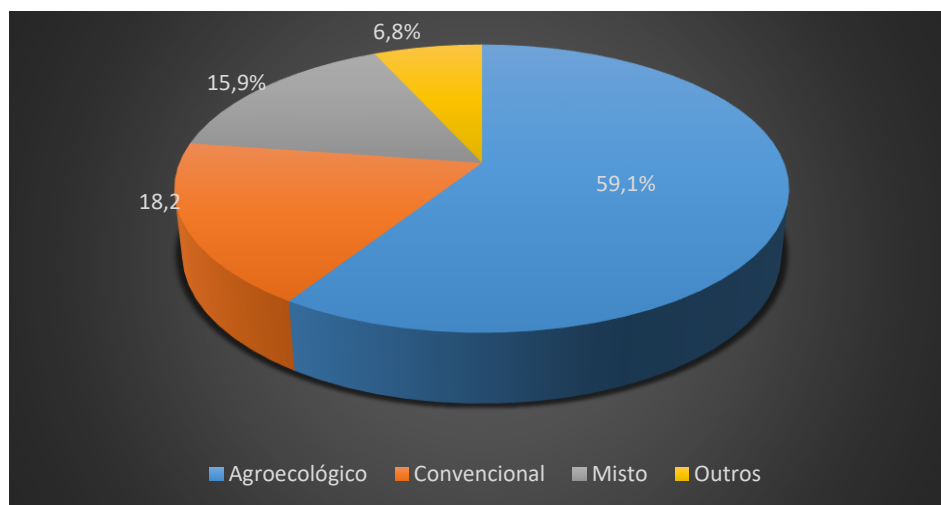
Com tudo, existem opiniões divididas sobre o uso do espaço produtivo do lote. Os agricultores convencionais opinam que “o trabalho com orgânico é difícil e trabalhoso”; “a renda é baixa”; “minha família sempre utilizou veneno”; “eu acho que como é uma terra pequena não faz mal”; “tentei vários anos com produção orgânica e não dava para comprar nem uma calça”. Em contraposição os agricultores agroecológicos manifestam que: “o lote é bem variado com um mercado”; “a produção agroecológica representa saúde”; “esta produção não polui o meio ambiente”; “o *veneneiro* morre de câncer”.

Esta divisão de pensamento a respeito da produção é assumida pelos militantes mais radicais como fraqueza e manifesto de “interesses individuais contrários aos interesses coletivos da comunidade e do MST” (VARGAS; SCHWENDLER, 2003, p. 53).

Não obstante, foi observado nas testemunhas das entrevistas com produtores convencionais, que sem importar a radicalidade no tema da produção, existe fervor pelo Movimento porque são múltiplos os fatores que influem na decisão de optar por outro tipo de produção que as lideranças não conhecem. Entre os motivos mais comuns estão os fatores culturais (trajetória familiar convencional), econômicos (baixa renda), naturais (pragas, clima, solo), esgotamento físico (velhice, poucos adultos disponíveis para trabalhar) e brigas entre vizinhos durante a certificação coletiva.

Os dados da pesquisa mostram que, dos 100% das 44 famílias pesquisadas, mais da metade delas (59,1%) destinam o espaço do lote para produção agroecológica; 18,2% para produção convencional; 15,9% para produção mista, enquanto 6,8% (denominado de outros) não tem produção para venda, mas para auto-sustento.

GRÁFICO 1 - Tipos de produção no A. Contestado.



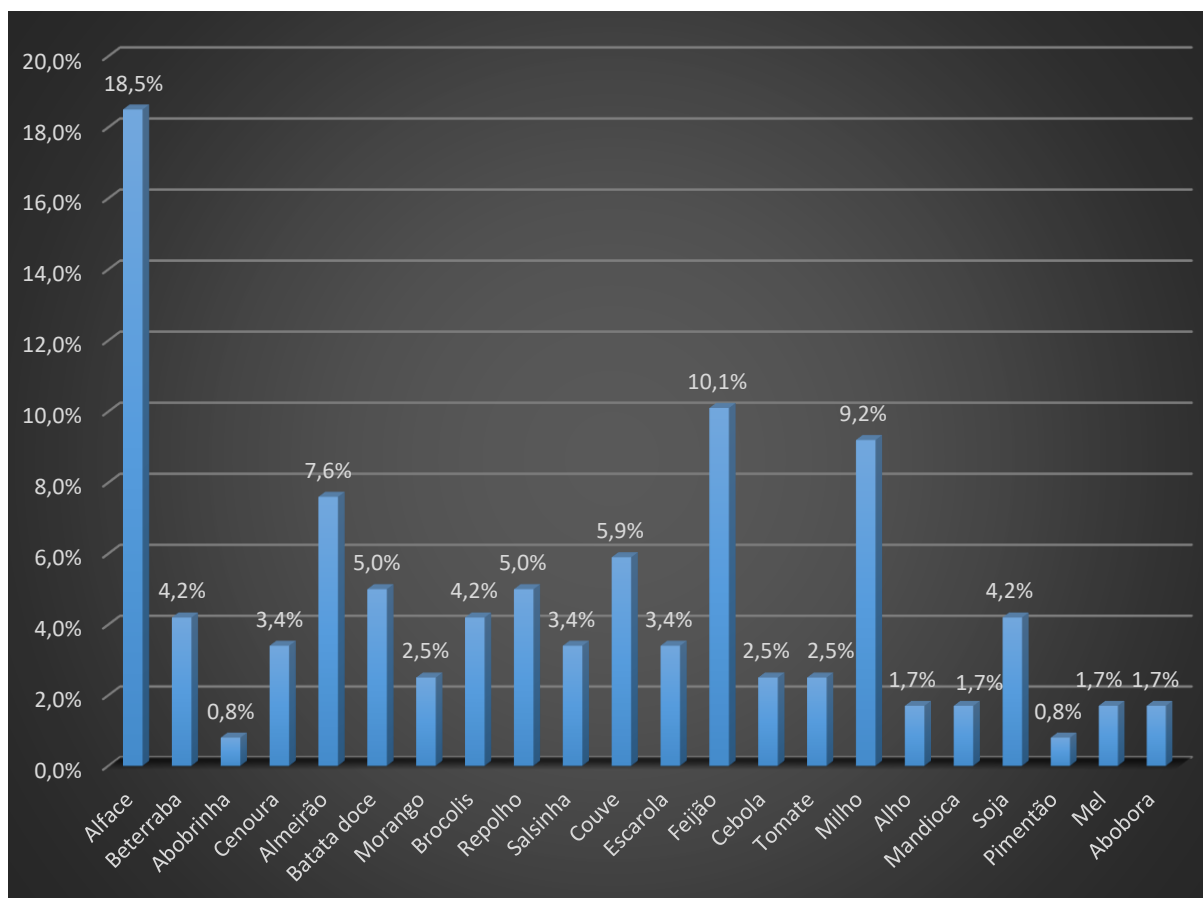
Fonte: A autora, 2017.

Em todos os casos, as entrevistas e questionários apresentaram famílias que produzem para auto-sustento, mas a maior parte da produção é direcionada à venda, ora para projetos institucionais, cestas e feiras, ora para atravessadores.

De acordo com o tipo de uso dos lotes, e para fins da pesquisa, se determinou que no Assentamento coexistem quatro tipos de famílias assentadas. Assim, produtoras agroecológicas, produtoras convencionais, produtoras mistas, entre outras, foram classificadas nos grupos: A, C, M, O³⁶.

A maior parte da produção do Assentamento (provém do) cultivo de hortaliças e frutas, tais como cebola, tomate, alho, alface, escarola, milho, soja, feijão, etc., sendo os grãos os produtos em destaque com técnicas convencionais.

³⁶ As letras pertencentes a classificação das famílias produtoras, são o diminutivo de cada tipo de produção. A= agroecológico, C= convencional, M= misto, O= entre outros.

GRÁFICO 2 - Produção no Assentamento Contestado

Fonte: A autora, 2017.

Com base no gráfico 2, verifica-se que o principal produto cultivado no Assentamento é alface (18,5%). 99% dos agricultores que cultivam alface afirmaram não utilizar agrotóxicos, 1% que produz alface convencional, só utiliza o produto para venda, não para consumo. Desta forma, acabam comprando alface dos vizinhos que produzem com agroecologia, porque acreditam que o veneno não é bom para saúde.

Para Ziech et al (2014), a alface é a hortaliça mais consumida no país, seu sabor, fonte de vitaminas, qualidade e baixo custo ao consumidor promove a venda do produto com maior facilidade. Para os autores, a alface é considerada como uma alternativa viável de produção para pequenos agricultores, porque não representa demanda de grandes áreas de terra, e gera maior renda com relação a outro tipo de cultivos.

No Estado do Paraná a produção de alface na safra no ano 2016 foi de 128,2 mil toneladas, consolidando-se como um dos produtos que fazem parte dos 73% do total produzido da olericultura paranaense (PARANÁ, 2017).

Entre outras culturas no Assentamento, produzidas através da agroecologia, se encontram o almeirão (7,6%), a couve (5,9%), o repolho (5%), a batata doce (5%) e a beterraba (4,2%).

IMAGEM 9 - Couve-flor, alface e batata doce num lote de produção agroecológica



Fonte: A autora, 2017.

Ao serem perguntados se aquela forma de produção seria a) sustentável para a natureza; b) suficiente para uma boa renda; c) com retorno monetário satisfatório/ rápido ou lento), anotou-se positivamente que a produção agroecológica era considerada satisfatória nas demandas da maioria das famílias:

QUADRO 1 - Produção: sustentabilidade, suficiência e retornabilidade

Tipo de produção	Opinião	(%)
Agroecológica (A)	Sustentável, suficiente, retornável.	34,4%
	Sustentável, não suficiente, não retornável.	11,4%
	Sustentável, não suficiente, retornável.	6,8%
	Sustentável, suficiente, não retornável	4,5%
Convencional (C)	Não sustentável, suficiente, retornável.	4,5%
	Não sustentável, suficiente, não retornável	4,5%
	Sustentável, suficiente, retornável.	4,5%
	Sustentável, não suficiente, retornável	4,5%
Mista (M)	Sustentável, suficiente, não retornável.	4,5%
	Sustentável, suficiente, retornável	6,8%
	Sustentável, não suficiente, retornável.	4,5%
Entre outros (O)	Não opina sobre o tema	6,8%
<i>Total</i>		<i>100%</i>

Fonte: A autora, 2017.

Segundo 100% das famílias do grupo A e M, ou seja, 75% do total de pesquisados, a agroecologia é uma estratégia de produção sustentável com a natureza. Em entrevista com as famílias, foi percebido que a agroecologia mais do que um tipo de produção é um estilo de vida viável para o campo e a natureza.

Eliminar os agrotóxicos, cuidar da água, do ar, da saúde dos produtores e consumidores, além de não poluir o ambiente, são alguns dos benefícios que argumentam os produtores em favor da agroecologia. Afirma a entrevistada nº 19: “o que nós entregamos para a natureza, isso é devolvido para nós”, deixando entrever o diálogo e respeito constante da comunidade com a natureza.

Com respeito à suficiência da produção para obter uma boa renda familiar, 38,9% de entrevistados do grupo A explicaram que a agroecologia gerava uma renda mensal viável para manter a família. Como elemento chave nesta pergunta, as

famílias destacaram o acesso a políticas públicas PAA – PNAE, e a importância da Cooperativa Terra Livre na venda de seus produtos.

Foi nesta pergunta que 18,2% do grupo A e 4,5% do grupo M, advertiram que a renda não era suficiente, porque o PNAE tem exigências diferentes ao PAA. Os entrevistados discutiram que o problema da participação no PNAE é que é necessária a produção de determinados alimentos, com determinado peso e em certos períodos do ano (períodos escolares), sendo que às vezes não coincidem estes requerimentos com o resultado da produção do lote.

Enquanto a velocidade do retorno monetário pela produção, o grupo A, com um total de 41,2% manifestou-se positivamente sobre a produção agroecológica promover retorno rápido. Da mesma forma respondeu 11,3% do grupo M. Segundo as famílias, neste aspecto, é de vital importância o pontual pagamento do governo e o trabalho que faz a cooperativa do Assentamento como agente mediador que vende, recebe e distribui o dinheiro correspondente aos agricultores.

Para 15,9% do grupo A, 4,5% do grupo M e 4,5% do grupo C, com a produção agroecológica nem sempre se pode obter o dinheiro da produção rapidamente. No grupo A-C, notou-se que esse fator levou as famílias a procurar novas formas de renda, como emprego nas cidades ou a implementação de técnicas convencionais para vender produtos a outras cooperativas, como Bom Jesus³⁷.

Com relação à produção convencional, os assentados que moram há mais tempo no local revelam que esse tipo de produção se consolidou no período entre 1999 a 2002, quando as famílias discutiam o tipo de atividade econômica a ser implementada. Segundo a pesquisa de Riepe e Moraes (2013), durante o tempo de acampamento e nos três anos seguintes, a produção das 108 famílias era baixa. Segundo os autores:

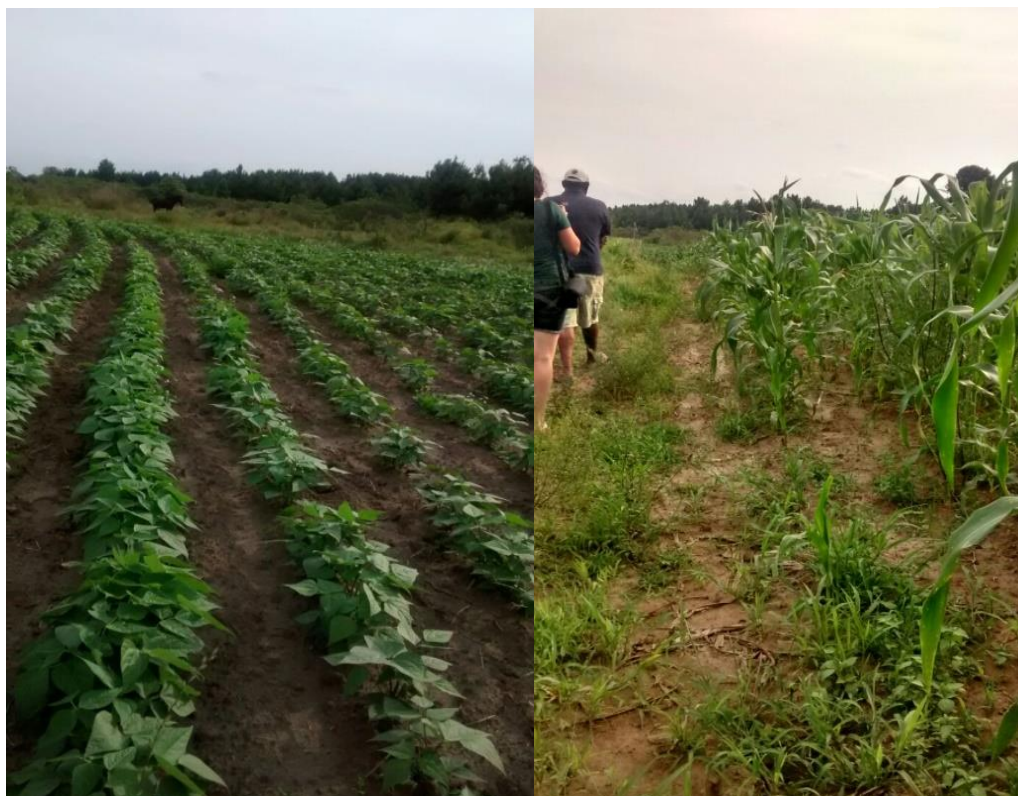
[...] foram produzidas aproximadamente 2.000 sacas de feijão, 4.000 sacas de milho, 2.500 sacas de soja, 108.000 litros de leite, 18.250 quilos de queijo. Todo o comércio da produção era realizado por meio de atravessadores situados na Lapa e Balsa Nova (RIEPE; MORAES, 2013, p. 24).

³⁷ Cooperativa Agroindustrial Bom Jesus. Localizada na Lapa e fundada em 1952. Entre seus principais produtos destacam-se: leite, sementes, trigo, soja, milho, etc. Mais informações em <http://www.bj.coop.br/>.

Conforme Vargas e Schwendler (2003), o aspecto produtivo sempre trouxe dificuldades para as famílias, sobretudo para aquelas que não estavam familiarizadas com o trabalho do campo, condições do solo e climáticas. Nesse sentido, foi fundamental o trabalho das frentes de massas do Movimento no ensino de técnicas e estratégias para afrontar situações problemáticas.

Notou-se que o feijão e a soja são produzidos em sua maioria de forma convencional, ou seja, pelo grupo C. Isto pode estar relacionado com a demanda dos produtos, pois a região sul do país consolida-se como o segundo maior produtor na cultura de milho, soja, feijão e trigo convencional.

IMAGEM 10 - Produção convencional de feijão e milho



Fonte: A autora, 2017.

Ao perguntar para o grupo C sobre os impactos do agrotóxico na produção, as opiniões foram divididas por igual entre assentados que consideram elementos positivos e negativos. Nove por cento (9%) dos assentados respondeu que sua produção convencional seria sustentável com a natureza. Argumentam que embora sejam utilizados diferentes venenos, tenta-se não empregar em grandes

quantidades. Desta forma, acham não ser prejudicial para o meio ambiente nem para a saúde humana. Sobre essa justificativa, quatro das famílias do grupo C, consomem os produtos de seu lote; o restante é apático ao consumo destes produtos.

Conforme um estudo sobre agrotóxicos, realizado por Peres, Moreira e Dubois (2003) os efeitos negativos na saúde humana podem passar despercebidos quando são crônicos, porque eles se manifestam em semanas, meses, anos, até nas gerações futuras. As principais doenças crônicas relacionadas ao uso de agrotóxicos são os cânceres, os tumores no aparelho respiratório, a infertilidade etc. Segundo os autores, em fase aguda, as doenças mais marcantes são espasmos musculares, dificuldade para respirar, vômito, desmaios, etc. Embora esses últimos sintomas apareçam em 24 horas, às vezes são confundidos com outras doenças.

Na questão ambiental, os agrotóxicos podem trazer transtornos e modificações ambientais, contaminação de espécies relacionadas e não relacionadas com a produção, acumulação de segmentos bióticos e abióticos, desequilíbrios ecológicos e contaminação de águas superficiais e subterrâneas, entre outros efeitos adversos (PERES; MOREIRA; DUBOIS, 2003).

Os argumentos anteriores compõem as respostas do grupo C sobre sustentabilidade. Nove por cento (9%) dos assentados afirmam que seu tipo de produção não é bom para a natureza nem para a saúde humana. Ainda assim, afirmam viabilidade se utilizar “pouco veneno”, “adubos químicos”, “luvas e máscaras”, “cultivar longe da casa e da água”.

Para o grupo mencionado, 13,5% das famílias asseguraram que a renda proveniente da produção seria suficiente para morar comodamente. Mesmo que os grupos A e M, e o grupo C, em sua maioria, considerem que a agricultura é uma boa estratégia para obter uma renda, além de prover alimentos necessários e suficientes para as refeições.

Já 4,5% do grupo C contradisse o restante das famílias de seu mesmo grupo, afirmando que a renda da agricultura não é suficiente para viver comodamente, e assim procuram aumentar a renda com empregos nas cidades e municípios mais próximos ao Assentamento.

Entre os aspectos positivos ligados à agricultura convencional, as famílias aludiram à rapidez da obtenção da renda. 13,5% das famílias do grupo C, consideraram que a venda da produção tinha um retorno monetário rápido, pois igual ao grupo M, cooperativas, atravessadores e mercearias nas cidades costumam depositar o dinheiro no mesmo mês.

Por fim, existe outro grupo de famílias na dimensão econômica classificada de acordo ao uso do lote, grupo O. Estas famílias se caracterizam, principalmente, por não ter produção para venda, ou como exemplificado no capítulo 4, não trabalham diretamente o lote. Dentro da pesquisa, representam 6,8%. Se bem neste grupo se cultivem poucos alimentos, estes são sempre para auto-sustento. A renda familiar do grupo O é obtida a partir de trabalho fora ou no interior do Assentamento. As atividades remuneradas variam de profissões na área da saúde, até ofícios como diarista.

Como foi evidenciado, o setor de produção do Assentamento, pertencente a dimensão econômica do território, gira em torno da agroecologia e do convencionalismo. Além desses tipos de produção que representam a maioria da renda familiar, destinam-se pequenas zonas de todos os lotes para produção alimentos derivados da carne, ovos e leite para auto-sustento e venda informal. Os clientes destes produtos são os próprios vizinhos dos produtores.

2.3.2. Setor de finanças e infraestrutura

Além do setor de produção, finanças e infraestrutura também são parte da dimensão material e econômica do Assentamento. Esses foram os primeiros dos setores de base em se formar. A origem do setor se remota à ocupação da Incepa em 1999, quando a prioridade, além do estabelecimento do acampamento no local, era deslocar as famílias até pontos de resistência, como o Centro Cívico em Curitiba e a Prefeitura da Lapa.

Nesse sentido, o incipiente setor encarregava-se de distribuir doações monetárias a assentados e familiares, em espaços conquistados pelo MST e

entidades não governamentais, para financiar ônibus e transferir pessoas até pontos de luta.

Outra função importante exercida pelo setor nesse período do acampamento foi a organização espacial dos barracos, bem como o fornecimento de materiais e a delegação de tarefas para construção das moradias provisórias. As primeiras tarefas do setor se limitaram a dispensar transporte e contribuir na construção de moradias improvisadas de lona, os barracos.

A entrevistada n° 19 afirma que a palavra “barraco” é depreciativa, porque mais do que construção malfeita, trata-se de casas. A entrevistada lembra que “todos falavam ‘vou para meu barraco’; eu sempre falei de casa, se a gente mora, está ali convivendo então é a casa da gente, não tem porque falar de barraco, [...] minha casa era grande, tinha 2 quartos, uma cozinha bem grande, muito espaço” (ENTREVISTA N° 19, 2017)³⁸.

Para o MST (2017) as construções de lona preta são um dos símbolos do Movimento. Quanto ao material, este vai além dos barracos, pois representam um rito da passagem; o caminho para a conquista da terra; símbolo da luta e resistência na busca da Reforma Agrária; a crítica frente ao latifúndio, à segregação e à injustiça social.

Assim, é comum encontrar nas ocupações do MST essa simbologia material e cultural do Movimento, que impacta na paisagem cotidiana dos latifúndios e representa a luta pela terra e pela vida digna no campo.

³⁸ As informações verbais da entrevista n° 19 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

IMAGEM 11 - Exemplificação de barracos de lona: Acampamento Maria Rosa do Contestado



Fonte: A autora, 2016.

O setor de finanças e infraestrutura foi encarregado do transporte e da construção de moradias iniciais de lona. Com a legalização do Acampamento, a função social do setor se estendeu até dias atuais, embora nos últimos três anos tenha havido queda, comparado com as funções executadas inicialmente. Algumas ações que o setor desenvolve atualmente são a liderança e administração de doações do Movimento e o assegurar o acesso aos serviços ambientais, como a água.

Segundo o entrevistado nº 8, professor do Colégio Municipal Contestado³⁹, espera-se que durante 2018 haja reestruturação do setor, denominação dos encarregados de tarefas, realização de atividades culturais para arrecadar fundos e promover a luta pela terra, estabelecimento de uma contribuição mensal voluntária das famílias do Assentamento, estabelecimento de um posto de trabalho específico no centro do Assentamento e administração dos fundos dos outros setores de base.

³⁹ As informações verbais da entrevista nº 8 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

IMAGEM 12 - Espaço provável para estabelecer oficinas do setor de finanças e infraestrutura, ainda em discussão



Fonte: A autora, 2017.

Um dos dilemas que o setor restaurado deve resolver é o abastecimento de água para todos os núcleos de base. Segundo o entrevistado nº 8, na maioria das casas não chega água suficiente, pelo que é necessário construir poços artesanais para abastecimento. Um dos motivos desta escassez hídrica faz parte de outra problemática, o plantio de *Pinus* e *Eucalyptus*, árvores caracterizadas por sua grande absorção de água, que vêm do período da Incepa. Planeja-se vender a madeira, de forma que se reúnam fundos para o Assentamento.

Segundo o entrevistado nº 8, a questão da madeira causa desconfiança nas mesmas lideranças, porque é uma situação difícil de manejar. Sobre experiências anteriores, narra que já se tentou retirar os *Pinus* e *Eucalyptus* do local, mas nesse momento o INCRA chegou com a polícia para prender os responsáveis dessa ação. Com essa tentativa de erradicar as árvores, as lideranças reconhecem que a falência esteve na pouca informação sobre leis ambientais e na pouca discussão com as famílias respeito a ações a desenvolver.

Atualmente, trabalha-se com o INCRA a situação da madeira no Assentamento. Para esta finalidade, a instituição pública delegou um grupo de técnicos e profissionais para fazer levantamento das áreas florestais, situação da madeira, custos para venda às empresas madeireiras e planos de reflorestamento

com mata atlântica. Também se adiantam contatos com o Ministério Público do Paraná – MPPR e a Polícia ambiental para evitar repetir situações ilegais.

Com relação à retirada e venda das árvores, processo que já se adianta com permissão legal, as famílias assentadas criaram a Associação da Madeira para assim vigiar o dinheiro arrecadado, sua distribuição e investimento do mesmo. Segundo a liderança, entrevistado nº 8, atualmente participam dessa associação 104 famílias que acompanham o processo da madeira. Estima-se que, uma vez que seja liberado o uso do dinheiro, este será investido em melhorias do Assentamento. Esta associação ainda não faz parte do setor de finanças e infraestrutura, mas se discute sua inserção ao setor.

2.4. DIMENSÃO SOCIAL: ENTRE VALORIZAÇÃO DO SER, CUIDADO FÍSICO E DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER

Como visto ao longo do capítulo, o Assentamento Contestado é um território multidimensional, relacional e híbrido, que carrega sentido coletivo e individual ao se realizar e socializar ações territoriais empreendidas pelas famílias militantes e assentadas. Nesse sentido, pode-se afirmar que além da dimensão ambiental, a social se torna componente indissociável da condição humana do Assentamento.

Tendo em conta que a dimensão social é ampla e se relaciona em forma de redes técnicas, caso tal de processos político-econômicos, como afirma Haesbaert (2006), a continuação dá destaque à práticas e atitudes assertivas de territorialidade, que de forma coletiva contribuem ao desenvolvimento intelectual, ao cuidado físico e à valorização de cada sujeito do Assentamento. Desdobram-se assim, os setores gênero, saúde e educação, como práticas distintivas da dimensão social do território multidimensional em menção.

2.4.1. Setor de gênero

Gênero é um setor de base que faz parte da organização do MST. O aspecto central que se discute neste setor é a inserção igualitária, política e social das mulheres na luta pela terra. Se bem seja reconhecido que a mulher representa um pilar dentro da família e o movimento, também se discerne que historicamente tem sido vítima de violência, opressão e inferiorização pelas relações sociais com o sexo masculino, situação que não só é presenciada nos espaços do MST, mas na sociedade em geral (MOTA; PAULA, 2012).

Dentro do movimento, as mulheres atuam em diferentes espaços de participação, ainda assim, segundo indica Gonçalves (2009), são majoritariamente conhecidos três:

- 1) a ocupação, quando com frequência estão na linha de frente nos confrontos armados com o aparato repressivo “clandestino” e/ou estatal; 2) o acampamento, onde, apesar das constantes e violentas investidas dos jagunços das fazendas, há uma maior participação política das mulheres e quando se vive o mais próximo de uma igualdade entre os sexos; e 3) o assentamento, quando percebemos um recuo das mulheres para a chamada esfera doméstica (GONÇALVES, 2009, p.199).

No Assentamento, as mulheres participam efetivamente nos três espaços que aponta Gonçalves (2009), não obstante, obtém maior visibilidade ao contribuir nos trabalhos domésticos. Nas entrevistas do trabalho de campo, foi comum encontrar a ação feminina ligada às tarefas como agricultura na horta da casa, cozinhar, limpar e cuidar os filhos. Um trabalho esgotador.

Segundo informações verbais, uma assentada, entrevistada nº 12, “a mulher está em tudo, ela participa não só do trabalho em casa, também participa na roça, os filhos etc., a mulher trabalha demais” (ENTREVISTA Nº 12, 2017)⁴⁰. Como complemento à participação feminina nas tarefas do lar camponês, o homem realiza atividades principalmente na roça.

Essa divisão doméstica de atividades Esmeraldo (2008) indica que são resultado das categorias tempo e espaço, as quais normatizam estruturas criadoras

⁴⁰ As informações verbais da entrevista nº 3 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

de disciplinas, aprendizados, hábitos e condutas das mulheres e homens, estabelecendo padrões na produção de funções e papéis nas unidades domésticas. É assim que a tendência de relacionar a mulher ao lar e o homem aos trabalhos de força bruta adquire uma lógica de “oposições binárias sexuadas” (ESMERALDO, 2008, p. 198).

Para Esmeraldo (2008) os corpos da mulher e do homem são sexuados e usados para organizar a vida social. Além de se eternizar mediante práticas multidimensionais, o autor afirma que os corpos são encobertos e naturalizados, fazendo uso de simbologias responsáveis pela classificação em gêneros, funções, destinos e representações sociais. Assim, o autor expõe que:

E se o princípio de socialização do corpo do homem se estrutura no fora e no produtivo, o corpo da mulher se socializará na casa, no uso de um tempo que parece se eternizar em um trabalho – o doméstico, que a cada dia é retomado, em uma rotina e ordem constantes. Em uma lógica que conforma um fazer e um saber em que a experiência das mulheres vai construindo reconhecimentos e legitimando divisões, binarismos de caráter sexuado (ESMERALDO, 2008, p.199).

A reprodução das oposições binárias sexuadas, no tempo e no espaço, passa de geração a geração, e acaba por reproduzir relações de poder. Desta forma, a figura masculina domina o campo de ação da vida pública e o trabalho agrícola, enquanto a mulher é relegada às atividades biológicas, a manter sua intimidade no segredo e a se resguardar debaixo da sombra masculina (BORDIEU, 2002).

Com a finalidade de combater a discriminação à mulher, o Movimento reconhece que as mulheres são importantes em qualquer sociedade, pelo que são chamadas a formar grupos de discussão e consolidar o setor de base de Gênero: “[...] daí dentro da organização ela tem que formar um grupo de discussão e mulheres, o Movimento defende isso”, afirma a entrevistada⁴¹ n° 13.

Como visto no relato da anterior entrevistada, esse setor de base não representa exclusivamente o sexo feminino, pois a palavra gênero é inclusiva. O movimento defende que tanto o homem como a mulher são importantes e necessários na luta pela terra e a estrutura familiar. É por isto que um de seus símbolos é a trabalhadora e o trabalhador unidos:

⁴¹ As informações verbais da entrevista n° 3 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

IMAGEM 13 - Trabalhadora e trabalhador na bandeira do MST



Fonte: MST. **Nossos símbolos**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/nossos-simbolos/>>. Acesso em 13 sep. 2018.

Assim, dentro do setor de Gênero é válida a conformação de um ou mais grupos de discussão. Não entanto, o grupo de mulheres é concertado com maior facilidade. Nestes espaços de diálogo se viabiliza a presença do homem, entretanto, ainda existe preconceito masculino de participação, porque consideram os temas abordados de pouco interesse.

Conforme Gonçalves (2009), a formação deste tipo de grupos de mulheres é uma conquista das mesmas militantes do MST, que na década de 1980 organizaram a Comissão Nacional de Mulheres do MST para pressionar pela conformação de grupos femininos no interior de acampamentos e assentamentos. Foi em 1989 que a proposta se materializou com a primeira edição de Normas Gerais do MST, em que foi incluído um capítulo sobre a mulher e a luta contra diversas formas de discriminação e machismo, “além da organização de uma comissão de mulheres em nível nacional, responsável pelas políticas propostas para o movimento” (MST, 1989, CAP VIII).

No Assentamento, o setor de base ainda está em consolidação, mas desde o período acampamento, de acordo com as normas do MST, existe um coletivo de mulheres que se reúnem para discutir temas como violência familiar, cuidados com os membros da família, estratégias de produção, saúde coletiva e machismo.

No coletivo de mulheres do Assentamento não se evidenciou presença masculina. Segundo relatos dos membros do grupo: “o coletivo de mulheres não é

fechado, mas só participam mulheres”, “os homens não vêm porque acham que é questão de mulherada”, “alguns não deixam participar a mulher porque dizem que se reúnem para falar mal dos maridos”.

Frente a essa situação, verbalmente a entrevistada nº 12 afirma que:

A intenção do movimento é formar homens e mulheres na questão do gênero, que é homens e mulheres no mesmo espaço. Os homens têm que fazer parte para poder entender que nós não estamos unidas para falar coisa ruim deles, nos reunimos para falar mal da violência que vivemos (ENTREVISTA Nº 12, 2017).

A baixa participação das assentadas no coletivo foi evidenciada ao se presenciar uma das reuniões: só oito mulheres, incluindo a pesquisadora desta dissertação, estavam presentes. Durante a reunião, foram discutidos aspectos como a escolha de atividade para finalizar o ano, realização do informe do II Encontro Regional de Mulheres, planejar o listado de mulheres que participam do coletivo (atuam em rede com grupos femininos de Curitiba), retrocesso em políticas públicas para a mulher, dificuldade com o acesso e manejo da tecnologia, elaboração da assistência e participação em um curso sobre violência feminina, pois o machismo é imperante.

Segundo relatos das integrantes do coletivo, as mulheres mais oprimidas são as que têm menor participação, pois são as que sofrem violência e são ameaçadas para não participar; uma vez que os maridos acreditam que se elas participarem do grupo, vão ser orientadas para chegar na casa e mandar. “São as que menos participam e mais precisam, isso acontece porque a mulher é obediente desde sempre, primeiro com seus pais, depois com o marido” (ENTREVISTA Nº 13, 2017).

O coletivo de mulheres do Assentamento reconhece que no interior do local existem casos de violência contra a mulher. Afirmam as entrevistadas que, embora isso seja discutido no Movimento, na verdade o panorama aponta distante para o entendimento dessa realidade e na importância de educar para igualdade de gênero.

No caso de violência contra a mulher dentro do Assentamento, o protocolo de ação do Movimento inicia com diálogo familiar, mas quando não se consegue conciliação e a situação se repete, devem intervir organismos exteriores, como Assistência Social, polícia etc. Em casos extremos, se apoia a separação.

Um caso impactante de violência psicológica, física, verbal, simbólica e econômica foi narrado pela entrevistada nº 15. Segundo a mulher, agora separada, seu marido era machista desde sempre, “ele teve a oportunidade de fazer cursos, palestras, militar na frente de massa do Movimento e se preparar para coisas grandes”, enquanto ela ficava sozinha com os filhos trabalhando nas tarefas da casa e a roça. Cada vez que ele chegava a casa, após vários dias de ficar fora do Assentamento, não contribuía economicamente e seus filhos passavam fome e frio, a qualidade de vida era baixa. Quando ela decidiu se separar, o CCU, até esse momento com nome dele, mudou para ela porque ficou com os 3 filhos:

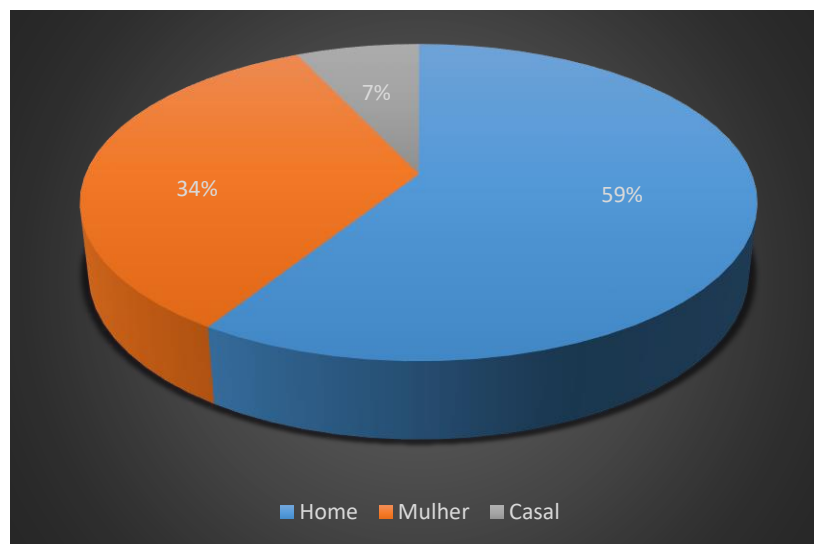
Depois da separação eu quis a terra logo tudo. Daí na separação, no divórcio, o juiz perguntou assim: “E as crianças?” Porque eu já tinha, ele me atropelou daqui né, nós morava aqui na casa já (do lote), ele brigou por causa que eu tinha mandado ele pegar uma vaca pra tirar o leite, e ele começou a brigar, jogou panela, jogou tudo, fez um extravio. Daí ele disse: “Pega essa rataiada e some daqui!!”. E era as crianças, né, “Some daqui e nunca mais apareça”. Aí não tinha como eu sair, vou aonde? Não tinha ninguém né, aqui, com parente meu, aí fiquei mais uma semana, fui na Lapa, registrei a queixa, registrei tudo que eu tinha, daí vendi uma vaca, pra ter o dinheiro e ir na mãe né. Foi sofrido, nossa, daí quando fomos separar, o juiz disse assim: “E as criança, com quem que fica? Ele, antes de eu falar, foi mais ligeiro que eu: “ Eu não quero”. Bem assim ele falou, daí eu disse: “Eu fico com as crianças”, daí eles dizem: “O senhor não tem direito da casa e nem do lote, você vai no INCRA, pra dar baixa no lote, e passa no nome dela a casa também, que ela vai ficar com as crianças, e daí a pensão do filho mais pequeno. Aí ele disse: “Eu pago pensão, mais eu quero isso, quero aquilo...”. Ele queria tirar tudo que tinha naquela casa. Eu disse: “Pode ir sonhando”. E o juiz disse: “Você vai deixar ele tirar tudo?” Aí eu disse: “Não, se ele tirar o salário bem certo da pensão pode tirar, que eu compro novo”. E ele não tinha, voltou atrás, não pegou nada, aí eu pouco eu dei, umas panelas, umas bacias, umas toalhas, umas coisinhas eu dei ainda, mas ele perdeu tudo, não tinha direito a nada. Ele foi no INCRA, deu baixa, passou no meu nome, e a casa tá tudo no meu nome (ENTREVISTA Nº 15, 2017).

Ante essa situação, a mulher entrevistada comenta que o grupo de mulheres não conseguiu fazer mais do que dar apoio moral, porque o Movimento não se expressou a favor dela. Uma atitude contraditória à defesa entrevistada no relato foi que a coordenação do MST aceitou de novo ao ex-marido no Assentamento e deu a única mercearia do local, junto com uma casa, para sua administração. Ainda ele continua no Assentamento.

Um fator simbólico de invisibilidade feminina, que também chama especial atenção porque a anterior história a exemplifica, é a assinatura do CCU. Conforme o

trabalho de campo é visto que 59% dos homens são titulares do lote, 34% as mulheres e um reduzido 7% o casal:

GRÁFICO 3 - Titularidade do lote, assinatura do CCU



Fonte: A autora, 2017.

Esta é uma forma de observar que as famílias são nucleares e mantêm estruturas tradicionais. Segundo a Constituição Federativa de 1988, artigo 189, “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil, nos termos e condições previstos em lei”. Embora sejam permitidas as assinaturas do casal no CCU, os assentados responderam, predominantemente, que o homem da família é o titular da terra (BRASIL, 2016).

Esmeraldo (2008), sobre o CCU, indica que essa situação é recorrente nos assentamentos rurais. No momento de aquisição da terra, esta fica no nome da figura masculina da família, o mesmo com tudo aquilo que exista em seu interior. Seguidamente, os espaços de convivência tornam-se sexuados e demarcados, delegando-se funções, como a cozinha, para as mulheres. Desta forma “A mulher não é percebida pela família nem indicada naturalmente para ser a titular” (ESMERALDO, 2008, p.191). É frequente que a mulher seja titular do lote em situações como aposentadoria do marido, separações, viuvez e existência de filhos menores de idade.

Embora a invisibilidade do ser feminino nos assentamentos rurais seja evidente, para Melo; Capellin e Castro (2008), as mulheres aportam significativamente ao desenvolvimento econômico dos assentamentos. A constante preocupação e as ações empreendidas pela mulher para melhorar a renda familiar, poucas vezes são reconhecidas pelos outros agentes transformadores, porque os homens são vistos como “chefes da família”, cuja função é econômica.

No Assentamento, a preocupação feminina por melhorar a economia familiar também foi evidenciada por meio das diferentes entrevistas, em que foram narradas grandes ações, como incentivar a produção agroecológica nos lotes, o empreendimento de feiras de produtos comestíveis e artesanato, além de participação em cursos para aprender a fazer produtos como queijo. Uma liderança do coletivo de mulheres, entrevistada nº 12, afirma que:

Foi puxado vários cursinhos para dentro do assentamento, saíam algumas mulheres para fazer cursinho de conserva, compota, doces etc., mas a maior parte era puxado para dentro, para que mais mulheres pudessem participar do curso, como fazer queijo, que na época a força de produção era o leite e não tinha como vender, daí as mulheres se organizaram para trazer esse cursinho dentro do assentamento (ENTREVISTA Nº 12, 2017).

Desta forma, com a organização do coletivo feminino e a disposição das mulheres, foi aberto um espaço no centro do Assentamento para fazer queijo, embora atualmente esse projeto não funcione mais, ainda continua a produção individual e a venda ao varejo.

Desta forma, em concordância com Rua e Abramovay (2000), a mulher mais do que uma “coordenadora de panelas”, como indicam os autores, são companheiras de luta que têm demonstrado eficácia, inteligência, sagacidade, paciência e resistência em diversas etapas e dimensões da luta pela terra. Embora a baixa participação numa etapa de Assentamento e sua notável atuação em tarefas domésticas, esforçam-se para construir uma sociedade mais justa com elas.

No Assentamento, a união das mulheres, com a formação do coletivo, retoma a discussão de gênero como uma necessidade de dialogar e instruir as mulheres para não replicar situações de machismo, exigir igualdade de direitos e revalorizar as ações que empreendem pelo bem-estar coletivo.

2.4.2. Setor de saúde

A saúde, junto com produção e educação, são os três setores de base majoritariamente fortalecidos no Assentamento Contestado. Ao longo da história do Assentamento, a saúde, discutida desde o âmbito popular, tem demonstrado ser um dos aspectos complementares à luta pela terra, pois possui características como a capacidade de organização social para o cuidado e bem-estar dos militantes, o desenvolvimento de valores como solidariedade, a valorização de saberes populares que passam de geração a geração e o respeito pela natureza (SCOPINHO, 2010).

Um aspecto destacável na ideologia do MST, e ligado diretamente com a saúde popular, é a forma de entender a relação direta que existe entre a humanidade e o meio ambiente (SCOPINHO, 2010). Ao estarem as famílias militantes imersas cotidianamente em áreas naturais, sua consciência sobre ações humanas no espaço habitado conflui para maior sensibilidade. É por isto que o Movimento, dentro de suas bandeiras ideológicas, respalda estratégias como a agroecologia.

Nessa lógica, no interior do Movimento se discute a importância da transição produtiva convencional para a agroecológica, isto com a finalidade de dispensar práticas instituídas na agricultura durante a revolução verde: agrotóxicos, insumos químicos, queimas, monoculturas, desmatamentos etc. Mas a transição produtiva não só é aplicável à dimensão econômica. Na dimensão social, em especial na área da saúde, são reconhecidos benefícios no sentido da alimentação saudável, acesso à água e ar limpo, controle de doenças como alergias pelo uso de agrotóxicos, entre outros.

Sendo a saúde um aspecto que abrange toda a população militante, ações importantes são implantadas no interior de espaços do MST. Algumas dessas são dilucidadas em Scopinho (2010):

Nos assentamentos e acampamentos, a estratégia utilizada para promover a saúde é a organização de coletivos de saúde que procuram implementar ações de saneamento ambiental, resgatar o conhecimento popular sobre o uso de plantas medicinais através da organização de hortas e da manipulação artesanal de medicamentos, além de incentivar as discussões sobre proteção ambiental e soberania alimentar, relações familiares (especialmente, o cuidado com a infância e a juventude) e a participação nos Conselhos Municipais de Saúde (SCOPINHO, 2010, p. 1577).

Estas ações territoriais apresentadas por Scopinho (2010) também foram evidenciadas nas questões de saúde do Assentamento Contestado. Representado, principalmente, por um coletivo de assentadas, também ligadas ao setor de gênero, o setor de saúde desde seu início, no período acampamento, foi fortalecido a partir da implementação da medicina popular, organização social e luta constante pelo direito a saúde. Na pesquisa foi possível observar que o fortalecimento do setor dentro do Assentamento se deve a organização da militância para reivindicar esse direito, não só para implantar a medicina popular, mas também a convencional. Exemplo da persistência da militância é a conquista material de um centro médico convencional do Sistema Único de Saúde - SUS na sede do Assentamento.

Assim, em 2016 foi construída e inaugurada a Unidade Básica de Saúde Florescer Francisca Roberta “Chica Pelega”. O nome foi escolhido pelos assentados porque faz referência à Guerra do Contestado. A Chica Pelega foi uma figura feminina, heroína e liderança de um grupo de ex-trabalhadores da estrada de ferro, cuja reputação se espalhou entre sertanejos porque possuía uma habilidade especial para lidar com animais, doenças e plantas. A maior parte de seu tempo era dedicada a uma enfermaria improvisada para tratar doentes em tempos da guerra. Foi vítima mortal da tomada do acampamento Taquaraçu pelas mãos das tropas militares governistas em 1914 (OLIVEIRA, 2016).

IMAGEM 14 - Unidade Básica de Saúde Florescer Francisca Roberta “chica pelega”



Fonte: A autora, 2017.

A unidade de saúde é uma das conquistas mais recentes do Movimento no interior do Assentamento. Torna-se ainda maior, porque a unidade, mesmo administrada pelo Estado, ou seja, com uso ativo de medicina convencional, permitiu a abertura de um espaço para saúde popular e tratamento alternativo, em ocasiões complementares, à medicina imperante do sistema público.

A saúde popular do Assentamento foi reconhecida pelo SUS no marco da Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta, Portaria N. 2.460, de 12 de dezembro de 2005. Esta política, desenvolvida a partir do Grupo Terra, admite que “o contato da população hegemônica com esses povos vem historicamente causando a transmissão de doenças e gerando episódios de violência, relacionados aos conflitos pela posse e propriedade da terra” (BRASIL, 2008).

Assim o Estado, em seu dever de assegurar o direito à saúde às populações rurais historicamente oprimidas, garante o acesso ao serviço básico e especializado; contribui para a redução de vulnerabilidades em saúde; atende acidentes e agravos relacionados ao trabalho do campo, em especial pela ergonomia das atividades produtivas e adoecimento pelo uso de agrotóxicos; contribui com a melhoria da qualidade de vida; identifica demandas em saúde; e “reconhece e valoriza os saberes e as práticas tradicionais de saúde das populações, respeitando suas especificidades”, caso concreto do A. Contestado (BRASIL, 2008).

Atualmente, a unidade de saúde “Chica Pelega” faz parte do setor de saúde da Lapa, e é um dos seis pontos de atendimento básico no município. Respalda medicamente 515 pessoas e um total de 155 famílias, entre moradores do Assentamento e famílias que vivem no entorno.

IMAGEM 15 - Espaços para saúde convencional e saúde popular no centro de saúde “chica pelega”



Fonte: A autora, 2017.

No âmbito da medicina convencional, existe atendimento com clínico geral uma vez por semana. O pessoal encarregado do serviço são um médico, uma enfermeira, um técnico de enfermagem e um agente de saúde (esta última pessoa é moradora do assentamento). Todos são contratados pelo governo.

Segundo informação verbal da promotora de saúde⁴², entrevistada n° 6, no diagnóstico principal da comunidade atendida até 2017, apresentam-se regularmente três doenças: diabetes (20 pessoas); hipertensão (69 pessoas) e doenças mentais como depressão, ansiedade e dificuldade para dormir (40 pessoas).

As ações mais comuns para tratar sintomas das doenças mencionadas são a medicação controlada e o desenvolvimento do Projeto Hiperdia para hipertensão e diabetes *mellitus*. O projeto consiste no cadastramento, acompanhamento, e acesso a medicamentos de forma regular e sistemática aos portadores destas doenças (DATASUS, 2018). Outras ações realizadas na unidade de saúde são referentes à gravidez, como controle pré-natal, e seguimento ao crescimento das crianças (vacinas, peso, checagem etc.).

É assim, que a unidade de saúde conta com uma farmácia equipada para medicar a população e tratar de forma convencional as doenças. Segundo a agente de saúde entrevistada, a maior deficiência da unidade é a falta do setor de

⁴² As informações verbais da entrevista n° 6 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

odontologia. Ainda que exista o espaço adequado para essa prática, atualmente o equipamento não está completo e não há um dentista contratado pelo Estado para exercer essa função. Desde o âmbito da saúde popular, entendida como uma das formas de manifestação de tradição e cultura, se desenvolve a medicina tradicional partir do atendimento para auriculoterapia uma vez por semana e bioenergia duas vezes por mês.

Segundo a entrevistada nº 5, a auriculoterapia é uma técnica que consiste na pressão de pontos específicos na orelha (geralmente com sementes de girassol), para o tratamento das diferentes doenças do corpo e a mente, mesmo que vícios adquiridos por hábitos não apropriados (comer unhas, fumar etc.)⁴³. Por outra parte, a bioenergia, como seu nome indica, trabalha com o equilíbrio da energia corporal, a técnica consiste numa inicial “checagem bioenergética” para encontrar a origem da doença para que posteriormente venha a ser tratada com dieta alimentar e fitoterápicos, geralmente chás.

Tanto a auriculoterapia, quanto a bioenergia, são atividades da medicina popular exercidas por um casal de assentados do Assentamento. Diferente da medicina convencional da unidade de saúde, estes assentados não são pagos pelo governo, mas suas funções são retribuídas por meio de doações e aportes monetários voluntariamente pelos beneficiários.

IMAGEM 16 - Sementes de girassol para auriculoterapia com e plantas para chá na bioenergia



Fonte: A autora, 2017.

⁴³ As informações verbais da Entrevista nº 6 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

Algumas das plantas usadas frequentemente para tratamentos populares de bioenergia e auriculoterapia no Assentamento são as seguintes:

QUADRO 2 - Plantas de uso frequente na saúde popular no A. Contestado.

Medicina popular no Assentamento Contestado				
Nome científico	Nome comum	Indicação	Parte utilizada	Preparo
<i>Cucurbita moschata</i>	Abobora	Pressão sanguínea, energia, proteína, próstata	Sementes	Chá
<i>Rosmarinus officinalis</i> L.	Alecrim	Calmante, bronquite, gripe.	Folha, caule	Chá
<i>Ruta graveolens</i> L.	Arruda	Infecção e Cólica menstrual.	Folha	Chá
<i>Aloe vera</i> L.	Babosa	Queimadura e cicatrização.	Folha	Mucilagem
<i>Calendula officinalis</i>	Calêndula	Analgésico, anti-inflamatório, bactericida.	Flor	Chá
<i>Baccharis trimera</i> L.	Carqueja	Dor no estômago, azia.	Folha	Chá
<i>Zingiber officinale</i> R.	Gengibre	Gripe, diabetes, colesterol, obesidade.	Raiz	In natura, chá
<i>Helianthus annuus</i>	Girassol	Auriculoterapia.	Semente	In natura
<i>Psidium guajava</i> L.	Goiaba	Diarreia.	Broto e folha	Chá
<i>Mentha villosa</i> L.	Hortelã	Calmante, verme, dor de cabeça.	Folha	Chá
<i>Achyrocline satureioides</i>	Marcela	Estresse, cólica intestinal, digestão, dor no estômago.	Flor	Chá
<i>Cyperus rotundus</i>	Tiririca	Diarreia, fungos, herpes	Folhas	Chá

Fonte: Adaptado de FERREIRA, Esvanio; SOARES, Keller; PROCÓPIO, Natalia. Plantas medicinais cultivadas em quintais agroflorestais no Assentamento São Pedro, Figueirópolis d' oeste –MT. In: Congresso brasileiro de sistemas agroflorestais SAF: aprendizados, desafios, perspectivas, 10. 2016, Cuiabá. **Anais do evento**. Cuiabá: UFMT, 2016. A autora, 2018.

Pode-se observar que a maioria das plantas do quadro são usadas para chás, sendo a folha da planta majoritariamente aproveitada para o tratamento das doenças. Segundo a mulher encarregada da auriculoterapia, entrevistada nº 5, mais do que o efeito benéfico da cura das plantas, “o primeiro tratamento é tomar água sete vezes por dia e comer frutas e verduras, ou seja, o prato deve ser bem colorido. Essa é a chave para uma boa saúde, a medicina é complementar” (ENTREVISTA Nº 5, 2017).

Nesse sentido, o uso da medicina popular não se limita à unidade médica. Cada assentado é responsável pelo tratamento recomendado em suas casas: ao

doente, recaem a responsabilidade de se alimentar adequadamente e tomar os chás sugeridos. A única aplicação medicinal na unidade de saúde é auriculoterapia, pois a encarregada deve se assegurar de que o ponto pressionado seja especificamente para tratar a doença do paciente.

Como o uso de plantas é uma prática que passa de geração a geração, é comum encontrar em todos os lotes do assentamento plantas medicinais para doenças cotidianas, como dor de estômago, gripe, cólicas, vermes e calmantes. Além do uso das plantas, a crença religiosa se manifesta na saúde com as benzedadeiras. Estas mulheres afirmam curar o corpo pela ação excessiva do “sol (insolação), do ar, dos bichos”. Geralmente no tratamento são usadas plantas como arruda, água, sal e orações.

2.4.3. Setor de educação

Como já tem sido afirmado anteriormente, o setor de educação, junto da produção e da saúde, são setores de base majoritariamente fortalecidos no Assentamento. Com a finalidade de formar intelectual, física e cognitivamente as novas gerações, desde a ocupação do local da Incepa até dias atuais, o setor de educação tem se encarregado de instruir principalmente crianças e jovens dentro de modelos pedagógicos correspondentes à realidade das famílias militantes.

No período de acampamento, a educação das famílias esteve marcada pela “escola itinerante” do Contestado. Este tipo de escola, mesmo que em outros acampamentos, nasce da luta pela reivindicação de direitos e cumprimento efetivo da promulgada Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) – Lei nº 9.394, de dezembro de 1996, em especial do artigo 28 que respalda a adequação da escola à vida do campo (BRASIL, 2014).

Segundo o MST (2001), as escolas itinerantes são próprias dos acampamentos rurais. Elas funcionam em tempo integral, sendo que em um turno são estudados aspectos acadêmicos e no outro há participação em oficinas pedagógicas que promovem desenvolvimento de habilidades e diversas expressões culturais. Devido à conjuntura multidimensional do espaço acampado, corresponde

ao docente formador a organização do currículo de estudos para selecionar conteúdos, experiências, reflexões e desempenhos adequados à realidade vivenciada.

Entre 1999 e 2002, período de acampamento e constituição de espaços no legalizado Assentamento, a escola itinerante contribuiu com a formação de crianças, adolescentes e jovens. Em construções de lona preta, características dos acampamentos, docentes, hoje assentadas no Assentamento Contestado, exerceram sua profissão em vista das dificuldades que os estudantes se enfrentaram para receber aulas nas cidades da Lapa e Balsa Nova: transporte, tempo atmosférico, discriminação por serem sujeitos sem-terra etc.

Com a legalização do Assentamento, conquistas educativas se evidenciaram nesse processo de desenvolvimento local no território. Exemplo disso é a Escola do Campo Contestado, construída e aprovada pela prefeitura, para formação de estudantes de Ensino Fundamental I e II.

Uma docente, entrevistada n° 21, lembra que o espaço da escola era pequeno e insuficiente para satisfazer as demandas dos estudantes mais avançados academicamente⁴⁴. É assim que, a partir da pressão social e política do Movimento e das famílias assentadas, em 2011 logrou-se a abertura do Colégio Estadual do Campo Contestado. Este é o principal motivo pelo qual atualmente a Escola e o Colégio dividem o prédio físico, sendo a Escola o espaço que desenvolve cursos de Ensino Fundamental I e II, enquanto o Colégio atende os cursos de Ensino Médio.

⁴⁴ As informações verbais da Entrevista n° 21 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

IMAGEM 17 - Escola e Colégio Municipal do Campo Contestado



Fonte: A autora, 2017.

Além da Escola e Colégio, outro espaço que faz parte do setor de educação é a Ciranda Infantil Curupira. A denominação de “ciranda” para nomear as creches dos espaços de conquista do Movimento foi adotada quando os círculos infantis das crianças sem-terra construíram uma identidade militante baseada no resgate da cultura popular e das atividades próprias do folclore infantil. Nesse sentido, no Contestado, foi escolhido o nome Curupira⁴⁵ por obedecer a essa lógica do resgate do folclore rural (OLIVEIRA, et al, 2015).

IMAGEM 18 - Ciranda Curupira no Assentamento Contestado



Fonte: A autora, 2017.

⁴⁵ Na narrativa folclórica, Curupira é um anão com cabelo ruivo e pés virados para trás. Dele se conta que é protetor das florestas, lugar que habita e cuida. Se destaca por ser uma entidade travessa que despista aos seus seguidores que se guiam pelas pegadas que vão em direção contrária.

Depois de estabelecido o nome da ciranda, nos momentos da mística do Assentamento (atividade reflexiva sobre situações cotidianas ou históricas referentes ao contexto da Reforma Agrária), foi construído o lema ou “grito de ordem” que lhes caracteriza: “Ciranda Curupira é a vida em defesa, ensina as crianças a defender a natureza” (OLIVEIRA, et al, 2015).

Este grito de ordem visibiliza as crianças como agentes transformadores que militam no Movimento e reconhece que também são participantes do processo de luta e resistência pela terra. Mesmo sendo crianças, também estão inseridas no contexto de organicidade do MST, motivo pelo qual já tiveram a estrutura dos setores de base do Movimento. Isto, com a finalidade de ensinar pedagogicamente a elaboração de informes, a existência de responsabilidades para o pleno desenvolvimento coletivo em determinado grupo de atuação.

Um dilema encontrado neste espaço educativo é a falta de educadores para desenvolver atividades pedagógicas. Assim, com o tempo, a ciranda foi perdendo suas características educativas e agora se centra, principalmente, em acolher e cuidar as crianças.

Segundo a liderança coordenadora da ciranda, entrevistada nº 10, durante o ano de 2016, com a mudança de coordenadores neste espaço, tentou-se resgatar elementos pedagógicos para fortalecer as crianças, mas os setores de base não foram articulados por debilidades da organicidade. Assim, acabou-se priorizando o cuidado da criança, ação que desde a origem daquele espaço foi objetivo principal.

A origem daquele espaço está relacionada ao período acampamento, quando foi percebida a necessidade da criação de um lugar específico para o cuidado das crianças e seu desenvolvimento cognitivo, enquanto os pais realizavam atividades relacionadas à militância.

Atualmente o prédio da ciranda se encontra localizado no centro do Assentamento, porque esta zona reúne a maior quantidade de contribuintes do Movimento, além de ficar perto da ELAA, e os pais estudantes que têm filhos neste espaço (ENTREVISTA, N° 9, 2017).

Em vista da falta de contribuintes na Ciranda, estudantes da ELAA contribuem no “tempo trabalho” com o cuidado das crianças. Para a coordenadora deste

espaço, inserir estes estudantes resulta uma ação importante, porque assim a ciranda não fica isolada dos outros níveis de educação no Assentamento.

Como dilema, é manifestado pelas entrevistadas⁴⁶ n° 9 e n° 10, a relação destes estudantes com as crianças e as atividades a serem realizadas, pois para alguns “é difícil sentir parte desse processo e ajudar a propor atividades, trazer essas proposições para que a turma ajude a construir oficinas para trabalhar com as crianças, seja de alimentação saudável, de jogos, de construção de material de jogos” (ENTREVISTA N° 10, 2017). Desta forma, a ELAA situa-se como um elemento importante para a ciranda e até para o Assentamento.

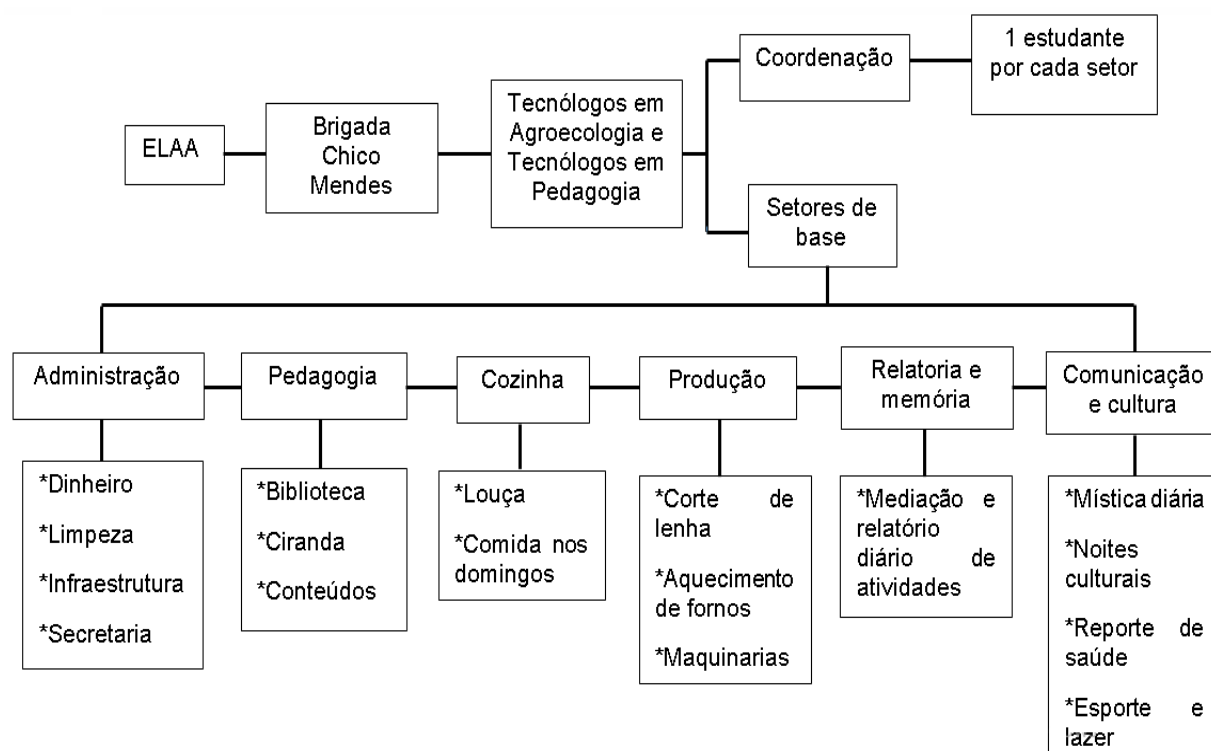
Um claro exemplo de organicidade educativa e do Movimento, que também faz parte do setor educação, pode ser observado no interior da ELAA. Os estudantes das turmas de Tecnólogos em Agroecologia e Pedagogia distribuem seu tempo de estudos em três momentos específicos, obedecendo a uma lógica de pedagogia da alternância: tempo-escola – momento das aulas para o aprendizado teórico-prático; tempo-trabalho – uma hora diária após almoço, para contribuir numa tarefa específica, como lavagem da louça, manutenção de banheiros, corte de madeira, cuidado de crianças, entre outras; e tempo-comunidade – períodos de três meses de aporte teórico-prático na comunidade de origem do estudante. Ao retornar ao tempo escola se espera que o estudante volte com experiências que podem ser sistematizadas teoricamente. Segundo a entrevistada n° 2:

Os tempos se encaixam uns com os outros para que possa haver este diálogo do tempo-escola com o tempo-comunidade, pois assim não se perde o vínculo com o movimento social e nem com a sua comunidade e fazendo seus trabalhos práticos na sua comunidade e na escola (ENTREVISTA N° 2, 2017)⁴⁷.

Além desta distribuição de tempos, o modelo de organicidade horizontal implementado com os estudantes é similar ao Movimento e ao Assentamento: coordenações e setores de base que permitem a democracia direta. Isto pode ser observado conforme o esquema 4:

⁴⁶ As informações verbais da entrevista n° 9 e n° 10 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017

⁴⁷ As informações verbais da Entrevista n° 2 foram concedidas ao autor na primeira fase da pesquisa, ano 2016.

ESQUEMA 5 - Organicidade na ELAA

Fonte: A autora, 2018.

A ELAA faz parte da brigada de militância Chico Mendes, a qual está composta por estudantes, neste caso formandos em Agroecologia e Pedagogia. Cada um dos estudantes exerce uma função específica e rotativa na Escola, seja na coordenação ou nos setores de base.

Desta forma, adotando o modelo característico do MST, a ELAA tenta organizar a dinâmica de convivência entre estudantes latino-americanos. Percebe-se que cada uma das funções exercidas no tempo-escola e tempo-trabalho é importante porque contribui com a permanência da harmonia e do equilíbrio na Escola Tecnológica.

Chama especial atenção que a ELAA impacta visualmente a paisagem da sede do Assentamento, não tanto pela sua estrutura, mas pela importância simbólica de se constituir como formador do nível acadêmico mais alto no território de pesquisa. Embora esta iniciativa não tenha sido criada pelas famílias do

Assentamento, pois é um projeto da Via Campesina⁴⁸ movimento latino-americano que vai além do MST, em parceria com o Instituto Federal do Paraná – IFPR⁴⁹ pelo Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária- PRONERA. Os beneficiários diretos são os assentados, sujeitos que recebem na Escola uma opção de formação tecnológica e assessoria no marco da prática agroecológica (ENTREVISTA, N° 2, 2016).

IMAGEM 19 - Escola Latino-americana de Agroecologia, vista interna e externa a sala de aula



Fonte: A autora, 2017.

A história da ELAA não se inicia com facilidade, devido ao baixo pressuposto disponível para sua construção. Como pode se evidenciar na imagem 19, atualmente a estrutura da sala de aula é rudimentar, pois foi construída com materiais de doação e mão-de-obra dos estudantes de turmas passadas. Não dispõe de laboratórios físico-químicos ou materiais de luxo. Com tudo, a tarefa da Escola vai além da materialidade, ela forma sujeitos críticos do capitalismo que se tornem capazes de contribuir com o desenvolvimento rural. Sobre o histórico e função da Escola indica a entrevistada n° 2:

A Escola Latino-americana de Agroecologia é um projeto da Via Campesina, que é uma organização de movimentos camponeses da América Latina, hoje se amplia pra Índia, África, alguns outros países que são considerados pelo capitalismo como subdesenvolvidos, mas são países que foram colonizados, que tem as mesmas lutas pela demanda da terra. Quando a gente começa dentro da Via Campesina a perceber, em 1998, essa crise ambiental para dentro do campesinato, uma crise de produção,

⁴⁸ A via Campesina é um movimento internacional de camponeses latino-americanos que se interessam com a defesa da agroecologia e sementes camponesas; direitos agrários; justiça climática e meio ambiental; soberania alimentar; solidariedade com imigrantes e trabalhadores rurais; terras; água e territórios tradicionais.

⁴⁹ Instituto encarregado do reconhecimento de ambos os cursos, da certificação dos estudantes e da disponibilização de docentes especializados em cada área de estudo.

consequência da revolução verde, havia que começar a colocar um desafio de pensar a organização da produção. Pensar a produção fora dessa lógica da revolução verde, da monocultura, do uso de agrotóxico. A gente percebe que pra fazer isso precisava retornar alguns saberes ancestrais dos camponeses e reformular o uso porque tinha se perdido muito nesse processo violento da revolução verde e na medida que a gente começa a pensar pra isso dentro dos movimentos camponeses a gente se depara com a necessidade de pensar a Escola de Agroecologia que vão fazer realmente essa formação de acordo com nossos princípios , pedagógicos, educativos dos movimentos sociais, ai nisso surge a ideia de fazer institutos de agroecologia pela América Latina, então a ela é parte desse projeto . O projeto começa em 2005, então hoje ela tem 12 anos de escola (ENTREVISTA N° 2, 2016).

Para a entrevistada, uma das principais dificuldades que a instituição atravessa é relacionada com orçamento, pois se mantém com doações e a execução de projetos financiados. Com tudo, a escola se fortalece a partir da implementação de metodologias sociais, como os setores de base e uma pedagogia socialista, como indica a entrevistada n° 2: “nós trabalhamos uma pedagogia socialista, com as fontes teóricas de Marx, Macarenko, Pistrak, pós revolução russa. Que tem como princípio educativo trabalho, organização, auto-gestão, como pilares fundamentais como princípio educativo”. Embora Marx não tenha se aprofundado em ideias pedagógicas, seus fundamentos drásticos sobre o capitalismo são bandeiras que argumentam criticamente aspectos como universalidade, renovação cultural, laicidade e a radicalidade burguesa com relação a instrução-trabalho (MANACORDA, 2006).

Nesse sentido, a pedagogia socialista discute que a escola, no contexto social, deve estar focada na ideologia proletária, e que venha a oferecer ferramentas cognitivas que possibilitem ao estudante o desenvolvimento da maturidade desde cedo; que fortaleça a união do trabalho manual e intelectual, ou seja, a formação complementar ocorrer num contexto científico; que permita identificar o porquê dos processos; que promova igualdade de direitos educativos e desenvolvimento de competências e habilidades (CUNHA, 1980). Nessa lógica, indica a coordenadora da Escola, “Nós queremos formar um camponês ou uma camponesa pesquisadores” (ENTREVISTA N° 2, 2016).

Baseados neste tipo de aspectos ideológicos, metodologicamente, os cursos tecnológicos da instituição são compostos por estudantes indicados por movimentos camponeses latino-americanos. Este é requisito fundamental para se inserir em algum dos cursos. Segundo a entrevistada n° 2, são “40 vagas para brasileiros do

país inteiro e 20 vagas para internacionalistas de movimentos camponeses da América Latina”. Sendo estes últimos originários de países como Argentina, Chile, Bolívia, Paraguai e Puerto Rico, como foi evidenciado na pesquisa.

Em vista de a ELAA ser um projeto da Via campesina, a importância de ter estudantes estrangeiros obedece ao acordo com o movimento internacionalista de formação latina, além do intercâmbio cultural, troca de saberes e experiências. Este último aspecto, também se fortalece a partir do “diálogo de saberes no encontro da cultura”.

O diálogo de saberes, como estratégia metodológica que reconhece, reivindica e valoriza saberes tradicionais locais, tenta aproximar o estudante com os assentados a partir de um método dialógico em que o estudante aprende sobre os saberes camponeses e o assentado aproveita o conhecimento teórico para implementar em seu trabalho diário (TORRES; ROSSET, 2016). Assim, a cada sexta-feira, uma dupla de estudantes dialoga com a mesma família, ao longo dos três anos e meio, e estabelecem uma relação de aprendizado mútuo.

Para a coordenação da Escola, este processo torna-se importante na formação do estudante porque o Assentamento é um grande laboratório de pesquisa em agroecologia e através dele se pode vivenciar, com especialistas, a dinâmica da terra com a produção agroecológica. É por este motivo que o diálogo de saberes só é feito com famílias que produzem alimentos agroecológicos, não convencionais.

Esta metodologia se torna pertinente de implementação no Assentamento, já que se resgata, além da seguridade alimentar, a Reforma Agrária, a defesa da terra e dos territórios tradicionais, que no marco da presença predadora do modelo do agronegócio, suscitaram inquietude e impulsaram reflexões a favor da agricultura sustentável (TORRES; ROSSET, 2016).

Como visto neste breve resumo do setor educativo na dimensão cultural do Assentamento, a educação, seja em cirandas, escolas e colégios, é de igual importância à conquista de territórios para Reforma Agrária. De acordo com Indurski (2014), é um processo semântico em espiral que nunca deve acabar:

Sem educação não há ocupação que dure”, “sem educação não é possível formular políticas de ocupação”, “sem educação não há como fazer reforma agrária”, “sem educação não há resistência às políticas governamentais”,

“sem educação não há como formular uma política agrária”, “sem educação não há solução para os sem-terra”, etc. E nessa espiral, uma palavra pela outra vai construindo a identificação desse sujeito (INDURSKY, 2014, p. 121).

2.5. DIMENSÃO CULTURAL: MISTICISMO, JUVENTUDE E ESPORTE E LAZER

A cultura também faz parte da multidimensionalidade do Assentamento Contestado. É apresentada como a última das dimensões e expressões territoriais abordadas nesta pesquisa, não por ser pouco importante, mas pela capacidade de abranger dimensões materiais já identificadas: natureza, economia, política e sociedade. A cultura retoma experiências de organicidade e territorialidade material e imaterial, além de promover sentimentos de identidade nas famílias (LÓSSIO; PEREIRA, 2007).

Entendendo a cultura como define Lóssio e Pereira (2007), enquanto resultado das múltiplas práticas humanas, que no âmbito do inovador com relação a outros povos, acaba por criar tradição e garantir formas do ser e do atuar em processos materiais e simbólicos próprios de uma população.

Nessa lógica, na pesquisa foram distinguidos três campos de culturalidade, que em conjunto representam a dimensão cultural do Assentamento. Em cada campo podem ser evidenciadas questões de tradição, identidade, memória, historicidade e estratégias de atuação nas múltiplas dimensões do território. Cabe ressaltar que no Assentamento, a cultura, mesmo que outras dimensões, está influenciada diretamente pelos parâmetros de organicidade do Movimento.

O primeiro campo de culturalidade no Assentamento está conformado pelas múltiplas expressões de territorialidade que se tem constituído ao longo da história do MST, pelo que é comum encontrar similaridades com outros espaços do Movimento, como acampamentos e assentamentos.

Segundo Bogo (2000), a partir da luta pela terra são criados hábitos e formas de atuar, que em conjunto representam culturalmente o Movimento: organicidade das ocupações, acampamentos, assentamentos; reivindicação pelos direitos;

experiências educativas; particularidades em construções; ideologia; músicas; poesia; teatro dentre outros. Para o autor:

Tudo isso vai fazendo parte da vida da gente que luta no MST. Será que isto tem algo a ver com cultura? Tem muito a ver. Por que não podemos considerar cultura somente aquilo que está ligado com a arte. A arte é a capacidade que o ser humano tem de criar. Logo, temos capacidade de criar músicas, mas também criamos as lutas, as escolas, os barracos, as casas, o método de fazer reuniões, as marchas, etc. Significa que tudo isso vai se transformando em cultura (BOGO, 2000, p. 5-6).

Assim, o primeiro campo de culturalidade do Assentamento abrange o momento de ocupação em 1999; construção de barracos com lona preta; mobilização coletiva das famílias; resistência no local da Incepa até legalização da terra para construção do Assentamento; marchas e ocupações de espaços públicos; processo material de cuidado, cultivo e trabalho na terra; distribuição espacial dos lotes produtivos; organização dos sete setores de base; criação da cooperativa; participação das famílias nas decisões do Assentamento; construção de unidades educativas para todos os níveis de ensino e aprendizado; saúde popular e formação do coletivo de mulheres e jovens.

Segundo Lóssio e Pereira (2007) a cultura adquire valorização na medida em que contribui no desenvolvimento local. Por meio da vibração das manifestações, crenças e expressões populares é incentivada a população para continuar participando nas práticas que com o tempo se desenvolvem com natureza. Geralmente são questões de fé e religiosidades, aquelas que mobilizam populações, não obstante “a fé consegue recuperar populações com autoestima baixa e desanimadas por conta dos atropelos de sua própria história” (LÓSSIO; PEREIRA, 2007, p. 2).

No Assentamento Contestado, um aspecto em comum que identifica culturalmente as famílias assentadas, é a denominação sem-terra, não como simples categoria socioeconômica (sem-terra), mas como forma social de reconhecimento multidimensional de um povo organizado que escreve constantemente sua história na luta e resistência pela terra (BOGO, 2000).

Conforme Bogo (2000, p.22) “Sem-terra deixa de ser categoria social para tornar-se nome próprio quando identifica um grupo social que decidiu ser sujeito para mudar de condição social através da organização política, forjando daí sua

própria identidade, com ideologia e valores”. É assim, que elementos físico-materiais como o povo e terra, junto com outros elementos simbólico-imateriais, como a ideologia do Movimento, carregam identidades e resgatam reciprocamente a cultura coletiva dos militantes.

Na questão material, a terra como aspecto básico para se desenvolver vida humana, animal e vegetal, mantém um fluxo natural que o homem não deve romper arbitrariamente. Portanto, compete ao sem-terra proteger o meio em que habita, dignificar a terra com suas práticas e lembrar de suas raízes através da memória histórica. Consequentemente, isso não permitirá repetir atividades econômicas capitalistas, como agronegócio e latifundismo, que são fortemente criticadas pelas famílias assentadas e militantes do MST (BOGO, 2000).

A crítica ao capitalismo, as leis neoliberais, a opressão aos grupos sociais rurais, a reivindicação de direitos, entre outros aspectos, são temas discutidos pelas lideranças do Movimento, política e formalmente, em eventos e espaços sociais. Não obstante, didaticamente também são ilustradas essas temáticas por meio de apresentações reflexivas e culturais como teatro, música e poesia, sendo geralmente no início e no final de atividades coletivas. Essas práticas culturais correspondem à alma do Movimento, segundo afirma Coelho (2014), e são denominadas de “mística” pelos sem-terra.

Para Indursky (2014, p. 109), a mística “são práticas discursivas e não discursivas através das quais os sem-terra identificam-se e reidentificam-se com os saberes do MST”. São rituais que simbolizam o tipo de economia, memória das lutas, saberes populares, adversidades sociais, campesinidade e contraposição ao modelo capitalista. Se bem sejam implementadas representações artísticas na mística, é reducionista definir essa prática a uma atividade desse tipo, pois como afirma um assentado, entrevistado n.º 3, 2017: “a mística não só tem sentido artístico, representa o que você acredita e luta, sentir, viver, quanto mais vigor, mais profundo... e que nos alimenta seguir lutando na busca da libertação de todos os seres”.

A mística é um aspecto marcante na cultura dos assentados e, por conseguinte, ligada à crítica, à ideologia, ao simbolismo, à memória e à historicidade

do Movimento. Derivada do processo comunicativo entre militantes, representa o segundo campo de culturalidade do Assentamento.

Segundo Coelho (2014) a mística é um ritual que se desenvolve de diferentes formas (teatro, música, poesia, representações, análise de situações no campo etc.), em diversos lugares (eventos, ocupações, acampamentos, assentamentos), e com variadas conotações (política, estética, ambiental, econômica, social). É chamada desta maneira, porque misticamente é uma prática que “[...] se configurou como algo significativo nas lutas. Ela passou a ser considerada a “alma” do Movimento, aquela força que misteriosamente sustenta as dificuldades nas lutas e nutre sua resistência” (COELHO, 2014, p. 19-20).

Para Bogo (2002) “a mística acompanha o desenvolvimento da humanidade e faz parte da cultura. Poderíamos, para simplificar, dizer que ela é o oxigênio da cultura, que mantém viva a esperança de fazer acontecer o esperado de forma inesperada” agrega o autor que “é essencialmente surpresa” (BOGO, 2002, p. 43).

Durante a segunda fase do trabalho de campo, foi presenciada uma noite cultural no núcleo de base Libertação Camponesa, atividade que envolvia assentados do núcleo e estudantes da ELAA. Como é de costume, a mística foi o primeiro momento a se desenvolver. Daquela vez, a forma que a mística adotou foi a apresentação de uma mesa com produtos característicos do trabalho no campo. A seguir, estudantes e assentados narraram o significado de cada elemento.

IMAGEM 20 - Elementos da mística no núcleo de base Libertação Camponesa



Fonte: A autora, 2017.

Deste modo, usando produtos comestíveis, cultivados nos lotes, foi relatada a importância dos produtos agroecológicos para o bem-estar da saúde humana e pelo baixo impacto na natureza, além do trabalho do camponês na segurança alimentar do país.

Nessa linha de discussão mística, falar da repercussão do capitalismo no cotidiano do campo foi inevitável. Para isso, as garrafas de plástico em cujo conteúdo encontrava-se sementes crioulas, ilustraram a autonomia na produção e o desacordo frente a situações de transgênicos e de compra de sementes patenteadas. A seguir, as ferramentas de trabalho foram apresentadas como instrumentos da cultura camponesa, utensílios de luta e resistência na terra e oposição à mecanização rural excessiva. Por último, a bandeira do MST foi relacionada com todos os elementos visuais da atividade, como símbolo da união de milhares de famílias e concretização da Reforma Agrária.

Após da mística, a noite cultural continuou com atividades preparadas pelos estudantes, um bufê foi organizado com pratos doados pelos assentados do núcleo, palavras da família assentada que permitiu a realização das atividades em seu lote produtivo. Para finalizar, foi desenvolvida uma segunda mística em forma de música. Com ajuda de um violão, um estudante da ELAA cantou “A Desalambrar”, canção do intérprete chileno. Reproduzimos a seguir a letra da canção:

Yo pregunto a los presentes si no se han puesto a pensar que esta tierra es de nosotros y no del que tenga más.

Yo pregunto si en la tierra nunca habrá pensado usted que si las manos son nuestras es nuestro lo que nos den.

A desalambrar, a desalambrar! que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel, de Pedro y María, de Juan y José.

Si molesto con mi canto a alguien que no quiera oír le aseguro que es un gringo o un dueño de este país.

A desalambrar, a desalambrar! que la tierra es nuestra, es tuya y de aquel, de Pedro y María, de Juan y José (VIGLIETTI, 1969).

A música explicitamente incentiva a luta pela Reforma Agrária, pois afirma que a terra pertence a quem trabalha nela. Conforme Donas (2015), no contexto da ditadura do Chile, essa música foi uma denúncia contra a desigualdade socioeconômica entre fazendeiros e trabalhadores, pelo que instiga à Reforma Agrária desde a atividade de “desalambrar”, ou seja, metaforicamente cortar fios divisórios entre propriedades particulares para permitir o passo do camponês trabalhador. Embora Brasil e Chile vivam contextos diferentes, a música de protesto escrita por Viglietti em 1969, torna-se afim à conjuntura histórica rural que envolve o Movimento.

Da mesma forma, as místicas evidenciadas, correspondem a caracterização que faz Coelho (2014), pois adotaram uma forma específica de representação visual e musical; tiveram lugar onde se desenvolver – o interior de um lote produtivo de um núcleo de base do Assentamento Contestado; e sua conotação – claramente em defesa da Reforma Agrária.

A noite cultural, anteriormente narrada, exemplifica claros momentos de mística dentro do Assentamento. Um aspecto relevante dessa atividade foi a participação de assentados de todas as idades (crianças, jovens, adultos e idosos), permitindo assim, uma reflexão coletiva com diferentes níveis de maturidade dos caminhantes, como afirma Bogo (2002), nesse sentido:

A mística então se faz necessária, pois somente ela poderá aproximar as partes para estabelecer este diálogo com as gerações passadas que compõem a memória da humanidade, descrevê-las para as gerações presentes e preparar a conversa com as gerações que ainda não nasceram. (BOGO, 2000, p. 167).

Conforme manifestaram os assentados naquela noite cultural, a mística “é um instrumento muito importante tanto para animação, para motivar, como é também

um exercício de resistência, de memória, de identidade”, “é uma coisa muito importante da nossa formação como sem-terra”, “é uma forma de contar a nossa história com mais do que palavras”, “serve para lembrar a gente de quem nós somos”, “nos mostra o que temos de mais importante, conta nossas histórias, traz notícias de outros povos, e por isso informa, nos informa”.

Em vista desses aspectos, a mística, como segundo campo de culturalidade, representa identidade coletiva e envolve todos os militantes do Assentamento. No entanto, num campo ainda mais específico de militância, aos jovens recai a tarefa de continuar a luta que começaram seus familiares, dando lugar assim, a um novo, mas complementar campo de culturalidade.

Num terceiro campo de culturalidade do Assentamento, os jovens tornam-se protagonistas. Se bem o campo de ação da juventude possa ser qualquer espaço de militância, a formação de sujeitos que projetam sonhos de realizar estudos, trabalhos, família, terra, reforma agrária, transformações sociais, direitos e justiça, merece espacial atenção (CASTRO; SOUZA, 2011).

É assim que setores de base, como juventude, esporte e lazer, também compõem estratégias de territorialidade do Assentamento, pois prestar assistência a este grupo de militantes é potencializar as perspectivas juvenis, fortalecer identidade do Movimento, repensar vivências e construir experiências históricas da luta pela terra, pela Reforma Agrária e pela vida digna no campo (CASTRO, SOUZA, 2011). Nesse sentido, apresentam-se os setores de base de juventude, e posteriormente, os setores de esporte e lazer, como continuação da culturalidade no Assentamento.

2.5.1. Setor de juventude

No Contestado, em sua dimensão cultural, existe um setor de base voltado para a formação militante especificamente da juventude do Assentamento. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, no Brasil, a juventude está caracterizada pela presença de adolescentes, estes numa faixa etária de 12 a 18 anos incompletos, e de jovens com idades entre 15 e 29 anos (BRASIL, 1990).

Partindo desta lógica, pode-se afirmar que o Setor de Base da Juventude está focado na formação de militantes com idades entre 12 e máximo 29 anos, que segundo dados do setor, são aproximadamente cinquenta participantes. Embora a juventude tenha um amplo leque de faixa etária, e existam duas categorias de desenvolvimento físico-cognitivo, na pesquisa percebemos que neste setor, a maior participação é dos adolescentes que estudam no Colégio Municipal Contestado, mais do que jovens.

Para a entrevistada nº11, encarregada do Setor da Juventude, também contribuinte no setor de educação como docente do ensino médio, são os adolescentes os sujeitos que cobram de orientação apropriada para participar ativamente no Movimento, pois eles entendem que não existe nenhuma função apropriada para eles.

Segundo a liderança entrevistada, o motivo da condescendência dos adolescentes se deve em relação da educação oferecida no Assentamento, o modelo pedagógico empregado de educação libertadora, a proximidade com a ideologia do Movimento, e os docentes do Colégio Municipal, sujeitos assentados no Contestado que procuram lembrar constantemente a importância da juventude como futuros cidadãos ativos capazes de tomar decisões.

Desta forma, a escola torna-se um espaço de discussão e atuação importante na articulação de jovens ao Movimento. Embora a liderança da entrevista reconheça que não é um caminho fácil de construir, porque “há diversidade de gostos e não se consegue chegar a todos”, existe a vantagem de que eles já começaram a contribuir com o Movimento desde diferentes ações, mesmo que isso passe despercebido: “tem uns que gostam da arte, outros da produção, mas as duas são formas de contribuição” (ENTREVISTA Nº11, 2017).

Artisticamente, o setor de juventude coordena atividades culturais como coral, teatro e dominação de instrumentos musicais, embora a liderança encarregada do setor afirme que o grande dilema é que “ninguém financia a cultura no Assentamento, os instrumentos são particulares, só há dois pianos coletivos” e “não tem projetos que financiem atividades”. Frente a essa necessidade, a perspectiva é criar um núcleo de formação artística e relacionar os jovens com outros assentamentos do Movimento.

Outros desafios próprios do Setor de Juventude é a falta de tempo por parte dos jovens, pois devem dividir seu dia entre estudos e contribuição em casa, mesmo que diante de dilemas tocantes à fase etária (adolescência) “às vezes querem, outras não”. Ainda sem recursos e com dificuldades no transcorrer dos dias “o grupo vocal sempre participa de encontros periódicos, estuda, milita e compreende a arte como libertadora e de militância”.

Por enquanto, o setor de jovens, encabeçados por adolescentes do Colégio Municipal do Campo Contestado, encontra-se em processo de reestruturação para incluir maior população do Assentamento, visibilizar as ações culturais e críticas empreendidas pelos jovens e procurar financiamento para o setor.

2.5.2. Setor de esporte e lazer

Da mesma forma que o Setor de Juventude, o Setor de Esporte e Lazer é um setor de base da dimensão cultural do Assentamento Contestado que ainda não tem definido concretamente espaços de atuação e funções a desenvolver. Conforme a os resultados da pesquisa, percebeu-se que não tem uma liderança encarregada de estruturar este setor de base, ou existência de atividades constantes de prática física. Este aspecto dificultou a reconstrução histórico-geográfica do setor.

Pela historicidade do Assentamento pode se deduzir que tem origem no período acampamento, pois, habitando de forma coletiva, as famílias compartilhavam determinadas atividades frequentemente. Algumas das atividades desenvolvidas no tempo de lazer eram os jogos de futebol entre os acampados do Contestado. Esta atividade ainda continua vigente e tenta ultrapassar os limites físicos do Assentamento, pois na terceira fase da pesquisa, foi assistido um jogo feminino preparatório contra uma equipe de futebol de outro assentamento.

IMAGEM 21- Prática de futebol feminino



Fonte: A autora, 2017.

Em vista de o futebol ser uma atividade de esporte e lazer praticada com frequência, na sede do Assentamento está disposto um espaço verde realização desta prática. Observou-se que com maior constância os estudantes da ELAA aproveitam deste espaço para realizar jogos com os assentados.

O futebol adquire tamanha importância no Movimento, que entre janeiro e maio de 2018, desenvolveu-se a primeira copa da Reforma Agrária. Com a participação de acampamentos e assentamentos de 64 municípios de todas as regiões do país, a atividade esportiva procurou mobilizar a base social do MST; organizar a militância a favor de uma prática cultural; visibilizar mulheres e jovens no futebol; interagir com todos os públicos; e ainda, demonstrar que a Reforma agrária (garante o) acesso à terra, à moradia digna e aos espaços de vivências políticas, econômicas, sociais, culturais e de lazer (MST, 2018b).

No Movimento, este tipo de iniciativas se fundamenta na necessidade de compreender que o esporte e lazer fazem parte de todas as categorias da sociedade, e que a diferente de um acionar idealizado, relaciona-se com práticas culturais “[...] fruto de expressão ativa de relações sociais e das lutas que se estabelecem no cotidiano das camadas populares” (MELO, 2003, p.55).

Como visto nesta dimensão territorial do Assentamento Contestado, a cultura, em qualquer de seus três campos de culturalidade, é um aspecto significativo entre os assentados, já que é responsável por criar ou manter sentimentos associados à identidade sem-terra. Esta dimensão torna-se importante de abordar porque

impulsiona o desenvolvimento sócio-natural do Assentamento com um caráter crítico frente à historicidade da classe trabalhadora rural.

Embora as dimensões sócio-naturais tenham sido abordadas separadamente para ser relacionadas com setores de base do Assentamento, é válido lembrar que num território multidimensional, constantemente, existe relação direta e indireta com estas dimensões, pois além da multiplicidade, o território também é relacional, integrador e híbrido.

Tendo em conta o processo discursivo do Assentamento Contestado como território multidimensional, seus aspectos histórico-geográficos e as estratégias de territorialidade definidas como setores de bases, em cada dimensão sócio-natural apresenta-se a continuação, a caracterização teórica e empírica dos sujeitos que tornam possível a construção do Assentamento na forma e essência, como já foi exposto anteriormente. É assim que, após caracterizar o objeto de estudo, se dispõe um novo capítulo para retratar os sujeitos de estudo.

CAPÍTULO III

3. SUJEITOS EM TEORIA E AÇÃO: CAMPESINATO NO ASSENTAMENTO CONTESTADO

Com base nos argumentos de capítulos anteriores, o Assentamento Contestado é definido como um território da Reforma Agrária caracterizado pela sua multidimensionalidade, relacionalidade e integração de aspectos (i)materiais.

Histórica e geograficamente é um espaço conquistado, intencionalmente, por famílias militantes do MST há dezoito anos, a partir da ocupação de um imóvel improdutivo do Grupo Incepa. Segundo Mendonça e Thomaz Junior (2011, p. 34), situações como estas, sustentam a necessidade de uma Reforma Agrária “[...] não como política compensatória, mas, essencialmente enquanto possibilidade de assegurar condições dignas de vida para milhares de famílias”.

Como visto, na conjuntura histórico-geográfica da Reforma Agrária, torna-se necessário o espaço físico para o desenvolvimento de práticas sociais, e portanto, para a construção de territórios sociais, pois como argumenta Capel (2016), não existe território sem espaço, da mesma forma que não existem territórios sem sujeitos.

Sobre essa lógica, o componente social dos territórios torna-se fundamental na construção dos mesmos. No caso do Assentamento Contestado, são os sujeitos parte da dinâmica rural brasileira que se sustentam a partir de atividades agrícolas desenvolvidas nos lotes de concessão de uso.

Devido ao caráter social do Assentamento, os sujeitos da pesquisa não podem ser vistos sem a sua relação com o MST, movimento sócio-territorial a favor da Reforma Agrária e políticas públicas para o desenvolvimento de famílias camponesas.

A ideologia do Movimento é clara quanto ao tipo de territórios que se constroem após a conquista da terra: projetos populares e democráticos que garantam qualidade de vida a aqueles que trabalham a terra; uso social e racional

da mesma; e organização da produção agrícola nacional, visando resgatar soberania alimentar do país (MST, 2017).

Nesse sentido, a terra adquire tamanha importância para os sujeitos da pesquisa, pois mais do que nela estabelecer uma relação econômica, a terra é produto da luta coletiva, política e histórica da emancipação social de famílias trabalhadoras tornadas invisíveis pelo capitalismo latifundiário que ainda “[...] insiste em pleno século XXI em não aceitar a Reforma Agrária como caminho, igualmente moderno, para assegurar o direito à terra para aqueles que historicamente lutaram e lutam na defesa da terra de trabalho” (MENDONÇA; THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 35).

De acordo com Rocha (2000), lembrar a origem de opressão dos povos, sua vulnerabilidade latente, o pensamento enaltecido das classes sociais, e esquecimento do Estado, em caso de grupos sociais como MST, se acorda para um sentimento de protesto pela reivindicação da consciência histórica e os direitos que têm sido vulnerabilizados ao longo do tempo.

Nessa lógica, os sujeitos da pesquisa podem ser definidos como atores histórico-sociais de lutas, conquista de terras e direitos: camponeses que desde uma postura coletiva e de ideologia revolucionária lograram impactar o âmbito político e assim reivindicar qualidade de vida no meio rural.

Embora desde uma perspectiva capitalista estes sujeitos não sejam considerados camponeses, mas agricultores familiares⁵⁰, defende-se nesta pesquisa a aceção de campesinato, já que a agricultura familiar “[...] não permite explicar a emergência dos movimentos sociais que lutam pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil e, tampouco, considera o *ethos* de *campesinidade* que permeia as relações sociais em diversas áreas no país” (MENDONÇA; THOMAZ JUNIOR, 2011, p. 35).

Entende-se que a agricultura familiar é uma característica do campesinato, mas por si só não abrange toda a essência do ser camponês. Por tanto, podem coincidir no discurso, mas não como sinônimos, ou seja, existe diferença conceitual.

Conforme Wanderley (2003), uma diferença contundente entre estas categorias sociais se encontra no âmbito político-econômico. Segundo a autora,

⁵⁰ Também denominados como pequenos agricultores ou agricultores consolidados.

identificar a camada de trabalhadores da terra como agricultores familiares, é uma estratégia das políticas neoliberais para adaptar estes sujeitos a modernas exigências do mercado. Esta posição é reforçada por influência europeia onde, principalmente, políticas agrícolas nacionais "[...] definiram como modelo de estabelecimento agrícola o estabelecimento familiar composto por duas unidades de trabalho, em geral, o casal familiar" (WANDERLEY, 2003, p. 44).

Assim, aceitar que os trabalhadores da terra são agricultores familiares e não camponeses, é eliminar toda uma trajetória histórica de r-existências destes sujeitos (MENDONÇA; THOMAZ JUNIOR, 2011). Conforme Porto Gonçalves (2002), comunidades rurais, como o Assentamento Contestado, resistem ante conflitualidades territoriais, ao mesmo tempo em que recriam modos de ser e fazer sobre a lógica de seus próprios princípios. Por tanto, seria contraditório definir os sujeitos da pesquisa com outra categoria diferente ao campesinato.

Tendo em conta que os assentados do Contestado são camponeses, antes de adentrar na caracterização destes sujeitos e seu atual marco de debate, convém abordar brevemente a conceituação clássica de campesinato, isto para entender a percepção de autores base e intelectuais tradicionais nesta discussão.

3.1. O CAMPONÊS NA TEORIA CLÁSSICA AGRÁRIA

O campesinato é uma classe social inserida em processos histórico-geográficos e multidimensionais, que envolvem a expansão do capitalismo sobre a agricultura. A consciência desta situação tem suas origens no pensamento social agrário do século XIX, sendo três movimentos intelectuais e esquemas teórico-conflituais, os encarregados de discutir a situação clássica do campesinato.

Assim, a tradição dos estudos camponeses é marcada pelos traços teóricos narodnistas, anarquistas agrários e marxistas, que embora pioneiros nesta temática, influíram diretamente na formação ideológica de movimentos sócio-territoriais do século XX como o MST.

3.1.1. O narodnismo nos estudos clássicos do campesinato

Entre os marcos teóricos iniciais dos estudos camponeses destaca-se o Narodnismo⁵¹. Originário da Rússia do século XIX e conhecida como corrente política e intelectual do populismo, considera-se importante neste âmbito teórico porque potencializou a ideia de uma sociedade justa que seria regida por princípios socialistas.

Elementos que caracterizam esta corrente são a rejeição ao capitalismo e a sistemas legais, já que se acreditava na existência de submissão e dominação dos povos. Fatores como estes foram argumentados como obstáculos à prosperidade material e desenvolvimento intelectual, moral e até físico dos povos tradicionais. Contrário a isso, respaldavam-se organizações e valores coletivos do campesinato (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Um aspecto que destaca o Narodnismo como corrente ideológica foi o questionamento à preposição marxista que afirmava a desintegração inevitável do campesinato por causa da empresa capitalista. Tal afirmação impulsionou que teóricos afins a ideias populistas lograram entender o campesinato desde uma perspectiva não ortodoxa, e conjuntamente influíram na mudança das opiniões de Marx com relação ao campesinato, mesmo numa etapa tardia⁵².

Em destaque, autores intelectuais como Nikolai Gavrilovich Chernychevski lograram avançar teoricamente a partir de propostas sociais para deter o avanço do capitalismo sobre populações camponesas. No caso de Chernychevski, foi planteada a hipótese da “marcha para trás”. Comenta Picoli (2016) que, para este intelectual russo, era necessário discutir vantagens, e em maior medida, desvantagens do capitalismo sobre Rússia. Isto para criar consciência de uma necessária mudança econômica que não desarticulasse o campesinato. Conforme Picoli (2016), a ideia do russo era mostrar que ainda era possível dar marcha para

⁵¹ Do russo Narodnik: populista, em plural Narodniki ou Narodniks. Como a Rússia era um país predominantemente agrícola, os camponeses representavam a maioria das pessoas (narod): daí o nome do movimento, narodnichestvo ou "populismo". (Tomado da Encyclopaedia Britannica. <https://www.britannica.com/event/Narodnik>. Acesso em 03/07/17)

⁵² De 1871 a 1883, último período da produção intelectual do Marx. Para mais informação ver Costa Neto Pedro Leão. Marx tardio: notas introdutórias. Crítica Marxista Artigos, 10 p., s.d.

trás, olhar para o capitalismo, e substituí-lo diretamente pelo progresso do socialismo.

Com base em Chernychevski, autores como Petr Lavrov e Nicolai Konstantinovich Mikhailovski, elaboraram a teoria complementar da “marcha para trás”. Sobre argumentos das “vantagens do atraso” idealizaram uma Rússia não-capitalista que levaria vantagens do sistema imperante (tecnologias, logísticas, etc.), e aboliria a apropriação capitalista dos meios de produção, para fortalecer populações como as camponesas (PICOLI, 2016).

Um aspecto que chama especial atenção do Narodnismo, além de seus subsídios teóricos, foi o chamado desses intelectuais a cidadãos russos para participar de uma revolução rural. Conforme Guzmán e Molina (2005), esta foi uma ação que pretendia passar de teoria aos fatos, pelo que na década de 1870 foram mobilizados grupos clandestinos, principalmente jovens, com a intenção de fortalecer militar, física e psicologicamente a população rural.

Desta forma, o Narodnismo torna-se uma corrente de pensamento rural necessária para nossa abordagem porque marca a tradição de estudos camponeses. A partir da ideologia revolucionária e o projeto de mobilização urbana-rural, inicialmente clandestina, foi-se capaz de fortalecer o pensamento crítico de múltiplas pessoas que acabaram por abranger todo o território em forma de rede (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

3.1.2. Anarquismo agrário nos estudos clássicos do campesinato

Contemporâneo, mas diferenciado da corrente narodnista, o Anarquismo Agrário advertia ser um sistema de pensamento aberto, mas radical. Caracterizado pela crítica à sociedade urbana da época como modelo ideal, além da negação do Estado como máxima autoridade, o Anarquismo considerava necessário, no estabelecimento de relações humanas, a cooperação voluntária mediante pactos livres. Seus máximos expoentes foram Bakunin e Kropotkin (GUZMÁN; MOLINA, 2005).

Desta corrente ideológica de pensamento rural, podem ser classificados dois momentos de análise da realidade. O primeiro, direcionado pelo atuar de Bakunin, cuja proposta foi a expropriação de bens, que, radical e integralmente, permitia a exploração do homem. Em um segundo momento, encabeçado por Kropotkin, numa fase de concepção da terra como patrimônio comum, em que podia ser organizado o campesinato em comunas autogeridas e autossuficientes, com produção diversificada e respeito pelo meio ambiente, além de valorização dos saberes locais (MARCOS, 2010).

Conforme Mintz (2006), Bakunin foi um dos teóricos mais importantes no pensamento social russo do período prévio às reformas czaristas. Este intelectual destaca-se na corrente anarquista agrária por ter sido formulador de programas revolucionários populistas, e representante do estandarte da juventude revolucionária. Seu pensamento a respeito do campesinato se caracterizou por considerar os sujeitos camponeses como agentes revolucionários com consciência histórica de emancipação.

Nessa linha, Kropotkin enquanto discípulo de Bakunin, revalorizou a tese de seu mestre, “a terra pertence a quem trabalha nela”. O diferencial de Kropotkin foi sustentar essa máxima com argumentos voltados para aspectos naturalistas, pois nele predominava a noção de luta individual pelos meios de subsistência, o acesso igualitário ao cultivo e a terra, e o apoio mútuo como fator da evolução.

Marcos (2010) indica que o desafio desses intelectuais era implementar propostas concretas, pois com o auge da revolução social os ideais da revolução francesa, liberdade, igualdade e fraternidade, adquiriram maior consciência sobre a classe trabalhadora e sua capacidade de organização sindical.

Os atuais movimentos sócio-territoriais brasileiros têm como base esses precedentes para atuar na reivindicação do direito à terra, ainda que sejam próprios da ideologia anarquista agrária dos séculos XIX e XX. Caso concreto do MST, que debate com sua base e seus aliados, um novo Programa de Reforma Agrária sustentado na democratização de terras improdutivas, ou em dívida com a União; o estabelecimento de espaços rurais que reproduzam o campesinato; a produção de alimentos saudáveis; o respeito ao meio ambiente; e o resgate de saberes populares (MST, 2017).

De forma geral, do Narodnismo e Anarquismo agrário pode-se afirmar que foram correntes ideológicas de pensamento agrário, que fortaleceram teoricamente a noção de campesinato no século XIX ao se preocupar com a situação destes sujeitos no contexto russo. Numa necessidade de propor soluções à crise rural, no caso de correntes como o Narodnismo, mobilizou-se cidadãos, que cientes de seu papel revolucionário na sociedade, transpassaram barreiras urbano-rurais para contribuir com uma solução não-capitalista que beneficiasse a todos por igual.

Entende-se que estas correntes ideológicas são fundamentais na compreensão teórica de sujeitos camponeses, como os assentados do Contestado, mas, não desmerecendo os avanços teóricos já mencionados, considera-se que a corrente teórica que teve, e ainda tem, maior impacto na análise de qualquer grupo camponês, seja o marxismo posterior à Segunda Internacional⁵³. Os motivos de tal argumento se sustentam a partir do momento em que se reivindicam legislativamente melhorias laborais para o proletariado, incluindo o campesinato, numa sociedade de caráter socialista. Ainda com isto, houve a divisão entre intelectuais por aspectos interpretativos do marxismo, abriu passo a duas linhas de discussão que ainda se mantêm vigentes: marxismo ortodoxo e marxismo heterodoxo.

3.1.3. O marxismo. Linhas de discussão relacionadas ao campesinato

O nome da terceira corrente clássica de pensamento agrário que se aborda nesta pesquisa tem como base argumentativa os postulados de Karl Marx. De forma geral, esta corrente, mais do que abordar exclusivamente o raciocínio deste intelectual, se baseia nas duas linhas de pensamento agrário que surgem após sua morte: ortodoxa e heterodoxa.

Um grupo de intelectuais centrados em obras como Manifesto Comunista, O Capital e O XVIII Brumário, que identificaram o campesinato como “idiotas rurais”, “sacos de batatas” e “bárbaros dentro da civilização”, se afastaram do pensamento

⁵³ 1889. Congresso predominantemente marxista efetuado na cidade de Paris onde foi discutida a proposta de uma legislação internacional laboral menos predadora (jornada de 8 horas e comemoração do primeiro de maio), entre outras reivindicações de direitos sociais.

revolucionário, aceitando estas conotações deterministas sem considerar a dialética da História, acreditando que os camponeses não tinham futuro na sociedade, portanto, deveriam estar inseridos na classe proletária. Esta noção marxista, pouco diferenciada dos prejuízos e pensamentos prevalecentes na ideologia das elites urbanas da época, é conhecida na tradição de estudos agrários como pensamento ortodoxo (ROUSSET, 2018).

Nesta primeira linha de interpretação marxista, segundo Guzmán e Molina (2005), o mundo agrário foi caracterizado a partir de cinco aspectos teóricos:

- Evolução unilinear: transformação da agricultura como resultado de mudanças globais. Em vista do crescimento de forças produtivas e a percepção do progresso como resultado, formas de polarização social desenvolveriam estratégias de exploração social, tal como aconteceu com a escravidão, servidão e trabalho assalariado.
- Sequência histórica: estratégias de exploração econômica e social, desenvolvidas ao longo da história das sociedades, respondem à lógica de desenvolvimento de forças produtivas.
- Dissolução do campesinato: extinção deste grupo social por ser incapaz de se articular ao modo de produção capitalista, modelo econômico que precede ao socialismo.
- Superioridade da grande empresa agrícola: capacidade de adaptação do latifúndio à agricultura capitalista no processo de inserção à indústria. Portanto, o latifúndio através de economias de escala, cresceria e avançaria na socialização da produção agrária.
- Contraposição entre grandes e pequenas explorações: a superioridade de meios disponíveis no latifúndio em relação à pequena exploração converteria o campesinato em proletário.

Exemplo do anterior pode ser visto nos postulados teóricos de Kautsky (1974). Para este intelectual, a expansão do capitalismo no campo se comportava de forma similar ao capitalismo industrial urbano. Não obstante, no contexto rural, o camponês seria condenado a desaparecer, pois sua permanência estaria condicionada a competir com grandes proprietários. Ao ser absorvidos pelos latifúndios, os camponeses mudariam para se converter em proletários.

Segundo Kautsky, na medida em que avança o capitalismo, desaparecem rasgos primitivos do camponês. Uma vez aumentadas as necessidades monetárias, o camponês se obrigaria a transformar seus produtos em mercadorias para poder ser vendidas, diretamente ou com ajuda de intermediários, ou implementar a sua renda através da venda de produtos acessórios ou não-agrícolas. Nesse momento, segundo o autor, a essência já adverte uma transformação para proletariado (KAUSTSY, 1974).

De acordo com Guzmán e Molina (2005), a perspectiva de Kautsky, estabelecida num intento por elaborar a política agrária do Partido Socialdemocrata da Alemanha, contraditoriamente a seu pensamento marxista, acaba por fundamentar o desenvolvimento e a expansão do capitalismo como modelo que não pode comportar outras classes sociais mais do que a burguesa e a proletária.

Conforme indicam Almeida e Paulino (2000), longe do marxismo, Kautsky se opôs à teoria do trabalho familiar, ao reforçar a visão de um campesinato que só pode-se recriar a partir das imposições do modo de produção capitalista. Nesse sentido, é “inequívoco, portanto, o entendimento de Kautsky acerca do papel político do proletariado em conduzir o campesinato na luta pela transformação social” (ALMEIDA; PAULINO, 2000, p. 116).

Similarmente, Lenin (1972) autor marxista, na caracterização sobre mecanismos de proletarização do campesinato russo, extrapola seu contexto teórico a um de forma geral. Além deste aspecto, se contradiz “[...] com relação à forma de exploração camponesa e o latifúndio, o qual atuaria como uma forma de exploração embrionária de uma tendência para a socialização da produção” (GUZMÁN; MOLINA, 2005, p. 51-52).

Em discrepância com aspectos contraditórios do marxismo ortodoxo, e o acesso a obras marxistas desconhecidas por autores do século XIX e princípios do XX, sobretudo dos *Grundrisse*⁵⁴, intelectuais como Luxemburgo e Tchayanov,

⁵⁴ Manuscritos e esboços marxistas publicados na primeira metade do século XX, após morte do teórico. A dificuldade desta publicação tem sua origem no controle dos escritos não divulgados pelo filósofo por parte do Partido Comunista da ex-URSS. Este fato faz parte de uma luta ideológico-política por publicar aspectos acordes ao pensamento do Marx. Foram manuscritas chaves no entendimento de conceitos como campesinato.

discutiram desde uma postura heterodoxa, a importância do campesinato na estrutura da sociedade (ROUSSET, 2018).

Para teóricos marxistas heterodoxos, o campesinato não era parte de uma estrutura social capitalista, mas tinha um papel indispensável nos assuntos econômicos e sociais que estavam ligados ao modelo de exploração dominante.

Em Luxemburgo (1985), pode-se apreciar que uma de suas críticas sociais contundentes estava dirigida ao imperialismo, regime dominante das esferas sociais. A teórica argumentava que o imperialismo controlava aspectos econômicos das sociedades até o ponto de destruir economias pré-capitalistas que não tiveram caráter expansivo, caso tal do campesinato.

O interesse da autora sobre economias pré-capitalistas, como o campesinato, era o exemplo que encontrava nelas para chegar até o socialismo moderno. Desta forma, a autora destacava a importância de valores de uso, de troca, e propriedades comunais, primitivas e históricas como alternativas ao caráter irracional do sistema capitalista (LÖWY, 2015).

Para a intelectual, a formação comunitária, ou comunismo do solo e das decisões, eram opostos ao capitalismo, e superiores à burguesia. Baseada em estudos antropológicos, a autora apresentava exemplificações de comunidades antigas como indígenas, africanas, e ainda, camponesas. Segundo Löwy:

Nesse domínio, o autor mais importante para Rosa Luxemburgo, assim como para Marx e Engels, é o antropólogo americano Lewis Morgan. Partindo de sua obra clássica *Ancient Society* (1877), ela vai mais longe que Marx e Engels, desenvolvendo toda uma visão grandiosa da história, uma concepção heterodoxa da evolução milenar da humanidade, em que a civilização contemporânea “com sua propriedade privada, sua dominação de classe, sua dominação masculina, seu Estado e casamento coercitivos” aparece como um mero parêntese, uma transição entre a sociedade comunista primitiva e a sociedade comunista do futuro (LÖWY, 2015, p.90-91).

Nesse contexto, esta teórica argumentava que a colonização europeia sobre o terceiro mundo foi um ato desumanizante e destrutivo, já que a imposição imperialista do progresso econômico trouxe como consequências a desigualdade e a exploração para os grupos sociais dominados. Como exemplo desse processo

menção-se a consolidação da propriedade privada, os latifúndios, e as terras alugadas (LUXEMBURGO, 1985).

Na mesma linha heterodoxa, enquanto Luxemburgo valorizou as comunidades tradicionais desde uma postura histórica e antropológica, para Aleksandr Tchayanov foi significativo o estudo do campesinato e seus aspectos internos, tais como demografia do grupo familiar, a questão da terra e a relação entre trabalho e consumo. Mais do que se preocupar por estudar a inserção do camponês ao capitalismo, tentou compreender a natureza de seu trabalho e o modo de produção familiar (SHANIN, 1988).

Para Tchayanov, foi importante analisar a lógica da estrutura econômica da exploração camponesa a partir das características do trabalho familiar, autonomia e sobrevivência no capitalismo. Tendo em conta a dominação mundial deste modelo socioeconômico, o autor inviabilizou estender esse aspecto a todos os campos sociais, razão pela qual, seria necessário o estudo de comunidades diferentes, como as de exploração familiar não assalariada (SHANIN, 1988).

Segundo o autor, a economia natural tem leis que regulam a vida social de forma divergente e não equiparável à agricultura lucrativa. Embora o modo de produção camponês tenha variações de mercado, localização da exploração, disponibilidade em matéria de fatores de produção, inversão e composição familiar, este não é similar, em gêneros ou quantidade, às rendas ou juro das economias capitalistas (TCHAYANOV, 1924), razão pela qual eram oportunos seus estudos.

Embora, na tradição de estudos heterodoxos do campesinato, tenha-se optado por destacar a contribuição teórica de Luxemburgo e Tchayanov, dos representantes da segunda linha de pensamento marxista, Guzmán e Molina (2005) lembram que intelectuais como Preobrazhensky (1965) e Bujarin (1972) também marcaram o discurso sobre o campesinato. Inicialmente, Preobrazhensky por elaborar a “teoria de acumulação primitiva socialista” e Bujarin por expor a “socialização da circulação. Ainda com esta diversa gama de pensamentos e teóricos, o aspecto que parece unir a estes intelectuais é o modo de analisar a realidade camponesa, distante da rigidez do marxismo ortodoxo.

Como visto nesta breve apresentação de subsídios teóricos agrários, com base no entendimento do campesinato, são múltiplos e extensos os postulados clássicos ao respeito deste grupo social, que ainda nove páginas de discussão representem uma síntese arriscada de realizar. Com tudo, tomou-se este caminho argumentativo para poder estabelecer um marco teórico representativo, que posteriormente permita entender a categoria social que caracteriza os sujeitos de estudo do Assentamento Contestado.

Embora existam diversas, complexas e extensas discussões clássicas sobre o grupo social em menção, um aspecto em comum entre correntes de pensamento abordadas anteriormente, é a defesa do socialismo como modelo superior ao capitalismo, pois este último promove desigualdade e pobreza nas populações que não tem meios de produção ou se reproduzem economicamente sobre uma lógica diferente.

Na síntese de autores clássicos, realizada previamente, percebe-se a existência de uma constante discussão da função do campesinato na sociedade europeia e sua relação com o capitalismo, seja como grupo social transformado em proletário ou como modelo socioeconômico inalterável por suas práticas territoriais.

Não entanto, além da relação camponês-capitalismo, é necessária uma definição e caracterização deste grupo social em contextos latinos e próximos aos sujeitos da pesquisa, pelo qual, as perspectivas sociológica, antropológica e naturalista da nova tradição de estudos camponeses, justificam a seguinte abordagem de literatura mais recente e próxima ao contexto pesquisado.

3.2. NOVAS CONCEPÇÕES DO CAMPESINATO

Como foi apresentado anteriormente, os estudos camponeses clássicos foram abordados desde uma postura crítica frente à implantação, estabelecimento e repercussão do modo de produção capitalista sob o campesinato ocidental. Mas, compete neste momento, por questões de coerência, pensar no campesinato em contextos historicamente oprimidos por impérios e potências capitalistas, como é o caso da América Latina. Isto sem desmerecer os valiosos aportes teóricos e

clássicos, que no constructo da ciência social, contribuíram com bases argumentativas no entendimento do campesinato.

Assim, o eurocentrismo intelectual clássico, manifestado em seu esplendor ao exportar ideologias, teorias, modos de vida e de resolução de problemas, passa num segundo plano ao se priorizar, nesta pesquisa, intelectuais que abriram passo a estudos agrários com base na antropologia, sociologia e agroecologia, para caracterizar grupos sociais não-ocidentais. Desta forma, apresentam-se a continuação cientistas sociais da nova tradição de estudos camponeses, úteis no entendimento e caracterização do campesinato.

3.2.1. Noções antropológicas sociológicas e agroecológicas com relação ao campesinato

Com a denominada nova tradição de estudos camponeses, iniciada em 1948 por Alfred Kroeber, com pesquisas feitas em América Central e Sul, a comunidade acadêmica aviva o interesse pela noção do campesinato a partir de que este teórico, desde uma perspectiva antropológica cultural, fizesse distinção entre sociedades urbanas e rurais, caracterizando assim o sujeito camponês.

Segundo Kroeber (1948), existem segmentos de sociedades e de polos extremos que têm maiores características folclóricas e tribais enquanto outros opostamente, são sofisticados ou “civilizados”⁵⁵. O autor destaca que a cultura folk e tribal caracteriza-se por ser pequena, isolada, fechada culturalmente, estreitamente unida, predominante em moralidade, religiosidade e parentescos, sejam familiares ou fictícios (KROEBER, 1948).

No momento de sua pesquisa, Kroeber (1948) argumentava a existência da ideia dominante em considerar as culturas folk como democracias primitivas e atrasadas, aspecto que subsiste no imaginário comum das sociedades. Com base nesta ideia, o autor, tentou com seu trabalho demonstrar elementos de organização,

⁵⁵ Com esse conceito o autor não pretende estabelecer uma segregação. Kroeber defende que o conceito é importante porque paulatinamente nas ciências sociais a definição se estabeleceu para assumir diversos, mas relacionados conhecimentos de um grupo social em específico.

equidade e integração, contradizendo assim, rasgos de ignorância ou atraso nas comunidades rurais.

Conforme o antropólogo, na diversa gama de grupos sociais mais relevantes do meio rural, destaca-se os camponeses. Para Kroeber (1948), o campesinato é uma estrutura social rural que vive em relação ao mercado, constitui sociedades parciais com cultura parcial, carece de isolamento, autonomia política e autossuficiência em comparação com grupos indígenas. Portanto, pertencem à cultura folk, mas não são tribais, mesmo que compartilhem aspectos culturais com os indígenas, tais como conservação de antigas tradições familiares, cultos, trabalho da terra e apego do solo.

No contexto de América Latina, os aspectos culturais são resultado do fator colonização, pois ante a barbárie deste processo, foram obrigados a viver sobre sua própria cultura, o que gerou que, a partir da socialização de saberes, estas sociedades populares se mantiveram aderidas ao solo por sentimentos, hábitos e experiência de trabalho (KROEBER, 1948).

Nessa mesma linha de raciocínio, para o antropólogo Eric Wolf (2005), retomar aspectos históricos das culturas humanas permite compreender inter-relações e interdependências num tempo e espaço determinado. Portanto, critica fortemente antigos estudos antropológicos que centram argumentos nas características únicas das “culturas primitivas”, isolando assim, trajetórias históricas e econômicas sem considerar estas como vitais na compreensão dos povos pesquisados.

Conforme Wolf (2005), os camponeses latinos fazem parte, ironicamente, dos “povos sem história”, pois estes, resultado da mistura racial com indígenas, afrodescendentes e outras populações residuais, foram obrigados a participar na construção de um mundo em comum com a Europa. Para ser partícipes desse processo “civilizatório”, as diversas culturas tiveram que experimentar mudanças profundas que irromperam física, espiritual e psicologicamente seu estilo de vida. Nesse sentido, é necessário entender que povos como os camponeses têm uma trajetória histórica que fundamenta sua existência.

Com base neste autor, pode-se afirmar que classes sociais rurais, como os camponeses, não são “antecessores dos contemporâneos”, “culturas separadas” ou “povos sem história alguma”, pelo contrário, são culturas interconectadas política, econômica e historicamente, em sistemas de poder exercidos pelo trabalho social (WOLF, 2005).

Outro intelectual da nova tradição dos estudos camponeses, importante de ser abordado nesta pesquisa por sua contribuição na caracterização do campesinato, é Sidney Mintz. Este antropólogo contemporâneo a Wolf dedicou sua vida acadêmica e profissional ao estudo dos trabalhadores da terra, aos produtos cultivados que comemos e como estes configuram relações sociais demarcadas no âmbito do trabalho e modernidade.

Com sua ampla experiência na cultura rural do Caribe americano, Mintz categorizou os trabalhadores rurais dessas zonas como camponeses expertos no manejo de recursos naturais. Ao se adentrar na história das comunidades rurais, o autor determinou uma forte influência do passado na agricultura familiar e a obrigatória inserção das comunidades como mão-de-obra nas monoculturas de cana de açúcar e café.

Através de estudos em companhia dos antropólogos Eric Wolf, Julian Steward e John Murra, Sidney Mintz conseguiu definir a cultura rural como consequência das relações produtivas estabelecidas pelos humanos em seu meio natural.

Um dos aportes de Mintz ao conhecimento do campesinato e suas trajetórias como trabalhadores do campo, é a biografia ao Taso. O protagonista da pesquisa é um trabalhador militante que, com o passar do tempo, vê-se desiludido pela ação política e centra suas forças na lavoura e no pentecostalismo, práticas consideradas pelos seus companheiros como individualistas. A obra vira um texto de grande importância nos estudos do campesinato ao Mintz apresentar, exemplificadamente, a vida rural e as condições nas que se desenvolve a experiência de trabalho na cana de açúcar durante a década de 1950. (MINTZ, 1988).

Conforme Vargas (2012), metodologicamente o estudo de Mintz torna-se importante na medida da contribuição para os estudos qualitativos de sujeitos e

comunidades, enlaçando o tempo biográfico com o tempo histórico, além de apresentar o processo da produção a partir do histórico de vida do produtor.

Desde uma postura sociológica, Teodor Shanin (1979), um dos máximos expoentes da nova tradição de estudos camponeses, retoma a base clássica de intelectuais e continua o legado da multilinearidade⁵⁶ para o desenvolvimento da periferia mundial.

Assim, critica fortemente postulados teóricos de marxistas ortodoxos como Lênin e Kautsky. A partir de sua posição frente ao campesinato, caracteriza estes sujeitos como mistos e diversos. Sua afirmação se baseia na consciência dos múltiplos espaços geográficos que habitam e sua heterogeneidade devido à dimensão histórica que metamorfoseia os grupos sociais.

Outro aspecto destacável desta caracterização feita por Shanin (1979), é a classificação em subcategorias próprias do campesinato:

- Economia: trabalho familiar, subconsumo, auto exploração, equilíbrio entre agricultura, produção animal e trabalhos de artesanato, economias nômades, propriedade familiar.
- Organização política específica: semelhante em diferentes pontos geográficos distantes, negócios, patrocínio, segmentação vertical.
- Normas típicas e cognições individualizadas influenciadas pela produção e vida social: tradição oral, percepção do tempo, cooperação, confrontação, liderança.
- Unidades básicas e estruturadas: casa, aldeia, centro de mercado.
- Dinâmica social específica: herança da propriedade familiar, adestramento familiar, uso do calendário-agrícola.
- Novas formas sociais camponesas como a re-campesinização.

Além de Shanin, um sociólogo que também fez aporte significativo e inovador aos estudos camponeses é Martínez-Alier (2009), que desde sua formação em

⁵⁶ Em Shanin, a multilinearidade faz parte da crítica da transformação capitalista da agricultura, a qual propiciou mudanças estruturais nas sociedades contemporâneas como a descampesinização. Como base teórica, o autor retoma intelectuais marxistas ortodoxos e refuta ideias que argumentam o fim do campesinato.

estudos da sociedade, conhecimentos em economia e política, discute a hipótese do ecologismo dos pobres. Embora afirme a existência de desigualdade da renda entre povos camponeses, em comparação com zonas urbanas, resgata a qualidade própria de comunidades rurais no trabalho da terra e o equilíbrio ecológico com as práticas empregadas. Desta forma, o autor torna-se importante na nova tradição de estudos camponeses por estabelecer bases teóricas próximas à agroecologia.

Outro intelectual da linha sociológica foi Redclift (1995), que além do estudo de comunidades rurais na Inglaterra e Espanha, estudou camponeses no Equador e México. Seus postulados foram motivados pela situação de distribuição de terras e Reforma Agrária.

Conceitos-chave nos estudos de Redclift (1995) foram desenvolvimento e subdesenvolvimento, estes relacionados com a sustentabilidade de recursos naturais e humanos, defendendo a Reforma Agrária em países com histórico de violência pela disputa ou controle de recursos naturais ao serviço de comunidades locais. Num foco de estudos diferente ao comum na América Latina, Buttel (1979) se interessou em entender a situação agrária nos Estados Unidos. Desde sua perspectiva sociológica, estudou populações rurais marginadas pelo sistema agrário e alimentício capitalista, que se expandiu a partir da aceitação e difusão de novas tecnologias.

O discurso do autor respalda a Reforma Agrária, os movimentos ecologistas, reconhecimento, a deterioração e a vulnerabilidade de agro-ecossistemas. A favor destes aspectos, critica a estrutura mundial que divide espaços em centros e periferias e o avanço do capitalismo no campo como obstáculo no desenvolvimento de comunidades rurais.

Nesses cenários de estudos antropológicos e sociológicos, práticas ecológicas desenvolvidas por comunidades camponesas, visibilizaram outros países latinos como Peru e Bolívia, abrindo passo ao enfoque rural da agroecologia na nova tradição dos estudos camponeses.

Conforme Caporal e Azevedo (2011), a agroecologia, mais do que uma ciência social ou ambiental, é um enfoque científico que se nutre de disciplinas científicas, saberes, conhecimentos e experiências dos agricultores. Nos estudos

agrários, contribui no estabelecimento de marcos metodológicos e estratégicos para criar manejo de agro-ecossistemas sustentáveis e processos de desenvolvimento rural.

Como visto em parágrafos anteriores, Martínez-Alier foi um dos primeiros intelectuais em considerar a importância das práticas agroecológicas nas comunidades camponesas inseridas em contextos capitalistas. No entanto, os aportes teóricos de Palerm, com relação ao campesinato no marco do modelo socioeconômico predominante, estabelecem uma sólida base na construção científica-social agroecologia.

Se bem Palerm em seus estudos não faça menção da agroecologia, seus postulados se aproximam a partir do método implementado em suas pesquisas, chamado de ecologia popular. Para Palerm (2008), o elemento teórico base de seus estudos foi o marxismo. A partir da crítica à ideia de evolução linear da sociedade (comunismo primitivo, escravidão, feudalismo, capitalismo, socialismo, comunismo), desenvolvesse a teoria da evolução múltipla da cultura, a qual não seguia a estrita ordem de desenvolvimento social do marxismo clássico.

Sobre este aspecto o teórico analisou as sociedades históricas mesoamericanas (Maya e Asteca) para argumentar a forma na qual têm logrado se manter. O aspecto que destaca desse estudo é a importância do meio-ambiente, como fator que contribui no desenvolvimento da cultura. Sobre esta experiência, caracterizou-se o modo de produção de camponeses no Vale do México e no Vale de Texcoco, demonstrando a existência de uma economia herdada de autoconsumo, a base do gado e agricultura, sendo esta última um conjunto de plantas que são parte da própria cultura local (PUIG, 2009).

A partir desta base de estudos camponeses feitos por Palerm e Martinez-Alier, relacionados com ecologia, Altieri (2004) aprofundou na agroecologia a partir do conceito de sustentabilidade. Para este autor, a integração de princípios agrônômicos, ecológicos, socioeconômicos e culturais, respalda a agroecologia como uma estratégia multidimensional que cuida dos recursos naturais. De acordo com Altieri (2004) a agroecologia resgata princípios ecológicos, trata sustentavelmente os ecossistemas na preservação da natureza, está de acordo com

práticas culturalmente sensíveis, e social e economicamente é justo com as comunidades camponesas que desenvolvem esta prática.

Tendo em conta estas bases teóricas da nova tradição de estudos camponeses, pode-se afirmar que o campesinato é uma cultura antiga, estreitamente ligada à terra. Embora diversos grupos estejam espalhados pelo mundo, existem países cuja população está composta por estes sujeitos em maior medida, portanto, a cultura está permeada por saberes populares e tradições relacionadas ao trabalho da terra, sendo estes herdados por antepassados.

Nessa lógica, no contexto latino-americano, países como México, Bolívia, Peru e Equador, foram laboratórios de pesquisa social para a caracterização do campesinato. Para os intelectuais que empreenderam estes estudos desde uma perspectiva antropológica, sociológica e agroecológica, mais do que tentar ajustar postulados de teóricos clássicos ao contexto latino, foi estabelecida uma relação dialética entre fatores sociais e históricos, dando como resultado a discussão de aspectos externos ao campesinato, como desigualdade de renda, Reforma Agrária, territórios conflituosos por assentamentos em lugares naturais estratégicos, intercâmbios culturais históricos, entre outros, e fatores internos como sustentabilidade, recursos naturais nos territórios camponeses e socialização de saberes tradicionais.

Nesse sentido, reconhecendo a importância de um marco teórico básico clássico, e outro após de metade do século XX, para o entendimento geral do campesinato como classe social histórica, não extinta (como o marxismo ortodoxo argumentou), permite-se trazer estes aspectos à realidade da pesquisa com a finalidade de caracterizar os sujeitos do Assentamento Contestado. Portanto, apresenta-se num novo item para retratar elementos gerais do campesinato no território multidimensional da pesquisa.

3.3. ENTRE TEORIA E DADOS EMPÍRICOS: QUEM SÃO OS SUJEITOS DO ASSENTAMENTO CONTESTADO?

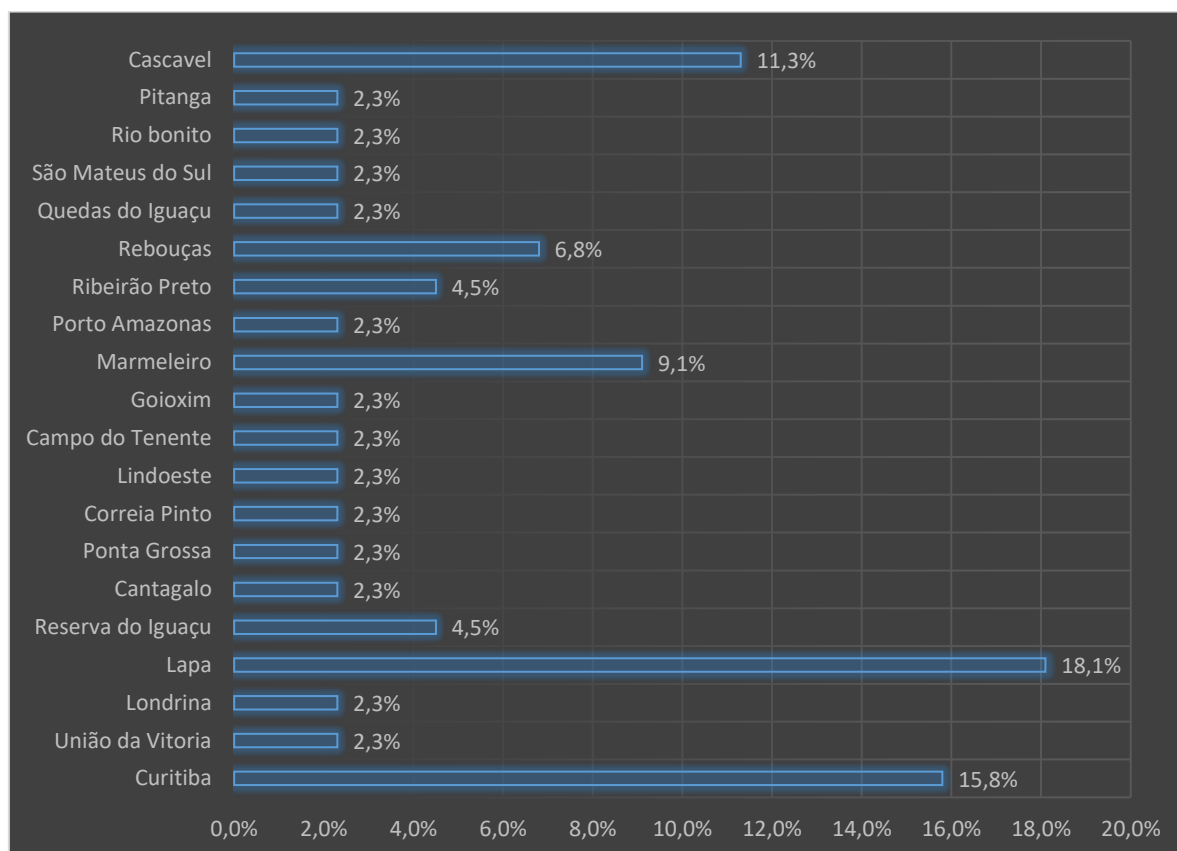
Campesinato é o conceito que define de forma geral os sujeitos desta pesquisa. É um conceito polêmico sobre seu uso, porque recentemente, em âmbitos acadêmicos e políticos, está sendo substituído por o termo de agricultura familiar. No entanto, aceitar este último é ocultar um passado histórico e teórico, como o apresentado em itens anteriores.

A contribuição dos teóricos clássicos do campesinato demonstra que estes sujeitos existem e resistem no contexto capitalista, daí que para alguns seja símbolo de barbaridade e estejam ante uma iminente extinção ao não poder competir em extensão territorial e renda com as grandes indústrias rurais; ou para outros, permaneçam com poucas alterações sociais devido a sua particular cultura e seja exemplo de socialismo.

Como pode ser evidenciado em contextos como o brasileiro, os camponeses ainda existem e isso não representa atraso, contrariamente, diversifica a cultura do país porque são sujeitos apegados a saberes e tradições tecidos no espaço-tempo através da socialização do trabalho na terra. Nesse contexto, os habitantes do Assentamento Contestado, enquanto herdeiros cientes de uma história brasileira de povos escravizados e oprimidos política, econômica, social e culturalmente, resgatam aspectos essenciais que têm tendência a desaparecer por intercâmbio cultural ou pela expansão do capitalismo no campo.

Embora este processo seja fácil, já que cada sujeito tem uma tradição familiar de trabalhadores da terra e, portanto, conhecimentos habituados ao médio, também se torna difícil porque a cada dia se enfrentam situações problemáticas e dilemas a resolver. No entanto, as famílias do Assentamento, militantes ativos do MST, lutaram e ainda lutam porque seu direito histórico de permanência na terra seja respeitado.

A procedência destes sujeitos são diversos lugares do país, embora 90,9% morassem no Paraná antes da ocupação, 9,1% em São Paulo, Rio de Janeiro e Santa Catarina Ribeirão Preto (4,5%); Rio Bonito (2,3%); Correia Pinto (2,3%), entre outros lugares. (Ver gráfico 4).

GRÁFICO 4 - Cidades e municípios de proveniência das famílias

Fonte: A autora, 2017.

Devido à localização geográfica do território de conquista (Lapa, PR), o maior fluxo migratório é proveniente do município da Lapa, motivo que explicaria a facilidade de deslocamento destas famílias até o ponto de reivindicação territorial. Seguidamente, cidades como Curitiba e Cascavel foram os lugares onde previamente à sua chegada ao local, moravam estes assentados. Embora sejam cidades, cabe lembrar que se encontravam nestes lugares exercendo trabalhos, já conheciam o trabalho no campo ou tinham uma tradição familiar de trabalho com a terra, isto é, que não foram citadinos toda sua vida.

Este aspecto foi considerado pela frente de massa do Movimento, ao dar prioridade a pessoas com raízes culturais camponesas, já que, como indica Shanin (1979), entre as formas sociais camponesas que existem, se destaca a re-campesinização. O motivo de procurar em cidades, além de municípios do interior é as condições que o trabalhador tem se submeter.

Outra justificativa à proveniência das famílias é apresentada pela pesquisa feita pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES⁵⁷ (2004), com dados coletados entre 1999 e 2000⁵⁸. Segundo a Instituição, 94% dos municípios do estado paranaense tinham déficit habitacional (construção de novas moradias para substituir as precárias), com predominância na região geográfica metropolitana de Curitiba: Porto Amazonas, Lapa, Campo do Tenente; Sudeste: Marmeleiro; Centro-sul: Reserva do Iguaçu, Goioxim, Quedas do Iguaçu, Pitanga, Cantagalo; Norte: Londrina; cidades e municípios, que na sua maioria, estão de acordo com as origens mencionadas pelas famílias ao narrar sobre o local de moradia anterior à chegada ao Contestado.

Para IPARDES, além do déficit habitacional nas regiões nomeadas, determinou-se a existência de inadequação habitacional, ou seja, domicílios que não tinham condições viáveis para morar, isto é, em questão de infraestrutura e adensamento excessivo. A pesquisa do Instituto se refere às regiões geográficas do Norte e Centro-sul, como as zonas com maior adequação habitacional (IPARDES, 2004).

Como evidenciado por IPARDES (2004), a precariedade em direitos básicos como moradia digna, não permite desenvolvimento social. Assim como a cidade não é sinônimo de civilização ou avanço contundente, o campo também não representa atraso ou barbaridade. Ante tal situação, o MST, solidário com seu projeto social, convidou famílias em situação de vulnerabilidade para participar do projeto de ocupação e construção de territórios camponeses dignos de morar.

Nesse sentido, politicamente existem formas de ser e atuar, condicionadas pelo movimento sócio-territorial que permitiu avançar no território ex-improdutivo. Outros grupos de famílias do MST na mesma situação, em pontos do país geograficamente distantes, replicam as mesmas estratégias de política democrática participativa.

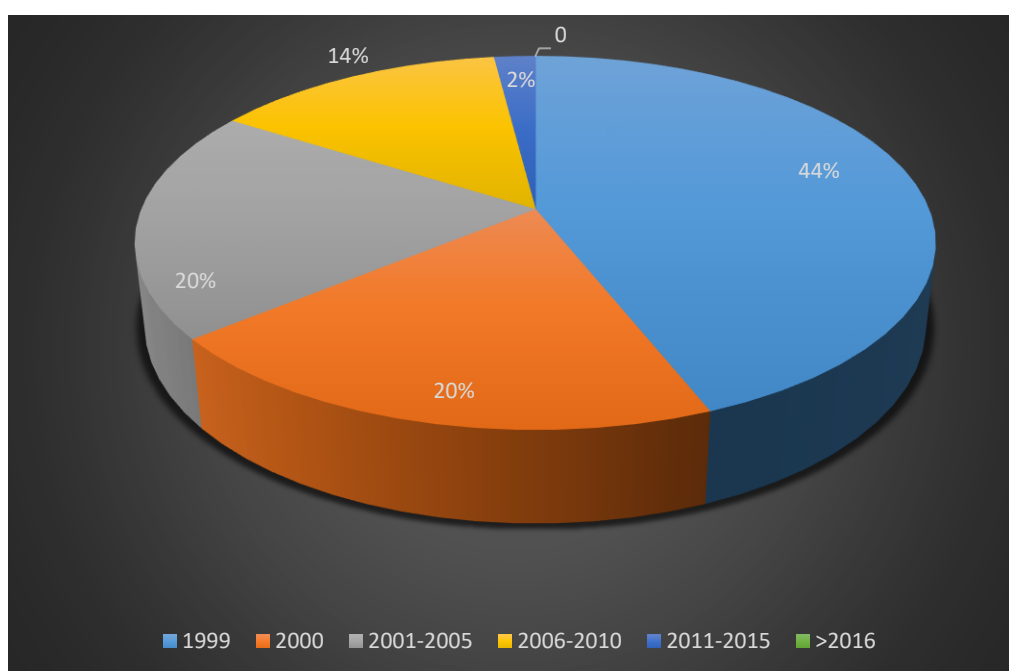
⁵⁷ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. Instituição de pesquisa, acompanhamento e avaliação de políticas públicas, vinculada à secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL. Mais informação em www.ipardes.pr.gov.br.

⁵⁸ Metodologicamente, o texto de IPARDES foi desenvolvido a partir de estimativas feitas pela Fundação João Pinheiro sobre a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) em 1999 e os primeiros resultados do Censo Demográfico 2000, anos correspondentes à ocupação e legalização do Assentamento Contestado.

Tendo em conta que o território do atual Assentamento é uma construção de 19 anos consecutivos, e que os sujeitos que moram no local têm diferentes trajetórias, histórias e experiências, é válido destacar que não todas as famílias chegaram no mesmo período e nas mesmas condições.

Conforme a pesquisa, 44% dos assentados chegaram em 1999, ano de acampamento, seguido de uma grande porcentagem de famílias (40%) que chegaram entre o 2000 e 2005 (ver gráfico 5).

GRÁFICO 5 - Ano de chegada das famílias



Fonte: A autora, 2017.

Como visto em capítulos anteriores, quem chegou ao primeiro momento crítico (1999-2000) foram majoritariamente homens adultos que após construírem os barracos, traziam o restante dos membros da família para o local: mulheres e crianças, isso com a finalidade de oferecer um teto, mesmo improvisado, e a seguridade da não existência de confrontações com a polícia ou donos do terreno. Isto, conforme Shanin (1979), corresponde à dinâmica social específica do campesinato, a figura masculina, percebida como forte e protetora, prepara o terreno para sua família posteriormente se estabelecer, desta forma garante que os integrantes fisicamente mais vulneráveis tenham segurança.

Um dos aspectos que chamaram especial atenção é o bom relacionamento entre as famílias que criaram vínculos desde o período da ocupação (algumas já se conheciam de outros acampamentos). Estas ainda mantêm laços de amizade, afinidade ideológica, irmandade, participação, solidariedade, cooperação e ajuda mútua. Estes são valores adquiridos após terem morado junto num mesmo espaço e nas mesmas condições de incerteza (moradia, alimentação, educação, saúde, legalidade, etc.).

Exemplo daqueles valores próprios do campesinato é o mutirão, prática rural que tem suas origens no trabalho coletivo. Essa atividade foi evidenciada na terceira fase do trabalho de campo num dos lotes do núcleo Iguaçu, onde a maioria de participantes foram assentados e lideranças horizontais do tempo de acampamento. Com seu trabalho voluntário, contribuíram com a limpeza do lote de um dos assentados que há meses permanecia doente.

IMAGEM 22 - Atividade de mutirão no núcleo de base Iguaçu



Fonte: A autora, 2017.

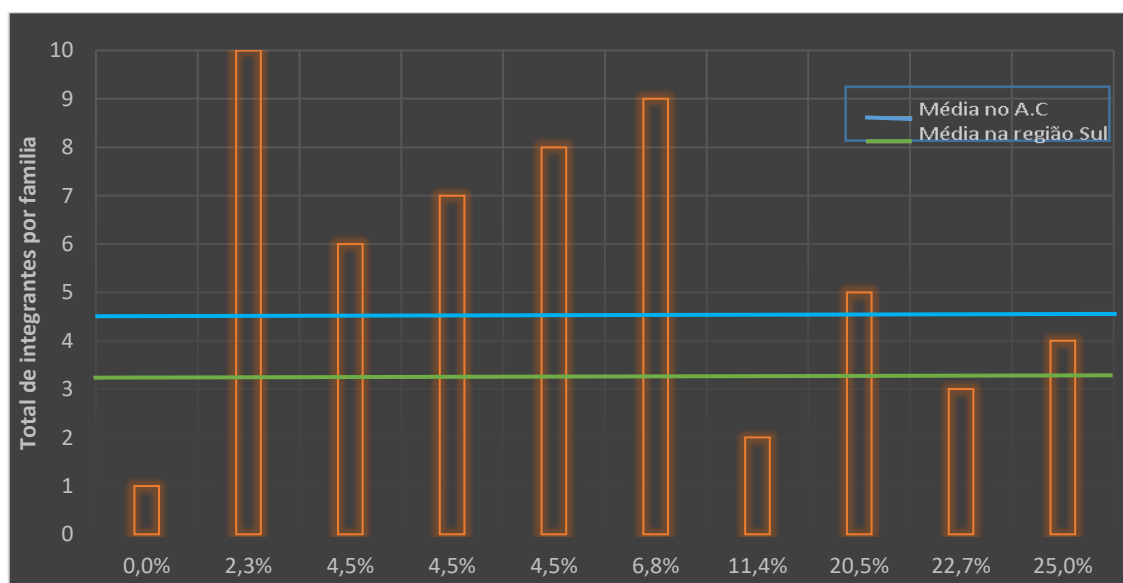
Embora as famílias que chegaram nos primeiros anos sejam com frequência mais unidas, entre as famílias que chegaram após do 2005, e que representam 16% dos sujeitos pesquisados, ainda existem problemas com aspectos ideológicos, sobretudo no tipo de produção empregado no lote. Como já foi apresentado, a discussão sobre o tipo de produção desde sempre foi importante entre os assentados. Este tem sido um dos motivos pelos que algumas famílias desistiram de seus lotes ou foram expulsos.

Os sujeitos da pesquisa são críticos fervorosos da desigualdade na distribuição da terra e da situação de quem trabalha nela, apoiam a Reforma Agrária e reivindicam qualidade de vida. Em busca destes aspectos, estabelecem territorialidades que promovem democracia participativa e desenvolvimento local nas múltiplas dimensões de seu território coletivo: cooperativismo, ações em torno da saúde, educação, gênero, entre outros.

Socialmente, estes camponeses têm famílias nucleares, isto é, formadas pelo casal e seus filhos. 25% das famílias, estão compostas por quatro integrantes (ver gráfico 6), sendo dois deles adultos e duas crianças. A questão da família nuclear é devido a existência de fortes estruturas tradicionais que mantém relações de núcleo comum.

O mínimo de integrantes por lote é 2 pessoas, geralmente casal sem filhos, correspondente a 11,4% do total das famílias pesquisadas. O máximo de integrantes por lote é 10 pessoas, os quais representam a baixa porcentagem de 2,3%. Nesses poucos casos, numa casa moram o casal que firmou o CCU, e em outras casas, no mesmo lote, filhos (as) e casais com crianças. Para o INCRA, estas famílias que não tem contrato estão em condição de acampados⁵⁹.

GRÁFICO 6 - Integrantes por família

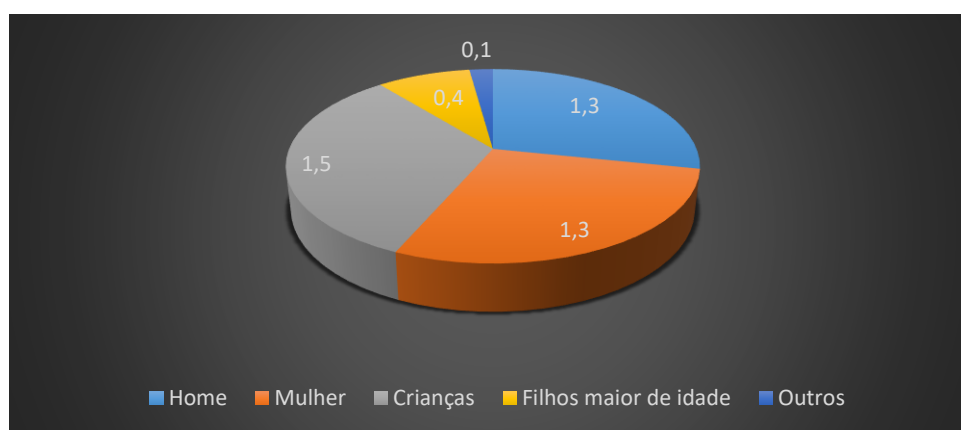


Fonte: A autora, 2017.

⁵⁹ O Assentamento Contestado está conformado por 108 famílias assentadas, mas tem 42 em estado de acampados, embora sejam familiares e tenham consentimento dos titulares do lote.

Conforme as estatísticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA (2011), atual SEAD⁶⁰, estima-se que a média do tamanho das famílias rurais por domicílio nas cinco grandes regiões brasileiras é de 3,4 integrantes, sendo que, na região Sul, o número médio de moradores por domicílio é de 3,2. No Assentamento Contestado esta média é de 4,6, ou seja, excede 1,4 familiares do cálculo estimado para a região Sul.

GRÁFICO 7 - Media e tipo de integrantes por família



Fonte: A autora, 2017.

Conforme o gráfico 7, o maior tipo de população por lote são as crianças, a média por lote é de 1,5. Em relação aos homens, geralmente pais, e mulheres (mães e esposas), a média é a mesma: 1,3. Em porcentagens mais baixas, as famílias também estão compostas por filhos maiores de idade (0,4), e outros familiares como avós, tios e colaboradores externos (0,1).

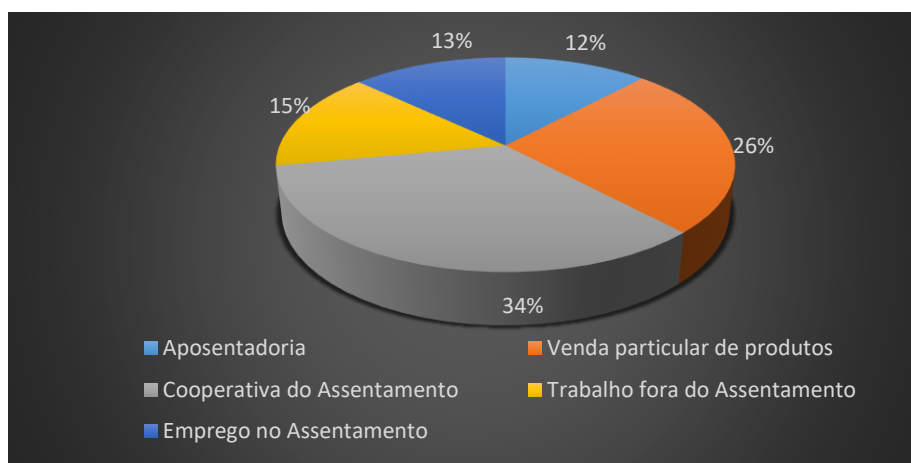
Vivem em unidades básicas e estruturadas. Num território organizado com ajuda do INCRA, consolidaram espaços como o Centro do Assentamento, embora não exato no território geral, mas simbólico por sua história (espaço onde acamparam por mais de um ano) e por ser o lugar que reúne a cooperativa, unidade de saúde, escolas e arquiteturas patrimoniais. Existem lotes ou unidades familiares, algumas distantes entre elas, outras em forma de agrovila. Suas casas são construídas com esforço familiar e a renda de seus produtos, são casas dignas com espaços diferenciados: mais de dois quartos, cozinha, banheiro, pomar, hortas, etc.

⁶⁰ Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, Casa Civil.

Economicamente, estes camponeses se caracterizam por trabalhar de forma familiar a terra que em algum momento de sua história foi improdutivo. A partir do cultivo de produtos alimentares, seja de forma agroecológica, convencional ou mista, mantêm uma renda e contribuem com a segurança alimentar do país. Da exploração de seu próprio território familiar se auto-sustentam, isto incluindo animais domésticos. Obtêm matérias primas para fabricar produtos artesanais como geleias e queijos.

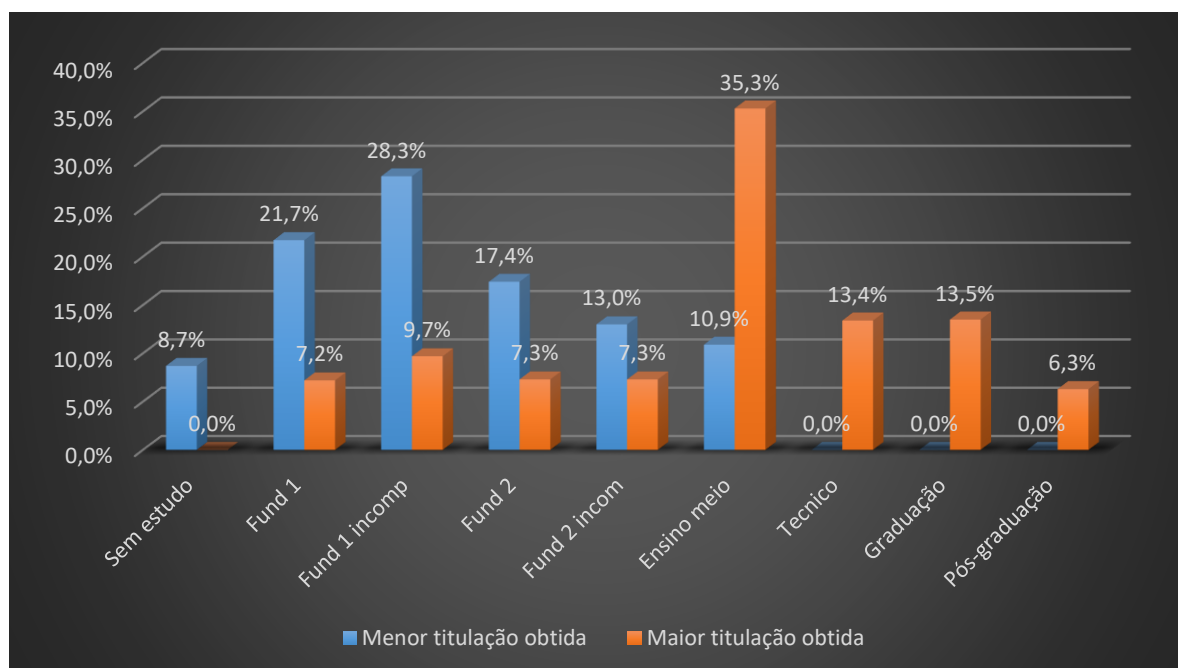
Conforme a pesquisa (ver gráfico 8), 60% dos ingressos destas famílias é proveniente da venda de seus produtos, comercializados seja na Cooperativa Terra Livre ou por meio de atravessadores (venda externa). Em 15% das famílias foram evidenciadas produto de trabalho fora do Assentamento, rendas por trabalhos executados dentro do Assentamento (13%) e aposentadorias (12%).

GRÁFICO 8 - Recursos monetários dos assentados



Fonte: A autora, 2017.

Com relação à escolaridade por família, esta foi determinada tendo em conta a titulação mais baixa e a mais alta obtida em cada uma das famílias. Em 8,7% das famílias foi notificado que pelo menos um integrante não tinha titulação nenhuma. Embora a escola e o colégio do Assentamento contem com programas como a Educação para Jovens e Adultos – EJA, e campanhas para aprender a ler e escrever, 8,4% das famílias afirmou ter algum integrante sem estudo (ver gráfico 9).

GRÁFICO 9 - Maior e menor titulação acadêmica obtida por família

Fonte: A autora, 2017.

Segundo as Tendências Demográficas do IBGE, a média da população analfabeta com 15 ou mais anos no Brasil, no período dos anos 50 até 2000 foi de 30,55% (IBGE, 2007), embora nos últimos anos tenha diminuído a taxa de analfabetismo, ainda existem famílias cujos integrantes mais velhos não tiveram oportunidades de acesso à educação, como no caso do Assentamento.

O relato de entrevistada nº 13, contribuinte na escola municipal e participante do setor de Gênero do Assentamento, exemplifica a difícil realidade da população mais velha que não teve acesso ao estudo:

Eu não estudei nada. Eu só trabalhava, casei e nem sabia que era casar, tinha 15 pa' 16 anos e ainda continuo casada. [...] meu pai tinha uma terra, ele vendeu e comprou uma casa na cidade, antes dele falecer comprou uns lotes na cidade, daí desses lotes meus irmãos foram a estudar e trabalhar e montaram uma firma, eles estudaram porque eram mais novos, os mais velhos trabalhávamos... (ENTREVISTA, Nº 13, 2017).

O gráfico 9 também evidencia que 91,3% das famílias pesquisadas têm como mínimo um integrante que possui estudo ensino fundamental, seja completo ou incompleto, isto é, pessoas com analfabetismo funcional. Com respeito à menor

titulação acadêmica, obtida por algum membro da família, 21,7% da população afirmaram que algum de seus integrantes completaram o primeiro nível (Fund. 1). O restante da população (28,3%) explicou que algum de seus membros não conseguiu terminar.

Para 30,4% da população, Ensino Fundamental 2, é o nível mais baixo de estudo na família, sendo que nesse nicho, é maioria os que estudaram o nível completo (17,4%) com relação ao incompleto (13%). Em menor escala, 10,9% da população pesquisada afirmaram ter algum integrante da família que estudou o ensino meio.

Em contraste à menor titulação na família, encontrou-se uma escala de estudos mais ampla na questão da maior titulação. Ensino médio, Técnico, Graduação e Pós-graduação, são estudos em destaque com um total de 68,5%. Entre os principais estudos de graduação feitos pelos assentados se encontram pedagogia, agroecologia e contabilidade. A maioria desses profissionais contribuem com seus conhecimentos ao fortalecimento dos setores do Assentamento.

Para uma porcentagem baixa de famílias (7,2%), Ensino Fundamental 1 foi o nível acadêmico que se logrou estudar. Com uma diferença de 2,5%, 9,7% dos assentados indicou que algum integrante da família não completou os estudos correspondentes ao nível. Para 14,6% da população, Ensino Fundamental 2 foi o top máximo de estudos, sendo que 7, 3% completaram o nível, e 7, 3% não tiveram sucesso.

68,5% das famílias pesquisadas têm integrantes que satisfatoriamente tiveram sucesso acadêmico, seja porque terminaram o ensino de graduação ou pós-graduação. Conforme relatos das famílias, notou-se que o sucesso acadêmico das gerações mais recentes⁶¹ é atribuído à implantação da escola e colégio municipal, além da Escola Latino-americana de Agroecologia - ELAA.

Com bases nos anteriores dados empíricos, pode-se afirmar que as famílias camponesas do Assentamento são diferentes, isto é, por suas trajetórias no decorrer do tempo, mas encontram-se similares em essência. Estão unidas pela causa da Reforma Agrária e, portanto, lutaram e continuam lutando pela igualdade de direitos

⁶¹ Integrantes das famílias que nasceram depois da legalização do Assentamento.

e o resgate de seus saberes e tradições populares. A partir dos aspectos previamente abordados de forma geral, e devido a riqueza das trajetórias dos sujeitos da pesquisa no território multidimensional, apresenta-se a continuação quatro casos que ilustram com maior detalhe a vida camponesa e o ser sem-terra.

CAPÍTULO IV

4. FAMÍLIAS PRODUTORAS DO A. CONTESTADO: ENTRE MEMÓRIAS, TRAJETÓRIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA

O A. Contestado é um território multidimensional construído a partir da luta pela reforma agrária do MST e pela resistência das famílias camponesas, hoje assentadas em parte da área rural do município da Lapa. Como visto ao longo dos capítulos, construir um território camponês próspero não só depende da efetividade governamental na legalização do local improdutivo ocupado pelo Movimento, a responsabilidade de desenvolvimento também recai nas ações empregadas pelas famílias moradoras.

São os homens e mulheres do Assentamento Contestado, militantes do MST, sujeitos que trabalham coletivamente dia após dia por manter uma vida digna familiar. Isso implica procurar constantemente estratégias para melhorar renda, saúde, educação, cultura, inclusão, bem-estar etc., tal como visto no segundo capítulo desta pesquisa, formas de territorialidade em sua máxima expressão.

Embora elementos de territorialidade sejam discutidos e direcionados desde coordenações do Movimento, vale a pena ressaltar que maior parte do sucesso das ações empreendidas se deve à disposição de progresso das famílias assentadas. Nesse sentido, é necessário retomar a voz destes sujeitos, pois como afirma Saquet (2008), o homem é uma peça chave na unidade de dimensões sociais (econômicas, políticas, culturais), dilemas da natureza exterior e territorialidades.

As famílias do Assentamento, consideradas como transformadores sociais que esboçam diariamente sua história, são importantes no entendimento das ações concretas que procuram construção territorial. Portanto, uma vez conhecido o território, sua trajetória, organização espacial, estratégias de territorialidade e a caracterização familiar dos moradores, é necessário revalorizar testemunhas, lembranças e pontos de vista desses sujeitos que têm resistido diante de adversidades cotidianas.

É assim que, na lógica dedutiva abordada ao longo da pesquisa, o quarto capítulo retoma especificidades cotidianas dos sujeitos em forma de históricos de vida que narram trajetórias, lembranças, desafios, conquistas e experiências em torno ao território familiar adquirido no contexto da luta e resistência pela reforma agrária. Nesse sentido, a História Oral – H.O adquire neste capítulo uma relevância metodológica que auxilia no entendimento da construção territorial desde a experiência dos sujeitos.

Considerando a importância da produção como sustento base, a continuação apresenta-se o histórico de vida de quatro famílias, cada uma correspondente a um tipo de produção diferente, como foi determinado pelo trabalho de campo: Agroecológico, convencional, misto e um caso particular de produção. Ainda que retomar a voz dessas famílias dota de sentido este capítulo, isto não é possível sem antes expor a contribuição teórico-metodológica da História Oral na recuperação de vivências e obtenção de informação de uma fonte primária, pelo que inicialmente este é o tópico introdutório à apresentação de históricos de vida.

4.1. A HISTÓRIA ORAL E OS SUJEITOS

A H.O. é uma metodologia para pesquisa nas ciências sociais cuja base são as histórias de vida obtidas a partir das memórias coletadas em entrevistas. Para Portelli (1997b) a H.O., mais do que uma metodologia é um tipo de ciência e arte, pois implica conhecer em essência experiências e lembranças dos indivíduos, além de comunicá-las acertadamente aos leitores.

Portelli (1997b) afirma que em qualquer ramo das ciências sociais, como a Geografia, são de vital importância os métodos de recolha de informação pelo que o trabalho de campo se torna mais do que necessário. Sem esse processo, ferramentas como a H.O. dificilmente existiriam. O trabalho de campo é um grande aliado para a pesquisadora, pois nesse momento são adquiridos dados quantitativos e qualitativos que permitem a análise de “padrões culturais, estruturas sociais e processos históricos” (PORTELLI, 1997b, p. 15).

Em concordância com Portelli, para a obtenção de históricos de vida nesta pesquisa, ou seja, aplicação de H.O., foi necessário o trabalho de campo no A. Contestado. Para essa finalidade, em três etapas de recolecção de informação, existiu uma abordagem progressiva às famílias para conhecimento delas e delas da pesquisadora. Inicialmente com visitas periódicas durante 2016, seguido da aplicação de questionários semiabertos no primeiro período de 2017 e finalmente, entre novembro e dezembro do mesmo ano, execução de entrevistas com roteiros semiestruturados amplamente abertos e “sem questionários ou perguntas diretamente indutivas” para permitir a livre expressão dos assentados (MEIHY, 1994, p.56).

Desta forma, o trabalho de campo é uma necessidade que surge quando se quer conhecer um pouco mais a profundidade os sujeitos da pesquisa. Conforme Portelli (1997b) as pessoas entrevistadas, não devem ser exclusivamente santos, heróis, tiranos, vítimas, ou outro tipo de personagens que produzem impacto no senso comum, pois cada pessoa com seu histórico de vida é igualmente importante, por ser diferente dos outros.

Portanto, é fundamental reconhecer que “cada pessoa é uma amálgama de grande número de histórias em potencial, de possibilidades imaginadas e não escolhidas, de perigos iminentes, contornados e por pouco evitados” (PORTELLI, 1997b, p.17). Nessa mesma linha de raciocínio, Meihy (1994, p. 56) afirma que “a individualização é fundamental, sendo que cada pessoa deve ser tratada como um caso específico”. Para Meihy, é fundamental cada sujeito entrevistado, visto que cada um tem um tempo histórico individual e específico. “Fala-se, portanto, nesta circunstância, da provação existencial do indivíduo como um todo. As informações sobre detalhes ou parcela de vida do depoente tem relativa importância, da mesma forma a exatidão dos dados” (MEIHY, 1994, p.56).

Sob essa lógica refletida em Portelli (1997) e Meihy (1994), foram selecionadas quatro famílias assentadas de diferentes núcleos de base. Neste capítulo, em diferença dos anteriores, não foram entrevistadas lideranças horizontais, coordenadores ou assentados com alguma função administrativa, pois a prioridade foi diversificar as falas, recuperar vivências, ressaltar experiências e conhecer histórias de produtores no interior de seu território familiar, pois como

afirmado no primeiro capítulo, o A. Contestado é multidimensional, mas também multiterritorial.

Para Alberti (1996), a recuperação de vivências, e ainda o relato de quem vivenciou as situações de interesse da pesquisa são fundamentais na H.O. Segundo a autora, é a partir da entrevista que se obtém ações e resíduos de ações “[...] do mesmo modo que uma autobiografia, podemos dizer que uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações implicadas na própria entrevista” (ALBERTI, 1996, p. 3).

A ação interativa de entrevistar, mesmo que as ações vivenciadas pelo entrevistado fiquem implícitas no relato, conseqüentemente, torna a história oral o resíduo de uma ação específica. Frente a isso, Alberti salienta que “tomar a entrevista como resíduo de ação, e não apenas como relato de ações passadas, é chamar a atenção para aquilo que se quer guardar como concebido legítimo, como memória” (ALBERTI, 1996, p. 4).

Um aspecto discursivo presente em Alberti (1996) e Portelli (1997b) é o reconhecimento da multiplicidade de relatos ou resíduos de ação, dado que a H.O tem a faculdade de permitir acesso às múltiplas memórias e diversificadas versões do passado. O que para Portelli, representa a arte do indivíduo, pois entre a variedade de relatos, o pesquisador deve reconhecer diferenças, mas também igualdades, porque todos os sujeitos têm o mesmo nível de importância, em Alberti é alertado como uma armadilha da memória que faz parte das críticas dos historiadores radicais frente à validade das fontes orais.

Algumas pautas que segundo a autora evitariam à pesquisadora cair nessa armadilha, sobretudo ao abordar memórias populares, é o uso dos relatos como contribuição à história objetiva em razão que “[...] a história oral permite não apenas compreender como o passado é concebido pelas memórias, mas principalmente como essas memórias se construíram” (ALBERTI, 1996, p. 8); ficar atento a diferentes cronologias e datas já que existe tendência a variar; e tentar compreender que as representações se tornam fatos sociais.

Embora seja relevante considerar que as fontes orais não são objetivas, isto não é motivo suficiente para ignorar o aporte dos relatos populares dos sujeitos. De

acordo com Portelli (1997a, p. 35) a ratificação do conteúdo do relato “ [...] naturalmente se aplica para qualquer fonte, embora a sacralidade da escrita sempre nos leve a esquecer isto”. Uma questão que diferencia a H.O. da escrita é precisamente a existência da subjetividade, característica inerente variável e parcial.

Para Meihy (1994), mais do que ratificar a fonte oral, esta ação é denominada como H.O. Híbrida, que a diferencia da H.O. Pura, ou seja, aquelas testemunhas que não questionam aquilo que é dito pelo entrevistado, nas testemunhas são combinados outros tipos de fontes, sendo estas geralmente escritas. Em vista dos aspectos teóricos previamente abordados nos capítulos anteriores e as testemunhas das famílias produtoras em próximos itens, pode-se afirmar que a H.O. que caracteriza este capítulo é híbrida na sua essência, pois se fortalece de fontes escritas, isto sem desvalorizar os relatos dos entrevistados. De acordo com Joutard (2000):

O cruzamento das fontes e o necessário espírito crítico não são incompatíveis com o respeito devido à testemunha ou os grupos. A história relativiza, na melhor acepção do termo; ela desafia a ideia simplista de uma memória e tradição oral – sua expressão mais formalizada – puras, originais, sem nada a dever, que exprimem a alma de um grupo (JOUTARD, 2000, p.44).

Além da subjetividade e da estreita relação com fontes escritas, outras questões que faz a H.O. diferente é que não se interessa amplamente por eventos e sim por significados; dá importância à vida diária de classes não hegemônicas; e ainda as testemunhas não são iguais duas vezes, isto porque fatores internos e externos às entrevistas dificilmente convergem de novo (PORTELLI, 1997a).

Assim, conforme afirma Iturmendi (2008), é válido deixar a obsessão positivista de narrar fatos exatamente como sucederam ou contar históricos de vida de “grandes homens”⁶², já que os diversos ramos das ciências sociais têm mudado suficientemente como para se interessar por tudo quanto os homens dizem, escrevem, sentem e imaginam. Nesse sentido, é a H.O. quem oferece respostas que não se encontram facilmente em fontes escritas.

⁶² Iturmendi (2008) escreve entre aspas essa palavra para se referir a personagens históricos, políticos e sociais do senso comum que se supõe sejam os verdadeiros protagonistas do acontecer histórico, deixando num segundo plano outros personagens igual de importantes. Com a mesma conotação “grandes homens” são empregados na presente pesquisa.

Consequentemente, o valor das testemunhas orais é respeitável porque são as experiências, expectativas, emoções, sentimentos, desejos, em conjunto, um histórico de vida de uma pessoa que abre portas e caminhos à compreensão da sociedade em que vive (ITURMENDI, 2008).

Nesse caso, as diferentes, mas complementares entrevistas, tornam-se importantes no entendimento de um universo de pesquisa chamado de A. Contestado. De acordo com Iturmendi (2008), durante a entrevista transmitem-se aspectos que não são facilmente encontrados em fontes escritas: o contato direto e pessoal com o indivíduo ou grupo que lembra o passado, seu passado e aporte significativo à dimensão humana das ciências sociais. Isso em autores como Alberti (1996) é justificativa suficiente para recorrer metodologicamente à H.O.

A aplicação de entrevistas e a compreensão de históricos de vida facilitam, portanto, conhecer prévia e multidimensionalmente o contexto dos sujeitos entrevistados. Com relação a isso, comenta Iturmendi (2008) que é obrigatório o pesquisador se documentar com temáticas que planeja abordar. É válido lembrar que no âmbito desta pesquisa, a pesquisadora na hora de aplicar as entrevistas se preocupou em explorar a realidade do Assentamento, discursiva e empiricamente. Consequentemente o leitor desta dissertação também foi preparado por meio de capítulos anteriores para conhecer as quatro famílias entrevistadas em itens seguintes.

Outro aspecto que destaca Iturmendi (2008) com respeito à entrevista, também discutido em Selau (2004), é a não aplicação de questionários fechados. O motivo, exemplificado com o trabalho de campo, é que ao longo do relato sempre surgem novas perguntas, mesmo que a ordem e importância de aspectos acabem sendo marcados pela pessoa entrevistada. Para Selau (2004):

[...] o questionário semi-dirigido, aplicado com flexibilidade permite uma maior interação com o entrevistado e explorar melhor as informações que estão sendo transmitidas pelo mesmo, pois a partir das respostas de uma base de questões comuns ao todo que integra a amostra, se podem aplicar outras, ampliando as possibilidades de conhecimentos da problemática estudada (SELAU, 2004, p.223).

Segundo Selau (2004) além de aplicar um questionário, é obrigatório selecionar um local para entrevistar. Este deve ser escolhido pelas duas ou mais

pessoas interessadas, pois os sujeitos, em especial o entrevistado, tem que se sentir cômodos. Desta forma, o relato atribuirá de forma produtiva à pesquisa.

De acordo com o argumento do autor, um aspecto-chave é marcar horários e locais para a entrevista conforme tempos disponíveis, necessidades e gostos dos entrevistados. Isto sem dúvida, como no caso desta pesquisa, permite conhecer de perto práticas cotidianas, membros da família, mesmo por meio de fotografias, atividades produtivas e a relação com a terra trabalhada dia após dia. Aspectos como estes, por mais simples que pareçam, devem ser cuidadosamente resolvidos, já que podem influenciar no diálogo construído com o entrevistado no momento de resgatar memórias.

As memórias são importantes na H.O. porque em conjunto formam históricos de vida. Estas memórias podem ser individuais, ou seja, com percepções da realidade, fenômenos individuais e íntimos de uma pessoa, ou podem ser coletivas quando as lembranças são orientadas aos acontecimentos vividos por grupos e coletividades (POLLAK, 1992).

Segundo Pollak (1992) a memória individual, tanto quanto a coletiva, se constituem por pessoas e personagens sobreviventes ao longo do espaço-tempo por socialização ou herança cultural; lugares transformados em sentimentos de pertencimento; e vestígios de dados como datas da vida familiar ou da história oficial.

Para Silveira (2007), como resultado da H.O., se obtêm narrativas da memória que por sua vez correspondem a identidades dos indivíduos ou coletivos, sendo isso possível porque o entrevistado “[...] mostra como ele vê a si mesmo e o mundo, mas também como ele é visto por outro sujeito ou por uma coletividade” (SILVEIRA, 2007, p. 41).

Conforme Silveira (2007) durante esse processo de narrativas se estimula a escrita de históricos que não têm a função de retratar exatamente o que existiu, mas compreender efeitos do passado e como estes são lembrados e influenciam o tempo presente. Desta forma:

Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tampouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e

divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa (SILVEIRA, 2007, p. 41).

Nas narrativas, as memórias não só coincidem com o ato de lembrar. Delgado (2003) expõe que a verdadeira complexidade deste processo é falar, escutar e trocar olhares que em conjunto, “revelam os fundamentos da existência, fazendo com que a experiência existencial, através da narrativa, integre-se ao cotidiano fornecendo-lhe significados e evitando, dessa forma, que a humanidade perca raízes, lastros e identidades” (DELGADO, 2003, p. 17).

Outros elementos em destaque da memória são expostos por Delgado (2003), que afirma que por meio das lembranças, os homens podem resgatar hábitos, valores, práticas cotidianas, cenários, reviver utopias individuais e coletivas, sentimentos, ideologias, pensamentos e climas de luta e companheirismo.

Portanto, é possível afirmar que as memórias resgatadas por meio da H.O. contêm uma visão de mundo única, subjetiva, individual e/ou coletiva formada a partir de perspectivas e experiências no passado, com repercussões no presente e projeções no futuro. Sob esse contexto, memórias dos assentados do Contestado tornam-se base fundamental no entendimento de particularidades que levaram a estes sujeitos da pesquisa a construir história em terras da Reforma Agrária.

4.2. O RETRATO DE TODA UMA VIDA NA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA

O protagonista desta história de vida é um assentado de 38 anos, camponês, militante do MST e titular do CCU de um dos lotes produtivos do núcleo de base Eduardo Anghinone, entrevistado nº 16 ao longo do trabalho de campo desta pesquisa⁶³. É um homem tranquilo, orgulhoso de sua trajetória, família, trabalho e produção agroecológica certificada pela Rede Ecovida. Para ele, sua terra oferece um acúmulo de satisfações que não encontraria facilmente em outro trabalho ou lugar.

⁶³ As informações verbais da entrevista nº 16 foram concedidas ao autor na terceira fase da pesquisa, ano 2017.

Frente a grande quantidade de memórias adquiridas ao longo dos anos, o entrevistado inicia seu relato narrando suas origens: “que eu me lembre, eu nasci e me criei na roça. Nasci em Rebouças, meu pai sempre foi agricultor”. Desde idade precoce, mais exatamente 7 anos, ele trabalhava na roça. Seu pai, filho de agricultores lapianos, ensinaram-no como trabalhar a terra, primeiro com a importância da água para as plantas e após dos 12 anos como “arar, plantar, limpar e carpir a roça”.

Do mesmo modo, o entrevistado lembra que seus sete irmãos e irmãs aprenderam a trabalhar o campo. Sua mãe, mulher de 67 anos, atualmente assentada no mesmo núcleo de base num lote contínuo, também contribuía com algumas tarefas na roça, embora seu papel mais comum fosse nas atividades domésticas. Esta situação narrada pelo entrevistado nº 16 é um panorama camponês predominante, que segundo Woortmann (2004) envolve os membros da família, mulheres e homens, em relações de cooperação; aprendizado de saberes tradicionais, costumes e práticas produtivas; além de conhecimentos que passam de geração a geração.

Comenta o entrevistado desta história que seus bisavós, por parte de pai, eram camponeses proprietários de uma extensão de território na Lapa perto dos mil alqueires (2.420 ha) mas, por negócios com “espertalhões” foram perdendo a terra. Foi assim que chegaram a Rebouças – PR entre anos 1940 e 1950, e ali nasceram seus tios, tias e pai, quem anos mais tarde, namorando com uma das primas, teve 8 filhos (se referindo a ele, irmãos e irmãs).

Tradicionalmente, a família, incluindo gerações passadas, foram agricultores de produtos orgânicos e agroecológicos, embora não estivessem certificados e não discutissem o tipo de produção que trabalhavam. O entrevistado não lembra muito de seus avós, mas de seu pai destaca que com muito esforço conseguiu fazer poupança para comprar terra própria a partir do trabalho em terreno alugado. Desafortunadamente, narra que:

[...] com a revolução verde, que dá aquela ideia de usar veneno, daí meu pai começou a usar veneno, foi aí que se endividou no banco, aí foi a hora que foi a terra de um pra poder pagar as dívidas, teve que vender a terra, daí fiquemos sem-terra né (ENTREVISTA Nº 16, 2017).

Segundo o relato, a crise familiar por perda de terras próprias coincide com o processo de modernização da agricultura brasileira chamado de “revolução verde”. Esse modelo produtivo baseado no uso intensivo de agrotóxicos e fertilizantes sintéticos na agricultura é uma cadeia de dependências econômicas que inicia com monocultivos trabalhados com maquinarias pesadas e propensos a pragas, motivo pelo qual se justifica a inversão em herbicidas, fungicidas, inseticidas e demais sintéticos (ANDRADES; GANIMI, 2007).

Conforme Andrades e Ganimi (2007) esse projeto capitalista fortaleceu o setor tecnológico e científico do país, mas conseqüentemente, dominou a agricultura, modificou paisagens, impactou o meio ambiente, privilegiou o latifúndio e deteriorou a agricultura familiar (ALTIERI, 2004). Ainda, os autores afirmam que a expropriação de terras camponesas aumentou os conflitos pela terra, obrigando aos trabalhadores migrar para as cidades, trabalhar em empregos de baixa remuneração, informais ou com riscos para saúde, acentuando assim a “mobilização dos trabalhadores rurais para reforma agrária que tem no MST [...] seu expoente maior no Brasil” (ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 53).

Nessa conjuntura histórica, política, econômica e social que descrevem Andrades e Ganimi (2007), a família nuclear do entrevistado migrou para Teixeira Soares, onde sua renda era produto de trabalho familiar com carvão. Segundo o relato do assentado entrevistado, a dedicação a essa atividade econômica deteriorou a visão de uma de suas irmãs, que se submeteu a cirurgia, mas morreu no procedimento. De forma similar, outra irmã perdeu mais de 50% de sua visão. Com doentes como elas e ainda o pai com problemas cardíacos e a mãe com bronquite, voltaram de novo para Rebouças, em condição de acampados em terras de seus avós.

Em 1999, militantes do Movimento, contribuintes na frente de massas, conheceram a história da família e os convidaram a participar da luta pela reforma agrária na ocupação do prédio da Incepa, posterior acampamento Contestado, onde se projetava um assentamento de produtores agroecológicos. Diante das experiências econômicas, ambientais e de saúde, a família aceitou facilmente:

“Nóis tinha a discussão como o movimento Sem-Terra, meu pai falava né, eu só vou pra assentamento que tenha produção orgânica, onde tiver um lote pra mim eu quero, se for projeto convencional eu não quero. Aí várias

vezes tinha lote aonde ele queria. Sempre se deu muito bem com o pessoal né, e daí quando tinha o projeto de orgânicos aí chamaram *nóis* pra pegar o lote, por isso que chegamos aqui (ENTREVISTA N° 16, 2017).

Acampados no Contestado em barracas de lona preta, o entrevistado, seus pais e três de seus irmãos, fizeram resistência junto a outras famílias que estavam nas mesmas condições. Quando o Incra legalizou o local e viabilizou o Projeto de Assentamento Contestado em 2000, esperaram pouco tempo o sorteio de lotes e distribuição de famílias por núcleos de base. Do período de acampamento, lembra que “era um lugar *bão*, a gente trabalhava na roça comunitária e plantava para sustento”.

Finalmente, por questões de distribuição, seus pais ficaram com um lote e o entrevistado n° 16 com o CCU do lote do lado. Afirma que embora ele trabalhasse desde criança na roça, queria migrar à cidade e se empregar numa empresa para ter estabilidade monetária e lazer. Não obstante, foi seu pai quem o incentivou a continuar no campo com a família:

O pai já não queria né, queria que ficasse ao redor dele, *né?*. Graças a deus, assim fez tudo para a gente ficar perto dele e incentivou a gente a ir mexendo na terra, produzir, *né*, pra sobreviver, *né*, e hoje eu vejo que foi muito bom, a gente não precisou sair sofrer, *né*, a gente vê lá na cidade a correria do pessoal (ENTREVISTA N° 16, 2017).

Desde o primeiro momento em que o entrevistado n° 16 chegou ao lote, o sistema de trabalho foi coletivo e familiar. Isto implicou não se limitar a seu próprio território e se expandir ao lote de seus pais sobre acordos em comum. O motivo dessa ação foi desvantagem de seu lote de não ter suficiente água para a produção.

O que parecia uma desvantagem produtiva trouxe como aspecto positivo maior proximidade com sua família. A solução ante a dificuldade da água foi compartilhar espaços com seus pais. Assim, o lote do entrevistado n° 16 foi empregado na criação de animais domésticos e cultivo de pasto; o lote dos pais foi destinado à roça comunitária familiar.

Atualmente essa estratégia segue vigente, no lote do assentado entrevistado, ele e sua família têm uma pequena produção de milho, produção de pasto, 3 cavalos, 60 galinhas, 2 cachorros e 27 vacas para aproveitamento de carne e venda de leite e queijo. No lote agora de sua mãe (o pai morreu há 5 anos com problemas

cardíacos), lugar onde também moram dois de seus irmãos, cada um com sua respectiva esposa, cultivam-se na roça produtos orgânicos e agroecológicos.

IMAGEM 23 - Produção agroecológica do entrevistado nº 16



Fonte: A autora, 2017.

Se bem o lote esteja dividido em três seções, correspondentes ao espaço de trabalho para cada irmão, quando alguém deles precisa de ajuda, os demais socorrem. Essa divisão da roça, segundo o assentado entrevistado, é benéfica porque ele não gosta da produção orgânica como seus irmãos, preferindo a agroecológica. Assim “cada um acaba cultivando produtos que gosta e como gosta” além de “pegar a renda de um projeto (PAA, PNAE) sem depender um do outro”. Em vista da produção e a renda serem aspectos destacáveis na família, a maior parte das plantas no lote são vegetais, hortaliças, tubérculos e cereais, seguido de frutas, plantas medicinais, plantas para temperos e por último, plantas úteis para adubo da terra. A continuação algumas cultivadas pelo entrevistado:

QUADRO 3 - Espécies vegetais no lote do entrevistado nº 16

Categoria	Espécies pelo nome comum
Hortifrutigranjeiros	Repolho, milho, feijão, batata doce, almeirão, cenoura, brócolis, alface, tomate, amendoim, beterraba, couve-flor, abóbora, alho, cebola, pepino, cebolinha, cheiro verde, salsinha, coentro, amora, melancia, acelga, açafraão, mandioca, orégano, abobrinha, laranja, banana.
Medicinal	Tansarge, catún, pronto alívio, pata de vaca.
Adubos	Mostarda, erva quente, picão branco, serralha, vulva, mamona, aipo, asa de peixe.

Fonte: A autora, 2017.

Como visto, além do lote representar tranquilidade e união familiar, também implica renda, sendo esta o resultado da venda da produção na Cooperativa Terra Livre. O entrevistado nº 16 afirma que ajuda muito a cooperativa na obtenção da renda, pois ela facilita a venda para os projetos PAA e PNAE. Não obstante, admite que é baixa remuneração, “O PAA é muito pouco para *nois* [...] antes eram 8 mil por ano agora diminuiu pra 6” e o PNAE é bem remunerado, mas difícil de trabalhar, porque a “merenda escolar” exige produtos em determinadas datas e ainda mais, com a inconsistência escolar (feriados, férias, reivindicações docentes), é difícil controlar a produção. Explicou posteriormente:

Eu perdi muita couve-flor e brócolis que plantei para merenda escolar *né*, e nos dias que ficou que nem aqui ela *tá* na hora de comer ela, a entrega é na segunda e eles levam na terça, se fosse pra *mim* colher na outra terça ela não vai servir já, já passou da hora. Daí se levar lá na escola eles não pegam porque passou da hora, por exemplo se tem feriado nessa terça, daí chegava a outra semana já *tava* tudo estragado, o brócolis também (ENTREVISTA Nº 16, 2017).

Ainda com os dilemas constantes, não pensa mudar de agroecologia para convencional. Afirma que agroecologia vai além da remuneração, mesmo se não houver a cooperativa ou a renda dos projetos do PAA ou PNAE por perto, seguiria com seu tipo de produção que, mais do que trabalho é um estilo de vida: “até antes da Cooperativa *nóis* já produzia orgânico *né*, é não queremos parar por nada, só depois que morrer mesmo *né*, porque a gente sabe, *né*, que mexer com veneno é problema, é saúde, meio ambiente, além de ofender a humanidade inteira”.

No lote são predominantes as hortaliças e verduras porque representam a maioria da renda do entrevistado. Com relação a esse tipo de plantas, o assentado reconhece que uma contradição com sua produção agroecológica é a necessidade de comprar as mudas, dado que estas são externas ao Assentamento (provenientes de um viveiro no município de Araucária – PR) e o tratamento de crescimento que recebem é convencional. Assim, existe um momento da produção que as plantas têm contato com agrotóxicos, não obstante, quando elas chegam no lote se adaptam facilmente as condições agroecológicas: “eu quero dizer que minhas plantas são agroecológicas *né*, acho que sim porque só ponho o adubo, tipo eu não passo nem um veneno pra vaquinha, nada, tipo só passo adubação e a planta dá”.

IMAGEM 24 - Adubação fabricada naturalmente no lote do entrevistado nº 16



Fonte: A autora, 2017.

A adubação a que faz referência o entrevistado nº 16 é compostagem feita da decomposição natural de restos de verduras e cascas ricas em nitrogênio, além de esterco de vaca e cavalo. Num lapso de 90 a 120 dias ao sol, é empregada a mistura destes dejetos na adubação da superfície dos cultivos. Segundo indica Altieri (2004) este tipo de estratégias resulta benéfico para produções agroecológicas dado que criam cobertura para proteger o solo; fecham ciclos de nutrientes; garantem uso de recursos locais; controlam biologicamente as pragas; e asseguram a produção sustentável das culturas, pelo que resultam indispensáveis no desenvolvimento da agroecologia.

Além da compostagem, outras experiências mencionadas sobre o desenvolvimento da produção agroecológica estão relacionadas aos saberes populares, estes ensinados pelo pai e avós do entrevistado nº 16. Exemplo do anterior é a crença de plantar na fase de lua minguante: “é a ciência antiga, *né*, que na minguante é bom plantar coisas de raiz, eu peguei muito isso do meu pai”. “Meus avós ficavam comentando, na minguante é bom plantar batata doce, mandioca, plantar coisas de raiz (tubérculos)”.

Complementar ao conhecimento popular, que de acordo com Reif e Larkin (1994) é assistemático, subjetivo, sensitivo, cotidiano e limitado à familiaridade com o fenômeno conhecido, o entrevistado aprendeu de técnicos em agroecologia estratégias para o cuidado da produção tais como: plantar eucaliptos para fazer barreira ao vento; implementar o calendário biodinâmico, plantar em forma circular

para poupar espaço no lote; plantar em forma de consórcio para evitar pragas; usar urina de vaca e sal como armadilha de insetos, entre outras.

Segundo o entrevistado nº 16, suas práticas e em geral seu lote são o retrato da agroecologia. Para o assentado, agroecologia representa um conjunto de benefícios multidimensionais. Economicamente significa renda familiar; politicamente uma forma de resistência a políticas capitalistas que degradam a vida camponesa; ambientalmente um método produtivo que cuida da natureza; e socialmente, com maior ênfase na saúde, é uma questão de ética proteger a vida humana de doenças, pelo que facilmente condena a prática convencional como uma maldade:

Agroecologia pra mim é saúde, *né*, o mais importante *nois*", como a gente vem vendo, o veneno tá fazendo muito mal pras pessoas *né*, então eu acho que quem produz o convencional *tá* produzindo a morte pras pessoas, *né*? vai levar lá no mercado, quem vai comprar lá, coitado, não sabe o que está comprando, *né*, e a gente produz sabendo, *né*, que às vezes por olhar o padrão é menor que do o convencional, *né*, mas em termos de saúde de quem vai comer ou se alimentar (ENTREVISTA Nº 16, 2017).

Segundo o assentado entrevistado, não existe nada mais importante que a saúde. Afirmo que em seu caso, com ajuda de plantas e saberes populares, às vezes com checagem de bioenergia na unidade de saúde Francisca Chica Pelega, foi curado de doenças como hemorroidas, dor de cabeça, dor de ouvido e estômago. Acredita que sua pronta recuperação se deve ao estado natural das plantas e ausência de agrotóxicos entre elas.

Plantas como as medicinais são facilmente cultivadas no lote agroecológico, algumas crescem sem ação do homem, mas com experiência e saberes populares o entrevistado nº 16 aprendeu a reconhecer facilmente seus usos cotidianos.

O entrevistado afirma que em seu lote todo tem alguma função: renda, consumo diário, medicina, adubo, proteção, reparação do solo, etc. Exemplifica que fungos e insetos, que facilmente podem ser eliminados com veneno, na agroecologia, são de grande valor, porque estão interligados e interagindo entre si. Isso, conforme explica Mutuando (2005), obedece a uma visão sistêmica em que a natureza é um todo interdependente e complexo, contrário à visão tradicional linear que coloca a natureza ao serviço do homem.

Nesse contexto histórico e de experiências, o assentado entrevistado torna-se um retrato de um histórico de vida camponês que tem dedicado toda sua vida à produção agroecológica, reconhecendo existência principalmente das vantagens que esse estilo de vida promove em sua saúde, renda, ideologia, trabalho e família.

4.3. MEMORIAS E EXPERIÊNCIAS DE VIDA NA PRODUÇÃO CONVENCIONAL

A personagem essencial deste segundo histórico de vida é um camponês de 40 anos, agricultor convencional e assentado no núcleo de base Evolução Camponesa. É um homem humilde, orgulhoso de seu sucesso econômico e condição familiar. Dois aspectos fazem ele sentir felicidade: sua família nuclear e morar perto de seus pais, dois de quatro de seus irmãos, duas cunhadas e quatro sobrinhos. Pode se afirmar que o entrevistado (nº 17) é um homem de família.

O protagonista da história nasceu em Guamiranga, Paraná. Não lembra muito de sua vida no município natal porque desde criança sua família decidiu morar em Teixeira Soares. Ali, seus pais trabalhavam em roças alugadas plantando fumo convencional, seus avós também foram camponeses, mas tinham terra própria que com o tempo venderam.

Em 1999, foram convocados para acampar junto ao MST na antiga fazenda Santa Amélia, à espera da legalização de um assentamento de reforma agrária. No processo, existia uma única vaga de lote que estaria destinada para o pai, que já separado da mãe de seus filhos, não queria morar sozinho. Por fim, o entrevistado nº 17 e seus irmãos acamparam junto a seu pai, com a esperança de reunir a família após da legalização do local e obter mais de um lote. Comenta a respeito: “como nós somos uma família, nós queremos ir num lugar que vai a família toda”.

Afortunadamente para a família do entrevistado nº 17, conseguiram conquistar três lotes consecutivos, e cada irmão acampado assinar um CCU. A ideia era que seu pai morasse num dos lotes e sua mãe em outro. Quando foram entregues os lotes, o restante de irmãos chegou ao Contestado, mas não se adaptaram e foram embora.

O entrevistado qualifica os respectivos lotes familiares entregues como “terras fracas e arenosas”, mas pela ideologia do Movimento e o tipo de assentamento que ia se construir, decidiram começar a trabalhar na produção agroecológica. Ficaram dois anos e decidiram mudar definitivamente à produção convencional:

Daí a princípio, no começo quando viemos pra cá, era para trabalhar na agroecologia, daí como *tava* muito difícil, não tinha recurso, no começo *nós tinha* até dificuldade, até fome *passemo*, e tinha que ficar um pouco aqui, daí sai hora de trabalhar por dia, juntava um dinheirinho, voltava pra se manter aqui. Daí, era pra trabalhar agroecologia, aí *acabemo* plantando umas soja, mas *sofrimo* com a agroecologia, não sei o que não deu certo... a venda. A gente acabou vendendo convencional, daí *acabemo* desistindo da agroecologia, *viremo* pro convencional (ENTREVISTA N° 17, 2017).

Por fim, este grupo camponês acabou se subordinando ao capital, pois desde esse momento, o entrevistado e seus irmãos não voltaram, nem aspiram voltar, à produção agroecológica. Afirma que o motivo pelo qual decidiram mexer com esse tipo de produção havia sido pela influência do Movimento: “pra ideologia do Assentamento é ser agroecológico né, mas *acabemo* vendo que pra nós não ia evoluir, não ia dar futuro, dai *acabemo* trocando” (ENTREVISTA N° 17, 2017).

Um aspecto decisivo na mudança do tipo de produção foi a prévia experiência com as culturas convencionais. Conhecer cultivos, químicos, agrotóxicos, atravessadores e técnicas convencionais facilitou a transição de produção.

O entrevistado n° 17 explicou que outros motivos que convenceram a família de mudar de tipo de produção foram as pragas; pestes; alto custo e investimento em mudas orgânicas; projetos nacionais com pouca remuneração (nesses anos, o pago era 4 mil reais por ano); controle do tamanho uniforme dos produtos para poder ser vendidos aos projetos PAA e PNAE, além do alto custo de compra e venda de produtos agroecológicos no mercado geral.

Para o entrevistado esses aspectos são de tamanha importância porque afetaram negativamente a economia familiar. Desta forma, a opção convencional se converteu numa saída laboral, que ao ser experimentada previamente no meio cotidiano do entrevistado, adquiriu maior confiança na sua implementação.

O assentado entrevistado, ciente da existência da cadeia do agronegócio que faz parte ao cultivar monoculturas como soja e milho, depender de mudas convencionais e transgênicas, químicos e maquinarias pesadas, aceita que ele e

sua família são subordinados economicamente ao capitalismo. Para a Via Campesina (2004), este tipo de situação representa um risco de dependência e justificação de uma necessidade de integração entre economias capitalistas e camponesas, assim:

Essa proposição ganha força na medida direta em que os camponeses (assentados) de diversos assentamentos de reforma agrária do país vão encontrando na integração com as agroindústrias e na utilização das sementes transgênicas uma forma cômoda de geração de renda em curto prazo (VIA CAMPESINA, 2004, p.146).

Essa noção discursiva da Via Campesina também replicada no Movimento e, portanto, nos militantes do Assentamento, trouxe como consequência discussões internas entre famílias produtoras convencionais e agroecológicas. No caso do entrevistado nº 17, segundo sua testemunha, desnecessárias brigas e ameaças de expulsão. Explica que:

No assentamento é muita briga de agroecologia. Agora até que não, mas uns cinco anos atrás, os convencionais e orgânicos não podiam nem se ver. Eu mesmo nunca vi *deferência* nenhuma, na minha opinião, cada um deve seguir o que acha que fica melhor, se dá bem com o orgânico vai em frente, é bom isso, mas eu mesmo não consegui. Não tenho esse preconceito de orgânico e convencional, mas eles têm desconfiança, sempre teve isso, agora até que não, tá mais calmo, mais uns quatro ou cinco anos atrás era terrível (ENTREVISTA Nº 17, 2017).

A versão do entrevistado nº 17 coincide com testemunhas de outros assentados, os quais manifestaram incerteza na sua permanência no Assentamento por mudar de produção agroecológica para convencional. Como visto no capítulo 2, era comum afastar do território as famílias que não cumpriam as regras do Assentamento. No caso do assentado entrevistado e sua família, não foram expulsos porque evitaram ao máximo as brigas com as lideranças, evadiam conversações sobre o convencionalismo e tinham afinidade a maioria de aspectos ideológicos do MST.

Nós não batia muito de contra, tipo não concordo, não discordo sabe. Daí a mãe tinha um medo, quase morria do coração, que as expulsões eram assim, os cara *tava* ameaçado de expulsão, mas não acreditavam, e *tava* de noite, os cara tudo dormindo pegava a massa e vai. Você não vai por querer, você sai arrastado. Daí dá um dó, ver as pessoas na beira da estrada, assim, no próprio tempo, sem nada... (ENTREVISTA Nº 17, 2017).

Atualmente, como manifesta o entrevistado, existe maior tolerância às escolhas produtivas de cada família, não obstante, esse episódio ficou como um precedente na convivência do Assentamento. É por isso que o entrevistado acredita que pagar pela titularidade (Título de Domínio⁶⁴) do lote pode ser positivo, pois diminui o risco de ser expulso da terra conquistada. Ele e seus irmãos confiam na sua capacidade para trabalhar e poder pagar a dívida, explicou que assim como conseguiu pagar créditos para a roça e construção da casa, poderia pagar a titularidade. Por enquanto, é uma situação distante de acontecer, porque não foi aprovada legislação ao respeito.

O entrevistado não concorda com a agroecologia e prefere a propriedade privada devido às brigas pela produção. Não obstante, valora a luta pela terra que empreendem movimentos sociais como o MST. Entre suas experiências no Movimento relata que há oito anos contribuía como coordenador de seu núcleo de base e coordenador do setor de base da produção, não obstante, a ilusão de trabalhar pelo bem-estar coletivo morreu com a baixa participação dos assentados nas reuniões, o preconceito pelos tipos de produção e se limitar a repassar informações provenientes da direção estadual e nacional do Movimento.

Eu fui oito anos coordenador, isso aí, com esse nome, na sede, eu ia o dia inteiro, mas nada resolvia, só papo, papo, eu ia lá e o caboclo já vinha com o papel tudo *assinadinho*, mandando repassar pros outros, e o burro ia lá repassar pros grupo, ficava debatendo o dia inteiro uma coisa e eu sozinho ia lá e resolvia. Na verdade os *coordenador* de grupo é só pra avisar alguma coisa, mas não resolve muito (ENTREVISTA N° 17, 2017).

Sob essa percepção das funções desenvolvidas por ele, como “nada evoluía”, decidiu se focar na sua família, lote e produção. Sobre este último aspecto, narra que sempre trabalhou com as mesmas culturas porque são rentáveis e oferecem estabilidade econômica a sua família nuclear.

Nos cultivos do entrevistado são predominantes a soja e o milho, culturas convencionais vendidas à Cooperativa Bom Jesus de Lapa, Paraná. Apesar desses monocultivos abarcarem a maior parte da extensão territorial de seu lote, afirma que o hectare de morango produz renda suficiente para viver comodamente: “morango é

⁶⁴ É um instrumento legal que transfere definitivamente o imóvel rural ao beneficiário da Reforma Agrária, contrário ao CCU que transfere o lote de forma provisória, mas assegurando acesso à terra, créditos e demais programas (INCRA, 2017).

só um pedacinho e dá uma renda maior, a soja é bastante e.... é porque não dá pra deixar a terra sem nada, daí planta soja pra lucrar mais, mas o morango é o que dá mais, nem comparar com soja, milho, nada” (ENTREVISTA N° 17, 2017).

IMAGEM 25 - Cultivo de morangos convencionais em estufas e chão



Fonte: A autora, 2017.

Segundo o assentado, para cultivar morangos, ele compra aproximadamente 4 mil mudas convencionais por cada produção. Como resultado obtém em torno de 5 mil caixas do produto. A coleta é feita duas vezes por semana e para esse momento seus irmãos e cunhadas contribuem com o trabalho: “... coletivo só na hora de um plantio ou uma coleta, depois trabalha individual” (ENTREVISTA N° 17, 2017).

Implementa nas suas três principais culturas adubos químicos e agrotóxicos para controlar pragas, em especial lagartas *Spodoptera eridania*, *Spodoptera frugiperda* e *Helicoverpa spp.* Estes são insetos que aparecem com frequência na soja e milho, se caracterizam porque migram com facilidade aos morangueiros, atacam as folhas das mudas principalmente no período noturno e quando os plantios logram crescer, arremetem nas flores e frutos, permitindo assim, a entrada de fungos e pragas secundárias (BERNARDI et al., 2015).

Ciente da constante manipulação de agrotóxicos, o entrevistado n° 17 afirma que usa exclusivamente químicos sintéticos por sugestão do agrônomo: profissional contratado mensalmente para revisão dos cultivos familiares. Ainda com essa medida técnica, manifesta que ele e seus irmãos já tomaram cursos de manipulação de agrotóxicos, armazenamento, fumigação, preparo de caldas, cuidados com as abelhas, importância do uso de macacão, lavado de maquinarias, etc.

IMAGEM 26 - Alguns insumos convencionais usados em janeiro de 2015

PARA CADA MIL PLANTAS			POLVORIZACAO		
DATA	PRODUTO	QUANTIDADE	DATA	PRODUTO	QUANTIDADE
22/01/2015	MAG FLO +	50 ML	23/01/2015	PLATINUN NEO +	20 ML P/20 LITROS DE AGUA
24/01/2015	AGUA			SUPRA TRACE 10 +	40 ML P/20 LITROS DE AGUA
26/01/2015	ADUBO 10 10 43 +	300 GRAMAS	27/01/2015	PLATINUN NEO +	20 ML P/20 LITROS DE AGUA
28/01/2015	SUPER BORO	35 ML		SUMILEX	20 GRAMAS P/20 LITROS DE AGUA
30/01/2015	RIBUMIM +	300 ML	02/02/2015	SCORE	10 ML P/20 LITROS DE AGUA
01/02/2015	CALCIO ENALTE	100 ML	08/02/2015	SUPRA S +	40 ML P/20 LITROS DE AGUA
03/02/2015	ADUBO 10 10 43 +	300 GRAMAS		FROWNID +	20 ML /20 LITROS DE AGUA
05/02/2015	HIGH ROOTS	50 ML			
07/02/2015	MAG FLO +	50 ML			
09/02/2015	AGUA				
11/02/2015	ADUBO 10 10 43 +	300 GRAMAS			
13/02/2015	AGUA				
15/02/2015	CALCIO ENALTE	100 ML			
17/02/2015	RIBUMIM +	300 ML			
19/02/2015	ADUBO 10 10 43 +	300 GRAMAS			
21/02/2015	SUPER BORO	35 ML			

Fonte: A autora, 2017.

Se bem, o entrevistado n° 17 reconheça que deve ter especial cuidado com os agrotóxicos, afirma que consumir os produtos cultivados em seu lote não representa perigo algum para ele, sua família ou compradores. Acredita que após três dias de passar “veneno” este é eliminado pela planta, motivo pelo qual sente que não faz mal para os consumidores. Comenta ele:

Nois come normal, o que nois quer pra nois quer pros outros, [...] é que passou os três dias é como se fosse um morango normal. Os morango tão igual, se vier uma pessoa que fica meio desconfiada já vai falar “coma você primeiro” pra depois ele comer (ENTREVISTA N° 17, 2017).

Ao acreditar que os agrotóxicos não são prejudiciais para a saúde ou para os cultivos, planta também culturas de autossustento, como beterraba, alface e repolho, nos canteiros do morango. Isso com a finalidade de aproveitar espaço e sistemas de gotejo. Por tanto, não possui horta específica para esse tipo de alimentos. Outros produtos para autossustento são animais como vacas, galinhas e porcos.

Após do processo de coleta dos morangos, cultura mais importante no lote, estes são levados a um espaço destinado ao preparo para venda. Inicialmente são lavados, embalados em caixas e finalmente entregues a atravessadores, que depois revendem o produto na Central Estadual de Abastecimento - CEASA. Os morangos com maior grau de amadurecimento são vendidos como polpa: “nada se perde”.

IMAGEM 27 - Zona de preparo dos morangos e seu aspecto final para venda



Fonte: A autora, 2017.

Com a renda dos morangos, o entrevistado lembra que conseguiu pagar créditos de moradia e inversão. Exemplo disso é sua casa, a casa de sua mãe (no mesmo lote), compra de maquinarias e insumos: 2 tratores, pulverizador, nivelador, carretos, máscaras, luvas e roupas especiais para produção convencional.

O entrevistado nº 17 afirma que sua situação seria muito melhor se conseguisse vender os morangos na cooperativa do Assentamento, porque não dependeria dos atravessadores. Embora propusesse essa ideia, ela foi rejeitada imediatamente, por ser contraditória à agroecologia:

Nois queria dividir a Cooperativa, fazer pro convencional e pro agroecológico, pra vender os morango pela Cooperativa, mas não deu certo, que daí pra nós era melhor né, além de ficar pra Cooperativa um pouco e pra nois era mais fácil, mas não... tem que vender pros atravessador aqui (ENTREVISTA Nº 17, 2017).

A proposta do assentado era compartilhar espaços de processamento de alimentos, além de estabelecer uma divisão encarregada da venda dos produtos na Cooperativa Terra Livre. Acredita que essa poderia ser uma solução ante a discórdia

de produtores do Assentamento, pois com a aproximação de convencionais a espaços dos agroecológicos se conseguiria combater discriminação.

Embora se refira aos contribuintes da Cooperativa como seus amigos, e descarte maldade no fato de não ser aprovada sua proposta, adverte que é falência deles mostrar pouco interesse na assessoria da criação de outra cooperativa para produtos convencionais.

Um aspecto do qual é ciente sobre a rejeição de sua proposta, é a estrita normatização da Rede Ecovida para certificar produtos orgânicos, a qual não permite misturar espaços e equipamentos com produtos convencionais, pelo risco de contaminação. Caso a Cooperativa não cumpra com as normativas, pode ser multada com até R\$ 1 milhão de reais; ter suspensão da comercialização; condenação de produtos, rótulos, embalagens e matérias primas; inutilização do produto; suspensão da licença; e cancelamento da certificação (BRASIL, 2003). Portanto, a proposta de se inserir na Cooperativa, de certa forma, é inviável.

Percebe-se que em conjunto, os elementos do histórico de vida e as experiências em torno à produção do entrevistado nº 17, são fatores decisivos para ficar na produção convencional. O Assentado manifesta que por enquanto não vai mudar seu pensamento com respeito à agroecologia, isto é, porque no convencionalismo encontrou um estilo de vida que sustenta sua família sem dificuldade, oferece uma renda estável, tranquilidade e uma produção econômica pouco nociva com a saúde humana e acessível ao público consumidor.

Não obstante, o preço social que pagou por sua prática produtiva, pois agora existe maior tolerância dentro do Assentamento, é alta. A partir de sua decisão de transição ao convencionalismo, ele e sua família tiveram que suportar críticas e preconceitos por ser “*veneneiros*”, se enfrentar ao temor de ser expulsos, ver partir camaradas, perder amigos e não contar com o apoio de militantes do Movimento. Ainda com essas experiências, o entrevistado nº 17 é um homem tranquilo, amigável, disposto a procurar soluções e contribuir com atividades em prol do bem-estar da comunidade.

4.4. DUAS ESCOLHAS PRODUTIVAS, UM MESMO LOTE. HISTÓRIA DE UMA PRODUTORA MISTA

A personagem principal deste histórico de vida (entrevistada nº 15) é uma assentada de 50 anos, chefe de família, mãe solteira de quatro filhos, moradora do núcleo de base Iguaçu. É uma mulher alegre, inteligente, lutadora, trabalhadora, produtora agroecológica que, frente a dificuldades de saúde, decidiu explorar a produção convencional para obter maior renda e assim contribuir monetariamente ao desenvolvimento, principalmente, de seus filhos.

Nesse panorama geral, entende-se que a entrevistada nº 15 é uma atriz social que exerce um papel ativo na família, além de produzir e reproduzir o espaço que habita. Conforme indica Rossini (1993), na família, a mulher não é um sujeito isolado, mas é capaz de produzir e reproduzir os homens, que ao mesmo tempo, de forma coletiva, produzem e reproduzem o espaço social. Consequentemente, abordar o histórico de vida da entrevistada implica retomar relações sociais que em grande medida garantem a sobrevivência de seu núcleo familiar.

A entrevistada nº 15 nasceu em Rio Grande do Sul, mas na sua infância morou em Santa Catarina, onde permaneceu até 18 anos, idade que marcou sua vida porque casou. Após o marido perder as terras que o pai da entrevistada lhes deu por motivo do casamento, viraram sem-terra. É por isso que a entrevistada e sua família nuclear, depois de procurar sorte em Francisco Beltrão-PR, e Marmeleiro-PR, chegam ao Contestado na busca de terras onde solidificar sua existência. Atualmente, se sente tranquila e cômoda, e manifesta: “daqui não pretendo sair”.

De sua infância, lembra tenacidade por parte de seu pai, um homem camponês, estrito com o trabalho da terra e a perda de tempo. Os rasgos de personalidade de seu pai significaram para ela, sua irmã e três irmãos, deixar de estudar após de Fundamental I, isto, para contribuir com as tarefas domésticas e da roça. Com tristeza, narra que queria continuar estudando para ser freira, viajar e levar a palavra de Deus aos diferentes lugares. No entanto, quando manifestou seus interesses de vida, seu pai bateu nela e argumentou que devia trabalhar “você não vai, não vai, vai trabalhar na roça, tem que carpir, tem que fazer isso, aquilo...”.

Percebe-se que o valor do trabalho na roça é superior a qualquer outra atividade, pois se sobrepõe ao progresso acadêmico e intelectual da entrevistada nº 15. Para o pai da protagonista desta história, acabar os estudos não era prioridade, bastava com que ela aprendesse a ler, escrever e realizar cálculos matemáticos básicos. Sobre este aspecto, ela confessa que embora tenha aprendido estes procedimentos, tem dificuldade na leitura e escrita; por outra parte, as operações básicas ela desenvolve na calculadora, porque às vezes não lembra como executar.

Outro aspecto que a impediu de procurar seus sonhos fora de casa, foi a paralisia de pernas de sua mãe. Assim, desde criança teve que assumir responsabilidades como cozinhar, cuidar seus irmãos, limpar a casa, entre outras tarefas:

Nós com oito anos *tinha* que fazer o pão no forno, porque a mãe paralisou as perna, tinha o nenê pequenininho, nós *era* em duas *irmã*, nós *tinha* que levantar de madrugada, dar o nenê de mamar, fazer o pão, tratar dos *bicho*, tirar leite, tratar da casa e dos outros *irmão mais pequeno*, e ainda ir na roça, que o pai não deixava nós ficar em casa” (ENTREVISTA Nº 15, 2017).

Comenta a entrevistada nº 15 que sua rotina iniciava todos os dias desde 5 horas da manhã até quase meia noite, pois ao chegar em casa entre 17 e 18 horas, após do “serviço na roça” tinha que cozinhar, lavar louças, roupas, tomar banho etc. De acordo com a entrevistada “não tivemos infância, não tivemos descanso”.

Observa-se que o trabalho na roça era a atividade mais importante a desenvolver, embora o trabalho doméstico fosse invisibilizado, porque “no modelo tradicional a mulher desempenha o papel doméstico, garantindo a reprodução familiar” (PEREIRA; REIS; OLIVEIRA, 2012, p. 92). Segundo as autoras, neste modelo tradicional, a divisão social e técnica do trabalho é resultado de uma diferenciação biológica e social, onde relações sexuais e hierárquicas de poder apresentam o trabalho masculino como um elemento superior àquilo realizado pela mulher.

Nesse contexto de constante sacrifício, conheceu o homem com quem se casou. Como presente pela nova etapa, seu pai deu 15 alqueires de terra, uma casa, carro, criação e um ano de comida para o casal se dedicar a trabalhar sem preocupações. Não obstante, a decisão de criar um coletivo de trabalhadores, com

empréstimos de inversão, dívidas no nome do marido e múltiplas contas atrasadas, foram a causa da perda dos bens adquiridos.

Outro aspecto marcante na juventude da entrevistada nº 15 foi a perda de seu primeiro filho. Narra que quando tinha 20 anos ficou grávida pela primeira vez, mas por excessivo trabalho, a gravidez não teve sucesso. Comenta da seguinte forma: “eu fui trabalhar, plantar milho assim que tinha derrubado o mato, e o sol muito quente, decerto *forço* demais... tava de três meses”.

Como exemplificado neste trecho do histórico, existe sobre-esforço feminino ao ser concretados tempos para o trabalho na produção e tempos para labores da casa. Em vista do trabalho doméstico ser considerado como “tarefa leve”, a mulher acaba exercendo ações no lar e contribuindo também na agricultura, pois esta é considerada como a verdadeira “tarefa pesada”, que precisa de mão-de-obra para o pleno sucesso (PEREIRA; REIS; OLIVEIRA, 2012). No caso desta história, o sobre-esforço feminino e invisibilização de tarefas foram causas da deterioração da saúde da entrevistada, e a posterior interrupção da gravidez. Dois anos após deste trágico acontecimento, a entrevistada teve uma filha, e ano e meio depois, a segunda.

Com essas duas crianças, o casal decidiu migrar ao Paraná em busca de trabalho como boia-fria. Finalmente, o marido da entrevistada acabou se tornando militante e contribuinte da Pastoral da Terra, até que em 1999, foram convidados para ocupar a antiga Fazenda Santa Amélia, sede da Incepa que tinha terras improdutivas e dívida com a União. Desse convite, as palavras que mais lembra foram “ó, tem vaga lá”, “aí, nós não pensamos duas vezes *né*, e viemos”.

Assim, chegaram no dia da ocupação do local, que segundo a entrevistada, “foi bem pacífica sabe”, já que a luta pela terra começou em meses anteriores, com o acampamento no Centro Cívico de Curitiba, atividade na qual participavam de forma alternada suas filhas ou seu marido. Desse período, para a entrevistada, foi significativo o despejo iniciado pela polícia, porque nesse dia, suas filhas, junto com outros militantes, foram retiradas do centro cívico e deslocados em ônibus para fora da cidade.

Se bem os militantes tenham sido despejados daquele lugar, a luta pela terra e o ideal da reforma agrária continuou no Acampamento Contestado. Para esse momento já se falava da construção de um território com caráter agroecológico:

Desde o começo do acampamento, quando acamparam no Centro Cívico, já era sobre agroecologia que a gente falava, quando nós *viemo* de lá pra cá (Marmeleiro), nós já *sabia* que tinha que ser tudo orgânico, que tinha que ser na agroecologia, tudo assim, nós já *sabia* que ia ser assim (ENTREVISTA N° 15, 2017).

Durante o ano de acampamento, a família nuclear, o mesmo que outras famílias, se sustentaram com doações de comida, que era administrada pela coordenação do acampamento. Eram entregues cestas com “mercado que tava pra vencer, massas de pastel, pizza, arroz, feijão, fubá, essas coisas...”. Além disso, plantavam para autossustento produtos como milho, soja e feijão.

Segundo a entrevistada n° 15, o acampamento era organizado porque já existiam setores de base com suas respectivas coordenações: pastoral da criança, saúde, educação, finanças, infraestrutura e gênero. Naquele tempo ela contribuía no setor de gênero, porque se sentia identificada. Naquele espaço, se discutiam temas como machismo, cuidado do lar e divisão de tarefas. Desafortunadamente, não participavam os homens da comunidade, aspecto que ainda continua sem mudar.

Desse período, um aspecto que acredita marcante para todos, foi a expulsão de várias famílias, algumas por violência à mulher. Nestes casos, contraditoriamente, a mulher era expulsa com seu abusador:

E no começo foi despejado um monte por causa de que eram muitos machistas, eles achavam... eles escravizavam as mulher deles, dentro da casa, fora, batia, e faziam um monte de coisa, aí a coordenação se reunia e expulsavam eles, a família, só que a mulher expulsa junto, porque a mulher era expulsa junto com as crianças e tudo né, não sei se era certo ou errado, o que eles faziam nessa época (ENTREVISTA N° 15, 2017).

Isso, de certa forma, era permitido porque o machismo se comentava nas reuniões, mas não era denunciado. Para alguns acampados, essas situações eram comuns nas famílias e não eram motivo de alarme. Só com constantes formações sobre a importância de denunciar a violência familiar “as *mulher* se acordaram e foram avançando mesmo”.

Além destas lembranças pouco agradáveis, um acontecimento que trouxe felicidade foi o nascimento de seu terceiro filho, último fruto de seu casamento. A entrevistada nº 15 decidiu se separar do pai de seus três filhos porque era vítima de violência feminina, psicológica, física e econômica. Exemplo disso é a seguinte narração:

Eu estava sempre sozinha em casa (o marido atuava na frente de massas do Movimento), aí já não deu certo porque ele ia levando tudo o que eu tinha na casa, e saía com as outras *mulher* e gastava tudo, foi *jugando* tudo o que eu tinha, e eu ficava com as crianças em casa trabalhando, aí, eu pagava o colégio pras meninas, roupa, comida, tudo sozinha, sempre me virei sozinha depois que casei, né? (ENTREVISTA Nº 15, 2017).

Afirma a entrevistada que a convivência se tornou tensa até o ponto em que a violência foi mútua. Ela reconhece que um dia, por causa de uma situação incômoda, queria botar fogo em seu marido:

Quando que ele entrou pra parte de trás do carro, para tirar os salgadinhos e outras coisinhas que ele tinha comprado, eu taquei fogo nas roupas dele e joguei dentro do carro, mas eu queria queimar ele né, daí queimou a barba, fazia 12 anos que ele não cortava a barba, parecia um bandido, aí queimou a barba, a camisa, mas ele ficou amarelo, amarelo, tremendo, e eu dizia “me chame de tonga... porque você é uma tonga, não sabe nada...” por mim queria matar ele, queimar ele né, porque pegou fogo e tudo né, e o carro tava quente e tinha 5 litros de gasolina na frente, porque o tanque do carro tava furado, quando ele deu um estouro ele foi tão ligeiro em sair pra fora e eu peguei a chave do carro e joguei dentro de um açude que tinha lá, mas depois que o carro tava queimado eu di tanto machado no motor do carro, amassei tudo, não prestou nem pra ferro velho (ENTREVISTA Nº 15, 2017).

Nessa mesma linha de maltrato, narra que o marido “ergueu a mão, até a faca ergueu uma vez, porque eu pedi pra ele me ajudar a pagar a luz *né?*”. Em vista da infelicidade mútua, sentimentos de desonra, humilhações e tristezas, ela acabou se separando, ficando com os três filhos e o CCU do lote. A entrevistada defende que os anos seguintes à separação não foram fácil de superar, mas com seu ex-marido viver também não representava maior satisfação. Com o resultado de seu trabalho conseguiu construir sua casa, manter seus filhos e viver tranquila.

IMAGEM 28 - Vista parcial da casa do lote e o quintal da entrevistada n° 15



Fonte: A autora, 2017.

Uma situação da qual a entrevistada n° 15 sente tristeza é que em meio do conflito com seu ex-marido, suas filhas não tiveram uma infância feliz. Elas tiveram que ajudar com as tarefas da casa e da produção, além de estudar, às vezes assistir a aula sem comer. A assentada entrevistada relata que enquanto uma das meninas trabalhava na roça, outra ficava em casa fazendo almoço e cuidando da criança mais nova. No entanto, hoje se sente tranquila e orgulhosa, pois graças a seu esforço as filhas são profissionais, uma é veterinária formada em Cuba e outra docente.

O meio de trabalho da assentada sempre foi a produção agroecológica. Desde que chegou ao Contestado esteve de acordo com esse tipo de produção, porque considera benéfica para a saúde. Para ela, “agroecológico toda a vida é melhor *né*, pra saúde da gente”. Por meio da Cooperativa Terra Livre, obteve renda da venda de produtos para PAA e PNAE. Não obstante, aspectos que desmotivaram sua produção foram a demanda de dinheiro e o baixo retorno monetário:

Tudo comprava, por isso que é muito, dava uma rendinha a mais bem na ponta da caneta, não sobrava pra gente, porque ia comprar o adubo, que tinha que comprar, tinha que arrumar todo o dinheiro antes de chegar o adubo e as *muda*, você encomendava tinha que pagar antes deles virem, *daí* o serviço água, luz, *daí* era um gasto, nossa...

Às vezes eu não vendia *por causa que* o preço era muito baixinho, o produto que vende não tem preço quase, que nem alface, agora não sei que preço que tá, mas não chegava a 50 centavos, daí tinha que ser pé grande, não podia ser pequenininho, era muito baratinho, daí perdia bastante (ENTREVISTA N° 15, 2017).

Foram 17 anos trabalhando na produção agroecológica, até desistir parcialmente por questões de saúde. Acredita que foi castigada por Deus com a fratura de uma perna por trabalhar em Corpus Christi. Após a cirurgia, não conseguia se manter em pé, e o mato rapidamente se apropriou do lote, os insetos estragaram os cultivos e sozinha não conseguiu manter a produção: “ó, têm 8 parafuso, aqui a cortina de ferro [...]. Daí não consegui mais virar a terra, até virei um ano, mas começava a doer muito meu pé, não venci mais, daí a horta eu abandonei porque não conseguia mexer” (ENTREVISTA N° 15, 2017).

Por causa da dor na perna, decidiu produzir de forma convencional, pois na agroecologia, por experiência, afirma que: “tem muito bichinho que ataca, o mato, daí você não controla, vem demais, daí você não vence e perde muita verdura, muito produto que não consegue limpar”.

A entrevistada considera que os produtos convencionais são veneno, mas são fáceis de trabalhar e dão maior renda. Aproveitando que o lote produtivo fica distante da casa, (ao morar em agrovila, vive num hectare, os 9 hectares restantes ficam a 15 minutos caminhando), com um assentado, plantou soja e feijão convencional para vender na Cooperativa Bom Jesus. Aclara que não é arrendamento do lote, isso é ilegal, mas seu parceiro faz a maior parte do trabalho “ele mesmo vende. Planta e vende pra Cooperativa, tira as nota e tudo, aí ele vende minha parte, eu só pego o dinheiro”. Confessa que só no dia da coleta contribui com mão-de-obra.

IMAGEM 29 - Produção convencional no lote da entrevistada n° 15



Fonte: A autora, 2017.

A renda é principalmente produto da venda das culturas convencionais. Para aumentar seus ingressos, trabalha dois dias na semana coletando morango convencional no lote de um assentado. Por vários anos, também recebeu salário pela sua contribuição na cozinha da ELAA.

Um aspecto que chama especial atenção é que a entrevistada nº 15 não consome da produção convencional. Argumenta que: “tem veneno *né?* (risos), pra mim comer, eu planto tudo sem veneno”. “O que eu planto no convencional é vendido, só que eu não como, mas outros comem né, isso que é ruim”, indica com sentimento de culpa.

Outro de seus argumentos sobre a decisão de produzir convencional é o fato de trabalhar sozinha, pois suas filhas não moram no Assentamento, seu terceiro filho é menor de idade e seu quarto filho (produto de seu atual namoro), é uma criança de 7 anos: “Eu não vencia, sempre sozinha, os *piá* estuda, não tem como *trabalhá* direito, por causa desse conselho, ele é menor, tem 16 anos e não tem como eu puxar ele direito na roça”.

Conforme a testemunha da entrevistada, no hectare onde mora tem uma horta com produtos orgânicos, os quais são a base da alimentação diária.

IMAGEM 30 - Horta e pomar do lote da entrevistada nº 15



Fonte: A autora, 2017.

Alguns produtos que podem ser encontrados na horta e o pomar da entrevistada são:

QUADRO 4 - Plantas cultivadas no lote da entrevistada nº 15

Categoria	Espécies de plantas (nome comum)
Hortigranjeiro	Salsinha, beterraba, milho, mandioca, couve, açafrão, batata, abobrinha, tomate, cebola, vagem, chuchu, cenoura, repolho, pimentão, orégano, alho.
Pomar	Amendoim, banana, limão, pêssego, nectarina, maçã, jabuticaba, maracujá, lima, goiaba, ameixa, abacate, amora.
Medicinal	Alecrim, Melissa, hortelã, sálvia, manjerona, folhas das frutas, babosa.
Outras	Capim, eucalipto.

Fonte: A autora, 2018.

Embora atualmente não produza orgânico para venda, continua usando calendário biodinâmico, pois acredita que desta forma tem sucesso em seus cultivos. As frutas, como as verduras, são para consumo familiar, enquanto as plantas medicinais são aporte para casa e para o setor de saúde, espaço do Assentamento no qual contribui ativamente. Comenta que após a fratura da perna, a bioenergia e auriculoterapia foram de grande ajuda para calmar a dor. Com sua experiência, se interessou em aprender sobre saúde homeopática. No setor, algumas funções que exerce são: “colher chazinho (plantas medicinais), participar das *reunião*... agora nós *vamo* fazer a horta da plantação do chá, essas coisa, participar de cursos...”.

Por enquanto, a entrevistada nº 15, procura viver de forma tranquila, liberada da figura machista em sua vida, com a prioridade de formar seus filhos mais novos como homens que não reproduzam violência e aprendam a valorizar a figura feminina no lar.

4.5. UM CASO PARTICULAR DE PRODUÇÃO

O assentado desta história, entrevistado nº 18 na pesquisa, é um sujeito masculino, com mais de 50 anos, único morador do núcleo de base Iguaçu. É um produtor convencional, homem solitário em sua terra, amigo de outros assentados e

pai orgulhoso do progresso acadêmico e pessoal de seus filhos que, em termos gerais: “graças a deus estão bem de vida”.

Apresenta-se a história do entrevistado nº 18 como um caso particular de produção porque, além de ser o único integrante do núcleo Iguaçu que não mora na agrovila, a idade e a dificuldade de produzir sozinho obrigaram este assentado a pagar pela realização de qualquer trabalho em seu lote.

Este sujeito nasceu em Natal, Rio Grande do Norte. Comenta que sempre se dedicou a trabalhar no campo, a maioria de lembranças de sua infância são nas roças onde trabalhava com seus pais que era arrendatários e não conseguiram chegar a ser proprietários da terra: “quando novo, trabalhava na terra dos outros, nasci e me criei trabalhando pros outros, comecei a trabalhar com sete anos de idade pra ajudar meus pais”.

Os pais do entrevistado nº 18, e ele, estão inseridos no contexto de propriedade privada e mercado fundiário que, ao longo da história do país, tem promovido desigualdade e exclusão social nos diferentes tipos de trabalhadores da terra.

Conforme o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (2000) os arrendatários (denominação que recebem os pais do entrevistado, devido a sua atividade econômica), junto com parceiros e posseiros, compõem uma categoria de camponeses que somados as categorias de proprietários de imóveis com áreas que não alcançam a dimensão mínima da propriedade familiar, desempregados e trabalhadores sem-terra, conformam o público alvo para programas da Reforma Agrária.

Nesse mesmo âmbito, Almeida (2002) argumenta que os arrendatários são um número considerável de famílias produtoras vulneráveis economicamente ao se submeter à acordos monetários com proprietários de terras, além de politicamente ser vítimas da “[...] insegurança jurídica da propriedade arrendada, impunidade pelo burlamento das normas contratuais por parte do proprietário, etc.” (ALMEIDA, 2002, p.103).

Nesse contexto de desigualdade social, o assentado entrevistado em sua trajetória como arrendatário, se identificou com os ideais do MST e, decidiu participar

da luta pela terra. Visto que, tinha a finalidade de obter seu próprio lote e trabalhar tranquilamente com sua família. É assim que em 1999, informado pelos seus irmãos que moram em Curitiba, os quais tem contato com militantes do Movimento, acampou no Contestado: “eu cheguei e “nois tava” no frevo ainda né, da ocupação, entrei naquele “trevão”, deu uma escapulida e viemos pra cá”.

O entrevistado nº 18 lembra que gostava do período do acampamento pelos laços de coletividade formados nesse momento, foi por isso que não se importou em morar na única agrovila do Projeto de Assentamento “nas casas tudo junto”. Não obstante, seu lote produtivo ficou distante da agrovila (trajeto percorrido em 15 minutos, a pé) tendo que se deslocar até proximidades da linha férrea para trabalhar a maior parte do lote.

Por questões de comodidade, e ainda por sua esposa, que não queria morar perto dos vizinhos por motivos de privacidade, decidiram ir a morar no lote produtivo, se afastando da agrovila. No entanto, por problemas diversos, a mulher foi embora ficando assim sozinho: “aí eu tinha uma mulher durante o acampamento e passamos uns três anos juntos, ela morou uns três anos comigo aí não deu certo e agora eu tô só”.

Contudo, o entrevistado nº 18 resolveu ficar na casa construída em uma área da zona produtiva do lote. Pois, desta forma seria mais fácil cuidar de seus 10 hectares de cultivos. Atualmente vive sozinho, como ele afirma “sozinho e deus”.

Apesar de ter seis filhos, todos moram em Natal. São profissionais, estudantes ou empregados em fábricas, suas vidas são organizadas e bem-sucedidas, aspectos dos quais como qualquer pai responsável sente orgulho. O assentado entrevistado viaja várias vezes no ano para visitar seus filhos, o restante de seu tempo fica sozinho no lote. Manifesta que por enquanto não vai deixar sua terra, “só saio daqui quando morrer”, mas quando isso acontecer uma de suas filhas assinará o CCU: “eu pensei, porque tem uma filha que morou três anos aqui com eu, aí como ela tá empregada, trabalha na fábrica, quando mandarem embora aí nois conversa”, se referindo a ceder a terra para sua filha.

Por enquanto, o entrevistado nº 18 se dedica a cuidar do lote produtivo e suas culturas convencionais de feijão, soja e milho, produções que são vendidas à Cooperativa Bom Jesus.

IMAGEM 31 - Produção de soja e milho



Fonte: A autora, 2017.

O assentado afirma que na sua idade já não permite trabalhar como há uns anos atrás. É por isso que optou por retribuir economicamente ou com trocas de produtos à alguns de seus amigos do mesmo núcleo de base, pelo desenvolvimento das tarefas do lote quando for necessário. Segundo palavras do entrevistado nº 18:

[...] aí como eu não tô mais novo né, a idade tá chegando eu pago pessoa pra fazer cerca, eu pago pra plantar né porque com a maquininha... vou levando a vida assim. Pago pro pessoal daqui do grupo (Iguaçu), tudo pago, até pra quebrar milho, tudo aqui é pago (ENTREVISTA Nº 18, 2017).

Nessa lógica, pode se afirmar que no lote do entrevistado existem assentados do Contestado que são trabalhadores assalariados temporários, contratados

informalmente para exercer funções específicas, numa modalidade de emprego rural que geralmente é remunerada no final do dia, quando finalizar a tarefa solicitada, ou paga-se com uma parte do resultado final da atividade desenvolvida. Como aspecto negativo este tipo de trabalho omite relações formais de emprego e dificulta o acesso à direitos trabalhistas e previdenciários (GARCIA; GARCIA, 2017).

O trabalho assalariado temporal, como o mesmo entrevistado afirma, não é só para exercer funções relacionadas com a produção. Isso foi evidenciado no dia marcado para a entrevista nº 18 da pesquisa, pois no sacrifício de um porco destinado a carne da semana do assentado entrevistado, participaram dois homens e uma mulher, todos moradores do núcleo de base Iguaçu, que seriam retribuídos com parte da carne pela ajuda dispensada.

No lote do entrevistado, além de animais como porcos, existem vacas, patos e galinhas que oferecem alimentos de autosustento semanal a seu dono: leite, carne, ovos. Percebeu-se que um animal em destaque, não pelo autosustento, mas pela renda, é o peixe criado na lagoa do lote: tilápia (*Oreochromis aureus* e *Oreochromis sp*), carpa (*Cyprinus carpio*) e lambari (*Astyanax*). Estas espécies de peixes, que no momento da entrevista chegavam a 500 unidades, são vendidas aos vizinhos do Assentamento.

IMAGEM 32 - Trabalho em troca de uma parte do produto final e lagoa para produção de peixe



Fonte: A autora, 2017.

Espaços do lote que segundo o entrevistado n° 18 não precisam ser pagos à terceiros, tendo para seu cuidado a horta e o pomar do lado da casa. Os produtos cultivados nestes espaços são para autoconsumo e a diferença, é que o feijão, o milho e a soja da roça, não contem agrotóxicos. Alguns produtos que podem ser encontrados ao percorrer a horta e o pomar são: pêssego, uva, laranja, banana, tangerina, limão, alface, tomate, cebola, cebolinha, milho, batata, rúcula, couve, entre outros.

IMAGEM 33 - Hortifrutigranjeiro do entrevistado n° 18



Fonte: A autora, 2017.

Percebeu-se que o motivo da produção orgânica para autoconsumo é a facilidade de manipulação das culturas, pouca sensibilidade das mesmas às pragas e cultivo à menor escala para alimentar uma pessoa. Para o entrevistado n° 18, mais do que motivo de cuidado à saúde e à natureza, a produção orgânica representa economia no uso de agrotóxicos. Desta forma, pode-se afirmar que no lote não há produção agroecológica, mas orgânica.

Consequentemente, o assentado manifesta pouco interesse na saúde popular, conhece escassamente plantas medicinais úteis em seu lote e não

expressa maior simpatia pela medicina homeopática do centro de saúde Francisca Chica Pelega.

Embora destaca a importância de conquistas do Movimento que beneficiam a comunidade do Assentamento, como o centro médico, Cooperativa e a ELAA, denota um sentimento de insatisfação e desmotivação porque acredita que não existe organização apropriada por parte da militância para desenvolver ações administrativas:

As coisas não são organizadas aqui dentro, mais o menos vocês sabem né (se dirigindo as pesquisadoras Alejandra Amaris e Cleire Leager), que não é bem organizado, pelo tempo que eu tô aqui dentro que eles fala era pra ser outra coisa, isso daí, não sou contra, não tenho raiva nenhuma, ando em todas as casas e sou bem recebido, mas é muito desorganizado aqui dentro, fala uma coisa e depois não faz, não promete, eu digo essas conversas, até falei nunca fui numa reunião, fui uma agora, não adianta você fazer reunião, falaram mais nunca sai nada do papel (ENTREVISTA N° 18, 2017).

A percepção do entrevistado está baseada numa experiência de moradia de 19 anos no Assentamento, período de tempo que coincide com constantes problemáticas, dilemas e projeções de construção territorial que não têm sido fácil de resolver. Provavelmente estes aspectos não são simples de assimilar ao morar no ponto mais distante do centro do Assentamento, pois como o mesmo entrevistado afirma "olha, é muito difícil, difícil sair daqui".

Embora mantém excelente relação com seus vizinhos, isso não suprime a importância de se comunicar com outros membros da comunidade, coordenadores dos setores de base, participar das atividades do Assentamento e trabalhar coletivamente pelo benefício da comunidade. Acredita-se que estes aspectos sejam necessários para construir progresso e ultrapassar da teoria no papel à vida real, pois ao longo da conversa foi recorrente a expressão "o que eu posso dizer, não tenho ideia", denotando assim, pouca aproximação a realidade do Assentamento.

Por enquanto, o entrevistado n° 18 continua sozinho em seu lote, afastado espacialmente da comunidade, na espera de sua filha assumir o CCU e com percepções vagas sobre aspectos do Assentamento por falta de comunicação, distâncias, solidão, idade e desmotivação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi o resultado de uma proposta de pesquisa que buscou compreender as múltiplas dinâmicas sócio-territoriais tecidas no interior de imóveis improdutivos conquistados para fins da Reforma Agrária, concentrando-se no estudo de caso do Assentamento Contestado, localizado na Lapa, PR. Embora este seja um território relativamente novo, a partir de sua trajetória de dezenove anos é possível observar a existência de uma inseparável tríplice relação entre os sujeitos moradores, a terra e o MST. Considera-se que um deles não pode ser compreendido sem o outro, pois são estritamente interdependentes.

No caminho percorrido ao longo destes trinta meses, foram grandes os desafios a serem superados. Um deles foi a língua portuguesa. Como estrangeira, era necessário o aprendizado deste idioma para uma posterior compreensão do material consultado, além de ser o instrumento base para se comunicar com os sujeitos protagonistas da pesquisa. Embora é um aspecto que ainda continua se aperfeiçoando, cada dia representa uma nova oportunidade para melhorar. O mais difícil, como sempre, é iniciar.

O momento mais crítico da pesquisa em relação à pouca fluência no idioma foi o trabalho de campo. Um aspecto chave na resolução deste problema foi à aproximação progressiva em três fases junto aos sujeitos da pesquisa. Inicialmente com ajuda dos membros do GEGATE e as visitas bimensais se estabeleceram os primeiros contatos entre a pesquisadora e sujeitos de estudo, além de aproximação que permitiu reconhecer lideranças e distinguir espaços significativos para o coletivo dos assentados.

Numa segunda fase, em companhia de um membro do GEGATE, durante quatro dias no Assentamento, o campo de ação se estendeu a 44 lotes familiares, onde o questionário de caracterização e seus aplicadores foram bem-vindos. Foram reconhecidas, desta forma, a amabilidade, a receptibilidade e sobretudo, a paciência por parte dos camponeses, quem em repetidas ocasiões convidaram ao café da manhã ou da tarde, além da visita aos lotes produtivos.

Na terceira fase do trabalho de campo, a sociabilidade camponesa foi demonstrada nos agradáveis encontros com cada sujeito entrevistado. Estima-se que esta confiança com sujeitos externos ao Assentamento deve-se às constantes visitas de pesquisadores nacionais e internacionais que se interessam por estudar este território. Isto, além de facilitar as pesquisas, consolida o Contestado como um laboratório de práticas e coleta de dados sociais.

Outro aspecto que representou um desafio no desenvolvimento da pesquisa foi o escasso conhecimento do contexto histórico e social do país. Enquanto um estudante brasileiro de pós-graduação desde a escola teve contato com a história do Brasil, como estrangeira tive que aprender destes aspectos em menos de um ano, para poder compreender que a origem do problema da terra, a situação do campesinato e a importância dos movimentos sócio-territoriais com suas formas de atuar, são uma questão agrária latente, herdada das decisões de classes dirigentes no passado.

Apesar de na pesquisa não se retomarem densos aspectos de períodos históricos do país, pois é um estudo de caso centrado num assentamento rural, foi uma base de conhecimento entender que a luta pela terra tem suas origens com o latifundismo fortalecido em conjunturas histórico-geográficas como Capitâneas Hereditárias, sesmarias e Lei de Terras, tal como afirma Prado Junior (1957).

Agentes transformadores, como a Igreja Católica do Brasil, deputados, extintos e atuais movimentos sócio-territoriais envolvidos na luta por uma sociedade digna para os trabalhadores da terra, são cientes dos resultados históricos da propriedade privada, o latifundismo e da expansão do capitalismo em terras camponesas, pelo que seu foco de luta é a promoção da Reforma Agrária. Embora no Brasil ainda se esteja longe uma verdadeira Reforma Agrária, isto é, que distribua as terras equitativamente, estratégias de pressão social, como ocupações, acampamentos e assentamentos de imóveis improdutivos ou com dívidas da União, representam uma solução frente a esta situação.

Nesse sentido, entender aspectos histórico-sociais do Assentamento Contestado dirige novamente o argumento à luta pela terra, esta vez encabeçada especificamente pelo MST. Determina-se que a pressão política e social deste Movimento (manifestações, acampamento no centro cívico, ocupação do imóvel do

Grupo Incepa), tenha sido chave na aquisição da base material para o desenvolvimento de outras territorialidades.

Percebe-se o Assentamento Contestado como um território histórico e geográfico composto de varias dimensões sócio naturais. Inserido no contexto dos movimentos sócio-territoriais na luta pela terra e a Reforma Agrária, é um claro exemplo da materialização destes ideais, pois mais do que ser uma proposta discutida politicamente, passa à realidade por meio da ação concreta da ocupação do imóvel do Grupo Incepa.

Especialmente representa uma conquista do MST, pois no processo de resistência na terra logrou-se assentar 108 famílias. A participação destes camponeses no processo de organização espacial permitiu tomar decisões coletivas como a distribuição em forma de agrovila ou lotes independentes. Assim, mas do que um espaço, o Contestado torna-se um território comunicativo, interativo e reflexo de territorialidades e processos dialógicos na toma de decisões.

Com base em autores como Saquet (2011), Sack (2011) e Raffestin (1993), considera-se que a territorialidade no Assentamento pode ser evidenciada em quatro aspectos básicos: relações sociais, apropriação do espaço geográfico, práticas espaço-temporais e intencionalidades, sendo esta última o maior impulso para a efetivação das outras manifestações de territorialidade.

A partir das relações sociais estabelecidas entre lideranças do Movimento e as famílias militantes, se desenvolvem práticas espaço-temporais em cada uma das dimensões do território pesquisado. O que para o MST são setores de base, (Produção, Finanças e Infraestrutura, Educação, Saúde e Gênero, Esporte e Lazer) conforme a teoria, nesta pesquisa são identificadas como as estratégias de territorialidade majoritariamente visíveis na paisagem do Assentamento.

Na construção deste território, desde 1999 até dias atuais, contribui-se em forma de setores de base, pois esta é parte das ações de organização de territórios conquistados por parte do MST. Assim, em cada família, no mínimo um integrante desempenha uma função num setor. Embora isso não seja considerado como trabalho, a maioria destas funções são retribuídas economicamente, o qual contribui para a renda de algumas famílias.

Os setores de base do Assentamento com maior desenvolvimento são produção, saúde e educação. Cada um destes tem um espaço de ação determinado, construído a partir da luta e reivindicação de direitos. Localizado no centro do Assentamento, o setor produtivo possui a Cooperativa Terra Livre para comercializar culturas agroecológicas, isto, coerente com o projeto de desenvolvimento territorial traçado coletivamente por lideranças horizontais e famílias militantes. A Cooperativa representa um dos espaços mais importantes do Assentamento, pois é fundamental na aquisição da renda não só de produtores agroecológicos do Contestado, mas de municípios próximos.

Perto à Cooperativa, encontra-se a unidade de saúde “Chica Pelega”, inaugurada em 2017. Foi construída para oferecer medicina alopática e homeopática, de acordo com o interesse do paciente. A partir da inauguração, fortaleceu-se o setor de saúde, dignificando a vida dos assentados e ainda, respeitando suas escolhas de tratamento. No centro do Assentamento também se encontra o setor de educação, sendo este um dos setores mais importantes por oferecer uma gama de níveis escolares para diferentes necessidades: creche, escola, colégio, sede universitária.

Estes setores de base, incluindo aqueles que estão em processo de reestruturação ou desenvolvimento, acredita-se que são elementos (i)materiais dispostos no território que indicam controle de situações, fenômenos e recursos sócio-naturais do Assentamento. Portanto, a territorialidade apresenta-se num conjunto de relações sociais e da natureza que tem lugar num determinado contexto histórico-geográfico.

Como visto ao longo da pesquisa, o MST enquanto figura social foi de grande importância no entendimento da construção e organização territorial do Assentamento Contestado, no entanto as famílias assentadas também representaram vital importância no entendimento deste território.

Deste modo, os camponeses do Assentamento foram compreendidos como classe social, atores teóricos, sociais e políticos, cientes de um passado de desigualdade social, consequência do capitalismo imperante. Nesse contexto, sua busca pela autonomia de produção e permanência num estilo de vida herdado de anteriores gerações, fortaleceram vínculos ideológicos com o MST, motivo pelo qual

decidiram empreender a campanha de ocupação e acampamento no imóvel da Incepa. Embora não todas as famílias tenham chegado no primeiro ano de resistência na terra, o restante foi chegando com o passar dos anos, motivados por alcançar uma vida rural digna, uma terra familiar, e um credenciamento como assentado ante entidades bancárias. Sobre a categoria social de assentado, estes camponeses conseguiram construir vivendas dignas e aceder a créditos para inversão nos lotes.

Em cada lote predomina como atividade principal a agricultura. Seja na produção de culturas agroecológicas ou convencionais, as práticas empregadas são adquiridas a partir da experiência familiar e saberes populares que passam de geração em geração.

Falar de 108 famílias é um árduo trabalho, que representaria, no mínimo, escrever uma nova dissertação para relatar um sem número de históricos e experiências de vida por contar. No entanto, quatro delas, cada uma com um modo de produção familiar e não-familiar diferente (agroecológico, convencional, misto), são dignos representantes do campesinato militante no Assentamento.

Seus dilemas e perspectivas, principalmente, giraram em torno à família e aos lotes produtivos, fatores decisivos em se assentar no Contestado. A partir de suas testemunhas, pudemos observar uma ampla experiência de trabalho na terra e uma capacidade de resistência ante diversas adversidades cotidianas. Entre memórias, experiências e vivências camponesas, certamente o diálogo estabelecido entre sujeitos-objetos do Assentamento com a pesquisadora, foi crucial no desenvolvimento desta pesquisa.

Entre teoria e aspectos empíricos, entende-se que o conteúdo dedutivamente apresentado concluiu os seus objetivos, pois procurou reconhecer, identificar, caracterizar e ilustrar a forma na qual tem sido construído o Assentamento Contestado: terra camponesa de lutas, resistências e Reforma Agrária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Saraí Boroja. Fórmulas para el cálculo de la muestra en investigaciones de salud. **Salud en Tabasco**, Tabasco, v. 11, n. 1-2, p. 333-338, jan/ago. 2005.

ALBERTI, Verena. O que documenta a fonte oral? Possibilidades para além da construção do passado. In: SEMINARIO DE HISTORIA ORAL, 2., 1996, Belo Horizonte. **Trabalho apresentado à mesa-redonda “ouvir e narrar: métodos e práticas do trabalho com História Oral”**. Belo Horizonte: UFMG, 1996. P. 1-12.

ALMEIDA, Patrícia Jose de. **Arrendamento e acesso à terra no Brasil**. 2002, 272 f. Dissertação (mestrado em Desenvolvimento econômico, Espaço e Meio Ambiente) – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida; PAULINO, Eliane Tomiasi. Fundamentos teóricos para o entendimento da questão agrária: breves considerações. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 113-127, jul./dez. 2000.

ALONSO, Ângela; COSTA, Valeriano; MACIEL, Débora. Identidade e estratégia na formação do movimento ambientalista brasileiro. **Novos estudos**, n. 79, p. 151-167, nov. 2007.

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANDRADES, Thiago Oliveira; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, v. 21, p. 43-56, 2007.

BERNARDI, Daniel. et al. **Guia para a identificação e monitoramento de pragas e seus inimigos naturais em morangueiros**. Brasília: Embrapa, 2015.

BOGO, Ademar. **Arquiteto dos sonhos**. São Paulo: Expressão Popular Ltda, 2003.

_____. MST e a cultura. **Caderno de Formação nº 34**. 2000.

_____. Trabalho de base e a abrangência do método. In: MST. **Método de trabalho de base e organização popular**. São Paulo: Setor de formação do MST, 2009.

_____. **O vigor da Mística**. São Paulo: MST, 2002.

BORDIEU, Pierre. A casa ou o mundo às avessas. In: CORRÊA, Mariza. **Ensaio sobre a África do Norte**. Campinas/SP: IFCH/Unicamp, Edição Revisada e Ampliada do Texto Didático n. 16, 2002, p. 89-112.

BRANDFORD, Sue; ROCHA, Jan. **Rompendo a cerca a historia do MST**. 1 ed. São Paulo: Casa Amarela, 2004.

BRASIL. **Assentamentos Brasil**. Brasília: INCRA, 2018. Disponível em: <http://acervofundiario.incra.gov.br/i3geo/geodados/ASSENTAMENTOS_BRASIL/>. Acesso em: 16 fev. 2017.

_____. **Bases cartográficas**: malha digital municipal do Brasil: situação em 2015. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://mapas.ibge.gov.br/bases-e-referenciais/bases-cartograficas/malhas-digitais>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nº 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo nº 186/2008. Coordenação de Edições Técnicas: Brasília: Senado Federal, 2016. 496 p.

_____. Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. **Assentamento referência em agroecologia no Paraná implanta horta mandala**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/assentamento-referencia-em-agroecologia-no-parana-implanta-horta-mandala>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Imóvel rural improdutivo**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/imovel_improdutivo>. Acesso em: 26 abr. 2018b.

_____. Instituto Nacional de Colonização e reforma agrária. **Portaria Incra SR/-09-Nº 64/2000**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/institucional/legislacao--/atos-internos/normas>>. Acesso em: 25 jul. 2017.

_____. **Lei nº9.394 de 1996**. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. 2014. Disponível em: <<https://www.mpes.mp.br/Arquivos/Anexos/03fe25bf-f2c9-459a-bee2-f00c1b0b2a0e.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2018.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei8069_02.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003. Dispõe sobre a agricultura orgânica e dá outras providências. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 dez. 2003. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2003/lei-10831-23-dezembro-2003-497002-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 28 jul. 2018.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. Brasília – DF, 2008. Disponível em: <http://www.saudecampofloresta.unb.br/wp-content/uploads/2013/09/PNSIPCF_Revisada_CIT_19_11_2008.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **II Plano Nacional de Reforma Agrária**. Paz, produção e qualidade de vida no meio rural. Brasília, 2005.

CAMPOS, Souza Janaina Francisca de; COCA, Freitas Estevan Leopoldo de; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Dataluta: questão agrária e coletivo de pensamento**. 1 ed. São Paulo: Outras Expressões, 2014.

CAPEL, Horacio. Las ciencias sociales y el estudio del territorio. **Biblio w 3**, Revista bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, Barcelona, v. 21, n.1.149, p. 1-38, fev. 2016.

CAPORAL, Francisco; AZEVEDO, Edisio. **Princípios e perspectivas da Agroecologia**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância, 2011.

CARVALHO FILHO, Jose Juliano. A proposta é uma coisa, o plano do governo é outra. **Estudos Avançados**, São Paulo, v.18, n. 50, p. 337-354, 2004.

CASTRO, Suelen Barbosa; SOUZA, Doralice. Significados de um projeto social esportivo: um estudo a partir das perspectivas de profissionais, pais, crianças e adolescentes. **Revista Movimento**, Porto Alegre: v. 17, n. 4, p. 145-163, out/dez de 2011.

CLEPS JUNIOR, João. Territorialização do capital no campo: a atualidade das lutas sociais e os impasses da reforma agrária no Brasil. **Revista Faz Ciência**, v.12, n.15 jan. /jun. 2010, pp. 55-72.

COELHO, Fabiano. **A alma do MST? A prática da mística e a luta pela terra**. Dourados-MS: ed. UFGD 2014.

CUNHA, Luis Antônio. **Uma leitura da teoria da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

DATALUTA – Banco de dados da luta pela terra. **Relatório DATALUTA 2016**. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/nera/>> Acesso em: 25 abr. 2017.

DATASUS. **HIPERDIA - Sistema de Cadastramento e Acompanhamento de Hipertensos e Diabéticos**. Disponível em:< <http://datasus.saude.gov.br/sistemas-e-aplicativos/epidemiologicos/hiperdia>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

DELGADO, Lucila de Almeida Neves. História oral e narrativa: tempo, memória e identidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL – ABHO, 6., 2003, São Paulo. **Conferencia de abertura**. São Paulo: USP, 2003. p. 9-25.

DEPARTAMENTO de Estudos Sócio-Econômicos Rurais – DESER. **Plano de desenvolvimento sustentável do Assentamento Contestado** – Lapa – Paraná. Curitiba, 2001.

DEZEMONE, Marcus. A questão agrária, o governo Goulart e o golpe de 1964 meio século depois. **Revista Brasileira de História [online]**, São Paulo, v. 36, n. 71, p. 131-154, 2016.

DONAS, Ernesto. **Problematizando la canción popular: un abordaje comparativo (y sonoro) de la canción latinoamericana "comprometida" desde los años 1960**. 2015. Disponível em : <<https://journals.openedition.org/nuevomundo/67824>>. Acesso em :27 jun. 2018.

ESCOLA LATINO-AMERICANA DE AGROECOLOGIA – ELAA. **Contestado... para libertar o chão.** Disponível em: <<http://elaa.redelivre.org.br/assentamento-contestado/>>. Acesso em: 08 de maio 2017.

ENTREVISTA Nº 1. **Histórico de vida e do Assentamento Contestado.** [2016]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (52 min: 19 segs.). Entrevista concedida no centro do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 2. **Docência no Assentamento.** [2016]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (46 min: 23 segs.). Entrevista concedida no centro do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 3. **Histórico de vida e do Assentamento Contestado.** [2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (1 h: 32 min.). Entrevista concedida no núcleo Sepé Tiaraju.

ENTREVISTA Nº 4. **Sobre a Cooperativa Terra Livre.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (37 min: 53 segs.). Entrevista concedida no centro do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 5. **Sobre o setor de saúde e medicina popular.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (25 min: 18 segs.). Entrevista concedida na unidade de saúde do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 6. **Sobre promoção da saúde convencional.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (15 min: 02 segs.). Entrevista concedida na unidade de saúde do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 7. **O trabalho diário na roça.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (5 min: 41 segs.). Entrevista em mutirão no núcleo Iguaçu.

ENTREVISTA Nº 8. **Sobre o setor de finanças e infraestrutura.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (1 h: 56 min.). Entrevista concedida no núcleo de base Sepé Tiaraju.

ENTREVISTA Nº 9. **Docência no Assentamento.** [nov. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (7 min: 30 segs.). Entrevista concedida no núcleo de base Libertação Camponesa.

ENTREVISTA Nº 10. **Docência no Assentamento.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (41 min: 01 segs.). Entrevista concedida no centro do Assentamento.

ENTREVISTA Nº 11. **Sobre o setor de juventude.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (1 h: 07 segs.). Entrevista concedida no setor de base Antônio Tavares.

ENTREVISTA N° 12. **Sobre o setor de mulheres.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (27 min: 22 segs.). Entrevista concedida na sede do Assentamento.

ENTREVISTA N° 13. **Sobre o setor de mulheres.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (14 min: 46 segs.). Entrevista concedida na sede do Assentamento.

ENTREVISTA N° 14. **Processo de reestruturação do casarão da fazenda Santa Amélia.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (52 min: 26 segs.). Entrevista concedida na sede do Assentamento.

ENTREVISTA N° 15. **Histórico de vida na produção mista.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (3 h:54 min.). Entrevista na casa da entrevistada, núcleo de base Iguaçu.

ENTREVISTA N° 16. **Histórico de vida e experiências na produção agroecológica.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (3h:38 min.). Entrevista concedida no lote do entrevistado, núcleo de base Eduardo Anghinone.

ENTREVISTA N° 17. **Histórico de vida na produção convencional.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (3 h:56 min.). Entrevista na casa do entrevistado, núcleo de base Evolução Camponesa.

ENTREVISTA N° 18. **Histórico de vida de um caso particular na produção.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (38 min:15 segs.). Entrevista concedida no lote do entrevistado, núcleo de base Iguaçu.

ENTREVISTA N° 19. **Histórico de vida.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (52 min: 26 segs.). Entrevista na casa da entrevistada, núcleo de base Gabriel Kais.

ENTREVISTA N° 20. **Histórico de vida.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (18 min: 27 segs.). Entrevista na casa da entrevistada, núcleo de base Libertação Camponesa.

ENTREVISTA N° 21. **Docência no Assentamento.** [dez. 2017]. Entrevistador: Maira Alejandra Amaris Buelvas. Lapa: Assentamento Contestado, 2017. Arquivo .mp3 (7 min: 40 segs.). Entrevista concedida no centro do Assentamento.

ESMERALDO, Gema. Ruídos com marcas de transgressões ancoradas em Mulheres Assentadas. In: LOPES, Adriana; BUTTO, Andrea. (orgs.). **Mulheres na Reforma Agrária.** A experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

FABRINI, João Edmilson. A cooperação agrícola nos assentamentos: uma proposta política. **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 67-78, jan/jun. 2000.

FABRINI, João Edmilson. As manifestações coletivas e comunitárias como componentes da resistência camponesa. In: Encontro de geógrafos da América

Latina, 10, 2005, Universidade de São Paulo. **Anais do X Encontro de geógrafos da América Latina**. São Paulo, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**. O debate paradigmático e o conhecimento geográfico. São Paulo, Memorial, v. 1-2. 2013.

_____. **Entrando nos territórios do Território**. São Paulo, 2008. Ensaio.

_____. Movimentos sócioterritoriais e movimentos sócioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos sociais. **Revista NERA**, São Paulo, a 8, n. 6, p. 24-34, jan/jun. 2005a.

_____. **Sobre a tipologia dos territórios**. São Paulo, 2009. Ensaio.

FOLHA de Londrina o jornal do Paraná. **Bebê morre em acampamento do MST**, 1999. Disponível em: <<http://www.folhadelondrina.com.br/geral/bebe-morre-em-acampamento-do-mst-172225.html>>. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

GARCIA, Sílvio Marques; GARCIA, Daiene Kelly. A proteção ao trabalhador em contratos de arrendamento e parceria rural utilizados para ocultar vínculos de emprego. **Revista Eletrônica da Faculdade de Direito de Franca**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 269-292, dez. 2017.

GOLDFARB, Yamila. **A luta pela terra entre o campo e a cidade**: as comunas da terra do MST, sua gestação, principais atores e desafios. 2007, 176f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GONÇALVES, Renata. (Re)politizando o conceito de gênero: a participação política das mulheres no MST. **Mediações**, Londrina, v. 14, n.2, p. 198-216, jul./dez. 2009.

GONÇALVES, Sérgio. A luta na terra. Os assentamentos do MST e o desenvolvimento do município de Querência do Norte – PR. Presidente Prudente: Edição do autor, 2008.

GOTTMANN, Jean. A evolução do conceito de território. **Boletim Campineiro de Geografia**, v. 2, n. 3, p. 523-545, 2012.

GRZYBOWSKI, Cândido. Movimentos populares rurais no Brasil: desafios e perspectivas. In: STEDILE, João Pedro (org.) **A questão agrária hoje**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1994. Quarta parte. p. 285-297.

GUTERRES, Enio; CADORE, Edson; QUADRADO, Vilmar. A motivação dos camponeses para o desenvolvimento sustentável. In: GUTERRES, Ivani (org.). **Agroecologia Militante**, contribuições de Enio Guterres. 1. Ed. São Paulo: Expressão popular, 2006. p. 131-144.

GUZMAN, Eduardo Sevilla; MOLINA, Manuel Gonzáles de. **Sobre a evolução do conceito de campesinato**. 3 Edição. São Paulo: Expressão Popular 2005.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**. Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HARNECKER, Marta. **Sin Tierra: Construyendo Movimiento Social**. Siglo XXI, 2002. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/otros/20111107112452/urbano.pdf>>. Acesso em: 8 abr. 2018.

HERNANDEZ, Luis Llanos. El concepto de territorio y la investigación en Ciencias Sociales. **Agricultura, Sociedad y Desarrollo**, Montecillo, v.7, n. 3, p. 207-220, 2010.

INDURSKY, F. O ritual da mística no processo de identificação e resistência. In: **RUA [online]**, Campinas, Edição Especial – 20 anos, p. 109-125, 2014. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/rua2/PDF/Revistas/1/revistaRua_1_7.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Estimativas das Famílias Potenciais Beneficiárias de Programas de Assentamentos Rurais no Brasil**. Brasília: SBS Q Ed. 2000.

ITURMENDI, David Mariezkurrena. La historia oral como método de investigación histórica. **Gerónimo de Uztariz**, n. 23-24, p. 227-233, 2008.

JOUTARD, Philippe. Desafios à história oral do século XXI. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tania Maria; ALBERTI, Verena (Org). **História Oral: desafios para o século XXI**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/ Casa de Oswaldo Cruz/ CPDOC – Fundação Getulio Vargas, 2000.

KAUTSKY, Karl. **La cuestión agraria**. Estudio de las tendencias de la agricultura moderna y de la política agraria de la socialdemocracia. 1974. Disponível em: <<https://www.marxists.org/espanol/kautsky/1899/kautsky-la-cuestion-agraria.pdf>>. Acesso em: 5 fev. 2018.

KROEBER, Alfred. **Antropology**. Race, language, culture, psychology, prehistory. New York: Harcourt, Brace and Company, 1948.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4^{ed}. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: fev. 2006. 265 p. Disponível em: <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/1a_aula/A_producao_do_espaco.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2018.

LENIN, V.I. **El desarrollo del capitalismo en Rusia**. El proceso de formación de un mercado interior para la gran industria. 1 ed. Santiago de Chile: Editora Nacional Quimantu Ltda, 1972.

LÓSSIO, Rúbia Aurenívea Ribeiro; PEREIRA, Cesar de Mendonça. a importância da valorização da cultura popular para o desenvolvimento local. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, 3., 2007, Salvador. **Anais do evento**. Salvador: UFBa, 2007. p. 1-10.

LÖWY, Michael. Imperialismo ocidental versus comunismo primitivo. In: SCHÜTRUMPF, Jörn (org.) **Rosa Luxemburgo ou o preço da liberdade**. 2 edição brasileira. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação do Capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Anticrítica. Tradução de Marijane Vieira Lisboa e Otto Erich Walter Maas, 1985.

MADEIROS, Leonilde Sérvolo de. **História dos movimentos sociais no campo**. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MANACORDA, Mario Alighiero. **História da educação**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MARCOS, Valéria de. Marxismo, Anarquismo e a Construção da Práxis (camponesa) da produção coletiva. In: MARCOS, Valeria de; FABRINI, João Edmilson. **Os camponeses e a práxis da produção coletiva**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARTÍNEZ-ALIER, Joan. **El ecologismo de los pobres**. Barcelona: Editorial Icaria, 2009.

MARTINS, José de Souza. O sujeito da reforma agrária (estudo comparativo de cinco assentamentos). In: MARTINS, José de Souza et al. **Travessias**: estudo de caso sobre a vivência da reforma agrária nos assentamentos. Porto Alegre: Editora da URRGS, 2003.

MEIHY, José Carlos Sabe Bom. Definindo História Oral e Memória. **Cadernos CERU**, São Paulo, v. 5, série 2, p.52-60, 1994.

MELO, Hildete Pereira de; CAPPELIN, Paola; CASTRO Elisa Guaraná de. Agricultura Familiar nos Assentamentos Rurais: nas relações entre as mulheres e os homens O Caso do Pontal de Paranapanema. In: LOPES, A. L.; ZARZAR, A. B. (Orgs). **Mulheres na reforma agrária**: a experiência recente no Brasil. Brasília: MDA, 2008.

MELO, Victor Andrade de. Lazer e camadas populares: reflexões baseadas na obra de Edward Palmer Thompson. In: _____. **Lazer e minorias sociais**. São Paulo: IBRASA, 2003. p.29-56.

MENDONÇA, Marcelo Rodrigues; THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho e dinâmicas territoriais no campo: os povos cerradeiros na luta por um território livre. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 23-47, dez. 2011.

MITZ, Sidney. **Taso trabajador de la caña**. Puerto Rico: Editorial Huracan, 1988.

MIRANDA, Roberto de Souza; CUNHA, Luís Henrique Hermínio. A estrutura organizacional do MST: a lógica política e lógica prática. **Caderno CRH**, Salvador, v.26, n. 68, 2013.

MIRELLES, Laércio. **A certificação de produtos orgânicos, os caminhos e descaminhos**. 2003. Disponível em: <http://www.centroecologico.org.br/artigo_detalhe.php?id_artigo=3>. Acesso em: 9 jun. 2018.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. Reforma agrária no Brasil: algumas considerações sobre a materialização dos assentamentos rurais. **Revista Agrária [online]**, São Paulo, n. 14, p. 4-22, 2011.

MOTA, Maria Eleusa da; PAULA, Maysa do Carmo de. A questão do gênero no MST e a educação do campo. **Rev. Ed. Popular**. Uberlândia, v. 11, n. 2, p. 70-82, jul./dez. 2012, p. 70-82.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA - MST. **Assentamento Contestado**, laboratório de organização popular e de agroecologia. 2016. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2016/08/17/assentamento-contestado-laboratorio-de-organizacao-popular-e-de-agroecologia.html>>. Acesso em: 5 fev.2017.

_____. Aumenta a repressão do governo FHC contra sem terra. **Revista Sem Terra**. 13 de outubro, 2000. Disponível em: <<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/2000%20%E2%80%93%20Aumenta%20a%20repress%C3%A3o%20do%20Governo%20FHC%20contra%20Sem%20Terra%20-%20MST.pdf>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2018a.

_____. **Caso Antônio Tavares: 18 anos de impunidade**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/05/03/caso-antonio-tavares-18-anos-de-impunidade.html>>. Acesso em 6 jul. 2018b.

_____. **Dados da reforma agrária no governo Temer são mais que falha**. É um projeto de aniquilamento. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/2018/03/07/dados-da-reforma-agraria-no-governo-temer-representam-mais-que-falha-e-um-projeto-de-aniquilamento.html>>. Acesso em: 25 abr. 2018b.

_____. Escola Itinerante em acampamentos do MST. **Estudos Avançados**, 15 (42), 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v15n42/v15n42a11.pdf>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

_____. **Método de trabalho de base e organização popular**. São Paulo: Setor de formação do MST, 2009.

_____. **Normas gerais do MST**. São Paulo: MST, 1989.

_____. **Nossa história**. Disponível em <http://www.mst.org.br/nossa-historia/inicio>. Acesso em: 12 jul. 2017.

MUTUANDO. Instituto Giramundo. **A cartilha agroecológica**. São Paulo: Editora Criação Ltda, 2005.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil Colônia. **Revista EconomiA**, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 587–605, 2006.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista**, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Daiane Silva, et al. Ciranda infantil Curupira da Escola Latino-americana de Agroecologia- ELAA, Assentamento Contestado- Lapa. In: ENCONTRO ESTADUAL DAS EDUCADORAS E EDUCADORES DA REFORMA AGRÁRIA DO PARANÁ, 7, 2015, Cascavel. **Anais do evento**. Cascavel: Unioeste, 2015. p.12-20.

OLIVEIRA, Marcus Roberto de. Resenha. Vasconcellos, Aulo Stanford de. Chica pelega – a guerreira de Taquaraçu. Florianópolis: Editora Insular, 2008. 200 p.

Revista Núcleo de Estudos Paranaenses – NEP, Curitiba, v.2, n.5, p. 196-202, dez. 2016.

PALERM, Ángel. **Antropología y marxismo**. 3. Ed. Ciudad de México: UAM; Centro de investigaciones y estudios superiores en Antropología Social, 2008.

PARANÁ. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba – COMEC. **Municípios da RMC**. Disponível em: <<http://www.comec.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=89>>. Acesso em: 28 jan.2018.

_____. Instituto Paranaense de desenvolvimento Econômico e Social – IPARDES. **Atlas das necessidades habitacionais do Paraná**. Curitiba, 2004.

_____. Secretaria da Agricultura e do Abastecimento -SEAB; Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná - DERAL. **Olericultura - Análise da conjuntura agropecuária (2016)**. Disponível em <http://www.agricultura.pr.gov.br/arquivos/File/deral/Prognosticos/2017/Olericultura_2015_16.pdf>. Acesso em 21 de agosto 2017.

PEREIRA, Viviane Guimarães; REIS, Liana Sisi dos; OLIVEIRA, Maria Lourdes de Souza. Abordagem sobre os processos sucessórios do campesinato a partir das relações de gênero. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 87-97, ago-dez. 2012.

PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa; DUBOIS, Gaetan Serge. Agrotóxicos, saúde e ambiente: uma introdução ao tema. In: PERES, Frederico; MOREIRA, Josino Costa (org.). **É veneno ou é remédio? Agrotóxicos, saúde e ambiente** [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2003. Parte I. p. 21-42.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n.10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. O que faz a História Oral diferente. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. PUC-SP, São Paulo, v. 14, p. 25-39, fev. 1997a.

_____. Tentando apreender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na História Oral. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História**. PUC-SP, São Paulo, v. 15, p. 13-49, abr. 1997b.

PORTO GOLÇALVES, Carlos Walter. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. **GEOgraphia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.8, p. 30-44, 2002.

PRADO JUNIOR, Caio. **Evolução política do Brasil e outros estudos**. Editora Brasiliense Limitada, 2 edição. São Paulo:1957.

PRIORI. Angelo. **O levante dos posseiros: a revolta camponesa de Porecatu e a ação do Partido Comunista Brasileiro no campo**. 1. Ed. Maringa: Eduem, 2011.

PUIG, Andrés Fábregas. La ecología cultural política y el estudio de regiones en México. **Revista de dialectología y tradiciones populares**. España, v. 64, n.1, p. 167-176, jan./jun. 2009.

RAFFESTIN, Claude. **por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática S.A, 1993.

REDCLIFT, Michael. **Desarrollo sostenible**: ampliación del alcance del debate. 1995. disponível em: <https://www.mapa.gob.es/ministerio/pags/biblioteca/fondo/pdf/569_5.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2018.

REIF, Frederick; LARKIN, Jill. El conocimiento científico y el cotidiano: comparaciones e implicaciones para el aprendizaje. **Comunicación, Lenguaje y Educación**, La Rioja, n. 21, p. 3-30, 1994.

RIEPE, Ademir de Jesus; MORAES, Paulo Eduardo Sobreira. Produção agroecológica de hortaliças no assentamento contestado, município da Lapa. **Qualidade Emergente**, Curitiba, v.4, n.1, p. 17-30, 2013.

ROCHA, Jucenir. **Brasil em três tempos, 1500 a 2000**: a história é essa? São Paulo: FTD, 2000.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: A mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, São Paulo, v. 23, supl. 1, p. 1-12, 1993.

ROUSSET, Pierre. **El campesinado y el marxismo**. Disponível em: <http://www.anticapitalistas.org/IMG/pdf/El_Campesinado_y_el_marxismo.pdf>. Acesso em: 4 jul. 2018.

RUA, Maria das Graças; ABRAMOVAY, Miriam. **Companheiras de luta ou “coordenadoras de painéis”?** As relações de gênero nos assentamentos rurais. Brasília: UNESCO, 2000.

SACK, Robert. O significado de territorialidade. In DIAS, Leila Christina; FERRARI, Maristela (org) **Territorialidades humanas e Redes sociais**. Florianópolis: Editora Insular Ltda, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma Geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2011. p. 209- 226.

SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Condições de vida e saúde do trabalhador em assentamento rural. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, n. 15, p. 1575-1584, 2010.

SHANIN, Teodor. **Campesinos y sociedades campesinas**. México: Fondo de Cultura Económica, 1979.

_____. El mensaje de Chayavov: aclaraciones, faltas de comprensión y <la teoría del desarrollo> contemporánea. **Agricultura y sociedad**, n.48, p. 141-172, 1988.

SELAU, Mauricio da Silva. História Oral: uma metodologia para o trabalho com fontes orais. **Revista Esboços - USFSC**, Florianópolis, v.11, n. 11, p. 217-228, 2004.

SILVA, Anderson Antônio da. **Multidimensionalidade dos assentamentos rurais do Município Teodoro Sampaio**. 2008, 203 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

SILVA, Ligia Maria Osorio. **Terras devolutas e latifúndio**: efeitos da lei de 1850. 2da edição. Campinas SP: editora da UNICAMP, 2008.

SILVEIRA, Éder da Silva. História Oral e memória: pensando um perfil de historiador etnográfico. **METIS: História & Cultura**, Caixas do Sul, v.6, n.12, p.35-44, 2007.

STEDILE, João Pedro. **A questão agrária no Brasil**: programas de reforma agrária 1946-2003. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STÉDILE, João Pedro; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Gente Brava**. A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3 ed. São Paulo: Expressão Popular / Fundação Perseu Abramo, 2012.

TCHAYANOV, Aleksandr. **Teoria dos sistemas económicos não-capitalistas**. 1924. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223914353V2aDN7ku4Mf79OI1.pdf>>. Acesso em: 25 jun. 2018.

THOMÉ, Nilson. Caminhos de tropeiros nos séculos XVIII e XIX como fatores pioneiros de desbravamento do Contestado. **Desenvolvimento Regional em Debate**, Santa Catarina, a. 2, n. 1, p. 5-30, jul. 2012.

TORRES, María Elena; ROSSET, Peter. Diálogo de saberes en la Vía Campesina: soberanía alimentaria y agroecología. **Espacio Regional**, Osorno, v.1, n.13, p. 23-36, jan/jun. 2016.

VARGAS, Maria Cristina; SCHWENDLER, Sônia Fátima. Histórico do assentamento contestado. In: _____ (org). **Escrevendo nossa luta, nossa história**. Curitiba: Ed Gráfica Popular, 2003. p. 45-55.

VARGAS, Patrícia Beatriz. Somos lo que comemos: un analisis de los aportes de Sidney Mintz a los estudios sociales sobre alimentación y comensalía. Apuntes de investigación, a.2,n.22, p.121-126, 2012.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia de la praxis**. 3 ed. México D.F: editorial Grijalbo, S.A, 1980.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O campesinato no século XXI** probabilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba, nov. 2004. Disponível em:<<http://gege.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/OUTROS/O%20CAMPESINATO%20NO%20SECULO%20XXI.pdf>>. Acesso em: 25 jul.2018.

VIGLIETTI, Daniel. Interprete: Víctor Jara. **A desalambrar**. In: PONGO EM TUS MANOS ABIERTAS... Santiago de Chile: Jota Jota, 1969. Cassette lado A. Faixa 3 (1 min 37 seg.).

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 21, p.42-61, out, 2003.

WINCKLER, Natália Carrão; MOLINARI, Gisele Trindade. Competição, colaboração, cooperação e cooptação: revendo os conceitos em estratégias Interorganizacionais. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 4, n. 1, p.1-12, 2011.

WOLF. Eric. **Europa y la gente sin historia**. Traducción de Agustín Bárcenas – 2 edición – México: FCE, 2005.

WOORTMANN, Ellen. O saber tradicional camponês e inovações. In: OLIVEIRA, Ariovaldo; MARQUES, Marta. (Org.). **O campo no século XXI**: território de vida, de luta e de construção de justiça social. São Paulo: Casa Amarela e Paz e Terra, 2004. p. 133-143.

ZIECH, Ana. et al. Cultivo de alface em diferentes manejos de cobertura do solo e fontes de adubação. **Revista Brasileira de Engenharia Agrícola e Ambiental**, Campina Grande, v.18, n.9, p.948–954, 2014.

APÊNDICES (A)

QUESTIONÁRIO SEMI ABERTO

Local: Assentamento Contestado, Lapa PR.

Data: _____.

A. Identificação

Núcleo da moradia: _____.

1. Sexo

Feminino ☐Masculino ☐

2. Qual é sua idade _____

3. O qual pessoa firmou o Contrato de Concessão de Uso (CCU)

 Casal ☐
 Home ☐
 Mulher ☐

 Filho (s) ☐
 Outro familiar ☐
 Não tem CCU ☐

4. Quantidade de pessoas que compõem seu núcleo familiar

Home	☐	☐	Filhos maior de idade	☐	☐	Colaboradores	☐
Mulher	☐	☐	Tio (a)	☐	☐	Amigos	☐
Crianças	☐	☐	Avós	☐	☐	Outros	☐

5. Ano da chegada ao Assentamento

Antes de 1999	Entre 1999 e 2000	Entre 2001 e 2005	Entre 2006 e 2010	Entre 2011 e 2015	Entre 2016 e os últimos meses
☐	☐	☐	☐	☐	☐

6. Lugar onde morou antes da chegada ao Assentamento?

7. Quantas pessoas de sua família trabalham no assentamento?

 1 pessoa ☐
 Entre 2 e 3 pessoas ☐

 Entre 3 e 4 pessoas ☐
 5 ou mais pessoas ☐

8. Qual é a menor titulação obtida na sua família?

Sem estudo	Ensino fundamental	Secundaria	Técnico	Graduação	Pós-graduação
☐	☐	☐	☐	☐	☐

9. Qual é a maior titulação obtida na sua família?

Ensino fundamental	Secundaria	Técnico	Tecnológico	Graduação	Pós-graduação
☐	☐	☐	☐	☐	☐

10. Qual é a última titulação escolar de sus pais e sua profissão?

Mãe		Pai	
Titulação	Profissão	Titulação	Profissão
☐	☐	☐	☐

11. Tempo aproximado de permanência semanal no assentamento

Semana toda	Fim de semana	Entre 5 e 6 dias	Entre 3 e 4 dias	Entre 1 e 2 dias
☐	☐	☐	☐	☐

12. Qual é a média da renda mensal? _____.

13. De onde vem seus ingressos mensais? Pode marcar mais de uma resposta.

 Aposentadoria ☐
 Venda de produtos ☐

 Trabalho fora do assentamento ☐
 Emprego no assentamento ☐

 Prefeitura ☐
 Instituições estatais ☐

Cooperativa do assentamento ☐Negócio fora do assentamento ☐☐

*Outro? Qual? :

B. Produção

14. O qual é seu tipo de produção, atualmente?

Agroecológico* ☐Convencional ☐

*Como foi sua transição?

15. Desde quando utiliza esse tipo de produção?

Acampamento	2000-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2017

16. Com seu tipo de produção obtém um retorno monetário rápido?

SIM ☐NÃO ☐

17. Você é cooperado?

SIM ☐NÃO ☐

18. Quais são os três principais produtos que predominam na sua área

----------------------	----------------------	----------------------

19. Tem acesso aos créditos rurais?

SIM ☐NÃO ☐Quais?

20. Acredita que sua produção no assentamento é sustentável com a natureza?

SIM ☐NÃO ☐

Por que?

21. Acredita que sua produção no Assentamento é suficiente para obter uma boa renda familiar mensal?

SIM ☐NÃO ☐

22. Seu lote tem algum tipo de certificação?

SIM ☐NÃO ☐Qual?

23. Qual é o tamanho certificado de seu lote?

Não este certificado ☐De 0 a 3 hectares ☐De 4 a 6 hectares ☐De 7 a 9 hectares ☐De 10 a 13 hectares ☐Todo o lote ☐

24. Como faz para comercializar seu produto?

Cooperativa do assentamento ☐Cooperativo de outro assentamento ☐Venda a vizinhos ☐Redes comercializadoras ☐**Muito obrigada pela contribuição!**

APÊNDICE (B)

Roteiro de perguntas norteadoras, questionário não rígido

Pode dizer seu nome e que concorda com a gravação e seu uso para fins da pesquisa?

Onde nasceu e como estava conformada sua família quando era criança?

Como era sua vida de infância, desde que idade começou a trabalhar?

Que aconteceu com as famílias?

Tinham posse de terra ou era família sem-terra?

Como chegou ao assentamento?

Lembra como foram os primeiros anos no Contestado?

Quais foram os principais desafios quando chegaram

Participa de algum setor de base, qual? Por quê?

Como são seus laços vizinhais

Qual é a opinião frente à produção agroecológica? Sobre o CCU?

De que forma se comercializam os produtos do lote?